

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**BÁRBARA DE LA ROSA ELIA**

**A REPRESSÃO AOS AGRICULTORES SEM TERRA DO RIO  
GRANDE DO SUL NO INÍCIO DOS ANOS 1960 E APÓS O GOLPE  
DE 1964**

Belo Horizonte

2022

Bárbara De La Rosa Elia

**A REPRESSÃO AO MOVIMENTO DOS AGRICULTORES SEM TERRA DO  
RIO GRANDE DO SUL NO INÍCIO DOS ANOS 1960 E APÓS O GOLPE DE  
1964**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, vinculado à linha de Pesquisa em História e Culturas Políticas como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta.

Coorientadora: Profa. Dra. Alessandra Gasparotto

Belo Horizonte

2022

981.65 Elia, Bárbara De La Rosa.  
E42r Repressão ao movimento dos agricultores sem terra do  
2022 Rio Grande do Sul no início dos anos 1960 e após o golpe  
de 1964 / Bárbara De La Rosa Elia. - 2022.

Orientador: Rodrigo Patto Sá Motta.  
Coorientadora: Alessandra Gasparotto.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas  
Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.  
Inclui bibliografia

1.História – Teses. 2. Ditadura – Teses. 3. Movimentos  
sociais rurais – Teses. 4. Rio Grande do Sul – História -  
Teses. I.Motta, Rodrigo Patto Sá. II.Gasparotto, Alessandra.  
III.Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de  
Filosofia e Ciências Humanas. IV.Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**FOLHA DE APROVAÇÃO****"A Repressão Ao Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul no Início dos Anos 1960 e Após O Golpe de 1964"****Bárbara de La Rosa Elia**

Dissertação aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:

Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta - Orientador  
UFMGProfa. Dra. Alessandra Gasparotto - Coorientadora  
UFPeIProfa. Dra. Miriam Hermeto de Sa Motta  
UFMGProf. Dr. Pablo Francisco de Andrade Porfírio  
UFPE

Belo Horizonte, 02 de dezembro de 2022.

Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Patto Sa Motta, Membro**, em 19/12/2022, às 10:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).Documento assinado eletronicamente por **Miriam Hermeto de Sa Motta, Professora do Magistério Superior**, em 28/03/2023, às 10:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).Documento assinado eletronicamente por **Pablo Francisco de Andrade Porfírio, Usuário Externo**, em 31/03/2023, às 21:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Gasparotto, Usuária Externa**, em 04/04/2023, às 15:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1914474** e o código CRC **C098F1C9**.

---

Referência: Processo nº 23072.268833/2022-41

SEI nº 1914474

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço ao meu orientador Rodrigo Patto Sá Motta e coorientadora Alessandra Gasparotto, exemplos de intelectuais e de professores que em muito contribuíram para a finalização desta jornada, seja pelas ponderações e questionamentos sempre muito pertinentes ou porque se mostraram portos seguros repletos de calma e de palavras de apoio em meio a grandes tensões sentidas no decorrer deste trabalho. Sana, eu te agradeço sinceramente por tudo o que você fez por mim desde o período da graduação, quando comecei a trabalhar no projeto de pesquisa sobre o Master, e por tudo que ainda continua fazendo. Rodrigo, minha admiração por você só aumentou durante o processo de orientação, obrigada pela generosidade, por toda calma e conhecimento que compartilhou comigo e por ter me acolhido tão bem na UFMG.

Aos professoras Miriam Hermeto Sá Motta e Pablo Porfírio agradeço pela disposição em contribuir com meu trabalho, pela leitura atenta e pelas sugestões pertinentes.

Em tempos tão difíceis, torna-se necessário reafirmar a minha gratidão enquanto bolsista de iniciação científica contemplada pelo projeto “Memórias Brasileiras – Conflitos Sociais”, financiado pela CAPES ainda durante a minha graduação e pelo financiamento ofertado pela mesma instituição para que eu pudesse dar continuidade a essa pesquisa durante o mestrado. Nesse sentido, agradeço também aos membros da Comissão Camponesa da Verdade por terem proposto tal edital e por estarem continuamente contribuindo com reflexões tão significativas. Meus votos são para que todos os pesquisadores nos seus cursos de graduação e pós-graduação possam ter a oportunidade que tive, e que a pesquisa no Brasil continue pulsando com o fomento necessário.

Ao Tiago Cassol e Darlan Rodrigues que estiveram comigo na mesma “trincheira” de pesquisa, agradeço por todas as trocas e aprendizados que tivemos juntos. As contribuições de vocês foram fundamentais para a conclusão desse trabalho.

Agradeço também à minha família. Aos meus pais, Eliza e Lucas, meus maiores incentivadores agradeço por terem sempre acreditado e confiado em mim. Aos meus avós Eldera e Eurico, agradeço por mobilizarem todos os santos pedindo a mim sempre

proteção e a boa conclusão desse trabalho. Em especial, agradeço à minha vó por ter me ouvido ler esta dissertação inteira (sei que não foi fácil), por ver meu desespero e insegurança em relação a ela durante nossos “cafezinhos da tarde” e sempre ter uma palavra de incentivo, e, por fim por ser uma inspiração para toda a minha vida.

À Beatriz, agradeço pela amizade de anos, pelo que já vivemos em São José dos Campos e por ter aberto as portas de sua casa para que um dia eu pudesse conhecer Belo Horizonte e sonhar em regressar para cá cursando o mestrado na UFMG.

Por fim, agradeço àquele que caminhou lado a lado comigo durante esses anos de pesquisa, suportando toda a tensão, dúvidas e desesperos, bem como contribuiu com ela através de nossos debates e da pronta ajuda naquela leitura rápida, mas fundamental. Felipe, você e nosso Faniquito se tornaram presença fundamental em minha vida, alegrando meus dias e me acolhendo enquanto família. Sou profundamente grata por apoio, compreensão e amor.

## **RESUMO**

Consolidado no Rio Grande do Sul entre 1960 e 1964, o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul (Master), somou-se à luta pela reforma agrária, sendo o principal órgão de representação camponesa no estado. Nesse sentido, estimulou a criação e incremento das associações municipais de agricultores sem terra no estado e inaugurou uma nova forma de reivindicação pela distribuição mais igualitária da terra, a formação de acampamentos. Contudo, este cenário também fora marcado por disputas, sejam elas envolvendo patronato rural, Igreja Católica e até mesmo diretrizes do Estado. Neste caso, a ênfase recaí sobre a gestão do governador Ildo Meneghetti, a partir de 1963, em que devido ao acirramento da repressão ao campesinato, ficou marcado na historiografia como um ensaio para o que viria depois do Golpe Civil Militar de 1964. Já com a sucessão deste, o Master foi desarticulado, deixando, contudo, um saldo de acúmulos de experiências e saberes. Após retomarmos à trajetória do Master, a presente pesquisa pautar-se-á sobre as nuances que a repressão ditatorial assumiu no espaço rural, além das formas de resistência estabelecida pelos agricultores sem terra próximos ao Master. Para além disso, esta dissertação ao colocar a repressão do período ditatorial sobre os camponeses em perspectiva com a repressão aferida em um momento anterior, pretende apreender rupturas e continuidades de como o Master e seus militantes foram recebidos e protagonizaram os dois períodos históricos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Movimento camponês, Rio Grande do Sul, ditadura, repressão.

## ABSTRACT

Consolidated in Rio Grande do Sul between 1960 and 1964, the Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul (Mestre), joined the struggle for agrarian reform, being the main organ of peasant representation in the state. In this sense, it stimulated the creation and increase of landless urban associations in the state and augured a new form of demand for a more egalitarian distribution of land, the formation of encampments. The Catholic Church even state directives, is also prone to disputes and they are marked by state patronage. In this case, the emphasis is on the administration of Governor Ildo Meneghetti, from 1963 onwards, in which from 1963 onwards, due to the intensification of pressure on the peasantry, it was marked in historiography as a rehearsal for what would come from the Civil Military Coup of 1964. With its succession, the Master was dismantled, leaving, however, a balance of accumulation of experiences and knowledge. After the Mestre's trajectory, we will investigate the nuances presented as a guide to the forms of resistance established in the rural space, in addition to landless nuances close to the Mestre. In addition, this dissertation, by putting on the pressure of the dictatorial period with the repression measured in a previous moment, intends to apprehend ruptures and its militants continuities of how the Mestre and his militants were received and played a leading role in the two historical periods.

**KEYWORDS:** Peasant movement, Rio Grande do Sul, dictatorship, repression.

## **Lista de siglas**

ALPRO – Aliança Para o Progresso

BM – Brigada Militar

BNM – Brasil Nunca Mais

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Cepal – Comissão Econômica para a América Latina

CETH – Comissão Estadual de Terras e Habitação

CGT – Comando Geral dos Trabalhadores

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

Contag – Confederação dos Trabalhadores Agrícolas

DNOS - Departamento Nacional de Obras e Saneamento

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

FAG – Frente Agrária Gaúcha

Farsul – Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul

GT 14 – Grupo de Trabalho 14

IGRA – Instituto Gaúcho de Reforma Agrária

Master – Movimento dos Agricultores Sem Terra

Prade – Projetos de reforma agrária e desenvolvimento econômico-social

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PRP – Partido de Representação Popular

SUPRA – Superintendência de Política Agrária

ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

## Sumário

<b>Introdução</b> .....	p.12
<b>Capítulo 1 – ‘Estejam certos de que isso é coisa muito séria’- A trajetória inicial do Movimento dos Agricultores Sem Terra Rio Grande do Sul</b> .....	p.44
1.1. A gestão Brizola (1959 – 1962) e a questão agrária.....	p.47
1.2. Master: origens, organicidade e alcance do movimento sem terra.....	p.59
1.3. Mobilizações, memórias e perspectivas da luta pela terra nos anos 1960.....	p.81
<b>Capítulo 2 – O esvaziamento da política agrária e repressão ao Master durante o início da gestão Meneghetti</b> .....	p.103
2.1. <i>Barões e seus cavalos, ginete e cruz</i> : alianças, aproximações e ações.p.106	
2.2. O governo Meneghetti e os empecilhos à desapropriação e distribuição de terra.....	p.137
2.3. <i>Lonas em chamas</i> : a repressão e a persistência dos acampamentos sem terra.....	p.144
2.3.1. <i>Cavalos atropelam lonas</i> : A repressão ao Acampamento de Passo Feio.....	p.154
2.3.2. A repressão ao campesinato no Norte no estado.....	p.162
2.4. A bandeira do campesinato resiste em várias mãos: a reestruturação do Master em 1963.....	p.172
<b>Capítulo 3 – “Tempos sombrios e de amargas recordações”:</b> a repressão ao Master durante a ditadura civil-militar.....	p.181
3.1. A ditadura e a questão agrária.....	p. 183
3.2. Os anos iniciais da Ditadura civil-militar no Rio Grande do Sul.....	p.194
3.3. O impacto da ditadura civil-militar sobre o Master e seus apoiadores.....	p.203
<b>Considerações finais</b> .....	p.230
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	p.235

## Introdução

*Repressão*. No dicionário significa ato ou efeito de reprimir, castigar, punir. Em seu viés psicológico, diz respeito a um processo psíquico pelo qual lembranças e ideias são inconscientemente impedidas ou inibidas de passar para o campo do consciente. Socialmente, o termo se refere a um conjunto de “medidas violentas com o intuito de interromper manifestações, movimentos, abusos, etc”<sup>1</sup>. Trata-se, portanto, de uma palavra que sinaliza uma tentativa de apagamento, silenciamento do adversário, esteja ele no campo das ideias, da materialidade ou - como se realçará nesta dissertação - em ações imbuídas de ideais.

A Ditadura Civil-Militar foi um dos momentos da história do Brasil em que este termo mais se fez presente. Através do golpe civil-militar em 31 de março de 1964, a ditadura brasileira foi estabelecida por um movimento sociopolítico que aglutinou amplos setores liberais e conservadores em nome de um projeto político sustentado ideologicamente pela Doutrina de Segurança Nacional<sup>2</sup>. Esta foi apresentada a partir da reformulação que teóricos militares brasileiros proveram para o conceito de “inimigo interno”, de característica flexível e borrada; justamente onde residia a força da Doutrina<sup>3</sup>.

A adaptação constante da leitura de quem era considerado “inimigo” buscava “enquadrar todos que, de uma maneira ou de outra, pudessem questionar, opor-se e, de alguma forma, levar à desestabilização do regime”<sup>4</sup>. Parte da população tornava-se, então, suspeita e suscetível a ser “controlada, perseguida e eliminada, conforme a necessidade”<sup>5</sup>. Desse modo, militares e parte da sociedade civil interpretavam a conjuntura nacional a partir da ênfase no combate permanente contra o comunismo, alimentando a ideia da

---

<sup>1</sup> MICHAELIS, Dicionário. Disponível em:

<https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=repressao>. Acesso em: 09 de agosto de 2021.

<sup>2</sup> PADRÓS, Enrique Serra; LAMEIRA, Rafael Fantinel. 1964: O Rio Grande do Sul no olho do furacão. In: PADRÓS, Enrique Serra *et al.* (Orgs.). *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Da campanha da legalidade ao golpe de 1964. Porto Alegre: Corag. Vol. 1. 2009. p. 34.

<sup>3</sup> PADRÓS, Enrique Serra; FERNANDES, Ananda Simões. Faz escuro, mas eu canto: os mecanismos repressivos e as lutas de resistência durante os ‘Anos de Chumbo’ no Rio Grande do Sul. In: PADRÓS, Enrique Serra *et al.* (Orgs.). *Ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Repressão e resistência nos ‘Anos de Chumbo’. 2. ed., revista e ampliada. Porto Alegre: Corag, v. 2, 2010. p. 34.

<sup>4</sup> *Idem*.

<sup>5</sup> *Ibidem*.

existência de uma guerra revolucionária<sup>6</sup> praticada por lutas ou formas de contestação, sejam elas de caráter reformistas ou libertários.

Notavelmente, esses “inimigos internos”, ao menos em um primeiro momento, constituíram-se por políticos e simpatizantes de partidos, como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Comunista Brasileiro (PCB), estudantes, sindicalistas, artistas críticos à ditadura e mesmo militares legalistas – todos eles bastante investigados em estudos acadêmicos sobre o período.

Ao ter a oportunidade de me inserir durante a graduação no Projeto de Pesquisa “Mobilizações e movimentos sociais agrários, repressão e resistência do pré-1964 à ditadura civil-militar: as trajetórias do MASTER no RS e das Ligas Camponesas em PE” – Edital Memórias Brasileiras: Conflitos Sociais / CAPES, em que investiguei a trajetória do Movimento de Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul (Master), algumas questões ficaram para mim latentes.

O Projeto, para além de significar os primeiros passos da minha formação enquanto pesquisadora, possibilitou que me inserisse em um trabalho coletivo dentro da academia, onde compartilhamos debates, descobertas, ideias de caminhos a seguir e a certeza de que o meio acadêmico poderia ser diferente; uma pesquisa poderia se tornar robusta e inédita mesmo a quatro mãos. Desde 2017, então, fui amadurecendo acerca da problemática que permeia esse movimento social do campo e, coletivamente, conseguimos ampliar as perspectivas sobre ele, as quais registramos em trabalhos assinados individualmente ou pelo grupo.

Àquela época, as questões que mais me debrucei foram sobre a organicidade, bandeiras e estratégias do Master durante o período de sua atuação, de 1960 a 1964. Para tanto, partia do marco de fundação do movimento, ocorrido como desdobramento do intento pontual de lutar pela permanência de cerca de 300 famílias de posseiros que estavam sendo ameaçados de expulsão de uma área já trabalhada por eles há mais de cinquenta anos, localizada em uma pequena cidade do interior sul-rio-grandense, denominada Encruzilhada do Sul. A minha pesquisa até então seguia dentro do horizonte

---

<sup>6</sup> O conceito de guerra revolucionária foi adaptado ao combate do comunismo no Terceiro Mundo a partir de formulações feitas por ingleses e franceses durante a campanha da Indochina (1946-1954). Mas foi durante a luta de libertação nacional da Argélia (1954-1962) que tal concepção tornou-se conhecida. FERNANDES, Ananda Simões. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. *Antíteses*, vol. 2, n. 4, jul-dez. de 2009, p. 840.

apresentado pela bibliografia que versa sobre o tema, em que apesar de constatarem a ação do Estado ditatorial incidindo sobre o “desaparecimento” do movimento - que foi desarticulado através da prisão de seus dirigentes a partir do golpe de 1964 - a questão não chegou a ser elencada como principal objeto de análise. Com isso, permanecia em mim a inquietação, “*mas e depois*”?

Por vezes, quando estamos estudando os movimentos de luta pela terra, podemos ser levados a considerar uma efervescência da presença de camponeses em cena nos anos iniciais da década de 1960, que é interrompida com a ditadura, voltando ao debate público somente na década de 1980<sup>7</sup> (nesse caso, com a maioria das ações já vinculadas às origens do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST). São os momentos de mobilizações que Palmeira (2009) apresenta como “espetaculares”<sup>8</sup>.

Via de regra, segundo esse autor, tendemos a refletir sobre as lutas sociais em seus momentos mais críticos e/ou de maior intensidade, de modo a esquecer de acontecimentos “menos espetaculares”. Todavia, Palmeira sublinha que refletir sobre os “momentos de desmobilização” – tal como poderíamos interpretar o presente objeto de pesquisa - possibilita recuperar experiências, realçar o aparecimento ou o desaparecimento de conflitos e, em alguns casos, possibilita, inclusive, a observação de mudanças no padrão de atuação de uma classe social ocorridos em dada conjuntura de mobilização política<sup>9</sup>.

Parece haver uma lacuna na historiografia sobre a luta pela terra nos anos iniciais da ditadura. As inúmeras formas de resistência local e as diferentes faces da ação ditatorial - como a primazia pelo desenvolvimento tecnológico que caminhou lado a lado com expropriações fundiárias e culturais; a conivência e o estímulo de ações violentas cometidas por parte do poder privado; tentativas de negociar a transferência de camponeses para outros lugares em alguns casos, ou ainda, a realização de despejos

---

<sup>7</sup> Acerca da interpretação da realidade política brasileira transmitida pela memória de uma democracia interrompida e novamente recomeçada, Chauí (2014) apresenta duas características decorrentes desse modo ao qual a memória está ancorada: por um lado, as ações do Estado são privilegiadas em detrimento da contribuição das ações dos movimentos sociais e populares; por outro, ao expor o autoritarismo como “ruptura “ou “exceção”, deixa de lado a característica elementar da sociedade brasileira, que é por si só uma sociedade autoritária. CHAUI, Marilena de Souza; SANTIAGO, Homero. *Conformismo e resistência: Escritos de Marilena Chauí*. Belo Horizonte: Autêntica. v.4. 2014. p.48.

<sup>8</sup> PALMEIRA, Moacir. Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana. (In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980 (Vol. I)*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p.172.

<sup>9</sup> *Idem*.

impetuosos, em outros, - são alguns dos elementos que precisam ser melhor investigados sobre o período<sup>10</sup>. Além disso, ainda que consideremos que em sua maior parte, ao menos no Rio Grande do Sul, o que houve durante a ditadura em relação ao Master e pessoas próximas a ele foi repressão, prisão, silenciamento e violência praticada cotidianamente no meio rural, restaria questionar: *como e por que* isso se deu? Como o momento foi percebido por aqueles afetados direta ou indiretamente? Ou ainda, se considerarmos que as “práticas repressivas se perpetuaram durante todo o regime militar de uma forma menos visível para a sociedade”<sup>11</sup>, restaria questionar: Quais práticas eram essas? Quais tipos de contenção a ditadura exprimiu sobre os movimentos sociais do campo?

Com isso, a presente pesquisa tem por objetivo investigar a trajetória do Master com foco na repressão sofrida por seus militantes e lideranças tanto no período anterior ao Golpe, quanto nos anos de ditadura civil-militar. Examinarei o *modus operandi* do aparato repressivo, buscando perceber as formas características da ação repressiva no meio rural, bem como o modo como a ditadura procurou monitorar os camponeses, quais tipos de informações eram consideradas importantes, as relações entre a repressão do estado e a ação ruralista<sup>12</sup>, e as marcas deixadas nas trajetórias individuais e coletivas.

Ao tratarmos de disputas e violações no meio rural, tal como recomendado pela Comissão Camponesa da Verdade (CCV)<sup>13</sup>, é necessário manter em vista que o regime

---

<sup>10</sup> MEDEIROS, Leonilde S. Repressão e resistências no campo. In: SAUER, Sérgio (Org.). *Lutas, Memória e violações no campo brasileiro: conflitos, repressão e resistências no passado e no presente*. São Paulo: Outras Expressões, 2020. p.11.

<sup>11</sup> MEDEIROS, Leonilde S. Dimensões políticas da violência no campo. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, 1996, p.6.

<sup>12</sup> “Ruralismo” é aqui compreendido a partir da acepção de Sonia Regina de Mendonça, que indica que o termo deve ser tomado, sobretudo, como um movimento político, estruturado em uma rede de relações historicamente constituída a partir da defesa de interesses em comum acerca da questão agrária. Para tanto, se articulam em distintas instituições da sociedade civil ou da sociedade política. MENDONÇA, Sonia. R. de Ruralismo. In: Marcia Maria Menendes Motta.(Org.). *Dicionário da Terra*. 1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, 2005, p.412.

<sup>13</sup> Em 2012 uma rede de pesquisadores e movimentos sociais diversos, tais como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e a Comissão Pastoral da Terra, firmaram compromissos que deram origem a Comissão Camponesa da Verdade. Os trabalhos da Comissão suscitaram a construção de um panorama abrangente sobre as violações de direitos no campo, de modo a realçar a amplitude da repressão no campo e a problematizar o significado e dificuldades da Justiça de Transição do Brasil. MEDEIROS (2020), *op. cit.*, p.18.

democrático do pré-1964<sup>14</sup> “não assegurava os direitos de cidadania aos camponeses e reprimia suas lutas e organizações”<sup>15</sup>, o que certamente foi acentuado durante a ditadura.

No mesmo sentido, Medeiros (1996) argumenta que “os períodos de normalidade democrática desvendam as próprias fragilidades do sistema democrático brasileiro”. Sem espaços de diálogo e de negociação, a defesa de interesses pessoais facilmente se dá através do combate (inclusive físico) do outro<sup>16</sup>. Assim, acredito que abordar a repressão ditatorial no meio rural levando em conta a repressão do pré-64 seja um bom caminho para ampliar as perspectivas sobre o tema. Parto do pressuposto que a ditadura expressou “comportamentos políticos” e “relações estruturais”<sup>17</sup> que em muitos aspectos foram delimitados pela tradição incutida na cultura política<sup>18</sup> preexistente, ou pela tentativa de cerceamento de culturas políticas opositoras a ela.

Para a apreensão de tanto, torna-se preciso recuar ao contexto do início da década de 1960<sup>19</sup>, em que o movimento camponês “ganhou força, visibilidade e reconhecimento público”<sup>20</sup>, ebulindo de modos diferentes em cada região do país. Em um primeiro momento, o fator primordial que levou ao acirramento dos conflitos entre grandes proprietários rurais e campesinato foi a crescente proposição deste enquanto ator político

<sup>14</sup> Este período é compreendido pela historiografia comumente como se tratando do intervalo de 1946 a 1964, ou seja, o período entre o fim da ditadura do Estado Novo (1937-1945) e o início da ditadura Civil-Militar (1964-1985). A CCV parte do marco de 1946 e se debruça em casos de violência ao meio rural até 1988, quando foi promulgada novamente uma Constituição democrática no Brasil.

<sup>15</sup> COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE. Relatório Final da Comissão Camponesa da Verdade: Violações de direitos no campo – 1946 – 1988. 2014. p. 23. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/cpda/blog/2015/01/22/relatorio-da-comissao-camponesa-da-verdade-esta-disponivel-paradownload-4/> Acesso em: 10 de julho de 2021.

<sup>16</sup> MEDEIROS (1996), *op. cit.*, p.13.

<sup>17</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico*. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 10, n. 23, 2018 p. 131.

<sup>18</sup> Entendo “cultura política” a partir da acepção de Motta (2009), que a caracteriza como: “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro”. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: *Culturas Políticas na História: novos estudos*. Editora Argumentum, 2009. Disponível em: [https://www.academia.edu/23368211/Desafios\\_e\\_possibilidades\\_na\\_apropriacao\\_de\\_cultura\\_politica\\_pel\\_a\\_historiografia](https://www.academia.edu/23368211/Desafios_e_possibilidades_na_apropriacao_de_cultura_politica_pel_a_historiografia). Acesso em: 23/07/2001. s/p.

<sup>19</sup> É notável que desde a década de 1940 houve iniciativas emblemáticas para luta do campesinato, principalmente direcionadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), mas foi na década de 1960 que de fato ocorreu um incremento significativo da atuação dos camponeses na cena pública.

<sup>20</sup> CAMISASCA, Marina Mesquita. *Camponeses mineiros em cena: mobilização, disputas e confrontos (1961 - 1964)*. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. p.15.

com ações ativas no sentido de ampliar direitos para o meio rural e lutar pela distribuição mais igualitária da terra.

Foi também a partir do ano de 1961, com a posse de João Goulart, que as reformas de base<sup>21</sup> estiveram cada vez mais na ordem do dia dos planos do governo, com destaque para a reforma agrária. Mesmo assim, não há de se pensar que somente as diretrizes de uma reforma pautada pelos movimentos camponeses estiveram em voga. O próprio Chefe da República, empossado após delicadas negociações<sup>22</sup>, em muitos momentos assumiu postura oscilante, ora no intuito de compactuar com setores conservadores do Congresso, ora no sentido de viabilizar projetos populares, dando margem para diferentes (e muitas vezes opostos) projetos de reforma agrária circularem.

No que diz respeito ao Rio Grande do Sul, o Master foi o principal movimento responsável pela organização dos agricultores sem terra, pequenos produtores e assalariados rurais. Esses, já fazia tempo, se viam atingidos pela crise agrária gaúcha gerada pela elevada concentração de terra, principalmente aquela dedicada ao setor pastoril; a fronteira agrícola, ou seja, terras livres e passíveis de serem ocupadas estavam esgotadas e isso repercutia na degradação das condições dos arrendatários (que eram cada vez mais explorados) e na diminuição dos preços de produtos agrícolas comercializados pelos camponeses<sup>23</sup>.

Nessas condições a revolta não tardaria a irromper, tendo sido o episódio ocorrido em Encruzilhada do Sul o primeiro de uma série de outras mobilizações no início da década de 1960 no estado. Após apoiar os posseiros envolvidos em tal disputa, o prefeito de Encruzilhada do Sul, Milton Serres Rodrigues (PTB), junto a Paulo Schilling (na ocasião, Superintendente da Fronteira do Sudoeste do Estado) e Ruy Ramos (na época deputado federal pelo PTB), fundaram o primeiro núcleo do Master em junho de 1960.

---

<sup>21</sup> O termo reformas de base refere-se as mudanças consideradas necessárias para a renovação das instituições socioeconômicas e político-jurídicas brasileiras durante a gestão do presidente João Goulart. As reformas consideradas prioritárias eram a agrária, a administrativa, a bancária, a constitucional, a eleitoral e a tributária. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/reformas-de-base>. Acesso em: 04 de dezembro de 2021.

<sup>22</sup> Após a renúncia de Jânio Quadros, o mandato presidencial passou a João Goulart em um momento de extrema polarização política, em que a retomada do projeto nacionalista foi negociada com setores conservadores da sociedade.

<sup>23</sup> ECKERT, Córdula. *Movimentos dos Agricultores Sem Terra no Rio Grande do Sul – 1960-1964*. Dissertação (Mestrado), Curso de Pós-Graduação em Ciências de Desenvolvimento Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1984, p.53

A partir daí, o Master progressivamente ganhou expressão em todo o estado, mobilizando uma ampla campanha pela reforma agrária que já em seu segundo ano de atuação contava com mais de uma centena de associações de agricultores sem terra organizadas nos municípios do interior do Rio Grande do Sul<sup>24</sup>. Para tanto, o movimento incorporou bandeiras e se envolveu em “um repertório de ação coletiva”<sup>25</sup>, “caracterizado por uma forma de reivindicação inovadora, a criação de acampamentos nas áreas das propriedades reconhecidas pelos demandantes como passíveis de desapropriação”<sup>26</sup>.

Conexões com o governo estadual também marcaram o movimento, que se viu em certa medida beneficiado por políticas gestadas durante os anos em que Leonel Brizola (PTB) era governador (1959-1962). Ao interpretar o entrave da improdutividade agrária em muitas áreas do estado como sinônimo do entrave para o desenvolvimento da economia como um todo, Brizola cercou-se de aparatos burocráticos que atuaram no sentido de colocar em prática uma reforma agrária que pudesse impulsionar a economia.

Brizola tinha como base a interpretação de reforma agrária concebida por Paulo Schilling, assessor do governo trabalhista no Rio Grande do Sul e como visto, um dos fundadores do Master. Para ele, três elementos se faziam fundamentais: desapropriação do latifúndio com o fortalecimento da agricultura de pequenos e médios produtores, regulamentação das relações de trabalho no campo e apoio à expansão de empresas agropecuárias que visavam a modernização agrícola através da implantação de maquinário e insumos<sup>27</sup>. Ao atuar nesse sentido, principalmente no que se refere a desapropriação da terra em benefício de pequenos e médios agricultores, o governo em muitos momentos incentivou a atuação do Master.

A política desse governador em relação à questão agrária se modificou ao longo dos anos. Se de início houve uma preocupação na legitimação de terras devolutas, após o marco da criação do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA), em novembro 1961, o governo assumiu uma postura mais combativa em relação à grande propriedade

---

<sup>24</sup> *Correio do Povo*, 6 de junho de 1963, p. 20.

<sup>25</sup> TILLY, Charles. Contentious repertoires in Great Britain (1758-1834). In Mark Traugott (ed) *Repertoires & Cycles of collective action*. Durham and London: Duke University Press, 1995.

<sup>26</sup> ALVES, Bernard José Pereira. *A Política Agrária de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul: Governo, Legislação e Mobilização*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. p.82.

<sup>27</sup> NORDER, Luiz Antônio Cabello. Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964). *Revista Nera* – ANO 17, Nº. 24 – Jan/Jun de 2014, p. 139.

improdutiva. O IGRA, “órgão que destinava todos os seus recursos e atenções para o reordenamento da questão fundiária do estado”<sup>28</sup>, possibilitou que o governo estadual iniciasse de fato uma política de reforma agrária. Cabe ressaltar que tal inflexão quanto à questão agrária assumida pelo governo Brizola estava intimamente ligada a um contexto mais amplo em que, no ápice da defesa do projeto nacionalista, Brizola protagonizou a chamada Campanha da Legalidade, tendo sido ele a principal resistência atuante no sentido de garantir que fosse efetivada a posse de João Goulart, entre agosto e setembro de 1961.

Portanto, o estímulo dado pelo governo estadual quanto à questão agrária, somado ao primeiro acampamento de agricultores sem terra, realizado em janeiro de 1962 na Fazenda Sarandi, localizada no norte do estado, contribuíram para a intensificação das ações do Master naquele período.

Em fevereiro de 1963, Ildo Meneghetti (Partido Social Democrático - PSD) assumiu o mandato de governador do Estado do Rio Grande do Sul. Conforme evidenciaremos no capítulo 2, com interesses bastante voltados ao benefício da classe patronal, que havia financiado a sua campanha com volumosos recursos, Meneghetti nunca negaria publicamente a reforma agrária, mas a direcionaria de outra maneira. Para ele, a reforma deveria configurar principalmente um projeto de industrialização e mecanização do campo, enquanto a desapropriação era tida como elemento secundário<sup>29</sup>, o que na prática era diametralmente oposto às reivindicações do movimento camponês.

Eximindo-se de dar continuidade ao processo de reforma agrária iniciado nos anos anteriores, o governo Meneghetti desmontou os instrumentos governamentais voltados para tal projeto. Já nos primeiros dias de mandato da nova gestão, o IGRA foi descaracterizado, lideranças do Master foram afastadas de cargos vinculados a este órgão e, ao longo de 1963, denúncias foram feitas acerca da inoperância do instituto. Assim,

---

<sup>28</sup> ALVES, *op. cit.*, p.22.

<sup>29</sup> REBELLO, Tiago. *Governo Ildo Meneghetti e a Reforma Agrária (1963-1964)*: discurso de governo e manutenção da ordem conservadora. Dissertação (Mestrado). PUC-RS: Porto Alegre, 2014. p. 15.

pode-se afirmar que progressivamente o IGRA foi transformado em um verdadeiro “instrumento de apoio à repressão contra os movimentos sociais do campo”.<sup>30</sup>

Para além da perda do apoio governamental, o Master passou a sofrer com arbitrariedades e intensa violência exercida pelo Estado e por ruralistas. A gestão Meneghetti freou desapropriações e conteve as mobilizações dos sem terra (especialmente do Master); a repressão se fez constante – “agricultores eram ameaçados, espancados, presos; ranchos queimados; ferramentas apreendidas e, inclusive, assassinato de agricultor ocorreu”<sup>31</sup> – ao mesmo passo que o governador “se omitia diante das situações de violência no campo protagonizadas por grandes proprietários”<sup>32</sup> e pela polícia. Portanto, a omissão era institucionalizada, tais ocorrências não eram admitidas pelo governador, que prometia apurações nunca consumadas, o que em última instância, “sinalizava para a continuidade destas ações de repressão contra os sem terra”<sup>33</sup>.

Tamanha foi a radicalização política incrementada durante os primeiros meses da gestão Meneghetti, que ela ficou marcada na historiografia como “um dos esteios do Golpe”<sup>34</sup> ou “laboratório para o golpe”<sup>35</sup>, indicando estreitas relações entre suas práticas e as adotadas pela ditadura, além do incentivo e centralidade do governo do estado para a consumação desta. Segundo Wasserman, Meneghetti antecipou “em nível regional, um modelo de comportamento repressivo na direção dos movimentos sociais que se repetiria a partir de 1964 no resto do país”<sup>36</sup>.

Diante disso, tomo sua posse, efetivada em 31 de janeiro de 1963, como ponto de partida para realizar a análise comparada sobre a repressão sentida por camponeses ainda no período democrático e a posteriori, com a ditadura. Em outras palavras, busco compreender como o Master e seus protagonistas foram perseguidos e reprimidos nos

---

<sup>30</sup> GASPAROTTO, Alessandra. ‘*Companheiros Ruralistas!*’: Mobilização patronal e atuação política da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (1959-1964). 2016. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p.218.

<sup>31</sup> ECKERT (1984), *op. cit.*, p.294-295.

<sup>32</sup> GASPAROTTO, *op. cit.*, p. 215.

<sup>33</sup> *Idem*, p.219.

<sup>34</sup> GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2014. p.54.

<sup>35</sup> REBELLO, *op. cit.*, p. 45.

<sup>36</sup> WASSERMAN, Claudia. O Golpe de 1964: Rio Grande do Sul, ‘celeiro’ do Brasil. In: PADRÓS, Enrique Serra *et al.* (Orgs.). *Ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): da Campanha da Legalidade ao Golpe de 1964*. 2. ed., revista e ampliada. Porto Alegre: Corag, v. 1, 2010. p. 56-57.

dois momentos, evidenciando as especificidades, continuidades, nuances e características da repressão em cada contexto.

O destaque dado à repressão no meio rural como objeto da presente pesquisa visa contribuir para o preenchimento de algumas lacunas na historiografia referente à história do Master, que foi submetido a uma dinâmica governamental repressiva que pode apontar pistas para as particularidades dessa ação no meio rural brasileiro.<sup>37</sup> Ao mesmo tempo, a ênfase em tal tema não deve ser dada sem a ponderação de que levo em conta as marcas sempre presentes do autoritarismo na sociedade brasileira, as quais a ditadura potencializou, mas não inventou. Além disso, é preciso considerar que esta mesma característica autoritária não é capaz de operar sem suscitar práticas que visam escapar dela, ou seja, existiram diferentes modos de resistência<sup>38</sup>.

Uma das estratégias de resistência experimentada pelo Master foi a aproximação para com instâncias e diretrizes do governo federal. Sem mais o IGRA prestando suporte, o vínculo com a Superintendência de Reforma Agrária (Supra) passou a ser fundamental. Criado em 1962 como uma autarquia ligada diretamente à Presidência da República, esse órgão estatal tinha como objetivo planejar e executar a reforma agrária no país, o que implicava a realização das desapropriações permitidas pela legislação<sup>39</sup> e a assistência aos movimentos camponeses dos estados da federação. Além disso, a Supra, juntamente com o Ministério do Trabalho, foram responsáveis por prestar apoio institucional à criação de sindicatos rurais, facilitando o seu reconhecimento e liberando capital inicial necessário para o início do funcionamento das entidades<sup>40</sup>.

A Supra visava unificar nacionalmente o debate e projetos em torno da reforma agrária, e para tanto, favoreceu a estruturação de novos sindicatos. A bandeira da sindicalização começou a ser abraçada ainda de modo incipiente pelo Master em 1962.

---

<sup>37</sup> A este respeito, Padrós enfatiza ser “impensável tratar” estudos focados na ditadura do Rio Grande do Sul “como uma ‘história regional’”, pois “os mecanismos coercitivos do governo e as modalidades de resistência utilizadas para enfrentar o *establishment* no estado fazem parte da história recente brasileira, e, inclusive, do Cone Sul”. PADRÓS; FERNANDES, *op. cit.*, p.34.

<sup>38</sup> Para a apreensão do conceito de resistência levo como base a conceitualização elaborada por Jacques Semélin em seus estudos sobre Holocausto, do qual foi retomado da seguinte forma por Motta: “conjunto de atos de recusa coletiva ao poder instituído, que podem se expressar de diferentes maneiras”. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A estratégia de acomodação na ditadura brasileira e a influência da cultura política. Páginas: *Revista digital de la Escuela de Historia*. Universidad Nacional de Rosario. Año 8 – nº 17, Mayo – Agosto, 2016.

<sup>39</sup> NORDER, *op. cit.*, p.142.

<sup>40</sup> CAMISASCA, *op. cit.*, p.59.

Posteriormente, a partir da aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural<sup>41</sup> (Lei n. 4.214, de 02 de março de 1963), houve um significativo incremento no número de sindicatos, não só no Rio Grande do Sul, mas no Brasil como um todo. Nesse sentido, com base na análise do Boletim do Trabalhador Rural, Cléia Porto e Marcos Teixeira apontam que:

em 1962, existiam 153 sindicatos fundados, sendo 83 reconhecidos. Após a criação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, esse número aumentou, chegando a 475 sindicatos fundados, sendo 220 reconhecidos. Em 1963, foram fundadas também várias Federações de Trabalhadores na Agricultura, chegando a um total de 29 federações em 18 estados até o final desse ano, embora nem todas tenham sido reconhecidas.<sup>42</sup>

Ainda no âmbito sindical, o Estatuto do Trabalhador Rural previa a criação de entidades de representação oficial de trabalhadores agrícolas e de proprietários de terra, o que culminou na criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) e na Confederação Nacional da Agricultura (CNA), para representar as respectivas classes. Portanto, a Contag foi constituída no final de 1963 por meio da regulamentação sindical garantida pelo Estatuto e a partir da transformação das entidades organizativas preexistentes em sindicatos. Desde então, ela passou a representar ante ao Estado e a sociedade um número crescente de sindicatos de trabalhadores rurais em formação em todo o país. Durante a ditadura não ocorreu o fechamento na Contag, mas, o regime incidiu no desaparecimento e exílio de várias lideranças, intervenção nos sindicatos e no controle da própria entidade.

Sobretudo, o Estatuto do Trabalhador Rural foi marcante porque estendeu ao campo uma série de direitos trabalhistas e sindicais previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), há duas décadas já estabelecidos para os trabalhadores urbanos. A partir dele, o trabalhador rural teve regulamentado as horas de trabalho, normas de segurança e moradia, além de instituir o salário-mínimo, repouso e férias remuneradas.

---

<sup>41</sup> O Estatuto do Trabalhador Rural foi proposto pela primeira vez em 1956 pelo então deputado federal, Fernando Ferrai. O projeto representava uma forte oposição ao bloco ruralista do PSD e foi naquela ocasião rejeitado pela maioria na Assembleia. Quase dez anos depois, já em um momento marcado pelo avanço das reivindicações de trabalhadores rurais, o projeto foi aprovado. Em vista de sua história, o Estatuto passou a ser conhecido por muitos como Lei Ferrari.

<sup>42</sup> Informação extraída do Boletim Trabalhador Rural, comemorativo dos dez anos da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). In: PORTO, Cléia Anice da Mota; TEIXEIRA, Marco Antônio. Ação e resistência da Contag na ditadura civil-militar no Brasil In: SAUER, Sérgio (Org.). *Lutas, Memória e violações no campo brasileiro: conflitos, repressão e resistências no passado e no presente*. São Paulo: Outras Expressões, 2020, p.263.

Diante desse cenário, é notável a centralidade do Estado no direcionamento da questão agrária. De acordo com Medeiros (1989), o ápice do tensionamento em torno dessa pauta se apresentou quando o governo federal sancionou o Decreto de 13 de março de 1964, conhecido como “Decreto da SUPRA”. Este decreto, assinado por João Goulart após discursar no Comício da Central do Brasil, previa a desapropriação por interesse social de grandes propriedades rurais localizadas em um raio de dez quilômetros do eixo de rodovias, ferrovias, açudes construídos pela União, entre outros pontos<sup>43</sup>. A radicalização dos setores conservadores rurais ficou evidente a partir do referido decreto, como no caso do Rio Grande do Sul, em que a Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul) prometeu resistir à força contra o movimento sem terra que “atentasse contra a propriedade”. Em certo sentido, o decreto atuou como um catalizador para a precipitação do golpe civil-militar, que ocorreria poucos dias depois.

Ainda que diretrizes federais nem sempre tenham encontrado eco nas perspectivas do campesinato, em diversos momentos somaram vozes com ele, acirrando ainda mais os ânimos dos setores conservadores da sociedade civil, parte da Igreja Católica e grandes proprietários rurais. De acordo com Motta (2000), alianças foram formadas sob o signo do anticomunismo<sup>44</sup> por diferentes motivações, seja com o intuito de “constituir um aparato estatal autoritário, para reprimir a ‘desordem’”, a partir do “temor a uma possível ascensão dos comunistas ao poder”, ou devido à “rejeição a processos de mudança social que iriam afetar valores tradicionais”<sup>45</sup>, ou pela combinação desses elementos.

Regina Bruno soma um destes traços, a *defesa da propriedade* como direito absoluto, à *violência*, evidenciando serem estas as duas características que marcam a ação das classes e grupos dominantes no campo. Tais aspectos foram equacionados pela autora no conceito de “prática de classes”, que se relaciona diretamente a Starling, quando esta aponta que o patronato rural, sempre sob a justificativa da defesa da propriedade privada e da “moral da família”, se colocou a defender “de armas em punho” seu projeto de

---

<sup>43</sup> MEDEIROS, Leonilde Sévolo. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989. p.63.

<sup>44</sup>A caracterização converge com o contexto de radicalização política da Guerra Fria, cujos ânimos entre EUA e URSS eram marcados pela tensão, e isso acentuava-se na América Latina devido ao marco da Revolução Cubana, ocorrida em 1959. Diante deste cenário, mas não exclusivo a ele, o anticomunismo pode ser caracterizado como ideologia que mais do que fazer reunir sob o mesmo código sujeitos portadores de uma mesma visão política, reúne sujeitos que se reconhecem portadores de uma “justa causa” e que se esforçam no combate de um inimigo comum. ANSART, Pierre. *Ideologia, conflito e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

<sup>45</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: O anticomunismo no Brasil (1917 - 1964)*. Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. p 344

classe<sup>46</sup>. Em decorrência, financiaram conspirações, organizaram movimentos contrários às reformas sociais, instituíram instrumentos de ação paramilitar e reprimiram duramente<sup>47</sup>.

Sabemos que a expropriação da terra onde vivem e trabalham milhares de pessoas no Brasil, se apresenta marcadamente e continuamente como o motivo para a prática da violência no campo. Principalmente a partir da segunda metade do século XX, em vista da ruptura do tradicional isolamento reservado à classe camponesa, a violência no campo foi ampliada. Nesse interim, ocorreram tensionamentos nos parâmetros de dominação e obediência, que suscitaram uma resposta combativa por parte da classe patronal.

A organização dos trabalhadores rurais e sua proposição ativa na cena pública com demandas claras colocou em xeque a premissa do privilégio da detenção de grandes propriedades de terra, ou, nas palavras de Medeiros (1996) “relativizou o domínio dos proprietários da terra”<sup>48</sup>. De acordo com a autora, a coação é uma das primeiras medidas de intervenção quando formas arcaicas de submissão são confrontadas, e ainda se faz mais forte em situações de resistência coletiva.

O processo de organização dos trabalhadores, por mais molecular que seja, introduz uma clivagem nas relações de dominação vigentes, produzindo novas identidades, possibilitando o desvendamento de contradições antes encobertas pela fidelidade pessoal, permitindo a construção de interesses e demandas.<sup>49</sup>

Essa análise foi expressa por Medeiros (1996) no artigo “Dimensões políticas da violência no campo”, cujo foco é uma das dimensões da violência: a violência política. Nele, a autora segue assinalando que junto com reconhecimento de tais demandas dos trabalhadores rurais estão implicadas também o reconhecimento do “outro” e a necessidade da abertura de um espaço de negociação. Todavia, esses dois aspectos escapariam da cultura política consolidada na sociedade brasileira, marcada pela dominação e pelo poder advindos da posse de grandes propriedades de terra. Com isso, o

---

<sup>46</sup> A bem dizer, havia várias classes articuladas a partir de “ganchos ideológicos” estabelecidos pelo anticomunismo. Elas atuaram em conjunto ainda que cada qual focalizasse a adesão de acordo com suas próprias perspectivas: “se para as classes médias em geral o anticomunismo estava associado a perda do mito da ascensão, para os profissionais liberais implicava na destruição dos mecanismos de representação democrática, ao passo que aos olhos dos grandes proprietários de terras, expressava-se publicamente na defesa da propriedade privada. STARLING, Heloisa. *Os senhores das Gerais: os novos inconfindentes e o golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1986. p.218.

<sup>47</sup> STARLING, *op. cit.*, p.261.

<sup>48</sup> MEDEIROS (1996), *op. cit.*, p.8.

<sup>49</sup> *Idem*, p.7.

“outro” é apenas reconhecido para ser responsabilizado pelo desencadeamento da violência<sup>50</sup>.

As autoras do artigo “A desintegração das ideias pelas ‘razões ‘do crime’”, Maria Pinassi e Mayla Porto, traçam um interessante quadro relacionando a repressão no meio rural com o estabelecimento do direito positivo no Brasil. Esse, segundo as autoras, sanciona a “punição da manifestação” daqueles que não validam o direito da grande propriedade privada, espoliada “com mãos de ferro” em tempos anteriores<sup>51</sup>.

Se, traçando um paralelo com Walter Benjamin, a violência instaura e mantém o direito, ficando “nele instaurada com o nome de poder”<sup>52</sup>, os proprietários de terra estariam no campo de controle desse poder de tal modo que Pinassi e Porto questionam: “Diante desse quadro controlado e cercado pelo uso da violência e da burocracia, que interesses os proprietários rurais teriam em abandonar uma situação de afirmação do poder, instituinte pelas asas do direito positivo?”<sup>53</sup>

Devido a sua amplitude, múltiplas faces e agentes, a violência no campo apresenta diferentes formas de ser abordada. Neste sentido, também elenco as contribuições deixadas por Maria Sylvia de Carvalho Franco, através de seu livro “Homens Livres na ordem escravocrata”. O estudo realizado por Franco em seu processo de doutoramento, em meados de 1964, foi pioneiro à medida que evidenciou a institucionalização da violência como um padrão de comportamento. O foco na região do Vale do Paraíba no século XIX, importante devido a agroexportação cafeeira, possibilitou o exame de questões mais amplas a permear as relações pessoais no meio rural. Há em sua análise, uma preponderância da dominação como fator estruturante da relação entre fazendeiros e homens livres. O consenso e a complementariedade estariam na base dessa relação, cuja dominação só pode ser “implementada por meio da lealdade, do respeito e da veneração”<sup>54</sup> por parte dos homens livres; assim como seria necessário a prática de favores, benevolência e proteção, por parte dos fazendeiros. Todavia tal “equilíbrio nas relações de dependência”, em algumas circunstâncias, seria de “caráter precário e

---

<sup>50</sup> *Ibidem*.

<sup>51</sup> PINASSI, Maria Orlanda; PORTO, Mayla Yara. “A desintegração das idéias pelas ‘razões’ do crime”. *Reforma Agrária*, 22,1, jan./abril 1992. p.56.

<sup>52</sup> BENJAMIN, Walter. Para a crítica da violência. In: *Escritos sobre mito e linguagem (1915-1921)*. São Paulo: Editora 34, 2ª edição, 2013. p.155

<sup>53</sup> PINASSI; PORTO, *op. cit.*, p. 56.

<sup>54</sup> FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho Franco. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1969, p.94.

transitório”<sup>55</sup>, uma vez que sem a contraposição de serviços e favores, por exemplo, os dominados poderiam observar a fragilidade dos laços que os ligavam aos fazendeiros. Assim como, para manter certos privilégios de caráter econômico, fazendeiros poderiam transgredir as suas próprias obrigações, evidenciando o caráter dispensável dos laços que os uniam a seus dependentes<sup>56</sup>. De todos os lados, portanto, há margens para transgressões virtuais do costume, situação essa que se acirrou com o passar do século XX e seu respectivo aumento de situações de disputa pela posse da terra.

Maria Sylvia Franco avança em sua análise diagnosticando a introjeção da violência no cotidiano brasileiro e sua conseqüente banalização. Dessa forma, segundo a autora, a violência foi incorporada como um modelo socialmente válido de conduta, que pode ser captada através da maneira com que é admirada em público<sup>57</sup>. Ou seja, mais do que incorporada, a violência é positivamente valorizada, compondo, o que a autora denominou “código do sertão”. Esse código que sancionou a violência, estaria, inclusive, na base de estruturação da liberdade de homens pobres, que praticam a violência contra o exercício da dominação ou contra seus iguais em ajustamento de relações de vizinhança, trabalhos coletivos ou familiares. Em todos os casos, o cenário descrito é de uma violência naturalizada e legitimada pelos códigos de conduta.

A violência descrita por Maria Sylvia Franco, também foi abordada por José V. Tavares dos Santos, que a chamou de “violência costumeira”. Silenciosa e presente na dinâmica das relações de dominação entre as classes e os grupos sociais, essa violência, de acordo com o autor, pôde ser exposta ou desnaturalizada pelos movimentos sociais, messiânicos e quilombolas, através de suas ações diretas e de denúncias<sup>58</sup>.

No que se refere à violência praticada especificamente no meio rural, podemos traçar um quadro acerca das suas características a partir de algumas dimensões que Tavares dos Santos atribuiu a ela. Primeiramente, o autor alerta sobre a característica difusa dessa violência, que pode assumir tanto o caráter social, político e simbólico. A violência política parte de demandas particulares de fazendeiros e é executada por intermédio de jagunços ou milícias organizadas, resultando frequentemente em ações

---

<sup>55</sup> *Idem*, p.107.

<sup>56</sup> *Ibidem*, p.111.

<sup>57</sup> *Ibidem*, p.52.

<sup>58</sup> TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. *Conflitos agrários e violência no Brasil: agentes sociais, luta pela terra e reforma agrária*. Pontifícia Universidade Javeriana. Seminário Internacional, Bogotá, Colômbia. Agosto de 2000, p.2.

com alto grau de letalidade. Além disso, a frequente participação de policiais civis e militares registram a presença do aparelho repressivo estatal.

Tavares do Santos apresenta a violência como uma forma de exercício do poder onde a autoridade do Estado brasileiro está em questão por não deter seu monopólio. Em outras palavras, por compartilhar o recurso da violência com alguns setores da sociedade, como o patronato rural, o Estado, de acordo com a análise do autor, estaria perdendo parte do potencial de autoridade que o monopólio da violência poderia fornecer. No entanto, conforme Palmeira (1989), acreditamos ser insuficiente pensar as relações estabelecidas entre setores da sociedade civil e o Estado somente em termos de representação e influência. Interesses econômicos e a própria garantia da condição de proprietário de terra atravessam a máquina do Estado, estando a ele intimamente ligados<sup>59</sup>. Essa ponderação remete aos personagens que atuam dentro do campo de poder do Estado brasileiro e usam da máquina pública a favor de interesses privados. Resta ainda discutir a relação entre poder, violência e Estado.

Reiterando análises que apontam determinadas formas do exercício do poder<sup>60</sup> como meios para instituição ou manutenção de uma “sociedade de desiguais”, Bobbio enfatiza que o instrumento mais decisivo para se impor a própria vontade e condicionar comportamentos é o uso da força, da violência. O autor distingue três formas em que o poder se manifesta: poder econômico, poder ideológico e poder político<sup>61</sup>, sendo que a violência se apresentaria no âmbito do último poder citado.

O poder político não se resume ao uso da força, mas o monopólio da coação é fator determinante para a sua própria existência. A violência é o elemento para qual recorre qualquer grupo social a fim de “se defender dos ataques extremos ou para impedir com a degradação do seu grupo, a própria eliminação”<sup>62</sup>. De acordo com o autor:

O que caracteriza o poder político é a exclusividade do uso da força em relação a todos os grupos que agem em um determinado contexto social, exclusividade que é resultado de um processo que se desenvolve, em toda a sociedade organizada, na direção da monopolização da posse do uso dos meios com os quais é possível exercer a coação física. Esse

<sup>59</sup> PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. In: *Estudos Avançados*, vol. 3, n.7, São Paulo, Set./Dec. 1989. p.100.

<sup>60</sup> Bobbio compreende o exercício do poder como diferentes “meios dos quais se serve o sujeito ativo da relação para condicionar o comportamento do sujeito passivo”. BOBBIO, Norberto. *Política e moral. In: Teoria geral da política; a filosofia política e as lições clássicas*. Rio de Janeiro: Campus, s. d. p.162.

<sup>61</sup> De acordo com o autor, todas as três formas de poder instituem e mantêm uma “sociedade de desiguais”, isto é, a depender da natureza do poder, a sociedade é dividida “entre ricos e pobres”, (poder econômico); “entre os sábios e ignorantes”, (poder ideológico); “entre os fortes e fracos”, (poder político); em suma, “entre os superiores e inferiores”. *Idem*, p.163.

<sup>62</sup> *Ibidem*, p.163.

processo de monopolização caminha *pari passu* com o processo de criminalização e penalização de todos os atos de violência que não forem cumpridos por pessoas autorizadas pelos detentores e beneficiários desse monopólio.<sup>63</sup>

Bobbio evidencia o monopólio da coação como característica elementar da manutenção do Estado. Com isso, o autor se aproxima ao postulado de Weber no que se refere à relação entre Estado e violência. Na acepção weberiana, o Estado é compreendido como entidade estruturada por um conjunto de interações sociais subjetivas onde a dominação<sup>64</sup> impera de forma legítima, isto é, se autojustifica. Tal legitimidade é garantida pela atuação da força dos grupos dominantes e da obediência dos grupos dominados, uma espécie de equilíbrio necessário para a manutenção do poder do Estado.

Para Weber, portanto, o Estado reivindica o monopólio da força física e da dominação de indivíduos sobre outros indivíduos (ainda que isso não signifique que ele necessariamente o detenha). Em vista disso, Bourdieu acrescenta que o Estado, além de buscar o monopólio da “violência física legítima”, caracteriza-se pela posse do “monopólio da violência simbólica legítima”. Sendo a violência simbólica um conceito que abordarei adiante, cabe ressaltar de antemão o peso que Bourdieu atribui a ela, posto que ele caracteriza o monopólio da violência simbólica como “a condição da posse do exercício do monopólio da própria violência física”<sup>65</sup>.

É possível perceber certa consonância entre os autores até aqui citados no que se refere ao conceito de violência e sua relação com o poder. Em linhas gerais, violência é elencada como privilégio de quem detém o poder, como forma de manutenção deste, ou ainda, conforme expõe Ansart, uma das linguagens políticas de “domínio dos conflitos e na manutenção das submissões”<sup>66</sup>. O poder político do Estado se fundamenta no monopólio da violência legítima que ele detém. Por sua vez, essa violência precisa ser legitimada por uma base de apoio que estende seus interesses para dentro da máquina do Estado.

---

<sup>63</sup> *Idem Ibidem*, p.164.

<sup>64</sup> Nota-se que o conceito de “dominação” é elencado pelo autor em detrimento do termo “poder”, que para ele seria “socialmente amorfo”, enquanto “dominação”, ainda que sendo um tipo de poder, poderia abarcar a exclusividade do comando relacionado àquele que possui o monopólio da violência, e que é obedecido por um dado grupo de pessoas. WEBER, Max. *Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva*. 1. Vol. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa São Paulo: Editora UnB, Imprensa Oficial, 2004, p.97.

<sup>65</sup> BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Estado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p.34-35.

<sup>66</sup> ANSART, *op. cit.*, 211.

Considero que Marilena Chauí corrobora essa perspectiva. De acordo com ela, a sociedade brasileira traz consigo, em seu cerne, marcas de um autoritarismo estrutural que converte a assimetria em desigualdade, enquanto esta é convertida em hierarquia. No pensamento da autora, tudo parece interligado; a hierarquia, por seu turno, traz problemas para a cidadania plena vigorar, já que a autora diagnóstica que as leis são usadas para preservar privilégios e, por vezes, são um instrumento para opressão e repressão<sup>67</sup>.

O conceito de violência é trabalhado por Marilena Chauí (2018) como sendo “a presença da ferocidade nas relações com o outro”<sup>68</sup> que ao mesmo tempo que se opõe à ética<sup>69</sup>, também se opõe à política democrática, uma vez que direitos são apresentados como concessão e outorga feita pelo Estado às classes populares. Para a autora, as elites têm a violência como privilégio e não o querem perder, assim, afirmam que as classes populares são violentas e perigosas, verdadeiros agentes do medo. Chauí apresenta, portanto, uma luta de classes exprimida no medo<sup>70</sup>.

Paralelamente a isso, ainda segundo a autora, opera na sociedade brasileira o mito da não violência que oculta a sociedade autoritária e violenta que é o Brasil. Para tanto, são elencados alguns mecanismos que asseguram a manutenção desse mito, dentre os quais estão a “exclusão” e o “mecanismo sociológico”. O primeiro é caracterizado pela inscrição da violência na sociedade brasileira enquanto uma exceção praticada contra outrem que ainda que nascido no Brasil, é simbolicamente excluído da nação, já que supostamente a violência não seria própria do “brasileiro cordial”. Já o segundo, compreende a “onda de violência” como momento definido no tempo, principalmente quando este tempo se refere à “transição para a modernidade”. Ambos os mecanismos foram aqui elencados por abarcarem diretamente o campesinato, seja no sentido da sua invisibilização ou pela primazia da “modernidade”, dos implementos agrícolas e da capitalização do meio rural, em detrimento do modo de organizar e conceber a vida, próprios do campesinato.

Dentro desse mito que estaria a guiar a sociedade brasileira, não há espaço para o conflito – ao menos não para a divulgação dele. Atos violentos são camuflados como não violentos quando dissimulados cotidianamente e conflitos de classes parecem vincular-se

---

<sup>67</sup> CHAUI (2014), op. cit., p.88.

<sup>68</sup> CHAUI, Marilena de Souza; ITOKAZU, Ericka Marie; CHAUI-BERLINCK, Luciana. Sobre a violência: Escritos de Marilena Chauí. Belo Horizonte: Autêntica. v.5. 2018, p.36.

<sup>69</sup> Segundo a autora, isso se dá pela característica da violência que trata sujeitos racionais e sensíveis como “irracionais, insensíveis, mudos, inertes ou passivos, instrumentos de uso de alguém”, o que vai de encontro ao conceito de ética. *Idem*.

<sup>70</sup> *Ibidem*, p.274.

somente à “agitação popular”. Este último aspecto, fica evidente, por exemplo, em uma matéria de opinião divulgada no Jornal *Correio do Povo*, onde há um diagnóstico que o termo camponês estaria “circulando de forma estranha”, já que estava sendo utilizado para a “oposição de um grupo contra outro”, com a finalidade única de “causar tumulto”<sup>71</sup>.

Contudo, se a autora apresenta tais aspectos como estruturais, ela também admite que “os traços do autoritarismo foram, sem dúvida, reforçados com o golpe de Estado de 1964”<sup>72</sup>, havendo a partir de então uma “militarização da vida cotidiana”<sup>73</sup> com a transferência do aparato repressivo ao tratamento comum da população.

Acerca da prática da violência na ditadura, Janaína Teles aponta que “não houve uma simples continuação ou repetição aumentada de práticas antes vigentes, mas uma reorganização do aparelho repressivo previamente instalado”<sup>74</sup>. Segundo ela, a estrutura repressiva utilizada no Brasil possuía diversas nuances conjunturais ao mesmo tempo que mantinha sua essência centralizada e seletiva, que não deixava de se preocupar com a legitimidade institucional. Em outras palavras, a ditadura brasileira empenhou-se em ações repressivas seletivas ao mesmo passo que procurou preservar a aparente normalidade institucional, o que sem dúvidas era legitimado pela base de apoio que nutria.

Jorge Ferreira, ao tecer considerações refutando uma das interpretações consagradas pela historiografia - a que credencia a conspiração entre setores da direita brasileira e o governo estadunidense como principal agente do golpe - argumenta que “não basta a conspirar, mesmo que com o apoio de potências estrangeiras. É preciso encontrar uma ampla base social para levar a conspiração adiante”<sup>75</sup>. Portanto, seria um erro tratar do período sem considerar o apoio de parte da sociedade civil ao regime ditatorial.

Por outro lado, ainda que concorde com a existência de uma base social de apoio à ditadura, conforme apontado pelo autor, é importante ressaltar que não é possível a efetivação de um Golpe de Estado sem atores sociais articulados e com amplo

---

<sup>71</sup> *Correio do Povo*, 27 de abril de 1962, p.4.

<sup>72</sup> CHAUI (2014), *op. cit.*, p.45.

<sup>73</sup> *Idem*.

<sup>74</sup> TELES, Janaina de Almeida. Ditadura e Repressão: paralelos e distinções entre Brasil e Argentina. *Revista de Sociedad, Cultura y Política en América Latina*. Vol. 3, n° 4, 2014, p.102.

<sup>75</sup> FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org's). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p.347.

financiamento. Isso posto, podemos afirmar que os poderes instituídos na ditadura civil-militar no Brasil buscaram consolidar uma base de apoio à suas ações e para tanto recorreram à propaganda oficial como meio de estabelecer apoio, confiança ou tolerância da população, ao mesmo tempo em que o Terror de Estado guiava o governo e homens de confiança ligados a ele no reconhecimento do inimigo a ser destruído<sup>76</sup>.

Hannah Arendt é uma das teóricas do poder e do Estado que nos ajuda a entender a necessidade do apoio de uma parcela da população para a duração até mesmo do regime mais brutal. De um modo bastante particular e dissonante em relação ao até aqui exposto acerca dos conceitos de poder e violência, a autora compreende a violência como a antítese do poder. Para a autora, os dois conceitos estão elencados numa relação de proporcionalidade inversa, “onde um domina absolutamente, o outro está ausente”, pois a “a violência aparece onde o poder está em risco”<sup>77</sup> e o conduz à destruição<sup>78</sup>.

Isso porque Arendt concebe o poder enquanto a essência de governo que corresponde a capacidade humana de agir em consenso, de pertencer a um mesmo grupo que poderá compartilhá-lo somente enquanto esse permanecer unido<sup>79</sup>.

Em um conflito da violência contra a violência, a superioridade do governo tem sido sempre absoluta; mas essa superioridade dura apenas enquanto a estrutura de poder do governo está intacta - isto é, enquanto os comandos são obedecidos, se as forças do exército ou da polícia estão prontas a usar suas armas. Quando esse não é mais o caso, a situação muda abruptamente. Não apenas a rebelião não é contida, mas também as próprias armas mudam de mãos.<sup>80</sup>

Ora, se o poder só é exercido plenamente se legitimado por um grupo, destaca-se a importância do apoio de uma parte da sociedade, seja como no excerto acima em que a polícia e exército foram realçados, seja popularmente, como aconteceu com o amalgama ideológico proporcionado pelo anticomunismo.

Acerca das acepções de violência, acreditamos que ela pode tanto enfraquecer o poder ou fortalecê-lo, a depender de sua base de apoio e de como ela se coloca frente a uma possível oposição. Todavia, diferentemente de Arendt, concordamos que violência

<sup>76</sup> MAGALHAES, Marionilde Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. *Revista Brasileira de História*. 1997, v. 17, n. 34. s/p.

<sup>77</sup> ARENDT, *op. cit.*, 73.

<sup>78</sup> Para a autora, se a perda do poder torna tentadora a aplicação da violência, o contrário também é verdadeiro, o poder pode restringir a violência. *Ibem*, p.71.

<sup>79</sup> *Ibidem*, p.60.

<sup>80</sup> *Idem Ibidem*, p.65.

está intrinsecamente relacionada ao poder (seja ela utilizada por aqueles que dominam ou mesmo como forma de subverter a relação de forças). Não se trata de uma proporcionalidade inversa, já que o Estado ou as leis dependem dela para se manter ou mesmo se constituir.

Ao mesmo tempo, como num ciclo vicioso, a violência muitas vezes passa cotidianamente despercebida porque tem a sua legitimidade garantida por quem ela sustenta, ou seja, o Estado e as leis legitimam a violência ao mesmo tempo que são legitimados por ela. Nesse sentido, não há como não remeter ao alerta de Arendt, que indica os perigos contidos na violência e na arbitrariedade, pois enquanto elas são consideradas corriqueiras ou desconsideradas, “ninguém questiona ou examina o que é óbvio para todos”<sup>81</sup>.

A partir da investigação em fontes provenientes da grande mídia, é notável a banalização da violência e o apelo ao uso da força por parte dos proprietários rurais contra os camponeses e lideranças de esquerda (“Latifundiários em pânico investem contra Brizola”<sup>82</sup>; “MINAS: Latifundiários metralham sem terra”<sup>83</sup>; “Latifúndio armado promete reagir à bala contra a Supra”<sup>84</sup>; etc). Notícias como essas se avultam em períodos de retomada das ocupações de terra e em momentos em que há possibilidades de mudanças na lei em benefício dos camponeses. Ou seja, em períodos em que o poder exercido pelo patronato se encontra ameaçado. Nesse sentido, é possível recorrer ainda à Arendt e compreender que o exercício da violência pode também ser um sinal de perda de poder.

Em suma, concordamos com Hannah Arendt sob dois prismas: o primeiro trata-se de reconhecer que em algumas situações, como a mencionada acima, o recurso à violência pode evidenciar que o poder e o exercício da dominação estão ameaçados; em segundo lugar, concordamos com a autora à medida que ela afirma que se em determinado momento o Estado depende muito mais da violência do que da aceitação de seus súditos-cidadãos ele corre riscos de ser derrubado.

---

<sup>81</sup> *Idem Ibidem*, p.16.

<sup>82</sup> *Novos Rumos*, nº 161, semana 16 a 22 de março de 1962, p.8.

<sup>83</sup> *Última Hora*, 31 de março de 1964, p.12.

<sup>84</sup> *Última Hora*, 12 de março de 1964, p.9.

Tal como sugerem Medeiros e Teló, a violência não é única forma do Estado exercer controle disciplinar<sup>85</sup>. Ainda que sem dispensar o recurso a ela, em muitos momentos, observa-se que a ditadura brasileira usou de estratégias de acomodação a fim de manter certa estabilidade durante sua vigência e de garantir uma transição mais amena<sup>86</sup>.

Já em uma complexa composição de forças, admitimos também que a ditadura colocou em prática uma “pedagogia do medo” ao “deixar escapar” parte da sua face violenta, como a prática de tortura, mortes e desaparecimentos políticos; ainda que negando e não se responsabilizando por tais ações. Nesse cenário, ratifica-se a “máxima de que o poder se esconde e revela-se naquilo que exhibe e oculta”<sup>87</sup>, pois a violência é supostamente legitimada (ao menos para uma parcela da população) em face ao “perigo vermelho”.

Os crimes citados acima são aqueles facilmente identificados do período, no entanto, as violações no meio rural apresentam características próprias que sinalizam para a necessidade de ampliação do escopo de atos identificados como violentos. Ameaças, perseguições, expulsão da terra, prisões arbitrárias, intimidação, privação de ir e vir, derrubada de casas, e outras ações contra pessoas e grupos no campo<sup>88</sup>, são alguns dos casos que se vincularam e se vinculam à repressão no meio rural.

A “cultura do medo”<sup>89</sup>, outro instrumento ditatorial de manutenção do poder, exerceu tonalidades próprias no meio rural. Ao se valer do “efeito demonstrativo” em comunidades onde a solidariedade e o estreitamento de laços entre as famílias são fatores

---

<sup>85</sup> TELÓ, Fabrício; MEDEIROS, Leonilde Servolo. “Violência e poder do Estado nos momentos iniciais do regime militar: a ação da Guarda Rural do IBRA”. In: SALES, Jean Rodrigues *et al.* (Orgs.). *História escrita história vivida: movimentos sociais, memória e repressão política na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

<sup>86</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, jan./mar. 2018. p.115-116.

<sup>87</sup> TELES, *op. cit.*, p. 103.

<sup>88</sup> CCV, *op. cit.*, p.61.

<sup>89</sup> O conceito de “cultura do medo” foi cunhado pelo pesquisador argentino Guillermo O Donnell, e foi explicado do seguinte modo por Bauer (2005): O uso generalizado e institucionalizado do clima de suspeição, dos sequestros, da tortura, dos desaparecimentos, das mortes criou nessas sociedades um “efeito demonstrativo”, que atingia não somente aqueles que eram vítimas diretas dessas práticas, mas também todo seu entorno social e familiar. A evidência da repressão empregada pelo estado terrorista criou essa “cultura do medo”, na qual a participação política ou a simples contestação poderia ser equiparada ao risco real de sofrer essas práticas. A “cultura do medo” acaba gerando um efeito dissuasivo da sociedade. O efeito combinado da exploração econômica, da repressão física, do controle político e da rígida censura coibiu a participação em atividades de oposição comunitária, sindical ou política. BAUER, Caroline Silveira. *Terrorismo de Estado e repressão política na ditadura cívico-militar de segurança nacional brasileira (1964-1988)*. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005. p.5.

socialmente relevantes na determinação do pertencimento, a cultura do medo comprometeu esses valores e deixou profundas cicatrizes na população do campo<sup>90</sup>. Portanto, suas particularidades, assim como seu uso e consequências no meio rural serão investigados nesta dissertação.

Acredito que esse conceito se relacione diretamente à violência simbólica. Esta diz respeito à forma como a sociedade se estrutura em termos de valores, normas e regras que regem as relações políticas e sociais tidas como dissonantes. Atribuição a qual Ansart acrescentaria que se refere a um fenômeno integrante da ideologia<sup>91</sup>. Em todo caso, trata-se de uma forma de violência que pode muitas vezes nos escapar aos olhos; mas pesquisar o meio rural é vê-la latente, atuando cotidianamente, de modos específicos que se imbricam na violação do *ethos* camponês. Ela opera com a exclusão de si mesma, se traveste de ação corriqueira (ou no máximo, de escárnio), o que potencializa a sua ação, duração e face violenta.

A partir da análise da atuação da violência simbólica no meio rural, Tavares dos Santos assinala que entre os diferentes discursos através dos quais ela se manifesta, estão o discurso da colonização, que incentivava a migração para novas terras; o discurso de ameaça de morte; ou ainda, a violência simbólica se manifestaria a partir do efeito de dissimulação ou de naturalização da coerção, “como se faz no âmbito das relações de dominação pelo ‘favor’ que permeiam a sociedades agrárias brasileiras”<sup>92</sup>. Elizabete Perosa resume a violência simbólica atuante no campo como a prática de reservar ao camponês um espaço de inferioridade. Ela vai além, distinguindo também a violência psicológica, advinda, por exemplo, de um mandato de reintegração de posse, visitas contínuas de oficiais da justiça e de advogados que agem no sentido de perturbar o cotidiano do camponês tirando-lhe o sono e o sossego. Alguns desses aspectos foram observados nas fontes elencadas para a realização do presente trabalho. Estes, somando-se a outros elementos presentes na vivência de pessoas próximas ao Master, serão destacados ao longo desta dissertação.

---

<sup>90</sup> GASPAROTTO, Alessandra. *et al.*, “Ninguém foi preso pelo fato de ser agricultor sem-terra e sim por agitador”: a repressão ao Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Rio Grande do Sul nos marcos do Golpe de 1964. In: SAUER, Sérgio (Org.). *Lutas, Memória e violações no campo brasileiro: conflitos, repressão e resistências no passado e no presente*. São Paulo: Outras Expressões, 2020. p.74

<sup>91</sup> ANSART, *op. cit.*, p.210.

<sup>92</sup> TAVARES DOS SANTOS, *op. cit.*, p.4

A presente pesquisa se constrói no intento de, para além de evidenciar a presença da ditadura e seu aparato repressivo no campo, demonstrar que é necessário um olhar mais atento para as especificidades das violações de direito nesse contexto, sendo até mesmo desejável considerar outras escalas, sejam ela espaciais, temporais ou sociais, a fim de vislumbrar as “formas particulares de significar, vivenciar e resistir, na temporalidade da ditadura militar”<sup>93</sup>.

Para tanto, irei me valer de uma gama variada de fontes, sendo elas: Inquéritos Policiais Militares (IPMs) que investigaram as Associações de Agricultores Sem Terra formadas no estado do Rio Grande do Sul no pré-64 e que estão catalogados no Projeto Brasil Nunca Mais; documentos do Arquivo Nacional que compõem a base de dados do fundo “Acervos dos Órgãos de Informação do Regime Militar”; documentos da Comissão Especial de Indenização, disponíveis no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS); atas dos Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, jornais e fontes orais.

Nota-se que as duas primeiras fontes mencionadas se constituem em documentos produzidos por órgãos de informação e repressão ditatorial. São fontes que trazem consigo a marca de terem sido produzidas de maneira desordenada, fragmentada e sob a “lógica da desconfiança”<sup>94</sup> da ditadura. O trabalho com elas não pressupõe acesso “a verdade”, nem a trajetória fidedigna de pessoas que se relacionaram com o Master, ao invés disso, conforme Kushnir, “lá se encontram informações improcedentes, inexatas e enganadoras.”<sup>95</sup> Isso porque para enredar a malha repressiva, um clima de terror psicológico foi forjado em alguns interrogatórios a fim de obter supostas confissões.

Devido ao fato da repressão no campo em grande medida ter sido praticada em locais de conflitos, pelos poderes privados ou por ações ilegais do aparato estatal, existem significativos vazios sobre a violência aos camponeses nesses fundos<sup>96</sup>. Tais apontamentos sobre as fontes oficiais poderiam suscitar a questão “por que as utilizar?”

<sup>93</sup> FERNANDES, Juliana Ventura de Souza. *A “Guerra dos 18 anos” – Repertórios para existir e resistir à ditadura e a outros fins de mundo*. Uma perspectiva do povo indígena Xakriabá e suas cosmopolíticas de memória. Belo Horizonte: Tese de Doutorado/UFGM, 2020. p.11.

<sup>94</sup> KUSHNIR, Beatriz. Pelo buraco da fechadura: o acesso à informação e às fontes (os arquivos do DOPS – RJ e SP). In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.). *Minorias silenciadas: história da censura no Brasil*. São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial do Estado, 2002. p.578.

<sup>95</sup> *Idem*.

<sup>96</sup> MEDEIROS, Leonilde Sérvolo. Repressão e resistências no campo. In: SAUER, Sérgio (Org.). *Lutas, Memória e violações no campo brasileiro: conflitos, repressão e resistências no passado e no presente*. São Paulo: Outras Expressões, 2020, p.13.

Elas sobretudo, revelam a perspectiva da ditadura sobre os camponeses. Mas, consideradas as devidas ressalvas metodológicas, os inquéritos possibilitam também o estudo de trajetórias de sujeitos históricos difíceis de serem encontrados em outras fontes. Portanto, o registro da história dos camponeses, muitas vezes analfabetos, não foge da reflexão de João José Reis, que aponta que “a história dos dominados vêm à tona pela pena dos escrivães de polícia”<sup>97</sup>.

Os processos do fundo da Comissão Especial de Indenização se constituíram a partir da Lei Estadual nº 11.042/1998, que reconhece danos físicos e psicológicos causados a pessoas detidas por motivos políticos entre os dias 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979 no estado do Rio Grande do Sul. Eles se diferenciam dos documentos policiais por extravasarem as fronteiras do silêncio à medida que os próprios requerentes (ou seus familiares) revisitaram aspectos de sua trajetória de vida anterior ao Golpe e das violações de direitos sofridas após 1964, contrapondo-se à documentação oficial e tecendo a sua própria narrativa<sup>98</sup>. Com isso, trazem à tona um mosaico de marcas impostas pela ditadura em cada trajetória pessoal, que quando analisadas coletivamente e em contraste com outras fontes, possibilitam vislumbrar a atuação do Estado, as distintas formas de repressão, questões organizativas relativas as associações e ao Master, entre outros pontos.

A consulta às atas das sessões referentes aos arquivos do Poder Legislativo, tal como lembra Medeiros (2020), revela configurações locais das lutas e das formas de se relacionar com elas<sup>99</sup>. Ademais, trata-se de uma fonte que permite-nos acompanhar discussões em torno de temas polêmicos, como a reforma agrária. Ainda que muitas vezes acaloradas e sempre seguindo tendências ideológicas que a priori já guiam a compreensão de embates da época, tais discussões deixaram rastros/vestígios importantes. Por exemplo, sabemos que a abertura de um Inquérito Parlamentar deve ser subsidiada por discussões que apontam acontecimentos e que permitam fundamentar a abertura dos trabalhos. Assim, foram anexados nos anais cartas, matérias de jornais, depoimentos que ajudam na compreensão da conjuntura vivida<sup>100</sup>. Essas e outras informações foram coletadas nesta pesquisa por meio de uma busca que prezou por palavras-chave presentes

---

<sup>97</sup> REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: A história do levante dos Malês*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p.8.

<sup>98</sup> GASPAROTTO *et al*, *op.cit*, p.73.

<sup>99</sup> MEDEIROS, *op. cit.*, p. 13.

<sup>100</sup> Esta fonte será abordada principalmente no que se refere a investigação do ano de 1963 e início de 1964.

nas sessões ordinárias da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul realizados no ano de 1963 e que atualmente podem ser apreciados via internet.

Dentre os documentos anexados aos registros parlamentares destaco as cartas-depoimento, consideradas como testemunhos manuscritos produzidos por uma suposta visão *in loco* de camponeses que sofreram com arbitrariedades policiais. Elas trazem consigo “marcas de verdade”<sup>101</sup> produzidas pelo olhar de quem vivenciou o ocorrido pela autópsia, ou seja, “o olho como marca de enunciação, de um ‘eu vi’ como intervenção do narrador no seu relato, para provar em proporção não negligenciável”<sup>102</sup>. Ainda que esses registros devam ser tratados com cautela, trata-se de marcas que não podem ser negligenciadas por trazerem à tona pontos de vista e sofrimentos cotidianos<sup>103</sup> de pessoas que na maior parte das vezes se calaram diante da violência e que em poucos documentos tiveram suas denúncias expostas.

Algumas dessas atas da Assembleia também foram publicadas nos periódicos da época, que ao promoverem notoriedade a determinados temas no debate público, revelavam a sua filiação política e ideológica. O jornal que mais divulgou discussões da Assembleia foi o *Correio do Povo*, um periódico de circulação estadual, vigente desde 1895. Na década de 1960, tinha como diretor Breno Caldas, um grande ruralista do estado<sup>104</sup>, que pautou o veículo de informação que detinha como porta-voz de sua classe. Para nossa análise, foram pesquisadas edições do jornal publicadas entre os anos de 1961 e início de 1964.

A fim de ampliar o espectro de análise, consultei também edições do *Última Hora* (a versão publicada no RS), *Novos Rumos* e *Terra Livre*. Os dois últimos citados trazem em comum a característica de estarem disponíveis para a consulta online. Por isso, pude fazer uma maior apreciação das matérias divulgadas, a começar pelo ano de 1960 até 1964, quando a continuidade dos trabalhos desses jornais foi impedida pelos militares. Quanto à edição gaúcha de *Última Hora*, alguns fatores me impossibilitaram de ter um contato mais exaustivo com essa fonte. Primeiramente, cabe salientar que o periódico se encontra salvaguardado no acervo do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa,

---

<sup>101</sup> CEZAR, Temístocles. *Quando um manuscrito torna-se fonte histórica: as marcas de verdade no relato de Gabriel Soares de Sousa (1587). Ensaio sobre uma operação historiográfica*. História em Revista. Dossiê Historiografia, NDH/ UFPEL. n. 6 (dez), 2000. p. 38

<sup>102</sup> *Idem*.

<sup>103</sup> PINSKY, Carla Bassanezi.(org.) Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005, p.24.

<sup>104</sup> De acordo com um levantamento realizado durante a gestão Brizola, Caldas detinha uma área de 2.808,37 hectares no município de Viamão e era acionista da empresa *Arrozeira Brasileira S.A.*

localizado em Porto Alegre. Devido as más condições do prédio, esse museu permaneceu com o acesso fechado para pesquisadores entre os anos de 2016 e 2017 e, posteriormente à abertura, alguns fundos permaneceram de difícil acesso. No ano de 2019, por intermédio de uma iniciativa da professora Alessandra Gasparotto, comecei a ter acesso a algumas edições (referentes aos meses de junho de 1960, junho, julho, novembro e dezembro de 1961, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro e dezembro de 1962, março e abril de 1964). Contudo, as possibilidades de pesquisa no acervo foram novamente interrompidas no ano seguinte, devido à escalada da pandemia causada pela Covid-19. Com isso, saliento que por tratar-se de um dos periódicos que mais divulgaram as ações do Master, optei por utilizá-lo neste trabalho à medida que essa fonte se destacava em citações de outras pesquisas, notavelmente as de Eckert e Rebello.

As diferentes tendências desses jornais refletem-se na apresentação (ou omissão) de acontecimentos que permeiam o Master, o que está deveras ancorada no posicionamento de cada um deles. O *Novos Rumos* e o *Terra Livre* foram periódicos editados pelo PCB, enquanto o *Última Hora* foi fundado em junho de 1951 pelo jornalista Samuel Wainer e se apresentou próximo ao PTB.

O trabalho com os jornais pressupõe a compreensão de que essas fontes se apresentam como “agentes de memória”<sup>105</sup> dada a aproximação seletiva do passado que oferecem e acabam por evidenciar o cruzamento de interesses particulares da própria empresa, jogos políticos, e critérios do dito e do não dito<sup>106</sup>. Com os devidos cuidados metodológicos, essas fontes se tornam bastante oportunas para as análises desta dissertação.

Quanto à última fonte que fiz menção de utilizar, a história oral, primeiramente elenco seu potencial de trazer à tona trajetórias de sujeitos com caminhadas coletivas historicamente invisibilizadas. Simultaneamente a isso, ela também se elabora enquanto metodologia por meio da problematização e da análise de versões que se apresentam calcadas nas memórias coletivas.

Ao longo desse trabalho serão utilizadas entrevistas de história oral narradas por camponeses que a fim de lutar pela reforma agrária no início da década de 1960, de algum

---

<sup>105</sup> BARBOSA, Marialva. Jornalismo e a construção de uma memória para a sua história. In: BRAGANÇA, A; MOREIRA, S.V. *Comunicação, Acontecimento Memória*. São Paulo: Intercom, 2004. Cap. 2, p.108.

<sup>106</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: *História das Américas: fontes e abordagens historiográficas* [S.l: s.n.], 2015.

modo estiveram próximos ao Master. Tais entrevistas foram possibilitadas pelo fomento da CAPES ao projeto a que estive vinculada durante a minha iniciação científica. Entre novembro de 2018 e julho de 2019, a historiadora Prof. Dra. Alessandra Gasparotto gentilmente possibilitou que o projeto fosse realizado de forma coletiva, de modo que eu, juntamente a dois colegas, Tiago Cassol e Darlan Rodrigues, participamos de todo o processo das entrevistas. Após elaborar roteiros enfatizando o movimento camponês analisado neste trabalho<sup>107</sup>, primeiramente conhecemos Seu João Raimundi, Seu Geraldo Breda e sua esposa, Dona Iracema Breda, assentados em Ronda Alta em decorrência de terem participado do Acampamento na Fazenda Sarandi. Meses depois viajamos para a cidade de Encruzilhada do Sul, onde Seu João Goldas compartilhou suas memórias acerca do episódio no distrito de Faxinal, em 1960, que deu origem ao Master. Esses narradores “puxaram na memória” impressões sobre temas tais como medo do comunismo, necessidade de se mobilizar, vínculos iniciais com a bandeira da reforma agrária, apoio recebido, estratégias empregadas, entre outros aspectos.

Se por um lado, compúnhamos um grupo significativo de entrevistadores (em média, quatro pessoas), podemos dizer que coletivas também foram as vozes que nos narraram suas histórias de vida. As entrevistas espontaneamente se constituíram em círculos, em que, para além do compartilhamento invariável do chimarrão, familiares estiveram a ouvir as histórias dos seus entes mais velhos e a acrescentar suas próprias lembranças. Esta configuração apresenta uma dimensão especial, que Fernandes (2020) bem descreve:

Narrar coletivamente implica não apenas que as narrativas possuam maior “qualidade”, mas também as deixam expostas aos seus próprios critérios de “validação”, já que a situação coletiva poderia imprimir seus tensionamentos e complementações, como também permitiria a transmissão de conhecimentos. Assim, enunciar coletivamente, é ao mesmo tempo, produzir verdade histórica e transmitir as histórias verdadeiras.<sup>108</sup>

Nota-se que as conquistas do movimento não se restringiram àqueles que participaram das suas ações, houve um compartilhamento de experiências que certamente marcaram e ainda marcam os camponeses do estado. Isso contribuiu para que novas lutas

---

<sup>107</sup> Saliento, portanto, que a metodologia utilizada na elaboração dos roteiros se refere a história oral temática, em que a ênfase neste trabalho recai sobre as mobilizações de camponeses em prol da reforma agrária nos 1960 e as relações estabelecidas com o Master. Além disso, os relatos se tornam imprescindíveis para o alcance do objetivo geral deste trabalho, à medida que apontam alguns impactos da repressão em suas histórias de vida, bem como os estigmas associados a esses sujeitos.

<sup>108</sup> FERNANDES (2020), *op. cit.*, p. 117.

voltassem a emergir em um momento mais oportuno, que veio no início da década de 1980, com o MST. Não por acaso, na mesma região onde se constituiu o acampamento mais famoso do Master, o da Fazenda Sarandi, os filhos daqueles que outrora acamparam pela primeira vez na década de 1960, vinte anos depois armaram as suas barracas inaugurando um movimento certamente ressignificado, mas, fruto de uma “memória subterrânea” que perdurou.

De acordo com Pollak (1989), as memórias subterrâneas apresentam potencial de colocar em questão memórias oficiais, uma vez que a memória apresenta caráter seletivo e é herança e fruto de lutas políticas as vezes invisibilizadas. Quando a barreira do não-dito é rompida por meio da expressão dessas memórias no espaço público, as memórias subterrâneas veem à tona<sup>109</sup>.

Em nossas entrevistas, tivemos contato com “duas gerações de memórias subterrâneas”, por assim dizer. A geração que se relaciona às manifestações pela reforma agrária no início da década de 1960, e a geração que esteve relacionada aos primeiros eventos que deram origem ao MST (são eles: Isaías Vedovatto, Ênio Borges, Salete Campigotto, Antônio Campigotto; todos entrevistados na região norte do estado). As duas gerações são compostas por agricultores que ansiaram pela democratização da terra, com a diferença de que a primeira se trata de camponeses que participaram das mobilizações sem se apresentarem enquanto líderes, enquanto a segunda, são pessoas que geriram e lideraram as mobilizações precursoras do MST. São entrevistas que, em seu conjunto, apontam para inúmeros horizontes de investigação, mas, por limitações deste trabalho, as narrativas da segunda geração serão retomadas somente à medida que elas expuseram acontecimentos relacionados à primeira. No entanto, cabe ressaltar dois aspectos marcantes no contato com tais pessoas.

Primeiramente, ressalto que não teria sido possível realizar as entrevistas sem uma rede de relações que nos levou até os testemunhos que se dispuseram a falar. Essa rede foi marcada por contatos realizados justamente por pessoas provenientes de movimentos de luta pela terra atuais. Seu Isaías, dirigente histórico do MST, nos acolheu por três dias em sua casa, telefonou para pessoas que tinham “coisas para falar”, esteve presente conosco em todas as entrevistas realizadas na região de Sarandi e, inclusive, atuou como facilitador no desenvolvimento das narrativas. Já a entrevista realizada com Seu Goldas, foi possibilitada a partir de contatos realizados com o seu neto, “Lambari”, militante do

---

<sup>109</sup> POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.2, n3. 1989.

Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e estudante de Medicina Veterinária na Universidade Federal de Pelotas a partir do Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (PRONERA). A casa para a qual Lambari retorna quando não está estudando é o sítio de seu avô. Ao tomar conhecimento do nosso projeto de pesquisa, Lambari remeteu a uma série de memórias compartilhadas por seu avô a respeito do Master e “do Brizola” ao longo de sua infância e juventude.

Desse modo, observamos a convivência e o diálogo como processos envolvidos no fenômeno da memória. Há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido, que repercutem na elaboração de uma memória compartilhada por um grupo. Estas experiências, quando imbuídas de afetividade e consentimento entre indivíduos, se agrupam em uma base comum, a qual Halbwachs denomina memória coletiva<sup>110</sup>.

Neste trabalho o conjunto de narrativas serão elencadas a partir da aceção de que uma experiência comum foi constituída por meio de vivências que mesmo caminhando separadas tiveram vários pontos de contato, permitindo-nos apreciar uma memória coletiva. Isso não se dá sem a ressalva de que existem traços individuais nos depoimentos que não devem ser negligenciados. A própria variação do sujeito que narra, ora apresentando-se como “eu”, ora como “nós”, já expressa que a experiência comum também é marcada por percepções individuais, exercendo um jogo de complementação e de destaque a pontos consonantes. Além disso, parto do pressuposto de que a memória coletiva não é um fenômeno hegemônico, pois dentro dela há espaço para conflitos.

Convergindo com Halbwachs, foi como membros de um grupo que se mobilizou pela democratização da terra no início dos anos 1960 que nossos entrevistados lembram de suas trajetórias. Já com a experiência advinda com a realização desse conjunto de entrevistas, podemos concordar com Medeiros (2002), que afirma que o trabalho com a história oral permite-nos aproximar de "dimensões do cotidiano que não nos é aberta nos documentos"<sup>111</sup>.

Todas as tipologias de fontes aqui elencadas trazem características que tornam os cuidados teóricos e metodológicos fundamentais, de modo a evitar simplificações e realizar a devida crítica das fontes. Reconhecer tal necessidade não implica deslegitimar o uso de nenhuma delas, pelo contrário, possibilita que sejamos guiados com um olhar

---

<sup>110</sup> HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*, tradução: Laís Teles Benoir, São Paulo: Centauro, 2004.

<sup>111</sup> MEDEIROS (2020), *op. cit.*, p.23.

atento, buscando na fonte aquilo que ela de fato pode nos oferecer, o que é potencializado quando estabelecemos um diálogo entre as diferentes tipologias.

Todas as tipologias de fontes citadas foram apropriadas ao longo dos capítulos e alguns aspectos metodológicos de sua utilização serão retomados e ampliados mais adiante. Cabe acrescentar que a partir delas, da contribuição da bibliografia acadêmica, e dos problemas de pesquisa, este trabalho foi pensado abarcando três capítulos.

O objetivo do **Capítulo 1** é situar melhor o leitor acerca da trajetória do Master. Nesse intento, será realizada uma discussão sobre os sujeitos que majoritariamente o compunham: os camponeses. Em outras palavras, discutirei o significado do termo camponês, conectando as vinculações inerentes ao termo - como a noção de pertencimento e identidade - no que se refere em específico àqueles que se engajaram na luta pela terra durante o período no estado. Será traçada uma narrativa abordando desde a fundação do movimento, suas principais mobilizações, estratégias e bandeiras. Serão aprofundadas discussões acerca do cenário de disputas e mobilizações políticas sul-riograndenses no que tange à reforma agrária, bem como serão abordadas as disputas internas do Master. Tais elementos apresentam-se delimitados pelo marco temporal que vai desde a fundação do Master, 1960, até janeiro de 1963, quando findou a gestão Brizola e junto com ela começou a haver reestruturações que obrigaram o Master a adotar uma outra postura.

O **Capítulo 2** concerne ainda ao período anterior à ditadura, tendo como ponto de partida a posse do governador Ildo Meneghetti, ocorrida no final de janeiro de 1963. O foco do capítulo será dado nas ações de esvaziamento político e repressão ao Master, algo bastante intenso no período. Discutiremos as características e estratégias tanto dos agentes da repressão vinculados ao Estado, bem como as práticas repressivas vinculadas ao patronato rural. Também abordaremos o papel da Igreja Católica na oposição ao Master. Esses procuraram agir de forma combinada a fim de defender seus interesses e ideais e potencializar os efeitos sentidos pela repressão no campo. Não obstante, no capítulo também apontaremos as estratégias de resistência do Master ante ao novo cenário. Seremos, portanto, guiados por questionamentos tais como: Quais mudanças marcaram a trajetória do movimento a partir da reestruturação no governo do estado em 1963? Quais limites a gestão Meneghetti imprimiu ao Master? Quem eram os agentes da violência dirigida ao meio rural e quais princípios os guiavam? De que mecanismos eles se valiam

para reprimir e silenciar a luta do campesinato? Quais estratégias foram utilizadas pelo Master para resistir e não perder direitos?

Já no **Capítulo 3** justamente reside o cerne desta dissertação, uma vez que o foco dele será investigar como a ditadura se fez sentir no meio rural gaúcho para aqueles que haviam recentemente se mobilizado pela reforma agrária. Assim sendo, será nesta seção que poderemos colocar a conjuntura repressiva do pré-64, discutida no segundo capítulo, em perspectiva com os elementos da ditadura que serão aqui apresentados. Com o Master desmantelado, lideranças perseguidas e com o campesinato sendo atingido por uma repressão cotidiana, será necessário retomar o conceito de violência, ampliando seu campo de aceção. Entrevistas, IPMs, processos movidos com fins de indenização serão mobilizados conjuntamente a fim de contemplarmos indagações tais como: Quais especificidades da ação repressiva guardam a ditadura em relação ao que já vinha ocorrendo a partir de 1963 no estado? Quais os impactos do Golpe de 1964 para os movimentos sociais no campo e, mais especificamente, sobre o Master? Como a ação repressiva da ditadura incidiu sobre tal movimento, seus militantes e dirigentes? Como a repressão marcou a história de vida daquelas pessoas? Quais as especificidades da ação repressiva sobre o meio rural? Para além disso, a partir dos processos da Comissão Especial de Indenização traçaremos um quadro abordando a questão da reparação ao meio rural.

Após apresentada a estrutura da presente dissertação, seguimos a ela.

## Capítulo 1 – ‘*Estejam certos de que isso é coisa muito séria*’- A trajetória inicial do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul

Estejam certos de que isso é coisa muito séria. Esperem cinco anos para ver o que vai acontecer. Criada a mentalidade da reforma agrária, força nenhuma será capaz de impedi-la. Está provado que toda a vez que alguém se organiza em grupo é atendido. Temos o exemplo dos trabalhadores quando promovem greve.<sup>112</sup>

Com essas palavras proferidas no dia 24 de junho de 1960, o então deputado federal, Ruy Ramos (PTB), afirmou em entrevista coletiva à imprensa seu ingresso na luta pela reforma agrária. Sua presença naquele dia no município de Encruzilhada do Sul, localizado no interior do Rio Grande do Sul, relacionava-se à fundação do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul (Master). Junto a ele, à frente do movimento, somaram-se Paulo Schilling, superintendente da fronteira do sudoeste do estado e Milton Serres Rodrigues (PTB), prefeito de Encruzilhada do Sul e presidente do Master.

O Master emergiu a partir da luta pelo direito de permanência firmada por posseiros que há mais de cinquenta anos estavam estabelecidos na localidade de Faxinal, distrito de Encruzilhada do Sul. A determinação do pagamento de aluguel estipulada anos antes pelo homem que se dizia proprietário dos 1.800 hectares de terra da localidade fora naquela ocasião substituída pela exigência da compra da terra ou saída imediata por parte dos posseiros.

Em pouco tempo as ameaças deram lugar a intimações judiciais formais de despejo. A ordem de despejo foi confirmada e forças policiais foram preparadas para consumá-la, mesmo com os posseiros contando com o apoio do prefeito da cidade. Por sua vez, “sem a intenção de perderem a terra e sem condições para efetivar a sua compra”<sup>113</sup>, mais de 200 posseiros organizaram uma comissão a fim de resistir e, inclusive, de acordo com o jornal *Última Hora*, estariam dispostos a pegar em armas. Neste ínterim, Serres trabalhou para que a decisão judicial fosse adiada enquanto investigava a documentação da propriedade. Finalmente, sem ver comprovada a posse de toda a área reivindicada pelo suposto proprietário, o governo estadual, mediante o

---

<sup>112</sup> Discurso do deputado federal, Ruy Ramos. *Última Hora*, 25 de junho de 1960, p.3.

<sup>113</sup> *Última Hora*, 25 de junho de 1960, p.3.

pagamento em apólices estaduais, decidiu desapropriá-la. E aos posseiros foram expedidos os respectivos títulos das terras onde moravam e cultivavam<sup>114</sup>.

O ocorrido em Faxinal inaugurou uma série de outras mobilizações pelo estado, uma vez que resultou na fundação do Master. No discurso de inauguração que abre este capítulo, Ruy Ramos segue ressaltando as perspectivas iniciais que iriam marcar o movimento durante toda a sua trajetória. Em primeiro lugar, destaque em sua fala a referência aos operários que, inclusive, se fizeram presentes no evento inaugural, evidenciando a proximidade entre o movimento que estava surgindo e outras frentes de mobilização popular. Assim como, sinalizava uma conexão entre as lideranças do Master e lideranças urbanas.

Um segundo ponto notável se deu na sequência do discurso do deputado ao aludir à pretensão de “mobilizar a opinião pública rural e citadina para obter a reforma agrária por bons meios, se possível, mas obtê-la mesmo por qualquer meio”. Ou seja, o movimento inicialmente mostrou-se propenso a uma atuação radicalizada que remete ao lema das Ligas Camponesas do Nordeste, “reforma agrária na lei ou na marra”. Naquela ocasião, Ruy Ramos saudou Francisco Julião<sup>115</sup>, líder das Ligas, e expôs que os primeiros contatos entre eles já haviam sido tomados. Ramos afirmou ainda que estava disposto a trabalhar de acordo com a atuação do líder pernambucano, todavia, esse posicionamento, conforme será evidenciado ao longo deste capítulo, iria se mostrar distante do caminho traçado pelo Master.

Sobretudo, é interessante notar que desde o primeiro dia, o Master já tinha no horizonte a sua expansão, tanto a nível estadual quanto a nível nacional, pois, ainda de acordo com Ruy Ramos, o movimento atuaria fundando associações de camponeses no estado e “quando [as associações] houverem se constituído em número apreciável, será

---

<sup>114</sup> Informações compiladas a partir das seguintes publicações: *Novos Rumos*, semana de 2 a 8 de dezembro de 1960 nº92, p.4. *Última Hora*, 11 de junho de 1960, p.13. *Última Hora*, 25 de junho de 1960, p.3.

<sup>115</sup> Francisco Julião foi um advogado pernambucano que exerceu expoente liderança frente ao que viria a ser consolidado como as Ligas Camponesas do Nordeste. Sua conexão com o movimento camponês começou em 1948, quando foi convidado para assumir a defesa jurídica dos membros da Sociedade Agrícola e Pecuária de Pernambuco (Sapp), associação camponesa pioneira no estado organizada por trabalhadores do engenho Galiléia, localizado no município de Vitória de Santo Antão. O caso ganhou notoriedade, tornando-se o símbolo de reforma agrária almejada pelos trabalhadores rurais, e expandiu-se em vários núcleos que identificavam Julião como liderança.

Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/francisco\\_juliao](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/francisco_juliao); <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/ligas-camponesas>; Acesso em: 07 de março de 2022.

fundada a Federação Nacional dos Agricultores Sem Terra, integrada também pelas Ligas Camponesas de Pernambuco”.

Apesar de previsto desde o início do movimento, seu impulsionamento a nível estadual não ocorreu de imediato, tampouco foi possível a sua ampliação em âmbito nacional. Em um trabalho fundamental para a compreensão sobre a trajetória do Master, Córdula Eckert (1984) afirma ter sido incipiente a organização e penetração do movimento junto aos sem terra em um primeiro momento. Com base em estudo sobre a trajetória do Master, Eckert dividiu a história dele em três fases distintas. A primeira fase diz respeito justamente ao período inicial, marcado pela organização e impulsionamento das associações no interior do estado. A priorização pela legalidade por parte do Master suscitou o apoio do então governador do Estado, Leonel Brizola (PTB), especialmente após 1961. Já em 1962, em decorrência do apoio prestado pelo governador e da formação do Acampamento da Fazenda Sarandí, primeiro acampamento formado pelos sem terra, inaugurou-se a segunda fase, em que o movimento tomou impulso. Desde então, os acampamentos foram incorporados como linguagem e repertório político do movimento e as associações de agricultores sem terra foram fortalecidas. Já a terceira fase compreende os anos de 1963, marcada pela posse do governador Ildo Meneghetti (PSD), até março de 1964, quando o movimento foi desmantelado com o golpe civil-militar. Desde 1963 foi cobrado do Master uma nova postura a fim de resistir e não perder direitos, posto que a nova gestão passou, por diferentes meios, a minar as suas ações. Esta última fase elencada pela autora será abordada no segundo capítulo desta dissertação, enquanto as duas primeiras, ou seja, desde a fundação do movimento, em 1960, até janeiro de 1963, marcado pelo fim da gestão Brizola, serão tratadas a seguir.

O objetivo deste capítulo é traçar e conectar discussões acerca da trajetória do Master, com ênfase em suas bandeiras, estratégias de mobilização, ações, organicidade e conjuntura na qual estava inserido. Optei por dividi-lo em três momentos, com marcos distintos em relação aos escolhidos por Eckert. Na primeira parte do capítulo serão retomados processos políticos gestados no interior do aparelho do Estado, que orientaram a atuação da gestão Brizola em relação à política agrária executada no estado do Rio Grande do Sul. Assim, serão destacados alguns elementos conjunturais que estiveram em consonância com a atuação do Master. A segunda parte pretende evidenciar questões relativas à organicidade do movimento, demonstrando as articulações que possibilitaram a ampliação de sua influência no estado; também serão elencados os princípios que

guiaram o movimento e suas características internas. Por último, no terceiro momento deste capítulo, o foco será direcionado às mobilizações camponesas e às estratégias que marcaram a identidade do Master. A ênfase dessa parte recairá sobre as percepções e ações daqueles que construíram o movimento e fundamentaram a “razão de ser” do Master – os camponeses.

### 1.1. A gestão Brizola (1959 – 1962) e a questão agrária

No dia 25 de julho de 1960, o jornal *Última Hora*, divulgou a fundação do Master com o discurso e detalhes mencionados acima. Poucos dias antes, o mesmo jornal também havia exibido uma das consequências da crise agrária que o Rio Grande do Sul vinha passando desde a década anterior: o êxodo rural<sup>116</sup>. O alto índice de concentração da propriedade da terra, principalmente aquela dedicada ao setor pastoril, e o esgotamento da fronteira agrícola gaúcha sintetizam o problema econômico e social que marcava o estado à época.

De acordo com um estudo da Fundação de Economia e Estatística, publicado em 1978, 13.503.648 ha, de um total de 21.659.406 ha ocupados no estado na década de 1960, eram correspondentes a estabelecimentos que detinham entre 100 e 10.000 ha. Ou seja, cerca de 62% da área ocupada no Rio Grande do Sul estava dividida entre 27.554 estabelecimentos rurais com área entre 100 e 10.000 ha; enquanto 252.465 estabelecimentos, 31% da área ocupada, correspondiam a propriedades com área de 10 a 100 ha. O cenário era de uma elevada concentração de terra por parte dos latifúndios sul riograndenses. Do total de 280.019 propriedades rurais, apenas 47 delas se valiam de uma área entre 10.000 ha e 100.000 ha, e apenas 1 propriedade detinha uma área acima de 100.000 ha<sup>117</sup>.

Sob tal conjuntura, ocorreu um acirramento dos conflitos agrários no estado. Diversos setores produtivos vinculados à terra se envolveram em lutas pela redistribuição fundiária, sejam eles os assalariados permanentes e temporários, os posseiros, os parceiros, os arrendatários, os pequenos proprietários e seus filhos e produtores

---

<sup>116</sup> Refiro-me a uma matéria intitulada “Êxodo: Gaúchos procuram terras mais ricas”. *Última Hora*, 20 de junho de 1960, p.3.

<sup>117</sup> FEE (FUNDAÇÃO ECONOMIA E ESTATÍSTICA). *25 anos de economia gaúcha*. Vol.3. A agricultura do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1978, p. 41.

mecanizados sem terra que se dedicavam à cultura de arroz e trigo<sup>118</sup>. Tamanha era a amplitude da crise que, segundo Eckert (1984), “com exceção dos pecuaristas, todos outros setores tinham interesse em redistribuição da posse da terra”<sup>119</sup>.

O governo estadual, sob o comando de Leonel Brizola (PTB), passou a interpretar a configuração agrária no estado como entrave para o desenvolvimento da economia gaúcha. Seguindo a tônica nacional, a reforma agrária tornou-se tema discutido por todos os setores da sociedade e, de modo geral, era considerada indispensável ao desenvolvimento do país. Conforme Harres (2014), “ela representava a possibilidade não só de incrementar a produção de alimentos para o mercado interno, como também poderia formar o próprio mercado de consumo, o que representaria um marco decisivo quanto às questões produtivas e de distribuição”<sup>120</sup>. Em termos regionais, a defesa da reforma agrária por parte do governo assentava-se na premissa da modernização da economia, mas, além disso, a face social e política eram centrais nas discussões, o que gerava divergência entre os projetos que circulavam.

Brizola foi eleito governador do estado do Rio Grande do Sul em 1958, a partir de uma coalizão de forças sustentada pelo PTB, PSP<sup>121</sup> e PRP<sup>122</sup>. Com projetos políticos divergentes em sua base, o governo eleito logo passou a enfrentar impasses e dificuldade de consenso quanto as políticas a serem implementadas, com destaque para aquela que dizia respeito a distribuição de terras. O governador que havia sido eleito sem destacar a questão agrária, progressivamente passou a pautá-la em seu governo, implicando em atravessamentos nas decisões da própria Secretaria de Agricultura, que a princípio estava nas mãos do PRP, sob o comando de Alberto Hoffmann.

Conforme Alves, há indícios de que Brizola, mesmo cedendo uma importante pasta da administração estadual ao PRP, procurou esvaziar a ação do partido

---

<sup>118</sup> ECKERT (1984), *op. cit.*, p.53.

<sup>119</sup> *Idem.*

<sup>120</sup> HARRES (2014), *op. cit.*, p.19.

<sup>121</sup> Partido Social-Progressista (PSP).

<sup>122</sup> Partido de Representação Popular (PRP). A aliança com este partido possibilitou que o PTB ganhasse as primeiras bases eleitorais no meio rural, principalmente àquelas de colonização italiana e alemã, então, bastante próximas ao PRP.

Acerca desse partido atuante é necessário ainda mencionar a sua relação com Plínio Salgado. O ex-líder da Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento político fortemente identificado com o fascismo italiano durante a década de 1930, em 1945 fundaria o PRP com a intenção de reorganizar o antigo movimento sob a forma de partido e de acordo com as normas da nova legislação eleitoral. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-de-representacao-popular-prp>. Acesso em: 05 de outubro de 2022.

redirecionando as decisões de responsabilidade da Secretaria de Agricultura a outros órgãos da burocracia estatal.<sup>123</sup> A Comissão Estadual de Terras e Habitação (CETH), órgão criado em 29 de fevereiro de 1960, ficou responsável por algumas decisões próprias da alçada da Secretaria, como, por exemplo, deliberações sobre a aquisição de áreas para projetos de colonização. Por outro lado, segundo o autor, foi a partir da criação da CETH que se verificou as primeiras ações do governo com alguma intenção de promover mudanças na situação fundiária.<sup>124</sup>

Em vista do decreto de criação da CETH, Alves elucida que o órgão “teria como função promover ‘a aquisição de terras para agricultores e suas organizações e de áreas destinadas a construção da casa própria, incumbindo-lhe ainda, fazer estudos, propor medidas, organizar e realizar projetos relacionados com seus objetivos’”. Durante a sua atuação, a CETH realizou um levantamento da situação fundiária do estado, mapeando propriedades rurais com áreas superiores a 2.500 ha. O estudo que deu origem ao documento intitulado “Relação de Proprietários Rurais com áreas superiores a 2.500 hectares”, que discriminava o tamanho das propriedades rurais do estado, investigou entre 71 municípios do estado<sup>125</sup>, a situação jurídica e as posses dos respectivos donos das propriedades. Como resultado, foram contabilizadas 863 propriedades na condição de área superior a 2.500 ha nas cidades pesquisadas<sup>126</sup>. Traçava-se, assim, o quadro latifundiário do estado, o que futuramente iria subsidiar decisões legais do governo no sentido de desapropriar algumas áreas de acordo com a sua “função social”, à medida que camponeses iriam também reivindicando as terras.

Em outubro de 1961, após o rompimento entre Brizola e o PRP, Alberto Hoffmann foi exonerado da Secretaria de Agricultura, dando lugar a João Caruso, forte referência do PTB gaúcho na época e homem de confiança do governador<sup>127</sup>. Um mês depois, em 14 de novembro de 1961, o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA) foi criado, marcando definitivamente a guinada do governo na construção de uma política agrária.

---

<sup>123</sup> ALVES, *op. cit.*, p.23.

<sup>124</sup> *Idem*, p.16.

<sup>125</sup> O estudo empreendido pela CETH sobre a representação fundiária no estado esbarrou em alguns limites. Em primeiro lugar, o número de 71 municípios investigados não abarcava a totalidade dos municípios do estado, mas sim, cerca de 50% deles. Somando-se a isso, Gasparotto acrescentou que devido ao fato de os dados terem sido sistematizados a partir da documentação cartorial, “todas as áreas cujo acesso se dá através de arrendamentos, parcerias, ocupações e outros tipos de contratos de uso do solo, não puderam ser apreendidas.” GASPAROTTO, *op. cit.*, p.84.

<sup>126</sup> ALVES, *op. cit.*, p.16.

<sup>127</sup> *Idem*.

O Decreto nº 12.812, que deu origem ao IGRA, descreve que o instituto tinha por objetivo “a melhoria das condições socioeconômicas da população rural, o estabelecimento de um ambiente de justiça social no interior rural e, especialmente, quanto ao uso e propriedade da terra”<sup>128</sup>. Além disso, o órgão visava a promoção do acesso à terra aos sem terra, a legalização das terras ocupadas pelos pequenos agricultores e o fomento e organização de núcleos coloniais, comunidades agrícolas e cooperativas<sup>129</sup>.

As transformações na política agrária suscitadas pela criação do IGRA foram tamanhas que implicaram, inclusive, em modificações no vocabulário político. De acordo com Alves, no momento anterior ao IGRA, durante a atuação da CETH, falava-se em “problemas fundiários”, sem o termo “reforma agrária” ter sido empregado em nenhum decreto, relatório ou projeto desenvolvidos pelo governo. Também os sujeitos alvos dessa política, antes descritos pelos termos “colonos” ou “trabalhadores rurais”, passaram a ser denominados “sem-terra”. Tais modificações levaram o autor a concluir que “a partir da criação do IGRA, não se inaugura somente um novo órgão, mas também uma nova posição do governo, voltada para a promoção de uma política de reforma agrária”<sup>130</sup>.

Outra expressão que passou a ser largamente empregada pelo governo conforme avançava na política agrária, foi “democratização da propriedade”. Seu uso tinha a finalidade “de afirmar o caráter não subversivo do projeto”<sup>131</sup>, preocupação esta que correspondia ao contexto de Guerra Fria vivenciado no período. Mesmo mitigando a influência de grandes proprietários, a leitura era de que ações radicalizadas eram indesejáveis e, com isso, procurava se justificar a mediação do Estado nos conflitos agrários<sup>132</sup>.

Também no sentido de esvaziar tensões sociais, inseria-se o projeto da Aliança para o Progresso (Alpro), que de acordo com Padrós, tratava-se de uma:

Articulação político-institucional que condicionava, em troca de ajuda financeira norte-americana, a subordinação dos governos latino-americanos aos interesses da potência. O intuito era oferecer recursos

---

<sup>128</sup> Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul. Decreto nº 12.812 em 14 de novembro de 1961.

<sup>129</sup> No campo econômico mais direto, o IGRA atuou na liberação de recursos aos agricultores para a instalação nas terras, viabilizou a compra de máquinas, animais, sementes, adubos e inseticidas. Além disso, prestou assistência técnica, ensinando os métodos de plantio e de aproveitamento e conservação do solo. BRAGA, Kenny. et al. *Leonel Brizola: perfil, discursos e depoimentos (1922-2004)*. 2. ed.. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2014. p.60.

<sup>130</sup> Alves, *op. cit.*, p.21

<sup>131</sup> HARRES, Marluza Marques. Rio Grande do Sul: governo Leonel Brizola e a Questão Agrária no início da década de 1960. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 18, n. 33, p. 99-127, jul. 2011, p.112

<sup>132</sup> *Idem*.

para viabilizar projetos de combate e erradicação das mazelas sociais nas esferas da saúde, educação, habitação e trabalho. Visava-se, com isso, esvaziar os focos de tensão e de degradação social existentes, estabilizando os domínios das elites locais e protegendo os interesses dos EUA.<sup>133</sup>

Segundo Gasparotto, o programa teria sido criticado por Brizola por comprometer a soberania nacional dos países latino-americanos<sup>134</sup>. Apesar disso, Harres (2011) afirma que, em dado momento, embora sem sucesso, administradores petebistas do estado tentaram se aproximar da Alpro a fim de angariar recursos, alegando: “Se, efetivamente, os americanos estão interessados em ajudar, nenhuma aplicação mais justa poderiam fazer do que um empréstimo de 300 ou 500 bilhões de dólares para a Reforma Agrária.”<sup>135</sup>. Dessa dicotomia, quando colocada na balança, o que se sobressaia acerca da representação feita de Brizola era a imagem de um “intransigente propagandista da luta anti-imperialista e da reforma agrária”<sup>136</sup>; e que principalmente após o episódio da Campanha da Legalidade, canalizou para si a propaganda nacionalista<sup>137</sup> de modo mais radicalizado.

Mesmo assim, cabe evidenciar a política de negociação seguida pelo PTB naquele momento, ou nas palavras, de Harres (2011), as “estratégias de compatibilização de interesses”<sup>138</sup> em torno da questão agrária. O governo estadual ao mesmo tempo que procurou salientar que não renunciaria ao apoio à organização dos agricultores sem terra, também procurou criar bases para uma conciliação<sup>139</sup>, principalmente com representantes da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (Farsul)<sup>140</sup>.

<sup>133</sup> PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968- 1985): Do Pachecato à ditadura civil-militar*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005. p. 117.

<sup>134</sup> GASPAROTTO, *op. cit.*, p.136.

<sup>135</sup> Relatório da Comissão de Reforma Agrária, reunião realizada em 16 de agosto de 1961. p. III. In: HARRES (2011), *op. cit.*, p.115.

<sup>136</sup> STARLING, *op. cit.*, p.181.

<sup>137</sup> Brizola, assim como João Goulart, articularam-se em torno do projeto Nacional-Estadista. Esse projeto, de acordo com Jorge Ferreira, tinha como objetivo desenvolver um Estado nacional autônomo, forte, centralizado, interventor e planejador. Para consecução de tanto, era necessário que lideranças fossem carismáticas ao ponto conseguir o apoio de empresários e trabalhadores, para incentivá-los a colaborar. FERREIRA, Jorge. Os conceitos e seus lugares: trabalhismo, nacional-estatismo e populismo. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth, FONSECA, Pedro Cesar Dutra (Org). *A Era Vargas: Desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

<sup>138</sup> HARRES (2011), *op. cit.*, p.113.

<sup>139</sup> *Idem*, p.105.

<sup>140</sup> Brizola chegou a declarar durante a Concentração de Santa Maria, evento organizado pela Farsul, que para “ambos os lados” o poder público ofereceria toda assistência. *Última hora*, 9 de janeiro de 1962, p.8.

Uma das mais significativas tentativas de estabelecimento de diálogo entre o governo e a Farsul aconteceu através da composição de uma Comissão Mista, que tinha por objetivo a elaboração de uma proposta unificada de reforma agrária que seria encaminhada ao governo federal. O jornal *Correio do Povo* acompanhou e noticiou desde o primeiro telefonema estabelecido entre Leonel Brizola e Antônio Saint Pastous, então presidente da Farsul. A pedido desta entidade, a oficialização do convite se deu em plenária e teve como porta-voz o deputado Mariano Beck (PTB)<sup>141</sup>, que procurou esclarecer que “o governo do estado estava sinceramente inclinado a cooperar com a classe rural, preservando seus interesses”. Nesse momento, consta que:

Algumas vozes levantaram-se, então, no plenário, perguntando ao emissário do governador se o Estado garantiria a inviolabilidade das terras e se, durante a atividade da comissão mista incumbida de examinar a questão agrária, impediria o aparecimento de novos movimentos reivindicatórios. O sr. Mariano Beck, respondendo, assegurou mais uma vez que o governo não permitiria qualquer manifestação capaz de perturbar, por qualquer forma, a paz social no território rio-grandense.<sup>142</sup>

A proposta foi recebida positivamente pela Farsul, mas seus representantes não se furtaram em estabelecer condições, que podem ser sintetizadas em duas exigências: que o governo impedisse novas eclosões de movimentos reivindicatórios e garantisse o direito da propriedade.<sup>143</sup> A primeira exigência mirava a interrupção da crescente mobilização sem terra iniciada no Rio Grande do Sul um mês antes, a partir da formação de acampamentos promovidos pelo Master. Os detalhes desses episódios serão abordados adiante nesse capítulo, por ora cabe ressaltar a disposição da classe patronal em colaborar para a realização de um trabalho conjunto sobre o tema, o que remonta à avaliação política que reconhece a presença do problema social e o potencial de combustão envolvendo a questão agrária, caso não fosse dispensada alguma atenção sobre o tema.

Como Harres (2014) bem coloca, “plausível para alguns, necessária para outros, iminente para certos grupos políticos e o início dá revolução para uns poucos”<sup>144</sup>, enfim, a reforma agrária apresentava-se múltipla em seus significados e projetos, mas dificilmente poderia ser ignorada naquele contexto. Acerca das distintas interpretações sobre a reforma agrária, Fernandes *et al.* discorrem:

---

<sup>141</sup> Beck atuou como Secretário da Educação na gestão de Brizola e foi um dos fundadores da Frente Agrária Gaúcha (FAG).

<sup>142</sup> *Correio do Povo*, 9 de fevereiro de 1962. p. 12.

<sup>143</sup> *Idem.*

<sup>144</sup> HARRES (2014), *op. cit.*, p. 19.

Este último termo [reforma agrária] ganhava vários sentidos, relacionados às concepções de “desenvolvimento” que estavam em disputa: para alguns era condição para a expansão do capitalismo no campo, com a destruição do “latifúndio” e sua transformação em unidades camponesas de produção, capazes de dinamizar o mercado interno para as indústrias nascentes; para outros, era o primeiro passo para uma revolução socialista, por meio da quebra do poder das forças mais atrasadas, consideradas como “restos feudais”. Poderia ainda significar um instrumento capaz de refrear os conflitos no campo, por meio de intervenções localizadas, ou um caminho para a criação de uma classe média rural, que pudesse servir como fator de estabilização política e amortecimento para eventuais crises.<sup>145</sup>

Restava, portanto, para os diferentes grupos, buscar a inscrição do projeto de reforma agrária condizente com seus próprios interesses. Dentre as diversas interpretações possíveis que enfatizavam a questão do “desenvolvimento”<sup>146</sup> inerente às discussões sobre reforma agrária, os ruralistas procuraram investir naquela que dizia respeito ao crescimento econômico. Assim, as dimensões produtivas da agricultura eram enfatizadas. Falava-se em projetos educacionais para o campo, assistência técnica, crédito rural, modernização tecnológica e necessidade de rupturas com estruturas “arcaicas”<sup>147</sup>. Enquanto isso, a consolidação de uma mudança na estrutura fundiária, com a possibilidade de algumas desapropriações, era secundarizada. A redistribuição de terras era tida como uma medida primária, simplista, conforme o deputado Luciano Machado (PSD)<sup>148</sup>, bastante próximo a Farsul, sintetizou em Assembleia:

o problema do agricultor sem terra não pode ser resolvido com medidas primárias, pois não basta entregar ao lavrador um pedaço de terra pura e simplesmente; antes de receber a gleba precisa ele de educação agrária para sair do rotinismo em que se encontra, prosperar e não destruir pelo mau uso o que adquiriu; necessita de assistência técnica e financeira, bem como de outros fatores indispensáveis a produção racional de um país organizado.<sup>149</sup>

<sup>145</sup> FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de; PAULILO, Maria Ignez. Introdução. *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980* (Vol. I). São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p.25.

<sup>146</sup> O termo “desenvolvimento”, apresenta-se como polissêmico, podendo, de acordo com Medeiros (2009), assumir significados como “crescimento econômico; melhoria das condições de vida da população; necessidade de conter o êxodo rural; transformações estruturais profundas, que permitissem a superação do modo de produção capitalista”; entre outros. *Idem*.

<sup>147</sup> Discorrendo sobre o uso dessa expressão quando relacionada ao contexto da reforma agrária, Rodrigues assinala que as referências às “forças arcaicas” são relacionadas ao atraso quando o processo de expansão do capitalismo no campo está em risco. RODRIGUES, Darlan de Farias. *Anticomunismos e visões de mundo: o patronato rural sul-rio-grandense e a Reforma Agrária no início dos anos 1960*. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas 2020. p.42

<sup>148</sup> Partido Social Democrático (PSD).

<sup>149</sup> *Correio do Povo*, 16 de janeiro de 1962, p.22.

Segundo Gasparotto, durante a gestão de Saint Pastous na Farsul foram bastante recorrentes as referências e as propostas que previam a obtenção de recursos junto a Alpro<sup>150</sup>. A autora cita um comunicado da entidade na imprensa afirmando ser “urgente” a necessidade de “se credenciar aos requisitos impostos pela Aliança para fornecer subsídios técnicos e financeiros”.<sup>151</sup> Fica evidente, portanto, a inclinação da Federação em realizar algumas reformas; assim como, ao declarar que a proximidade com a Aliança possibilitaria que “as reformas de base [sejam realizadas] por meios pacíficos e com recursos legais, sem subversão da paz social e com preservação das instituições democráticas”<sup>152</sup>, Saint Pastous expõe a premissa anticomunista a que esse projeto estava atrelado.

Tal posicionamento da Farsul naquele momento correspondia aos ideais da “elite modernizante”, conforme denominado por Dreifuss. Porém, a proposta modernizante de um sistema capitalista reformulado, seja pela via internacionalista, ou por pequenas concessões, não agradava a todos os setores da elite. Com isso, Starling comenta que para conseguir congregiar também a “elite tradicional” em torno da luta contra o projeto político nacionalista de Goulart e Brizola, foi preciso articular o discurso a partir de “dois ‘ganchos’ ideológicos básicos”, o sentimento anticomunista e o sentimento anti-populista<sup>153</sup>.

Mesmo com a inclinação expressa oficialmente pela Farsul em colaborar com a elaboração de um projeto de reforma agrária juntamente com o governo estadual, não há de se pensar que havia uma posição hegemônica dentro da classe patronal gaúcha. Como resultado dos estudos realizados pela Comissão Mista houve dois relatórios entregues ao governo federal, um referente aos anseios do governo estadual no que diz respeito aos rumos a serem tomados no desenvolvimento da reforma agrária, e outro projeto nesse sentido, mas de exclusividade da Farsul.

O discurso do deputado Mário Mondino (PDC)<sup>154</sup> em assembleia representa bem como o projeto de reforma agrária traçado pela gestão Brizola era observado com desconfiança pela oposição. Ele afirma que o governador estaria

---

<sup>150</sup> GASPAROTTO, *op. cit.*, p.136.

<sup>151</sup> *Idem*, p.137

<sup>152</sup> *Ibidem*, p.136.

<sup>153</sup> Apesar da autora sublinhar a centralidade tanto do anticomunismo quanto do antipopulismo, nesta dissertação a ênfase recairá na força exercida pelo primeiro. STARLING, *op. cit.*, p.142.

<sup>154</sup> Partido Democrata Cristão (PDC).

dando armas, [...] fornecendo elementos àqueles que combatem a reforma agrária, aqueles que situados num ou noutro dos extremos - quer na reação quer na subversão - podem se colocar a cada passo, contra a tese certa, contra a tese justa da reforma agrária. Incorre no grave primarismo de pensar que a reforma agrária está consubstanciada e se resume única e exclusivamente em desapropriar, partilhar e entregar terras aos homens do campo, sem um planejamento, sem um exame completo, sem o lançamento das bases através das quais, alicerçando medidas de profundidade, possa atingir seu objetivo. Que planejamento é este de expropriar pura e simplesmente, demagogicamente, subversivamente?<sup>155</sup>

Percebe-se que o deputado não refuta a reforma agrária, mas sim, procura se colocar num campo de neutralidade (nem na “reação”, nem na “subversão”) de quem conhece qual é o melhor caminho para que ela aconteça. Nesse caminho, definitivamente não estava implicada a desapropriação da terra - ação apontada como sendo realizada sem um preparo prévio, o que caracterizaria a gestão Brizola como “demagógica” e “subversiva”. A ocorrência da expressão “dando armas” e a ideia de possibilidade de combate a reforma agrária do governo, não devem ser consideradas meras retóricas vazias. A fala do deputado era provocativa e tinha o objetivo de inibir a continuidade das desapropriações de propriedades particulares.

O discurso de Mondino apresentou-se em um contexto em que a pauta da desapropriação mais do que nunca estava na ordem do dia no Rio Grande do Sul. Naquele mesmo dia 15 de janeiro de 1962, após quatro dias desde a formação do primeiro acampamento sem terra, o governador Brizola anunciou a desapropriação da Fazenda Sarandi. A assinatura desse Decreto Desapropriatório sinalizou o início de uma nova fase do governo, em que os marcos da Constituição Federal de 1946 e da Constituição Estadual de 1947 foram amplamente mobilizados para fundamentar juridicamente as desapropriações de terras reivindicadas pelo campesinato<sup>156</sup>.

As Constituições eram claras quanto a possibilidade de desapropriação para o atendimento de “interesses sociais”. O artigo 145 da Constituição Federal de 1946 era mobilizado por determinar que “a ordem econômica deve ser organizada conforme os princípios da justiça social, conciliando a liberdade de iniciativa com a liberdade do

---

<sup>155</sup> *Correio do Povo*, 16 de janeiro, 1962, p.7.

<sup>156</sup> Nesse contexto, as discussões na Assembleia seguiram acaloradas. O deputado Mondino foi em seguida rebatido pelo deputado governista Milton Dutra (PTB), que alegava que as ações de Brizola tinham base constitucional. A resposta dada pelo primeiro deputado, mais uma vez, reiterava sua ofensiva contra a política desapropriatória exercida no Estado, “até com base na Constituição você pode fazer demagogia”. *Idem*.

trabalho humano”<sup>157</sup>. Já a Constituição Estadual subsidiou a discussão de forma mais direcionada ao campesinato, conforme pode ser apreendido nos seguintes artigos:

Art. 173 - O Estado prestará assistência aos trabalhadores urbanos e rurais, aos pequenos agricultores e às suas organizações legais, proporcionando-lhes, entre outros benefícios, meios de produção e de trabalho, crédito fácil, saúde e bem-estar. Parágrafo único - Ficam isentas de impostos as respectivas cooperativas.

Art. 174 - O direito à propriedade é inerente à natureza do homem, dependendo seus limites e seu uso da conveniência social.

§ 1.º - O Estado combaterá a propriedade improdutiva por meio de tributação especial ou mediante desapropriação.

§ 2.º - Atendendo aos interesses sociais, o Estado poderá, mediante desapropriação, prover a justa distribuição da propriedade de maneira que o maior número possível de famílias venha a ter sua parte em terras e meios de produção.

§ 3.º - O Estado promoverá planos especiais de colonização, visando as finalidades do parágrafo anterior, sempre que a medida for pleiteada por um mínimo de cem agricultores sem terras, de determinada região.

§ 4.º - O Estado facilitará a fixação do homem à terra, estabelecendo plano de colonização ou instalação de granjas cooperativas, com o aproveitamento de terras públicas ou, mediante desapropriação, de terras particulares, de preferência as socialmente não aproveitadas.

§ 5.º - Poderá também o Estado organizar fazendas coletivas, orientadas ou administradas pelo poder público destinadas à formação de elementos aptos às atividades agrícolas.<sup>158</sup>

Como mencionado, a inscrição da questão agrária dentro dos marcos constitucionais buscava legitimar as ações do governo do estado, principalmente aquelas consideradas polêmicas, como a desapropriação. Ao mesmo tempo, a conduta também dizia respeito a uma tentativa do governo de afastar de si a pecha comunista; além de corresponder ideologicamente aos princípios do trabalhismo, que defendia que o capitalismo deveria ser revisto em seus aspectos mais “individualistas e agressivos” e atuar em prol da cooperação social, que poderia ser interpretada como a defesa de uma espécie de “capitalismo humanizado”<sup>159</sup>. A desigualdade era considerada um “perigo social” que deveria ser resolvido com a extinção do latifúndio. Para tanto, lideranças do PTB gaúcho, como Paulo Schilling, apostavam que, a longo prazo, a solução da questão agrária estaria na implementação adequada do Imposto Territorial Rural. Por seu turno, especificavam que a nível nacional o entendimento sobre latifúndio deveria ser

<sup>157</sup> ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. [Constituição Federal (1946)]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm). Acesso em: 1º de fevereiro de 2022.

<sup>158</sup> RIO GRANDE DO SUL. [Constituição Estadual (1947)]. *Constituição do Estado do Rio Grande do Sul. Imprensa Oficial*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1963.

<sup>159</sup> HARRES (2011), *op. cit.*, p.112.

flexibilizado, levando em consideração a diversidade topográfica e o grau de ocupação de cada região.

À curto e médio prazo, mesmo prevista pela Constituição, a desapropriação de áreas passíveis a este processo enquanto um projeto de maior envergadura em âmbito nacional se encontrava tolhida devido à necessidade de uma indenização em dinheiro, e não em títulos da dívida pública, tal como Goulart tentou inscrever. O debate de como a reforma agrária seria realizada encontrou-se acentuado no Congresso Federal, principalmente após ter sido criada uma Comissão para estudos sobre o tema em 1961. Como relator dessa Comissão, José Jofily, deputado federal da ala progressista do PSD, equacionou tal problema na proposição da modificação do artigo 141 da Constituição Federal, que deveria permitir que as indenizações fossem feitas com base no valor do bem registrado para fins fiscais e o pagamento se daria mediante a títulos da dívida pública, resgatáveis em prazo longo e a juros baixos. Mesmo com o apoio do Presidente da República, a proposta feria interesses de ruralistas que constituíam base significativa do partido do deputado, principalmente porque tinham consciência de que o valor declarado com a finalidade do pagamento de impostos era “comumente subestimado”<sup>160</sup>.

Em 29 de janeiro de 1962, poucos dias após ser expedido o primeiro Decreto Desapropriatório no Rio Grande do Sul, o governo estadual oficializou o Programa Projetos Especiais de Reforma Agrária e Desenvolvimento Econômico-Social (Prade). Tratava-se de um projeto gestado no interior do IGRA que tinha a finalidade de esclarecer a forma com que o governo atuaria na promoção da reforma agrária, com evidente destaque ao associativismo de agricultores sem terra e/ou com pouca terra, e à colonização agrária no interior do estado. Para o sucesso do projeto era necessária a obtenção de terras tanto a partir da compra e desapropriação, quanto por meio da concordância e da contribuição voluntária de proprietários de terra.

Neste sentido, Brizola fazia um apelo à classe patronal gaúcha, pedindo aos grandes proprietários que cedessem 10% de suas terras para a reforma agrária. A questão era colocada pelo governador como caminho “para evitar a luta de classes no campo que, de outra forma, ocorrerá fatalmente”<sup>161</sup>. Procurando estimular tal ação, ressaltava que a

---

<sup>160</sup> FIGUEIREDO, Argelina. *Democracia ou reformas? alternativas democráticas à crise política: 1964-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993, p.70.

<sup>161</sup> *Correio do Povo*, 21 de janeiro de 1962, p.44.

doação teria início consigo mesmo, a partir da concessão de 1.000 ha do total de 2.500 ha de sua fazenda, localizada em Bacupari, para o programa de reforma agrária.

Ao examinar os dispositivos anunciados pelo governo no intento de atrair os grandes proprietários, Harres (2011) constatou “traços de ambiguidade” na gestão da questão agrária. O Prade previa que ao doar terra, o proprietário poderia indicar a metade dos nomes que iriam ocupá-la, o que, de acordo com a autora, dava margens para a reprodução de mecanismos de atrelamento e de dependência naquele espaço. Além disso, o Projeto inseria-se próximo a iniciativa privada, uma vez que previa que benefícios públicos fossem concedidos à particulares que sancionassem projetos técnicos que se enquadrassem nas perspectivas do Prade.<sup>162</sup> Apesar dos incentivos, o apelo não encontrou maior ressonância entre os proprietários rurais, que alegaram durante uma assembleia realizada pela Farsul que não estavam dispostos a entregar “pura e simplesmente”<sup>163</sup> qualquer parcela de suas terras. Para eles, a reforma agrária deveria ser realizada por outras vias.

O segundo elemento de sustentação dos projetos do governo estadual estava calcado no incentivo à organização do campesinato. Desde o decreto de criação do IGRA, já estava previsto que o estado deveria “incentivar a criação e auxiliar a manutenção de associações de agricultores com ou sem terra, sindicatos rurais e associações de desempregados”<sup>164</sup>. Em seguida, no intuito que obtivessem acesso a recursos e espaços do governo, tais entidades de classe foram declaradas como de “utilidade pública”<sup>165</sup>. De acordo com um documento lançado ainda no princípio dos estudos do governo acerca do tema:

As associações dos agricultores sem terra deverão ser de dois tipos: as primeiras nos moldes das dezenas já organizadas no estado, com finalidade de agitar o problema; as outras, que irão surgindo a medida que o agricultor conquista a terra, terão a missão de executar os planos de colonização, transformando-se em cooperativas mistas de produção e consumo.<sup>166</sup>

Como visto, desde a Constituição Estadual de 1947, as ações de desapropriação de propriedades improdutivas e a promoção de planos de colonização eram legitimadas

---

<sup>162</sup> HARRES (2011), *op. cit.*, p.120.

<sup>163</sup> Consta na matéria que alguns fazendeiros no município de Camaquã se posicionaram a favor da “fórmula para o problema agrário” sugerida por Brizola, e doaram parte de suas terras para fins de redistribuição. No entanto, como dito, o caso tratou-se de um fato isolado. *Correio do Povo*, 9 de fevereiro de 1962, p.16.

<sup>164</sup> Decreto de número 12.812, de 14 de novembro de 1961.

<sup>165</sup> ALVES, *op. cit.*, p. 22-23.

<sup>166</sup> Trecho extraído do documento intitulado “Notas sobre a Comissão de Reforma Agrária”, lançado no dia 18 de agosto de 1961. In: ALVES, *op. cit.*, p.25.

através da organização dos agricultores sem terra, que somavam forças e pressionavam por medidas do “interesse social”. No entanto, se na Constituição falava-se em um número mínimo de cem agricultores sem terras requerentes, a partir do Prade, esse número foi reduzido para trinta.

Já para estabelecer-se definitivamente na terra, o agricultor deveria pagar por ela. O governo frisava que atuaria apenas como um “facilitador” para tanto, afirmação esta que tinha por objetivo demonstrar que estavam mantidos os princípios da propriedade privada e a gestão estaria livre do “vírus do comunismo”. Enfim, sobre as ações do movimento dos agricultores sem terra, que caminhavam lado a lado com as medidas tomadas pelo governo estadual aqui discutidas, Brizola discursou:

Posso garantir que não há qualquer sinal de comunismo. O governo do estado entendeu e entende que esses movimentos reivindicatórios não podem ser reprimidos, porque são pacíficos e, nos termos da Constituição, todos os brasileiros podem se reunir pacificamente sem armas.<sup>167</sup>

Até o presente momento, a preocupação deste capítulo foi apresentar as ações e debates entre diferentes projetos de reforma agrária estipulados por aqueles que observaram os conflitos no campo sob as perspectivas do desenvolvimento, modernização da agricultura, ganhos econômicos, enquadramento do campesinato, entre outros fatores já discutidos. Estes grupos, por distintos interesses, pautaram os debates que potencializaram as lutas no campo, ao mesmo tempo que esses debates eram pautados pelas lutas. Mas, conforme Fernandes *et al.*, os diferentes projetos políticos “só ganhavam sua razão de ser e expressão política porque os conflitos no campo se articulavam e conquistavam visibilidade”<sup>168</sup>. Sendo assim, passemos agora o foco para atuação política do campesinato gaúcho organizado pelo Master, que ajudou a moldar os rumos dos debates sobre a questão agrária no início dos anos 1960.

## **1.2. Master: origens, organicidade e alcance do movimento sem terra**

Anteriormente verificamos que menos de 1% das propriedades rurais do estado do Rio Grande do Sul ocupavam grandes porções de terra, com áreas acima de 10.000 ha,

---

<sup>167</sup> *Correio do Povo*, 21 de janeiro de 1962, p.44.

<sup>168</sup> Fernandes *et al.*, *op. cit.*, p.26.

enquanto aproximadamente 90% das propriedades detinham entre 10 e 100 ha.<sup>169</sup> O reverso desse cenário de intensa concentração de terra pode ser observado a partir de um levantamento com dados da década de 1950, realizado pelo jornal *Novos Rumos*. Um quadro de miséria foi pintado pelo jornal, que expôs que entre os 40.897 óbitos ocorridos no estado, 18.958 eram de crianças com menos de 4 anos de idade abatidas pela fome. Concomitantemente, foi apontada a existência de 280 mil famílias sem terra, e 50 mil com pouca terra, minifúndios insuficientes para o sustento das respectivas famílias.<sup>170</sup>

Como reflexo dos anseios pela democratização do latifúndio sucederam-se, de acordo com Eckert (1984), 38 episódios emblemáticos em torno da luta pela terra espalhados pelo estado até abril de 1964. Destes, 22 ocorreram sob forma de acampamento, 5 restringiram-se a ameaças de formação de acampamento, e o restante tratou-se de outras formas de organização, tal como concentração, passeata e manifestação. Eles não necessariamente estiveram conectados entre si, nem necessariamente reivindicaram a bandeira do Master, mas na maior parte dos casos foram fortalecidos pela atuação das associações de agricultores sem terra atuantes nas respectivas localidades.

Em meio ao contexto de intensa atividade das mobilizações sem terra, em fevereiro de 1962, Rui Facó, repórter comunista do *Novos Rumos*, apresentou-se por meio de uma publicação no jornal como entusiasta dos acampamentos realizados pelo movimento camponês. Sua descrição retrata um dia festivo nas ruas e praças de Porto Alegre, em que foguetes, alto-falantes e faixa com dizeres “solidariedade aos acampamentos pela reforma agrária” reafirmavam o apoio de milhares de pessoas aos últimos acontecimentos ocorridos no meio rural. Nem mesmo a concentração de ruralistas opositores, que estava acontecendo próximo ao comício do Master, abalou o otimismo presente na narrativa do repórter. Para além da importância dos acampamentos, assunto que iremos discutir adiante, Facó remeteu a algo fundamental quando expôs:

Engana-se quem supõe que os atuais "acampamentos", a luta pela terra no Rio Grande, surgiram de um capricho de Brizola. Os sintomas de ruína em toda a economia agropecuária gaúcha vinham de longa data. [...] Muito antes dos acampamentos que estavam acontecendo, fundava-se no município de Encruzilhada do Sul em meados de 1960, o

---

<sup>169</sup> Os cálculos foram realizados a partir dos dados já mencionados acima, que tinham como base a relação entre o número de propriedades e as áreas ocupadas por eles, apresentados pela Fundação de Economia e Estatística.

<sup>170</sup> *Novos Rumos*, nº 161, semana 16 a 22 de março de 1962, p.8.

Movimento dos Agricultores Sem Terra, que tampouco nasceu improvisado, mas como fruto de uma realidade local seríssima.”<sup>171</sup>

O episódio de fundação do Master, descrito no início deste capítulo, articulou a necessidade de suplantar as dificuldades presentes nessa “realidade local seríssima” com a inspiração de um legado de lutas ocorridas anteriormente em âmbito nacional e estadual. Havia no Brasil do início dos anos 1960 uma complexidade de experiências de luta pela terra que progressivamente foram ganhando contornos próprios, sendo o Master uma das expressões disso. As Ligas Camponesas do Nordeste talvez tenham sido a mais popular dessas expressões<sup>172</sup>. Elas nasceram inspiradas em mobilizações ocorridas na década anterior, a partir do estímulo do PCB; mas, sob nova roupagem tornaram-se as primeiras organizações a apresentar as bandeiras do campesinato em dimensão nacional. Neste sentido, não surpreende que as Ligas tenham sido mencionadas com admiração no discurso de lançamento do Master.

As Ligas Camponesas, quando ainda eram vinculadas ao PCB, já haviam sido verificadas no Rio Grande do Sul em meados da década de 1950, tendo sido extintas logo em seguida por falta de adesão. À época, os comunistas foram responsáveis por organizar os embriões dos sindicatos rurais e das associações camponesas no estado. Isso fazia parte de um projeto de expansão articulado à União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), que pôde contar com a instalação dos primeiros núcleos nos municípios de Pelotas, Jaguarão e São Gabriel. As ações camponesas realizadas naquele primeiro momento majoritariamente focalizaram os assalariados rurais, e ainda que de forma incipiente, realizaram um trabalho de mobilização que repercutiu em “experiências vividas pelos trabalhadores no campo e que colaborou para a emergência do Master”.<sup>173</sup>

A fundação do Master, em 1960, e a gradual expansão do movimento encontrava a sua razão de ser no combate a “toda forma de exploração do trabalho rural e do

---

<sup>171</sup> *Novos Rumos*, nº 174, semana 15 a 21 de junho de 1962, p.6.

<sup>172</sup> Assim como as Ligas, o PCB e a Igreja Católica também eram forças relevantes na disputa pela influência organizativa dos camponeses à época. No que se refere a atuação do PCB cabe pontuar que ela estava intimamente vinculada à União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab). Esta entidade, fundada em São Paulo, no ano de 1954, atuou na organização de trabalhadores rurais por meio das associações camponesas, e foi uma das primeiras organizações a lutar contra o isolamento das lutas no campo em termos locais, procurando congregar em uma ação política comum as entidades já existentes. A partir dos anos 1960, a ênfase da Ultab passou a ser dada à sindicalização no campo, culminando, em 1963, na criação da Contag. Ver: MEDEIROS, Leonilde Sévolo. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

<sup>173</sup> ECKERT (2009), *op.cit.*, p.72-73.

latifúndio”. Para tanto, o movimento apostou na mobilização de camponeses, no “estímulo à produtividade” e na “valorização do homem do campo”<sup>174</sup>. Havia uma série de outras finalidades presentes no Estatuto de lançamento do movimento que guiaram a sua ação, entre as quais menciono:

- b) — desenvolver o espírito associativo e cooperativista entre os pequenos agricultores e promover a união e politização das populações rurais, na defesa de suas reivindicações básicas;
- c) — lutar pela maior participação dos camponeses na administração pública, criando entre eles o espírito de iniciativa e liderança local;
- d) — combater os altos preços de arrendamento e da parceria agrícola e promover o acesso do agricultor sem terra ao domínio da gleba rural pela compra financiada a longo prazo, pela concessão de terras públicas e pela desapropriação das áreas improdutivas e dos latifúndios antieconômicos;
- e) — obter, pela ação política e pelos meios jurídicos cabíveis, a legalização das terras ocupadas pelos pequenos agricultores;
- f) — Investigar a legalidade da posse de áreas latifundiárias, que muitas vezes incorporam terras do Estado ou são constituídas por terras não havidas legalmente comprovada a ilegalidade da posse, lutar para que essas áreas passem ao Estado, que as distribuirá aos agricultores sem terra;
- j) — pleitear a ampliação do crédito agrícola, sua racionalização e desburocratização, assim como uma maior assistência técnico agrônômica de parte dos órgãos especializados dos governos do Estado e da União;
- k) — obter a fixação de preços mínimos para os produtos da terra.
- n) — lutar pela instituição do direito de voto ao agricultor analfabeto e pelo serviço militar rural
- p) — apoiar todas as medidas de reforma agrária que tramitam no legislativo federal e estadual e que se enquadrem com os objetivos da entidade.<sup>175</sup>

É notável que o primeiro registro encontrado desse Estatuto tenha sido já em março de 1961 – quase um ano após a fundação do movimento-, em uma matéria do jornal *Terra Livre*. Se inicialmente houve um tom mais radicalizado nas falas de representantes do Master, como, quando Ruy Ramos disparou que o movimento pretendia “obter a reforma agrária por bons meios, se possível, mas obtê-la mesmo por qualquer meio”, com o passar do tempo o Master foi assumindo um posicionamento mais legalista, como é apreensível por meio do seu Estatuto.

O Estatuto pode ser comparado com uma carta de apresentação, que ao mesmo tempo que procurou refutar críticas dirigidas ao Master, procurou também deixar a sua

<sup>174</sup> *Terra Livre*, n. 98, março de 1961, p. 7.

<sup>175</sup> *Idem*.

identidade marcada, com claros sinais de que era compatível com os projetos do governo. A começar pelo tipo de terra reivindicada, não se tratava de uma escolha arbitrária, a reivindicação seria dirigida às terras devolutas, áreas improdutivas e aos latifúndios antieconômicos. O título de posse deveria ser obtido através de um financiamento a longo prazo, e o crédito agrícola era considerado bem-vindo para facilitar o processo de fixação do homem à terra. O desejo do Master de estar mais próximo às instâncias do governo fica evidente em várias passagens, com destaque para o “item f”, que projeta no movimento a responsabilidade de acompanhar os registros legais das posses e alertar o governo, caso alguma irregularidade fosse encontrada.

De modo mais específico, o Estatuto credenciava como sócios do Master os produtores rurais sem terra própria, podendo ser estes “de ambos os sexos, sem discriminação de raça, nacionalidade, religião ou partido político”. Além disso, estava admitida a possibilidade da incorporação como sócios “os trabalhadores suburbanos e marginais da cidade, que tenham origem nos distritos rurais” e que “pretendam dedicar-se à exploração da terra”. Por fim, somando ainda mais diversidade ao movimento, poderiam ser aceitos “na qualidade de sócios-colaboradores e a critério da Diretoria, as pessoas que, não sendo agricultores, se disponham a colaborar com o Movimento para a consecução dos seus objetivos”<sup>176</sup>.

Para abranger uma base de apoiadores e militantes tão ampla, o Master deveria chegar até eles, ou seja, expandir-se e estar presente nas diferentes localidades do estado. Posteriormente, de acordo com os anseios das lideranças, o Master tornar-se-ia uma Confederação de âmbito nacional. Nesse sentido, o estímulo ao associativismo desempenhou papel fundamental para o fortalecimento dessa pretensão. O Master atuou na criação de novas associações de agricultores sem terra no Rio Grande do Sul, ao mesmo tempo que procurou estreitar os laços com as poucas associações já existentes no estado, buscando em ambos os casos filiar junto a si tais organizações de âmbito municipal ou local.

Como já observado, o associativismo sem terra também foi estimulado através de políticas públicas viabilizadas durante a gestão Brizola, principalmente a partir dos decretos lançados pelo IGRA, que conferiam maiores possibilidades de conquista da terra e de inserção em projetos de colonização para aqueles camponeses que estivessem

---

<sup>176</sup>*Ibidem.*

organizados. Além disso, por terem sido declaradas como de “utilidade pública”, tais associações puderam gozar do reconhecimento legal e do direito de receber do governo estadual cem mil cruzeiros no ato da fundação<sup>177</sup>.

Mesmo antes da criação do IGRA, o apoio do governo à expansão das associações já era observado. Por exemplo, em uma visita realizada ao município de Encruzilhada do Sul, que tinha a finalidade de reconhecer a legitimidade do movimento que ali emergiu, o procurador geral do Estado, Floriano Maya D’Ávila, declarou que para aumentar a visibilidade de grupos com os mesmos interesses seria necessária a institucionalização de outras associações da mesma natureza, mas com denominações distintas<sup>178</sup>, sugestão que já estava nos planos do Master desde sua fundação.

Acerca das relações estabelecidas entre o Master, governo estadual e associações municipais, Alves afirmou que “o estímulo ao associativismo era a forma pela qual se fortaleciam as possibilidades de ação do governo, ao mesmo tempo em que o MASTER fortalecia sua representatividade, angariando mais seguidores”<sup>179</sup>. Para o autor, haveria uma ligação direta entre poder local (associações de sem terra) e governo estadual, e, simultaneamente, uma conexão entre o poder local e o Master, conformando uma figura triangular na relação entre os três elementos. Em contrapartida, Harres (2014) sugere que a relação entre o governo estadual e as associações era atravessada pelo Master, que acabava por conformar as relações de modo verticalizado. Entre as duas análises, acreditamos que antes de qualquer conclusão, as pesquisas evidenciam a necessidade de refletir sobre as diferenças expressadas em cada região do estado, que poderiam apresentar mobilizações e lideranças mais atreladas ao Master, ou mais espontâneas, neste caso podendo haver uma ligação direta entre as associações locais e governo do estado.

Em agosto de 1961 o Master iniciou uma ação que marcaria uma guinada no seu próprio estabelecimento enquanto referência para o campesinato do estado. Estava nos planos do movimento realizar um primeiro congresso estadual, que teria a finalidade de alinhar, por meio de debates, as perspectivas e as ações dos camponeses gaúchos. Para a consolidação de tanto, a comissão organizadora do evento que viria a se chamar I Congresso dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul decidiu dedicar especial

---

<sup>177</sup> ALVES, *op.cit.*, p.68.

<sup>178</sup> *Correio do Povo*, 27 de outubro de 1961, p.15.

<sup>179</sup> ALVES, *op.cit.*, p.56.

atenção à organização no interior do estado. Com isso, 48 municípios foram percorridos por 6 caravanas que atuaram na estruturação das associações de camponeses<sup>180</sup>.

Nesse processo foram eleitos 31 delegados advindos de 33 associações de sem-terra vinculadas ao Master, para representar o movimento gaúcho no congresso de maior envergadura em prol da reforma agrária à época, o Congresso de Belo Horizonte. A partir da convocatória da Utab, reuniram-se na cidade de Belo Horizonte, durante os dias 15 e 16 de novembro de 1961, 1.600 delegados oriundos de organizações políticas com atuação no campo de diversas regiões do país<sup>181</sup>. Para o Master, a ida para o Congresso marcou a reestruturação de suas pautas, pois, a partir desse momento alguns membros do PCB passaram a fazer parte da entidade.

O esforço organizativo e mobilizatório se manteve após o Congresso de Belo Horizonte, culminando poucos meses depois, em 31 de março e 1º de abril de 1962, no I Encontro Camponês Estadual, convocado pelo Master. Este evento contou com a presença de 150 Associações de Sem-Terra e Uniões de Agricultores Sem-Terra. Já em junho de 1963 foi realizada a Assembleia Estadual Camponesa convocada pelo Master, em que estiveram presentes 121 dirigentes e 70 associações filiadas à entidade. Ambos apresentaram adesão expressiva, evidenciando que as entidades, assim como as mobilizações, haviam se multiplicado no interior e somavam forças com o Master, principalmente no início de 1962, em que os acampamentos atuaram como combustível para o engajamento do campesinato.

A mobilização construída diariamente pelo Master e suas associações locais fica evidente nesses encontros; mas também, esses espaços foram importantes por deliberarem sobre questões relevantes para os rumos a serem tomados pelo movimento. O I Congresso do Master, realizado entre 15 e 17 de dezembro de 1962, foi um dos mais impactantes para atuação política da entidade, pois nele foram eleitos nomes para a composição da nova diretoria e foi redigida uma carta reivindicatória, que entre outros pontos, prestava “apoio e ajuda à criação de sindicatos rurais e incentivo à sindicalização dos trabalhadores rurais”.

---

<sup>180</sup> ECKERT (1984), *op. cit.*, p. 75.

<sup>181</sup> Dentre as reivindicações dos participantes do Congresso, podemos citar os seguintes pontos: soluções para problema da propriedade e do uso da terra no Brasil; direitos dos trabalhadores rurais; incentivo a organização dos trabalhadores do campo; reivindicações democráticas e sociais; e principalmente, a realização de uma reforma agrária, que segundo os participantes do evento, viria, “na lei ou na marra”. MEDEIROS (1989), *op. cit.*, p.56.

A campanha de sindicalização rural aprovada durante o evento era central por duas razões. A primeira delas dizia respeito a disputa pela organização do campesinato estabelecido no estado entre o Master e a Frente Agrária Gaúcha (FAG). Esta organização havia sido criada no final de 1961 pela Igreja Católica no Rio Grande do Sul com a finalidade principal de combater o comunismo<sup>182</sup>. Como a leitura da FAG era de que o Master se tratava de uma instituição repleta de agitadores, a disputa sindical foi o caminho encontrado para o enfrentamento.

A disputa principal existente entre a FAG e o Master era em relação à liderança no movimento camponês do Rio Grande do Sul. Esse enfrentamento era percebido quando a FAG acusava o Master de "movimento comunista", "agitadores sociais", de pregar a "desordem", e principalmente de criar sindicatos fantasmas, isto é, sindicatos criados apenas no "papel", com o objetivo de fazer crescer suas fileiras e tornar-se mais forte. Porém, a FAG também agia dessa forma. Ambos pretendiam demonstrar a força e a penetração de seu movimento no estado<sup>183</sup>.

A FAG apostou na sindicalização rural desde o princípio, enquanto o Master priorizou o associativismo. Todavia, basta remontarmos à conjuntura nacional, em que foram aprovadas leis de incentivo à sindicalização e foram criados órgãos de amparo voltados para ela (caso da SUPRA), para compreendermos porque o Master naqueles fins de 1962 e início de 1963 voltou sua atenção também para o sindicalismo. Conforme Bassani, a disputa entre as duas entidades se acirrou já partir de novembro de 1962, quando o Ministério do Trabalho baixou as portarias de número 290-A/25 e 355-A/20, que “regulamentavam a filiação sindical no campo e determinavam que, num mesmo estado, não poderia existir duas federações de trabalhadores rurais.”<sup>184</sup>

Desse modo, como Eckert (1984) assinalou, o Master pretendia garantir “uma legitimidade jurídica [...] que as associações não tinham”<sup>185</sup>. À mesma medida, procurou não perder espaço “para o movimento camponês organizado pela Igreja Católica”. Ainda assim, a campanha pela sindicalização seria estipulada juntamente com a manutenção do estímulo ao associativismo, conforme fica evidente na seguinte deliberação do I Congresso do Master:

<sup>182</sup> No Capítulo 2 serão apresentados mais elementos sobre a atuação da FAG.

<sup>183</sup> BASSANI, Paulo. *Frente Agrária Gaúcha e Sindicalismo de Trabalhadores Rurais*. Canoas/ Londrina: ULBRA/EDUEL, 2009. p.49. Retomaremos no capítulo 2 a atuação da FAG.

<sup>184</sup> *Idem*, p.50.

<sup>185</sup> ECKERT (1984), *op.cit.*, p. 153.

11) Fundação e registro de novas Associações de Agricultores Sem Terra, Pequenos e Médios Proprietários Rurais nos lugares onde não haja tais associações e estímulo ao ingresso incessante de novos sócios, pois essas **associações são o tipo de organização que, em nosso Estado, tem se revelado o mais adequado para a luta dos camponeses por uma Reforma Agrária Radical e por suas reivindicações imediatas e parciais;**

12) Filiação de todas as Associações ao seu órgão dirigente estadual, o MASTER,<sup>186</sup>

Compareceram nesse Congresso 72 delegados e 28 representantes do governo estadual, Câmara Municipal, sindicatos urbanos, estudantes, representações de outros estados e Lindolpho Silva, líder da ULTAB. Além disso, de acordo com o jornal *Novos Rumos*, uma centena de associações vinculadas ao Master fizeram-se presentes no evento para representar

os interesses de 270 mil famílias gaúchas sem terra; de mais 50 mil famílias donas de glebas diminutas, com produção insuficientes para uma vida digna e ao abandono de assistência; de uma infinidade de arrendatários, lesados pelo latifúndio que lhes tira os melhores frutos de seu trabalho e encarece tremendamente a produção agrícola. [...] Serão representados no Congresso ainda, os interesses e as reivindicações das demais camadas de trabalhadores do campo, como os peões de estância, por exemplo, submetidos a exploração brutal dos donos da terra, sem assistência e qualquer espécie, sem legislação que os ampare, trabalhando praticamente pelo “direito” de comer mal e dormir sobre pisos em galpões infectos.<sup>187</sup>

O fragmento acima trata-se de uma colocação genérica sobre o perfil daqueles que se organizaram junto ao Master. Na ocasião do referido evento, o jornal apontou um número que ele já havia divulgado antes, que dizia respeito a totalidade de agricultores sem terra ou com pouca terra no estado. Mas, por certo, nem todos esses indivíduos se inseriram na luta pela terra, o que nos leva a questões sobre a abrangência do Master. Qual o alcance de suas associações? Quem as compunham? Qual o perfil das pessoas que participavam das mobilizações e das associações? Ou ainda, como as associações eram formadas? As respostas para essas perguntas apresentam-se de modo lacunar entre as fontes, mas cotejar as informações disponíveis pode nos dar pistas relevantes.

O mesmo jornal, *Novos Rumos*, em uma publicação de junho de 1962, divulgou uma fala de Nestor Vera, secretário da ULTAB, saudando as “100 associações municipais de camponeses sem terra, com cerca de 100 mil associados”<sup>188</sup> que o Master congregava

<sup>186</sup> *Terra Livre*, nº118, janeiro de 1963, p.8. Grifos nossos.

<sup>187</sup> *Novos Rumos*, nº 200, 14 a 20 de dezembro de 1962, p. 6.

<sup>188</sup> *Novos Rumos*, nº 174, Semana de 15 a 21 de junho de 1962, p. 6.

à época. A cifra de cem mil agricultores organizados foi endossada por Córdula Eckert em sua dissertação, todavia, acreditamos que o número possa estar superestimado. De modo mais modesto, mas sem deixar de expressar o grande alcance do Master, o jornal *Terra Livre* apresentou, em julho de 1963, a cifra de dezesseis mil camponeses associados ao movimento<sup>189</sup>.

Além disso, conforme ressaltamos no artigo “*Acampamentos abalaram a estância: conflitos sociais no campo e o Master*”:

Cabe ressaltar que entre os anos de 1960 e 1964 emergiram no estado uma série de mobilizações camponesas, não necessariamente conectadas entre si. A organização dos trabalhadores do campo – especialmente dos chamados sem-terra – estava na ordem do dia, como estavam também as disputas sobre o controle e os rumos dessa organização. Em diferentes regiões do estado ocorreram marchas, acampamentos e concentrações que se desdobraram, muitas vezes, na criação de entidades, como sindicatos, ligas e associações. O Master, por sua visibilidade e por ter uma expressão estadual, articulou e tornou-se o representante de muitas dessas entidades. Porém, há uma série de episódios nos quais não foi protagonista. Nesse sentido, é fundamental perceber a complexidade das experiências de luta pela terra que se desenvolveram naquele período histórico, dentre as quais o Master é uma de suas expressões.

É provável que o número de associados tenha variado ao longo da atuação do Master, assim como o número de associações que orbitavam em torno do movimento não foi contínuo. Ao mesmo tempo, admitimos a partir das diferentes fontes mobilizadas, que houve um fluxo significativo de associações e pessoas ligadas ao movimento. No caso das associações algumas matérias publicadas nos jornais e a divulgação de presença de representantes de associações camponesas em eventos realizados pelo Master nos permite chegar no número médio de 120 associações ou sindicatos surgidos no período<sup>190</sup>.

Uma das fontes mais precisas que nos levou a este número é uma nota divulgada em junho de 1963 pelo jornal *Correio do Povo*, em que 73 associações de sem terra, 18 Sindicatos de Assalariados Rurais, 8 Sindicatos de Produtores Autônomos, 1 Sindicato de Trabalhadores Rurais Autônomos, 1 Associação dos Pequenos Proprietários Rurais e Sem Terra, assinaram nota pedindo a permanência de João Caruso na presidência da

<sup>189</sup> *Terra Livre*, julho de 1963, nº124, p.12.

<sup>190</sup> O cômputo do número médio de associações do Master foi realizado para um trabalho anterior, elaborado no âmbito do projeto “Memórias Brasileiras: Conflitos Sociais / CAPES”. Como fruto desse trabalho, foram publicados dois capítulos na coletânea “Lutas, memórias e violações no campo brasileiro”, com os seguintes títulos: “Acampamentos abalaram a estância: conflitos sociais no campo e o MASTER”; “Ninguém foi preso pelo fato de ser agricultor sem-terra e sim por ser agitador”: a repressão ao movimento dos agricultores sem-terra do Rio Grande do Sul no início dos anos 1960”. Ambos embasaram a escrita dessa dissertação.

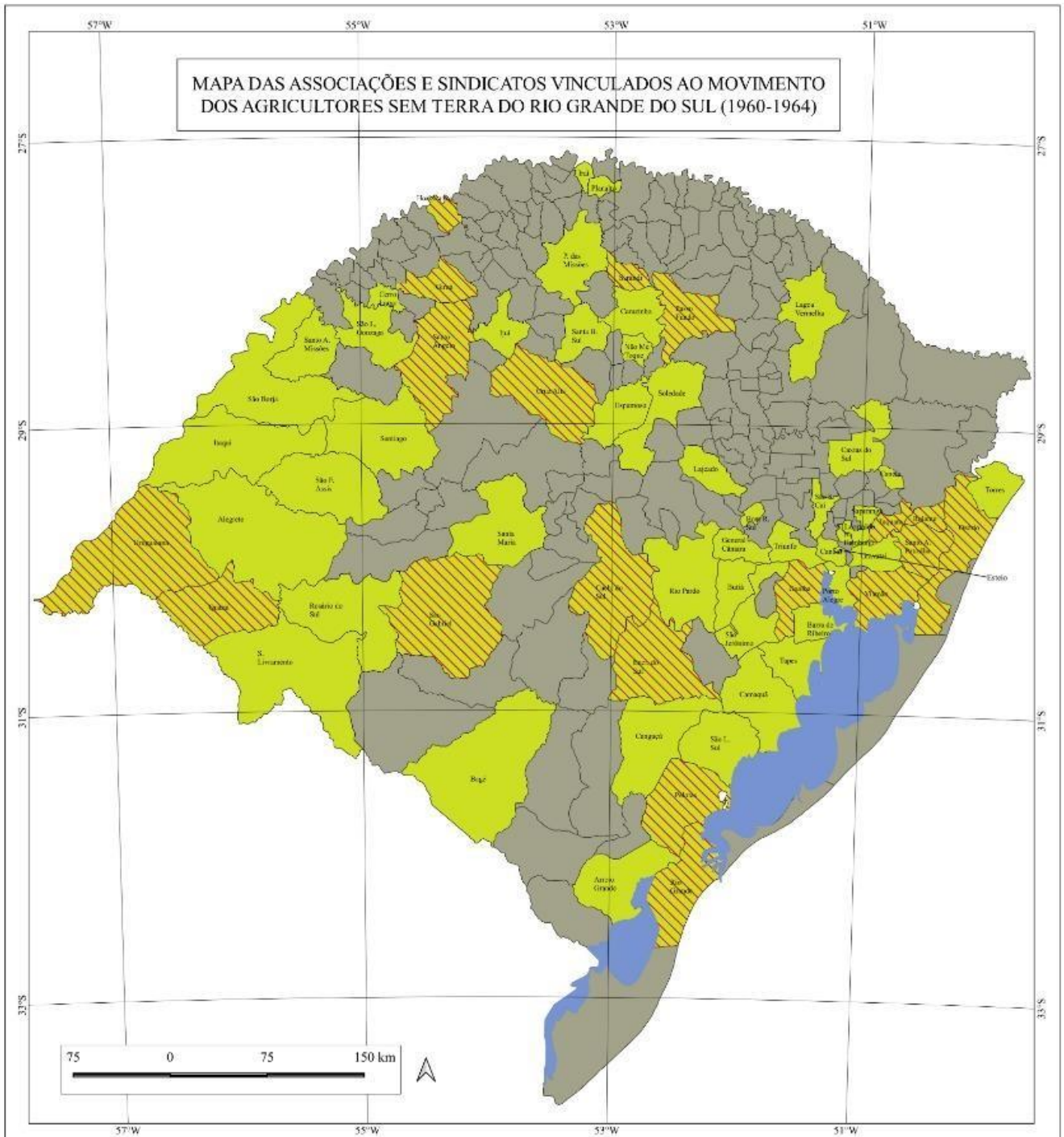
SUPRA<sup>191</sup>. Para chegarmos no referido número de associações, os nomes das associações presentes nessa matéria do *Correio do Povo*, foram cotejados com outras listagens de associações vinculadas ao Master, divulgadas por outras fontes.

Tais entidades vinculadas ao Master estavam sediadas em, ao menos, oitenta dos cento e cinquenta e sete municípios que compunham o Rio Grande do Sul naquele momento. A região da fronteira oeste e a região sul do estado, que abrangiam cidades marcadas pela presença da grande propriedade, tais como Alegrete, Livramento, Quaraí, Uruguaiana, Arroio Grande, São Lourenço do Sul e Pelotas, foram as que mais concentraram as entidades camponesas, com alguns municípios tendo contabilizado a presença de mais de uma associação sem terra. O mapa a seguir, elaborado a partir de pesquisas realizadas pelo projeto de pesquisa intitulado “Mobilizações e movimentos sociais agrários, repressão e resistências do pré-1964 à ditadura civil-militar: as trajetórias do MASTER no RS e das Ligas Camponesas em PE” (Edital Memórias Brasileiras: conflitos sociais / CAPES), nos auxilia na visualização do alcance do Master.

---

<sup>191</sup> *Correio do Povo*, 6 de junho de 1963, p. 20.

MAPA DAS ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS VINCULADOS AO MOVIMENTO DOS AGRICULTORES SEM TERRA DO RIO GRANDE DO SUL (1960-1964)



**Legenda**

- Municípios do Rio Grande do Sul [232]
- Sem dados [167]
  - Com uma Entidade (Associação) [65]
  - Com mais de uma Entidade [19]
  - Lagoa Mirim
  - Lagoa dos Patos

**FONTES**

Base Vetorial Contínua do RS: FEE-RS;  
 Associações: Correio do Povo, 06-06-1963 - pg-20; Novos Rumos, N.º. 163, Março/Abril de 1962;  
 Sistema de Referência: EPSG 4674 Sirgas 2000;  
 Escala de Impressão: Folha A3;  
 Elaborado em Julho de 2020; Geógrafo Responsável:  
 Nelson Cicconet

Quanto ao processo de formação das associações, as fontes revelam múltiplos motivos que suscitaram a criação das entidades. Em alguns casos, o processo foi impulsionado pelo intermédio direto ou indireto de militantes do PTB ou PCB. Em outros, os camponeses organizaram-se de forma espontânea por acreditarem que isso facilitaria a aquisição da terra. O próprio governador Leonel Brizola, no dia 22 de janeiro de 1962, data de seu aniversário, após reunir os trabalhadores rurais do sítio de sua propriedade, fundou por iniciativa própria uma associação de sem terras no distrito de Bacupari, pertencente a Palmares do Sul.<sup>192</sup>

O governador também contribuiu de modo indireto para a fundação de outras associações pelo estado, como foi o caso da Associação de Agricultores Sem Terra de Passo da Taquara. Osvaldo Bastos, presidente da referida associação, após o golpe de 1964 foi recolhido para prestar depoimento sobre suas atividades. Nesse contexto, Bastos relatou que decidiu fundar a entidade em meados de julho de 1962, após ouvir pelo rádio Leonel Brizola dizer que iria distribuir terras “a quem assim desejasse”. Seguindo as instruções do governador, ele conta que se dirigiu ao Palácio do Piratini, na capital, e dali fora encaminhado para a sede do Master, onde, foi informado que era preciso organizar-se em um grupo de mais de trinta lavradores sem terra<sup>193</sup>.

Conforme propõe Gasparotto *et al.*, embora sejam desconhecidas as condições a que Bastos estava submetido durante o interrogatório, é interessante notar que o agricultor evidenciou o surgimento da associação como algo espontâneo, influenciado pelos pronunciamentos de Brizola na rádio, e, possivelmente, também pelo “exemplo” provido com o sucesso de outras associações<sup>194</sup>. Outro ponto notável de seu depoimento é a correspondência entre governo e Master, já que após Bastos chegar à capital, representantes do governo o encaminharam para a sede do Master. Este, por sua vez, seguia a recomendação do governo, e incentivou a organização do campesinato em número “nunca inferior a 30 [pequenos proprietários e agricultores sem terra] que espontaneamente desejam se associar”<sup>195</sup>, tal como estava descrito no decreto de lançamento do Prade.

---

<sup>192</sup> *Última Hora*, 26 de janeiro de 1962, p. 12.

<sup>193</sup> Projeto Brasil Nunca Mais, Pasta 64, p. 50.

<sup>194</sup> Gasparotto *et al.*, *op.cit.*, p.50.

<sup>195</sup> Decreto de fundação do Prade, nº 13.063 de 29 de janeiro de 1962.

No auge dos acampamentos, durante os primeiros meses de 1962, muitas associações de agricultores sem terra foram fundadas. Cerca de um mês após os dois maiores acampamentos terem sido verificados em Sarandi e Camaquã entre os dias 12 e 27 de janeiro de 1962<sup>196</sup>, o jornalista Rui Facó constatou a existência de um total de meia centena de novas associações.<sup>197</sup> A própria Associação de Agricultores Sem Terra de Camaquã foi criada um dia após o acampamento na localidade do Banhado do Colégio ter início. A criação desta foi divulgada por Epaminondas Silveira, primeiro presidente da referida associação, como meio para prestar apoio ao acampamento que estava em curso.

Algumas dessas associações locais foram formadas a partir da fusão de núcleos rurais já existentes em um mesmo município, como ocorreu em São José do Norte, quando cerca de mil agricultores mobilizados anteriormente em núcleos decidiram se organizar em um sindicato de classe<sup>198</sup>. Da mesma forma, vários núcleos locais do município de Uruguaiana “resolveram unificar-se na Associação Uruguaiana dos Camponeses Sem-Terra”<sup>199</sup>. Nesta ocasião “mais de 300 pessoas compareceram ao ato de fundação”, e “mais de 600 assinaturas foram coletadas reclamando a divisão dos latifúndios improdutivos ou mal utilizados do município”,<sup>200</sup> deixando evidente o caráter espontâneo da mobilização que deu origem a entidade.

Em depoimento prestado ao III Exército também no contexto da ditadura, Nascimento Meirelles, uma das lideranças do Master e presidente da Associação dos Trabalhadores Sem Terra de Entre-Ijuís, declarou que o desejo de fundar uma associação sem terra na localidade onde residia partiu das deliberações de uma reunião convocada pelo Master em abril de 1962. Primeiramente, um acampamento foi articulado para acontecer na região, o que motivou a organização dos camponeses em uma associação, que viria a ser fundada exatamente um mês após a reunião do Master. Em seu depoimento também fica evidente o número elevado de sócios que uma entidade municipal poderia angariar.

Perguntado se em dois anos que luta em prol dos agricultores sem-terra, quantos associados conseguiu, respondeu que durante os dois anos que luta em prol de agricultores sem-terra lhes chegavam às mãos, e dali os

---

<sup>196</sup> Respectivamente, a data de início do acampamento da Fazenda Sarandi e a data em que as terras reivindicadas a partir do Acampamento do Banhado do Colégio foram desapropriadas.

<sup>197</sup> *Novos Rumos*, n. 163, 30 de março a 5 de abril de 1962, p. 7.

<sup>198</sup> *Correio do Povo*, 26 de maio de 1962, p.9.

<sup>199</sup> *Novos Rumos*, n. 163, 30 de março a 5 de abril de 1962, p. 7.

<sup>200</sup> *Idem*.

nomes eram lançados como associados, sua entidade chegou a cerca de quatrocentos sócios.<sup>201</sup>

A documentação pesquisada também revelou o interessante processo de fundação, inicialmente, de uma associação e, posteriormente, de dois sindicatos vinculados ao Master no município de São Luiz Gonzaga<sup>202</sup>. Em março de 1962, seguindo o exemplo de outras mobilizações pelo estado, aproximadamente dois mil camponeses da cidade organizaram um acampamento na divisa da Fazenda Florida, então de propriedade privada. Como desdobramento do acampamento, e com a ajuda de membros do Master, formou-se uma associação de agricultores sem terra na cidade, denominada Associação União Popular em São Luiz Gonzaga. Não há registros acerca da atuação dessa associação, que pode, inclusive, ter tido vida efêmera, como é possível que tenha acontecido com muitas das associações criadas no calor das mobilizações. Todavia, permaneceu o desejo em alguns agricultores da região de voltarem a acampar e quase dois anos depois, em decorrência desse desejo e também da nova conjuntura que beneficiava as entidades estruturadas enquanto sindicatos, o Master e a Supra articularam-se para fundar dois sindicatos na localidade.

No final de janeiro de 1964, “homens, idosos, moços e crianças”, juntamente com o representante do Master, Nascimento Meirelles, e o funcionário da Supra, denominado na documentação somente como “Aveline”, compareceram ao salão da União Operária a fim de fundar o Sindicato dos Assalariados Rurais e o Sindicato dos Pequenos e Médios Proprietários Rurais.<sup>203</sup> O evento foi noticiado poucos dias depois em um jornal local, que divulgou os nomes dos membros das respectivas diretorias. Posteriormente, com o Golpe de 1964, o episódio foi retomado em um inquérito para investigar supostas lideranças “subversivas” da cidade.

Nesta ocasião, mais de vinte pessoas foram convocadas para prestar depoimentos sobre o envolvimento pregresso com o movimento camponês, gerando muitas informações que devem ser matizadas em decorrência da origem da fonte. Dos nomes divulgados pelo jornal que compunham as diretorias, por exemplo, poucos são aqueles que admitem ter conhecimento prévio da sua inscrição nos sindicatos, o que certamente

---

<sup>201</sup> APERS, Processo administrativo de indenização número 4745- 1200/98 referente a Nascimento Pereira Meirelles. Folha 62.

<sup>202</sup> Ver ECKERT (1984), *op.cit.*, p.80-81; Inquérito Policial Militar instaurado em 3 de janeiro de 1966, que tinha por objetivo apurar atividades do movimento sem terra em São Luiz Gonzaga. Atualmente anexado em: APERS, Processo administrativo de indenização número 2809-1200/02-4, referente a Amary de Maio Cabrera.

<sup>203</sup> A notícia, 2 de fevereiro de 1964, p.2.

pode ser explicado pelo peso da intimidação e das consequências que a confissão traria. Por outro lado, existem alguns indícios de que, realmente, talvez nem todos tenham tido conhecimento de que seriam inscritos nos sindicatos, ou que ainda, que mesmo tendo consentido com a nomeação, desconheciam as responsabilidades implicadas na função para que foram designados.

Primeiramente, chama atenção o fato de somente três pessoas terem declarado que tinham conhecimento de que seriam nomeados para os sindicatos, antes da divulgação da listagem no jornal. Duas delas tratava-se dos respectivos presidentes, Manoel Matos Flores<sup>204</sup> e Ismar Soares Aquino<sup>205</sup>, já a terceira pessoa, Cassemiro Rodrigues<sup>206</sup>, afirmou que no final da reunião fora informado que ele havia sido eleito secretário dos Assalariados Rurais, sem que soubesse do que o cargo tratava. Mesmo assim, desde antes, Rodrigues afirmou que estava ciente de que “seria eleito a qualquer coisa do sindicato”<sup>207</sup>.

Elias Possapp, um vereador pelo PTB próximo ao Master, que estava presidindo a mesa da reunião, chegou a afirmar que havia acordado com algumas pessoas sobre a participação na diretoria antes da reunião e que, inclusive, leu os nomes de quem já tinha conversado. Mas, ainda assim, quando

perguntado se todos os elementos eleitos para os membros da diretoria dos ditos sindicatos foram consultados para o exercício de suas futuras funções, respondeu que não; que se tratando dos sindicatos rurais, o depoente achava que deveriam tomar parte dos mesmos, elementos das diversas regiões coloniais do município. E dada a situação apresentada pelo que se dizia representante da Supra, da exequibilidade de tempo para organizarem tais sindicatos e em face as distâncias que separavam o local escolhido das regiões coloniais onde residiam os futuros membros dos sindicatos a serem criados, não foi possível consultar a todos. [...] Perguntado se todos os membros eleitos para os sindicatos participaram da reunião, respondeu que não.<sup>208</sup>

A respeito do depoimento de Possapp, há sempre a possibilidade de que ele tenha optado por não declarar o consentimento das demais pessoas. De qualquer modo, seu depoimento expõe vestígios que apontam que a reunião ocorreu de forma improvisada,

---

<sup>204</sup> Criador e suplente a vereador pelo PTB.

<sup>205</sup> Comerciante.

<sup>206</sup> Agricultor.

<sup>207</sup> Depoimento de Cassemiro Rodrigues de Santis para o Inquérito Policial Militar instaurado na cidade de São Luiz Gonzaga, anexado em: APERS, Processo administrativo de indenização número 2809-1200/02-4, referente a Amary de Maio Cabrera, folha 232.

<sup>208</sup> Depoimento de Elias Possapp para o Inquérito Policial Militar instaurado na cidade de São Luiz Gonzaga. In: *Idem*, folha 313.

se considerarmos que realmente alguns convites foram expostos de última hora para os presentes. Além disso, o depoimento afirma que devido a “exequibilidade de tempo para organizarem tais sindicatos”, mesmo sem o consentimento prévio do indivíduo, alguns nomes foram incluídos em cargos do novo sindicato com a finalidade de conseguir estruturá-lo naquele momento.

No mesmo sentido, vários outros depoentes declararam que foram surpreendidos por uma caminhonete com membros da Supra e do Master convidando-os para comparecerem à reunião pouco tempo antes dela ocorrer. Alguns caminhões teriam levado essas pessoas, “que pareciam que a pouco tinham deixado seus trabalhos diários”<sup>209</sup> até o local da conferência, onde inicialmente encontraram Possapp “volta e meia correndo ao telefone a fim de convidar mais gente”<sup>210</sup>. Este conjunto de elementos presentes em diferentes falas evidencia que o Master e a Supra atuaram de modo conjunto para a formação de alguns sindicatos e/ou associações camponesas. Eles tinham como meta o engajamento dos agricultores provenientes das diferentes regiões do município onde a nova entidade seria formada. Mas, isso nem sempre aconteceu de forma orgânica, como no caso mencionado, em que se sobressaiu o caráter improvisado e apressado do processo de formação dos sindicatos.

No que se refere ao funcionamento e organicidade dessas entidades, poucos são os vestígios que nos permitem verificar a atuação cotidiana experimentada por elas. Algumas fontes evidenciam a dificuldade que as associações municipais enfrentavam para se manter. A Associação de Agricultores Sem Terra de Passo da Taquara, por exemplo, buscou solicitar uma contribuição mensal “daqueles que pudessem ajudar” no valor de cinquenta cruzeiros. No entanto, segundo o presidente, Osvaldo Bastos, esse valor correspondia a apenas a uma pequena parcela do montante necessário para sanar as contas, de modo que a associação também dependia de recursos externos advindos do Master, da SUPRA, etc, para a própria manutenção.<sup>211</sup>

Por sua vez, o Master também contava com recursos financeiros do Estado, especialmente por parte da SUPRA. Esta observava a ajuda concedida como um facilitador para o movimento “atuar com mais desenvoltura nas tarefas de representação

---

<sup>209</sup> Depoimento de Luiz Palmeira Leite Júnior, 2º tenente do exército para o Inquérito Policial Militar instaurado na cidade de São Luiz Gonzaga. In: *Idem*, folha 255.

<sup>210</sup> *Idem*.

<sup>211</sup> IPM da cidade de Rio Pardo. Acervo do Projeto Brasil Nunca Mais, pasta 064.

dos camponeses sem terra”. A correspondência financeira entre ambos pode ser observada no seguinte documento emitido pela SUPRA:

Consideramos o auxílio ao Master o mais justo possível, pois trata-se de uma entidade, que apesar das inúmeras dificuldades, sempre esteve presente no campo, quer fundando entidades e sindicatos, quer assistindo os desamparados sem terra. Nessa luta faça-se justiça a Rosauro Charlat de Souza, Euzébio França Filho, Ary Saldanha, Ramão Fontoura e tantos outros que sempre colocaram acima de tudo a luta pela causa, que é causa do próprio povo brasileiro. Aproveitamos esta mensagem para lembrarmos que o MASTER merece a nossa confiança e a de todos os rio-grandenses de boa vontade. Para frente, sempre, líderes sem terra. O Brasil não os esquecerá nunca, pois representam e simbolizam a própria luta de uma nação que deseja ser livre, independente e forte.<sup>212</sup>

José Moacyr de Oliveira, agricultor sem terra associado em Passo da Taquara revelou que costumava sediar as reuniões da associação em sua própria casa, enquanto a promessa “vinda de Porto Alegre” relativa à ajuda para a construção de uma sede própria não se concretizava. A impossibilidade de ter uma sede própria devido à falta de recursos também foi verificada nas atas de reuniões da Associação dos Agricultores Sem Terra de Alegrete, que revelam que os encontros aconteciam ora na “sede dos Sindicatos Reunidos”, ora na Câmara de Vereadores<sup>213</sup>.

Tais Atas da Associação de Alegrete, atualmente apresentam-se anexadas na documentação que compõe o processo administrativo de indenização<sup>214</sup> movido pela família de Timóteo Bombach, fundador e presidente da referida associação. Ao longo de quase dois anos de funcionamento dessa entidade foram redigidas cerca de 44 atas, das quais temos acesso a partir da décima, datada do dia 6 de maio de 1962, até a ata de número 44, redigida em 8 de março de 1964. Ainda que nem sempre detalhada, trata-se de uma fonte que nos permite apreciar alguns elementos da vida cotidiana da associação.

Assim como a Associação de Agricultores Sem Terra de Passo da Taquara, a Associação de Alegrete também dependia da contribuição financeira mensal dos associados e de financiamentos viabilizados pelo Master, o que parece ter sido traço comum entre as demais associações do estado. Inicialmente, as atividades exercidas pela

<sup>212</sup> Documento intitulado “Prestamos contas aos trabalhadores e camponeses”. Projeto Brasil Nunca Mais, pasta 64, p. 95-96.

<sup>213</sup> Livro de Atas da Associação dos Agricultores Sem Terra de Alegrete. APERS, Processo administrativo de indenização número 6462-1200/98-7, referente a Timoteo Bombach.

<sup>214</sup> Tal ação apresenta-se no âmbito da Lei Estadual 11.042/1998, que responsabilizou o Estado do Rio Grande do Sul, por ter causado danos físicos e psicológicos a presos políticos, entre os anos de 1961 e 1979.

direção da associação não eram remuneradas, mas, por meio de uma votação coletiva unânime, essa situação se modificou.

Enquanto presidente da associação, Bombach foi convidado para algumas viagens, principalmente para Porto Alegre, com o objetivo de participar de reuniões e eventos do Master. Nessas ocasiões, por várias vezes foram registradas nas atas as dificuldades financeiras e as possibilidades encontradas para se custear as viagens. Para algumas delas, solicitara-se aos sócios uma contribuição espontânea, em outras, a tesouraria procurou especificar nas atas que o dinheiro proveniente da própria associação seria futuramente reembolsado pelo Master. Houve ainda situações em que o financiamento para a viagem partiu do próprio presidente da associação ou do prefeito da cidade, após ter sido requerido a ele uma passagem para a capital.

As reuniões eram realizadas ao menos uma vez por mês, preferencialmente aos domingos, pois visava possibilitar uma participação mais ampla dos trabalhadores rurais. O comparecimento de associados nas reuniões era oscilante e houve momentos de pouca adesão, o que pode ser verificado a partir do número de assinaturas presentes em algumas atas e da preocupação expressa por Bombach em certa feita, em que se permitiu a fazer uma “reclamação sobre a falta de comparecimento do sócio”<sup>215</sup>. Ainda assim, as reuniões apresentaram-se como espaços de conscientização e discussões, uma vez que nesses momentos eram feitos estudos e debates acerca da conjuntura nacional e local e planos de ação para a aquisição de terras eram traçados.

A solidariedade estabelecida entre os agricultores sem terra de Alegrete e os demais grupos populares organizados em sindicatos aparece de modo destacado entre as atas das reuniões. Adiante irei discutir o estreitamento de laços entre as diferentes classes como uma estratégia para a sobrevivência diante de uma conjuntura menos favorável para a concretização das reformas de base que se iniciou no estado com a posse de Ildo Meneghetti (PSD). Neste momento, gostaria de destacar que para além do apoio conferido por organizações urbanas às associações ligadas ao Master, principalmente no âmbito estadual ocorreu também a inserção de elementos sem ligação com a agricultura nos cargos da diretoria do movimento.

Durante o I Congresso do Master, conforme mencionado anteriormente, houve uma eleição para compor uma nova diretoria para o Master, que elegeu os seguintes nomes: Milton Serres Rodrigues, presidente; Rosauro Chalat de Souza, 1º vice-presidente

---

<sup>215</sup> Ata n° 27 de maio de 1963. Livro de Atas da Associação dos Agricultores Sem Terra de Alegrete. APERS, Processo administrativo de indenização número 6462-1200/98-7, referente a Timoteo Bombach.

(Uruguaiana); Romeu Barleze, 2º vice-presidente (Carazinho); Euzébio França Filho, secretário geral (Porto Alegre); Ary Saldanha, 1º secretário (Livramento); Nascimento Meirelles, 2º secretário (Entre Ijuiz); Rodolfo Moeller, tesoureiro geral (São Leopoldo); Darcy Rosa, 1º tesoureiro (São Lourenço); e o 2º tesoureiro, Jesus Severo Vieira (Pelotas). Juntamente com a diretoria, foram empossados 33 membros efetivos e 33 suplentes para o Conselho Deliberativo, além de ter sido aprovada uma Consultoria Jurídica, tendo como membros os Drs. Floriano Maia d'Ávila, Darcy von Hoonholtz e Salomão Silva<sup>216</sup>.

Dentre os nomes aprovados para compor a nova diretoria, chama atenção a predominância de perfis sócio-profissionais vinculados a cargos próximos ao governo, em detrimento de lideranças provenientes dos meios camponeses. Os seis nomeados para os mais altos cargos do Master - presidência, vice-presidência e secretaria – eram vinculados à partidos políticos, sendo quatro deles filiados ao PTB (Milton Serres, Romeu Barleze, Euzébio França e Nascimento Meirelles) e dois deles ao PCB (Ary Saldanha e Rosauo Chalart). Acerca da atividade desempenhada por essas lideranças, ressalto as ligações com o meio urbano - Romeu Barleze, era funcionário da Secretaria de Agricultura; Euzébio França, era técnico rural e funcionário do IGRA; Ary Saldanha, atuava como ativista político pelo PCB. O presidente e um dos fundadores do Master, Milton Serres, foi ex-delegado e era prefeito de Encruzilhada do Sul, além disso, de acordo com uma notícia do jornal *Novos Rumos*, Serres era também plantador de trigo<sup>217</sup>, dado nunca veiculado por outras fontes. Somente Rosauo Chalart e Nascimento Meirelles desempenhavam atividade econômica diretamente vinculada à agricultura; o primeiro era “tosquiador de ovelhas no município”<sup>218</sup> de Uruguaiana, e o segundo, além de militar reformado, era “agricultor em pequena escala”.<sup>219</sup>

Conforme já mencionado, a aproximação entre Master e PTB era verificada desde a fundação do movimento, enquanto a relação com o PCB foi estabelecida a partir do Congresso de Belo Horizonte, no final de 1961. Demoraria ainda um ano para a inscrição definitiva de membros comunistas no Master, o que oficialmente passou a acontecer a partir da eleição ocorrida durante o I Congresso do Master, em dezembro de 1962. Esta não se deu sem uma delicada disputa entre petebistas e pecebistas, tendo o primeiro grupo deixado claro que a conciliação não era a primeira opção, pois, preferia manter a

<sup>216</sup> GASPAROTTO *et al*, *op.cit*, p.45.

<sup>217</sup> *Novos Rumos*, nº 161, semana 16 a 22 de março de 1962, p.8.

<sup>218</sup> *O Semanário*, 15 a 20 de setembro de 1961, s/p.

<sup>219</sup> APERS, Processo administrativo de indenização número 4745-1200/98 referente a Nascimento Pereira Meirelles, folha 37.

hegemonia dentro do movimento sem a inclusão do segundo grupo. Formaram-se, então, duas chapas, uma chapa “pura”, somente com membros do PTB, caracterizada por Eckert (2009) como “tentativa dos ‘brizolistas’ de escolher uma diretoria composta apenas de elementos de sua corrente, indicando, para presidente, Milton Serres Rodrigues, e, para secretário-geral, Romeu Barleze”<sup>220</sup>; e uma chapa mista, com a presença dos dois partidos. A chapa mista foi eleita por 55 votos contra 16 da chapa “pura” do PTB.

A partir daí é possível que os desentendimentos no interior do movimento tenham crescido. Ao prestar depoimento ao Inquérito Policial Militar instaurado em Encruzilhada do Sul e região durante a ditadura, Milton Serres Rodrigues afirmou que havia se desinteressado pelo Master “pois este não estava cumprindo seu programa, existindo pessoas estranhas na associação, que não eram agricultores”<sup>221</sup>. Certamente seria interessante naquele momento do inquérito afastar-se das perspectivas da doutrina comunista, mas, o descontentamento de Serres com “elementos estranhos ao movimento” já podia ser observado desde a vitória da “chapa mista” no Congresso. A partir de uma pesquisa realizada com os dados do *Última Hora*, Eckert (2009) afirma que por discordâncias com os novos membros comunistas

Milton Serres absteve-se de uma participação ativa no MASTER, assumindo o exercício da presidência Romeu Barleze. Logo depois este foi substituído por Rosauro Chalart de Souza e, meses mais tarde, por Euzébio França e por Ary Saldanha, quando, já com Ildo Meneghetti no governo do estado, a repressão intensificou-se, ficando a partir de então os comunistas com a hegemonia na direção do MASTER.<sup>222</sup>

Por seu turno, o PCB também não estava satisfeito com a atuação do PTB na área rural do Rio Grande do Sul. Por um lado, o líder comunista do Master, Ary Saldanha afirmou em entrevista à Eckert que desde o Congresso de Belo Horizonte, “os comunistas aderiram ao nome MASTER, passando a integrar esse movimento” “em prol da tentativa de unificação do movimento camponês gaúcho”, já que avaliaram que o Master era “uma organização estadual” que fazia a “coesão dos movimentos heterogêneos existentes no campo e que seria errôneo querer imprimir um nome específico: ‘as Ligas’”<sup>223</sup>. Por outro

<sup>220</sup> ECKERT (2009), *op. cit.*, p.83.

<sup>221</sup> Inquérito policial militar para apurar atividades subversivas nas localidades de Encruzilhada do Sul, Amaral Ferrador, Faxinal do Soturno, Dom Feliciano, e Porto Alegre RS”. Fonte: Serviço Nacional de Informações. Agência Porto Alegre. Porto Alegre, 6 de abril de 1988. Informação n.015842/88. Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.88015842 11 páginas. Acervo: Arquivo Nacional.

<sup>222</sup> ECKERT (2009), *op. cit.*, p.84.

<sup>223</sup> *Idem*, p. 75.

lado, a partir das Cadernetas de Luiz Carlos Prestes<sup>224</sup>, principal liderança nacional do partido, é possível apreender que os comunistas não deixaram de lamentar a incipiência de quadros organizados no interior do movimento e a falta de um programa agrário no campo gaúcho.

A partir de uma reunião denominada nas Cadernetas como “J. Sindical”, foram registrados diálogos entre lideranças comunistas ligadas ao Master. Entre eles estava João Ramão, líder do acampamento de Passo Feio e secretário da Associação de Agricultores Sem Terra de Vila Gotuzo, de Pelotas, que na ocasião associou a fundação do Master à uma “manobra universal do Milton junto com os fracionistas”. Na avaliação de Ramão, a atuação do partido comunista no meio rural gaúcho estava subordinada ao “malabarismo de Milton”, colocação que pareceu de comum acordo aos presentes. Nesse sentido, Ary Saldanha afirmou: “estamos diante de dois problemas: política frente ao inimigo e frente ao aliado”, em que o aliado era vinculado ao “reboquismo de Brizola, de Milton [Serres], etc”. Ramão e Saldanha fizeram ainda repercutir duas denúncias sobre a atuação de tais “aliados”, o primeiro afirmou que estavam sendo fundadas algumas associações “fantasmas”, sem mais especificações, enquanto o segundo declarou que algumas lideranças estavam sendo afastadas “das bases, com medo de que os comunistas conquistassem hegemonia”<sup>225</sup>.

Tal reunião foi marcada por críticas em torno da relação mantida entre os dois partidos no meio rural, mas, enquanto alguns discursavam que era hora de romper com a submissão” e de “romper com as medidas legais”, Prestes pontuou em suas anotações que, de fato, “havia muita ilusão dos camponeses em Brizola”, contudo, também indagou “por isso vamos desprezar todas as possibilidades que surgiram do governo Brizola?” E assim, alertou para que as “posições sectárias” fossem eliminadas, pois, as associações sem terra foram também beneficiadas pela política do governador petebista<sup>226</sup>.

---

<sup>224</sup> Prestes costumava documentar em suas cadernetas as reuniões nas quais participava. Esses documentos foram apreendidos após o golpe, quando ele passou para a clandestinidade, e serviram de base para um Inquérito Policial-Militar (IPM) instaurado em 21 de setembro de 1964, que tinha por objetivo apurar atividades do PCB. O documento era recheado de informações e nomes, e por isso, serviu como prova incriminatória contra ele e outras pessoas durante a ditadura. Parte das informações dessas cadernetas foram transcritas pelos agentes da repressão e podem ser consultadas no Acervo do Projeto Brasil Nunca Mais. Projeto A, Tomo 2, Volume 2 – BNM 279.

<sup>225</sup> Projeto Brasil Nunca Mais. Projeto A, Tomo 2, Volume 2 – BNM 279, p.26051-26056.

<sup>226</sup> *Idem*.

### 1.3. Mobilizações, memórias e perspectivas da luta pela terra nos anos 1960

A grande diferença hoje é esta, os "acampados" não obedecem mais a voz do comando dos estanceiros. Os "acampados" lutam hoje por seus próprios interesses. Ganham consciência de sua condição de explorados e oprimidos — e reagem com maior ardor do que outrora combatiam teus senhores. Se ainda existem remanescentes das antigas "milícias rurais" do pampa que correspondiam as "guardas locais" do latifúndio nordestino, não passam elas da sombra do que foram. Os peões libertam-se — esta é a grande realidade demonstrada pelos "acampamentos" iniciados na Fazenda Sarandi.<sup>227</sup>

A partir de 11 de janeiro de 1962, cerca de 1.300<sup>228</sup> camponeses gradativamente se reuniram para reivindicar a distribuição de 25 mil hectares de terras, até então improdutivas e pertencentes a companhia uruguaia Júlio Mailhos S.A. Naquele momento, os acampamentos eram inaugurados enquanto uma estratégia de mobilização inovadora, que viria a repercutir positivamente entre o campesinato do estado devido ao êxito logrado com este primeiro acampamento ocorrido na Fazenda Sarandi.

Acampados às margens da referida fazenda, localizada entre os municípios de Sarandi e Nonoai, os agricultores sem terra clamavam pela atenção do Estado e estavam “dispostos a permanecer ali até que se resolva sua situação”<sup>229</sup>. Esses camponeses compunham um movimento pacífico organizado em boa parte pela Associação dos Agricultores Sem Terra de Nonoai e que contou com o apoio do prefeito de Nonoai, Jair Calixto (PTB), e do prefeito de Sarandi, Ivo Sprandel (PSD).

A atuação do governador Leonel Brizola foi marcante para que as reivindicações dos agricultores fossem atendidas quase que prontamente. Três dias após as barracas terem sido armadas, o governador assinou o Decreto Desapropriatório da fazenda. Paralelamente a isso, ele determinou o reforço das tropas da região a fim de garantir “a ordem e segurança de todos” enquanto o acampamento perdurasse<sup>230</sup>. Assim, através dessas duas ações Brizola procurou evidenciar que apoiava o movimento, mas que só o toleraria enquanto este se mantivesse pacífico. Além disso, tentou demonstrar aos mais conservadores que detinha o controle do acampamento.

<sup>227</sup> *Novos Rumos*, nº 174, semana 15 a 21 de junho de 1962, p.6

<sup>228</sup> As fontes divergem quanto ao número de manifestantes presentes nesse acampamento. O montante de 1.300 camponeses foi apresentado ao me basear na pesquisa de Eckert (1984). Porém não podemos descartar a indicação presente no *Novos Rumos*, afirmando que o contingente inicial de 600 requerentes cresceu ao longo da ocupação, e chegou a totalizar cerca de 5.000 pessoas. *Novos Rumos*, nº 156, 2 a 8 de fevereiro de 1962, p.8.

<sup>229</sup> *Última Hora*, 12 de janeiro de 1962, p.12.

<sup>230</sup> *Correio do Povo*, 12 de janeiro de 1962, p.16.

Mesmo assim, a maneira ágil com que o governo lidou com a situação suscitou grande desconfiança por parte de muitos que achavam que o acampamento fora incitado pelo próprio governador, o que era reforçado pela dualidade na relação entre este e o prefeito Jair Calixto, que além de seu correligionário, era seu primo. Tal dúvida refletiu em debates dentro da historiografia, que para além de problematizar o papel desempenhado por Brizola no referido acampamento, também voltaram a atenção para atuação do Master.

Carini e Tedesco identificam o pronto-atendimento excepcional que Brizola conferiu ao acampamento como um indício do que os autores denominaram como “operação Brizola”, ou seja, o apoio prestado ao acampamento corroboraria com o projeto do governador de ampliar sua influência no interior das classes populares, no caso, o campesinato. Baseados em jornais locais e em entrevistas de história oral que realizaram com camponeses envolvidos no episódio, os autores concluíram que a presença do Master esteve em segundo plano na articulação do processo, enquanto a atuação de Brizola e Calixto foram centrais<sup>231</sup>.

Ao se debruçar sobre o tema, Alves não deixou de considerar uma correlação entre o governo e o movimento reivindicatório, que pode ser observada nas entrevistas que o autor realizou com Paulo Schmidt, ex-funcionário do governo gaúcho, e Romeu Barleze, também ex-funcionário do governo pelo PTB e liderança do Master. Ambos eram nomes expoentes da época e estiveram próximos a questão agrária, todavia, ao se tratar da questão da suposta influência exercida por Brizola sobre o primeiro acampamento, não houve consenso entre as duas narrativas. De acordo com Schmidt, “a ocupação da Fazenda Sarandi havia sido realizada por Calixto, juntamente com lideranças locais que teriam se apoiado nele por sua proximidade com o governador”<sup>232</sup>, sem envolver o prévio conhecimento de Brizola que “não tinha ideia das intenções de seu primo. Mesmo assim, ele destaca que, depois de iniciada a ocupação, Brizola passou a garantir apoio total à mesma”<sup>233</sup>. De outro modo, “ao ser questionado se o governador sabia da ocupação, de forma pouco convencida”, Barleze afirmou que sim, pois o êxito de uma mobilização naqueles moldes já era esperado<sup>234</sup>.

---

<sup>231</sup> CARINI, Joel João; TEDESCO, João Carlos. *Os conflitos agrários no norte gaúcho: 1960 – 1980*. Porto Alegre: Edições Est., 2007.

<sup>232</sup> Entrevista de Paulo Schmidt concedida à Bernard Alves em 2009. In: ALVES, *op. cit.*, p.34.

<sup>233</sup> *Idem*, p.35.

<sup>234</sup> Entrevista de Romeu Barleze concedida à Bernard Alves em 2009. In: ALVES, *op. cit.*, p.37.

Alves expõe que esta mobilização, assim como as outras que a sucederam, eram articuladas a partir de lideranças políticas locais que visavam o apoio do poder político estadual na promoção dos acampamentos<sup>235</sup>. Ele também destaca que essas reivindicações, por sua vez, eram fundamentais para a promoção da política agrária do governo Brizola. Ao mesmo tempo, ressalta a autonomia do Master e afirma a necessidade de não o reduzir a um mero “instrumento de governo”<sup>236</sup>.

Quanto à presença de modo mais específico do Master na articulação do acampamento na Fazenda Sarandi, o autor, assim como Carini e Tedesco, também não encontrou registros importantes sobre a entidade nas memórias coletadas durante a sua pesquisa de campo. A esse respeito Alves pontuou que “quando perguntados sobre os eventos relacionados ao governo Brizola os entrevistados apresentavam clara disposição em falar, mas [...], muito pouco foi dito sobre o MASTER”, “o movimento que havia sido consagrado nos livros não apresentava a mesma significância para aqueles que estiveram diretamente ligados aos eventos”<sup>237</sup>, ao menos não em relação ao Acampamento na Fazenda Sarandi.

Assim como nas entrevistas que os referidos autores realizaram, nas entrevistas das quais participei por estar inserida no projeto “Memórias Brasileiras: Conflitos Sociais”, o Master também não estava presente na memória dos camponeses da região Norte do estado. Em novembro de 2018, Seu João Raimundi, Seu Geraldo Breda e sua esposa, Dona Iracema Breda, gentilmente compartilharam as suas memórias sobre o percurso para a conquista da terra própria e inserção na luta pela reforma agrária. Os três, de diferentes formas, estiveram envolvidos com os acampamentos ocorridos na região Norte do estado, principalmente com o primeiro, ocorrido na Fazenda Sarandi, e foram assentados em decorrência dele. Seu Raimundi e Seu Breda, contaram que por morarem próximo, não chegaram a dormir no acampamento, mas estiveram lá todos os dias, participando das reuniões e compartilhando as refeições. Enquanto isso, prestando suporte para que o marido pudesse pleitear a terra, D. Iracema ficou no cuidado dos dois filhos que possuía à época<sup>238</sup>.

---

<sup>235</sup> ALVES, *op. cit.*, p.61.

<sup>236</sup> *Idem*, p.80.

<sup>237</sup> *Ibidem*, p.49.

<sup>238</sup> Dona Iracema afirmou que não pôde participar do acampamento devido a necessidade de cuidado com as crianças pequenas e pela impossibilidade de transportá-las a cavalo até a Fazenda Sarandi. Sem deixar de lado a importância do espaço privado, familiar e materno para o exercício de poder da mulher, como se



Imagem 1, mulheres, homens e crianças reunidas no Acampamento da Fazenda Sarandi.  
Fonte: Acervo pessoal do Colégio Agrícola Educar, na zona rural de Ronda Alta.

---

verificou com D. Iracema, é importante ressaltar que mulheres também estiveram presentes nos acampamentos. No que se refere a mobilização na Fazenda Sarandi, apesar das mulheres não estarem presentes nas memórias dos camponeses que entrevistamos, foi possível perceber suas presenças, assim como a presença de crianças, em algumas fotografias tiradas na ocasião. Tais imagens hoje compõem os Acervos de Paulo Schmitt e do Colégio Agrícola Educar, vinculado ao MST. Em outros acampamentos onde a repressão foi marcante, como se verá adiante, as mulheres desempenharam papel fundamental no enfrentamento com a polícia, dando tempo de fuga a seus maridos.



Imagem 2, camponeses agitando o chapéu no ar durante o Acampamento da Fazenda Sarandi. Fonte: *Última Hora*, 15 de janeiro de 1962, p.14.



Imagem 3, a chegada de Brizola ao Acampamento da Fazenda Sarandi. Fonte: *Última Hora*, 16 de janeiro de 1962, capa.



Imagem 4, missa sendo rezada durante o Acampamento da Fazenda Sarandi. Fonte: *Última Hora*, 24 de janeiro de 1962, capa.

A presença de Brizola e de Calixto aparece de modo destacado em suas narrativas, em detrimento do Master, que afirmaram não conhecer. Na memória de Seu Breda ficou marcado que o acampamento havia sido “promovido pelo prefeito de Nonoai, que era cunhado até do Brizola”<sup>239</sup>. Ao passo que para Seu Raimundi, ficou a impressão de que o episódio fora fruto de uma articulação de Brizola, algo que parece ter sido compartilhado para toda a sua família, pois, em dado momento, seu filho que acompanhava a narrativa, iniciou um diálogo dizendo: “o pessoal conta que naqueles tempos o Brizola já tinha preparado o acampamento pra daí depois ele chegar ali...” Afirmativa endossada por seu Raimundi que bem pontuou que Brizola atuara assim porque “já tinha um interesse” dos camponeses<sup>240</sup>.

Esse “interesse”, foi expresso também por Dona Iracema e Seu Breda, pois de acordo com eles, o que os motivaram a participar do acampamento fora a “vocação pela terra”, a “vontade” e a “necessidade” de terem um “pedacinho dela”. Até então, eles não haviam ouvido falar em qualquer movimento camponês, tampouco souberam previamente que o acampamento em Sarandi iria ocorrer, o que pode ser explicado pela forma cautelosa com que a mobilização foi organizada. De acordo com Alves, devido ao medo de represálias que impossibilitassem a mobilização, os convites para ocupar a terra foram feitos de casa em casa, sem ter sido informado o local até o momento do acampamento. O ingresso de Seu Breda no movimento aconteceu de modo casual, mas movido por muita “vontade”:

Eu, pessoalmente, o dia em que aconteceu esse acampamento eu me encontrava na cidade, e vimos aquele movimento, que vinha o pessoal de cavalo, de carroça, de ônibus, de caminhão...que passaram ali pra cidade, né, e a gente ficou sabendo que tinham ocupado aquela área ali... da Cascavel, que era chamada, né. Então a gente ficou sabendo, e a gente por curioso já fomos lá pra ver o que que era. A gente ficou sabendo que era gente que foi pra ali para forçar o governo a desapropriar essa área. E ali a gente, como se sentiu que tinha a necessidade, e tinha a vontade de se envolver também, a gente ficou participando do acampamento, né. [...] Mas que na realidade não havia assim... o chamamento pra esse acampamento, não se sabia assim que tivesse, né. Eu acho que foi um movimento meio que espontâneo<sup>241</sup>.

---

<sup>239</sup> Entrevista com Geraldo Breda e Iracema Breda, realizada no dia 10 de novembro de 2018, no município de Ronda Alta.

<sup>240</sup> Entrevista com João Raimundi realizada no dia 09 de novembro de 2018, no município de Ronda Alta.

<sup>241</sup> Entrevista com Geraldo Breda e Iracema Breda.

Portanto, a presença massiva dos camponeses deve ser fator destacado para a compreensão do sucesso das mobilizações de sem terra que aconteceram no início dos anos 1960 no Rio Grande do Sul. Por trás da camada da memória que coloca em destaque a atuação de pessoas públicas, podemos visualizar certas características da atuação do Master, sendo a própria influência do petebismo no imaginário camponês uma parte da composição do movimento. Além disso, uma das razões para a ausência do Master nessas memórias, de acordo com Alves, poderia ser explicada em função da forma pela qual os movimentos sociais no Brasil são reconhecidos atualmente; principalmente na região do referido acampamento, que futuramente seria palco para ações do MST, ficaria difícil pensar em um movimento social com uma carência de linguagem em comum e com símbolos não tão manifestos, como ocorria com o Master, pois, tais características atuam de forma marcante nos movimentos de luta pela terra atuais<sup>242</sup>.

Conforme Cassol salienta, quando o acampamento na Fazenda Sarandi emergiu o Master já tinha quase dois anos de atuação consolidada, organizando associações e se fazendo referência na luta pela reforma agrária. Concordamos com ele quando afirma que “o fato de não estar presente na memória de quem vivenciou a ocupação da Fazenda não significa, simplesmente, que ele não lá estivesse”<sup>243</sup>. Poderíamos corroborar a afirmação do autor com a seguinte notícia publicada no jornal *Última Hora*:

O prefeito de encruzilhada, Milton Serres Rodrigues, presidente do Movimento dos Agricultores Sem Terra vai inteirar-se das ocorrências de Nonoai, tendo viajado, às 11 horas, para aquele município. O líder camponês gaúcho vai entrar em contato com a associação dos Agricultores Sem Terra de Nonoai, que está orientando o movimento reivindicatório, prestando-lhes, inclusive, a assistência que se fizer necessária.<sup>244</sup>

Com esta passagem, fica evidente que em termos de organização do Acampamento na Fazenda Sarandi, a Associação de Agricultores Sem Terra de Nonoai foi a grande protagonista do impulsionamento da ação, o que não significa que o Master não estivesse presente, já que a associação estava ligada e era assistida por ele. Isso, por sua vez, acaba por matizar também certas leituras que indicam que o acampamento foi organizado de “cima para baixo” (ao menos não por parte do Master), basta observar que Milton Serres declara estar indo à localidade a fim de “se inteirar” das ocorrências, e não

<sup>242</sup> ALVES, *op. cit.*, p.58.

<sup>243</sup> CASSOL, *op. cit.*, p.75.

<sup>244</sup> *Última Hora*, 11 de janeiro de 1962, p.6.

para tomar para si a direção dos acontecimentos. Tudo indica que eles foram organizados a partir de lideranças locais, sejam elas de origem camponesa ou não, o que corrobora com as pretensões do Master, que admitia uma diversidade de sujeitos “que se disponham a colaborar com o Movimento para a consecução dos seus objetivos”<sup>245</sup>.

Dos nossos depoentes, Seu João Goldas, agricultor assentado no município de Encruzilhada do Sul a partir da ação que deu origem ao Master, é o único que se relaciona a fase precursora do Master e é também o único que guardou na memória o movimento surgido “naquela época”. Époça em que “ninguém falava nesses agricultor sem-terra ou invasão”, mas “dispois começou”<sup>246</sup>.

Quando trabalhamos com a história oral, é bastante comum o uso de mecanismos que “acionem a memória”, dessa forma, adotamos a prática de mostrar fotografias e recortes de jornal no final das entrevistas. Foi nesse momento marcado pela informalidade, que Seu Geraldo Breda pediu licença para pegar “uma coisa que poderia nos interessar”. Voltando, estava em suas mãos o documento provisório de propriedade e a “carteirinha de inscrição”, que recebera no ato da candidatura para pleitear a terra. Embora ele não tenha se recordado da associação de agricultores sem terra, tudo indica que de algum modo ele chegou a ter contato com ela, pois a carteirinha intitulada “União dos Agricultores sem Terras” parecia ser um documento expedido pela entidade.

Vários podem ter sido os fatores que levaram a esse “esquecimento”, mas, importa-nos aqui salientar o que todos estavam disponíveis para recordar, o sentido comum dado a tais memórias, ou ainda, o que o esquecimento permitiu recordar. Sobressaiu o sentimento comum que dizia respeito à própria participação em um momento comparável a “uma brasnha que tava começando a acender”, seguindo as palavras de seu Raimundi. Sobressaiu o “sentimento de reforma agrária”<sup>247</sup>. Tenha sido ela encabeçada pelo Master, PTB, ou, um movimento autônomo, isso não pareceu importar nos relatos. As lembranças também foram presentificadas a partir do que foi sonhado e desejado: a terra, em seus múltiplos significados.

---

<sup>245</sup> Estatuto do Master, publicado In: *Terra Livre*, n. 98, março de 1961, p. 7.

<sup>246</sup> Entrevista com João Goldas realizada em 13 de julho de 2019, no município de Dom Feliciano.

<sup>247</sup> Referência ao projeto de pesquisa Sentimento de Reforma Agrária, Sentimento de República gerado a partir da parceria entre o Núcleo de Pesquisa, Documentação e Memória, do Departamento de história da Universidade Federal de Minas Gerais e o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), do Ministério do desenvolvimento Agrário. O projeto deu origem a um livro de mesmo nome.

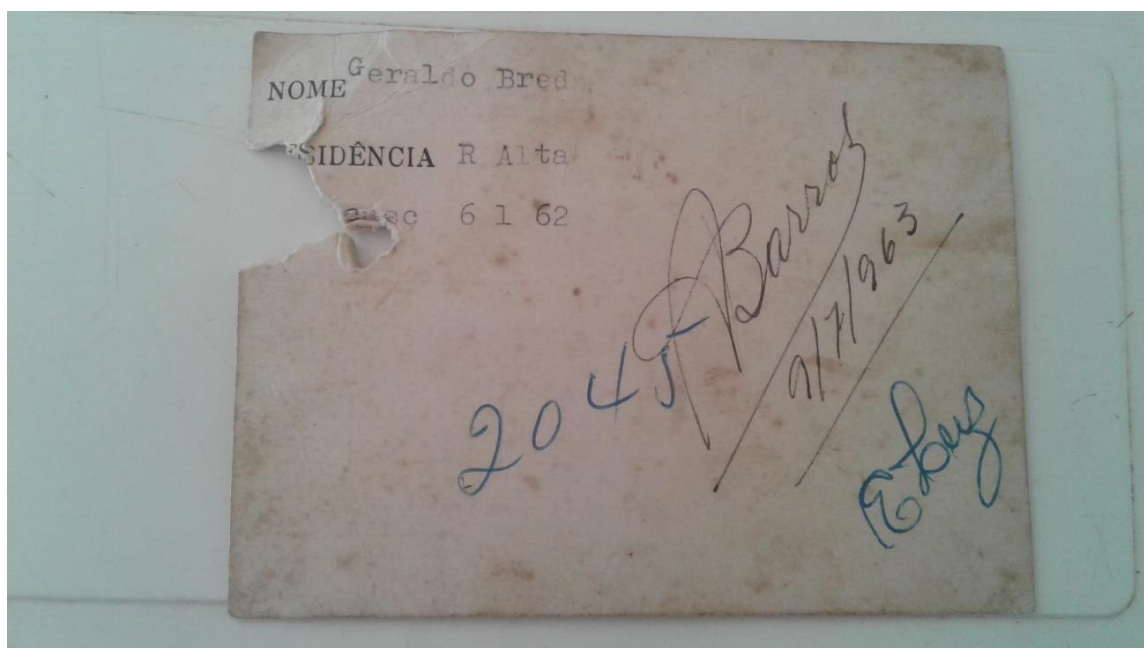


Imagem 5 e 6, respectivamente frente e verso da carteirinha de inscrição junto a “União dos Agricultores sem Terras”. Fonte: Acervo pessoal de Geraldo Breda e Iracema Breda.

No dia 26 de janeiro de 1962 foi rezada uma missa no acampamento da Fazenda Sarandi na presença de mais de 6 mil agricultores, que “confiantes nas palavras do governador”<sup>248</sup>, também presente na ocasião, começaram a se retirar “na mais absoluta ordem e disciplina”<sup>249</sup>. A atenção mais detalhada a este acampamento nesta dissertação

<sup>248</sup> *Correio do Povo*, 27 de janeiro de 1962, p.16.

<sup>249</sup> *Idem*.

se justifica devido a amplitude da mobilização e devido ao marco simbólico que ele se tornou. Como exposto, foi a partir dele que os acampamentos foram assimilados como “repertórios”<sup>250</sup>, capazes de mobilizar centenas de pessoas que agora tinham no horizonte a possibilidade concreta de verem projetos de reforma agrária sendo implementados.

Apenas quatro dias após ter sido anunciada a desapropriação da Fazenda Sarandi eclodiu outra mobilização no interior gaúcho, dessa vez na localidade de Espigão Alto, no município de São José do Ouro. Posseiros e peões “tomados pelo exemplo de Nonoai”<sup>251</sup> enviaram um correspondente para a capital a fim de negociar com o governador melhorias para os camponeses do município. Na ocasião, procuraram demonstrar o posicionamento conciliatório do movimento camponês, reafirmando que não haveria a “necessidade de tocar nos interesses de nenhum latifundiário”<sup>252</sup>.

O evento apontado acima foi apenas o primeiro de um total de 32 mobilizações que sucederam a de Sarandi. Dessas, 14 ocorreram já em janeiro e fevereiro de 1962, enquanto as demais mobilizações seguiram acontecendo até março de 1964, antes da eclosão do golpe civil-militar. Como já evidenciado, majoritariamente tais mobilizações ocorreram sob forma de acampamento ou intenção de se formar um acampamento, somando-se 27 ações nesses moldes. Seguindo o mapeamento das mobilizações realizado a partir das pesquisas que Eckert realizou<sup>253</sup>, somente os municípios de Nonoai, Taquari e Bagé foram palco de mais de uma mobilização, de modo que 31 cidades do estado sediaram algum evento relacionado a demandas dos sem terra. É notável que em 75% dos municípios onde emergiram conflitos pela reforma agrária havia a presença de propriedades com mais de 2.500 hectares de terra identificadas previamente pelo CETH em 1961<sup>254</sup>, conforme Alves evidenciou. Nos poucos municípios que não estavam listados no levantamento realizado pelo governo, a reivindicação apresentou-se predominantemente sobre terras devolutas, ficando evidente a influência do governo na escolha das áreas reivindicadas<sup>255</sup>.

---

<sup>250</sup> TILLY, Charles. Contentious repertoires in Great Britain (1758-1834). In Mark Traugott (ed) *Repertoires & Cycles of collective action*. Durham and London: Duke University Press, 1995.

<sup>251</sup> Referência do *Correio do Povo* ao Acampamento na Fazenda Sarandi.

<sup>252</sup> *Última Hora*, 17 de janeiro de 1962.

<sup>253</sup> Os estudos da autora se basearam principalmente a partir de publicações do Jornal *Última Hora*.

<sup>254</sup> Inclusive, o documento do governo do estado já havia listado os 24.304,01 hectares de terra da Estância Júlio de Maílhos S.A, reivindicada a partir do Acampamento da Fazenda Sarandi.

<sup>255</sup> Apenas sete municípios que sediaram alguma mobilização camponesa não estavam listados no referido documento do governo. Em cinco deles, as reivindicações se deram mirando terras devolutas. Com isso,

O caráter devoluto da área reclamada foi um fator marcante numa das mobilizações de maior impacto protagonizada por camponeses no estado, que ficou conhecida como Acampamento do Banhado do Colégio. A partir do dia 21 de janeiro de 1962, dois mil camponeses que residiam e trabalhavam como posseiros ou arrendatários na localidade do Banhado do Colégio, município de Camaquã, reivindicaram a distribuição de 49 mil hectares de terras declaradas devolutas ou que estavam em litígio judicial devido ao caráter questionável das posses latifundiárias. Sob a liderança de Epaminondas Silveira, agricultor e presidente da Associação de Agricultores Sem Terra de Camaquã (ligada ao Master), e do padre Léo Schneider, os camponeses passaram a denunciar que as cercas dos proprietários haviam sido deslocadas em direção a uma área pública que fora drenada com recursos do governo do estado. Nas palavras dos camponeses:

As terras que pedimos pertencem ao estado. Quando isso era banhado ninguém queria plantar, nem havia falsos proprietários. Mas, quando o Arroio Duro foi drenado pelo DNOS [Departamento Nacional de Obras de Saneamento], todos os proprietários que tinham divisa com Banhado do Colégio mudaram suas cercas e tomaram conta da área<sup>256</sup>.

Com o apoio do prefeito da cidade, os grileiros organizados na Associação Rural de Camaquã procuraram defender seus interesses acionando o III Exército para expulsar os camponeses acampados e apelaram para o Ministro da Agricultura, sem, contudo, serem atendidos<sup>257</sup>. A desapropriação da área foi decretada seis dias após a ocupação sob a justificativa de que a ação dos camponeses era legítima e sua demanda era passível de ser acolhida como fator tanto de utilidade pública, quanto de interesse social, ambos previstos pela Constituição<sup>258</sup>.

Cabe lembrar que órgãos estaduais de fomento à reforma agrária já haviam sido criados antes dos acampamentos emergirem, portanto, o atendimento rápido das demandas colocadas a partir de 1962 era facilitado por um Estado que se encontrava burocraticamente preparado. A atuação do Master também foi um ponto que sustentou a postura assumida pelo governo, uma vez que para além de organizar o número mínimo

---

apenas duas propriedades particulares foram alvos de mobilização camponesa sem terem sido previamente listadas pelo estado como uma grande propriedade rural. ALVES, *op. cit.*, p.48

<sup>256</sup> Queixa dos agricultores do Banhado do Colégio publicada pelo jornal *Terra Livre*, fevereiro de 1962, p.8.

<sup>257</sup> *Última Hora*, 27 de janeiro de 1962, p.12.

<sup>258</sup> HARRES (2014), *op. cit.*, p.186.

de requerentes estipulado pela Constituição, o movimento prezou pela manutenção da ordem e procurou mobilizar a Constituição Estadual a seu favor. Conforme Harres (2014),

a estratégia empregada pelo Master, possivelmente de modo pioneiro, era instalar o acampamento nas proximidades das terras pretendidas, para pressionar o poder público a tomar medidas cabíveis e assegurar a legitimidade da ocupação. Não estava no horizonte do movimento a violação das propriedades.<sup>259</sup>

Uma série de símbolos e de elementos foram mobilizados pelo Master a fim de afastar de si qualquer ação que pudesse ser considerada ilegítima. As lideranças afirmavam que “nenhuma cerca havia sido derrubada” durante os acampamentos, e por isso, eles não poderiam ser tidos como violadores de propriedade<sup>260</sup>. Cruzes foram pregadas e missas foram rezadas durante as mobilizações, procurando demonstrar que a reivindicação era justa e não tinha vínculos com o comunismo “ateu”.

Os próprios camponeses temiam o comunismo e evitavam se aproximar de ações e pessoas que poderiam ser vinculadas à doutrina. Os rumores sobre o posicionamento comunista de Brizola e de outras lideranças eram recebidos com temor e desconfiança por alguns agricultores; ao mesmo tempo, as transformações encarnadas por essas lideranças e pelo Master eram visualizadas a partir de um misto de inspiração e esperança.

Ora assinalado como “bicho de sete cabeças” ou “bicho que comia crianças”<sup>261</sup>, ora elencado a partir do desconhecimento (“só falavam no comunismo, mas a gente até nem sabia o que que era isso, esse tal de comunismo, nós nem sabia”<sup>262</sup>), o fato é que o imaginário formado em torno do comunismo era marcante também nas zonas rurais. Enquanto isso, o projeto de reforma agrária que previa a distribuição de terra, pauta tão atacada entre os discursos anticomunistas, era abraçada pelo campesinato que via na bandeira da reforma agrária a possibilidade de “dar terra pra quem não tinha”<sup>263</sup>.

Recordando sobre seu primeiro contato com a reforma agrária, Seu Raimundi contou que ouvira pelo rádio uma convocação destinada “a quem que precisasse de

---

<sup>259</sup> *Idem*, p. 223.

<sup>260</sup> Entrevista de Barleze concedida à Bernard Alves em 2009. In: ALVES, *op. cit.*, p.85.

<sup>261</sup> Entrevista com Geraldo Breda e Iracema Breda

Essas atribuições feitas sobre o comunismo confluem com o diagnóstico de Motta (2000), que escreveu: “Em que pesem as singularidades notadas nas diferentes conjunturas, os comunistas foram representados por seus inimigos sempre na qualidade de personagens nefastos: violentos, ateus, imorais (ou amorais), estrangeiros, traidores, tiranos etc. Nas versões mais extremadas, eles foram apresentados como parceiros do próprio diabo. Representações maniqueístas que, certamente, cumpriram bem o papel de dificultar o proselitismo da proposta comunista.” MOTTA, *op. cit.* p.343

<sup>262</sup> Entrevista com João Goldas.

<sup>263</sup> Entrevista com João Raimundi.

adquirir terra”<sup>264</sup>. Após ouvir o anúncio, Seu Raimundi se dirigiu até a subprefeitura de Nonoai, conforme fora solicitado, e posteriormente ao acampamento. Ali, ao se deparar com o governador do estado, ele afirmou que ficou “meio assim”, “meio em dúvida, porque falavam muito que o Brizola era comunista, né”. Contudo, a sua desconfiança foi logo suplantada porque Brizola estava na companhia de “dois padres de Sarandi” e, afinal, tal como expõe Cassol, “padre e comunismo não combinavam”<sup>265</sup>.

Ainda assim, pessoas próximas aos agricultores sem terra não eram unânimes em relação ao posicionamento quanto à luta pela reforma agrária, o medo em muitos casos falava mais alto e dava voz a discursos desencorajantes, principalmente quanto aos primeiros acampamentos, onde havia o elemento da novidade, o que seria reforçado posteriormente durante a ditadura. Neste sentido, Seu Raimundi apresentou a seguinte anedota, que bem expressa o firme posicionamento em torno da conquista da terra tido por ele e por tantos outros camponeses:

Até que tinha um véio lá que, ele costumava chegar na casa da gente no clarear do dia, vinha tomar chimarrão, e aí ó, pau e pau [no acampamento]. Tá, eu escutava porque respeitava ele, até era meio meu tio por parte da mulher né. E ele veio uma par de vez e depois eu pensei ‘vou desmamar esse tal de véio aí’. A outra vez que ele veio, começou a falar de novo ‘não é pra ir lá porque não sei o que, não sei o que’, daí eu disse ‘olha, tenho só uma proposta pra fazer’. Ele tinha quinze hectares, quinze alqueires de terra né, que dá lá uns trinta e poucos hectares acho. Então eu disse pra ele ‘o senhor me dá cinco alqueire da sua terra pra mim morar, me dá a terra pra mim, eu não vou lá. Se não eu vou lá porque preciso’. ‘Não, não, não posso’. Desmamou e não veio mais (risos).<sup>266</sup>

Após assentados, os camponeses contraíam uma dívida pública prevista para ser paga a longo prazo e sem juros, ainda assim, prevista para ser paga. A questão de pagar pelas terras era cara a eles, pois tratava-se de uma prerrogativa essencial para distanciar o movimento do estigma do comunismo e da possibilidade de “implantação de sistemas coletivistas” nas terras adquiridas. Tal como a Associação de Agricultores Sem Terra de Camaquã, que divulgou publicamente que o Acampamento do Banhado do Colégio tinha no horizonte a “compra da terra do Estado”, e não estava reivindicando “nada de

<sup>264</sup> Conforme mencionamos anteriormente, há indícios de que a mobilização para o acampamento de Sarandi tenha sido discreta, com pessoas sendo convidadas uma a uma. O fato de seu Raimundi ter mencionado que ouvira o chamado pelo rádio não invalida a afirmativa anterior, uma vez que ele também contou que ingressou no acampamento quando este já estava formado.

<sup>265</sup> CASSOL, *op. cit.*, p.131.

<sup>266</sup> Entrevista com João Raimundi.

graça”<sup>267</sup>, o esforço para demonstrar o caráter legal do movimento era generalizado. Contudo, isso não significa que o discurso foi abraçado completamente, nem mesmo entre os camponeses, como pode ser verificado na seguinte narrativa de Seu Raimundi, que expõe que a desconfiança quanto ao caráter do movimento camponês permaneceu mesmo após o assentamento, agora direcionado à produção e comercialização dos alimentos.

[...] encontrei um que era lá da baixada, era muito conhecido então, eu vinha vindo a cavalo e ele até acho que ia indo a pé parece, aí paramo na estrada uma hora conversando. E daí ele me disse ‘me diz uma coisa: o pessoal tão dizendo que o que vocês produzem lá tem que entregar pro governo. E é verdade ou não?’ Digo ‘olha, eu o que plantei e eu colhi ninguém me perguntou pra quem que eu vendi, eu vendi do meu jeito, e outros ninguém entregou nem um quilo de feijão pra governo nenhum’. Aí é pra ver né, o pessoal por fora fala, mas se a gente é firme, não volta atrás também.<sup>268</sup>

Foi com “firmeza”, então, que o ímpeto de conseguir a terra prevaleceu frente aos próprios temores e a desconfiança expressada dentro da comunidade. Apesar de todo medo, a “necessidade” prevaleceu na maioria dos casos, levando os camponeses a se mobilizarem. Nas palavras de dona Iracema Breda: “Olha, a necessidade tirou tudo o medo. Fiquei feliz, né, porque a gente entrou e ganhou; porque a gente não tinha outra expectativa, outro meio de seguir em frente, né. Era ali.”

Como salientado, quando superada a apreensão inicial, a inscrição da reforma agrária nos projetos do governo suscitou admiração por parte dos camponeses. Esse sentimento partia também da afinidade política tida em relação ao governador e ao seu partido. Considerado como herdeiro político de Getúlio Vargas, Brizola procurou assumir uma identidade que lhe permitisse demonstrar “a continuidade política e ideológica junto à classe de trabalhadores e que também convencesse uma parcela da elite conservadora do país.”<sup>269</sup>, com a novidade de que naquele momento a atenção do PTB voltou-se também aos trabalhadores rurais. Por sua vez, a proximidade do Master com esse partido também contribuiu para marcar positivamente a presença de lideranças petebistas no imaginário do camponês gaúcho.

Le Goff escreveu que “os detentores carismáticos do poder” são senhores da medida do tempo, e suas ações ficam cristalizadas como referência na memória

<sup>267</sup> *Última Hora*, 24 de janeiro de 1962.

<sup>268</sup> Entrevista com João Raimundi.

<sup>269</sup> SZATKOSKI, Elenice. *O jornal ‘Panfleto’ e a construção do Brizolismo*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. p.53.

coletiva<sup>270</sup>. Nesse sentido não é estranho que nossos entrevistados, via de regra, identificaram a expressão “na época do Brizola” com o marco da conquista da terra. Para Seu Raimundi, “o Brizola era o Seu fulano, porque dava terra pra quem precisava, e os outros não tinham dado nunca”. No mesmo sentido, Seu Goldas declarou admiração pelo governador pois “ele dava força pro agricultor, pro trabalhador, ele apoia nós”<sup>271</sup>.

Certamente houve interesses partidários implicados nas ações que levaram a marcar tais figuras políticas nas memórias coletivas campesina, mas, o reconhecimento disso não implica em concebê-los enquanto sujeitos subordinados ou às margens do poder. O campesinato sempre esteve na história a partir de sua própria simbologia e forma de conceber o mundo. Pautaram-se enquanto sujeitos históricos, expressando-se orgulhosamente enquanto sem terra, pequeno produtor, agricultor, enfim, camponês, tal como pode ser observado no seguinte trecho da entrevista de Seu Goldas.

Entrevistadora: E eles [vereadores] ajudavam como? Eles traziam comida, eles ajudavam a organizar, como é que esses vereadores ajudavam?

Seu Goldas: Não, eles ajudavam assim... não, comida não. Comida nós tinha lá porque **nós era agricultor**, não é. Só ajudavam com ideia.

Entrevistadora: Com ideia?

Seu Goldas: Com ideia! Davam orde, não é, como é que é pra fazer. Agora, comida não. Comida nós tinha lá.

Entrevistadora: Pra toda...?

Seu goldas: **Nós era colono, agricultor**, tudo tinha boia à vontade.<sup>272</sup>

Seu Goldas, autodeclarado “brizolista doente”, afirmou inicialmente que vereadores do PTB ajudaram o movimento camponês no episódio inaugural do Master, em Encruzilhada do Sul. Na tentativa de compreender melhor essa afirmativa, no decorrer da entrevista acabamos automaticamente relacionando tal ajuda com uma possível doação de alimentos, o que seu Goldas refutou veementemente, alegando sua origem camponesa e demonstrando a implicação desta com uma força ativa que, com marcas próprias, também faz parte da dinâmica histórica. Mesmo em relação as “ideias” dadas por outrem, cabe salientar que a decisão de as acatar cabia aos protagonistas das mobilizações, os camponeses.

<sup>270</sup> LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Coleção Repertórios. Campinas: Ed. Unicamp, 1990, p.420.

<sup>271</sup> Entrevista com João Goldas.

<sup>272</sup> *Idem*.

Sendo assim, nem todas as mobilizações protagonizadas pelo Master obtiveram o mesmo grau de apoio do governo. De acordo com Eckert (2009), alguns acampamentos ocorreram mesmo à sua revelia, não obtendo o apoio com alimentos, dinheiro e cobertura da Brigada Militar, que outros acampamentos defendidos por Brizola tiveram<sup>273</sup>. Os casos mais emblemáticos nesse sentido ocorreram após a tentativa de compatibilização de interesses entre o governo estadual e a Farsul, prevista a partir da Comissão Mista. Como mencionado, esta Comissão foi criada no calor das mobilizações camponesas em fevereiro de 1962, tendo como condição da adesão dos ruralistas o cessar dos acampamentos.

Procurando resguardar os interesses dos ruralistas, Brizola solicitou a suspensão dos acampamentos. O pedido foi recebido de forma heterogênea entre as associações de sem terra. Se de fato alguns acampamentos previstos não se efetivaram, “em Itapoã e em Taquari, os agricultores mostraram-se inconformados com o acordo entre o governo e a Farsul e não acataram o pedido de suspensão dos acampamentos”<sup>274</sup>. Pouco tempo depois, “os acampamentos e as manifestações de inconformidade com a trégua tiveram continuidade no Banhado do Colégio, Tenente Portela, Cachoeira do Sul, São Luiz Gonzaga, Itaquí e Giruá.”<sup>275</sup>

Com isso, consideramos a emergência dos acampamentos e a atuação do Master como ações que em muitos momentos estiveram relacionadas ao apoio conferido pelo governo estadual, havendo uma protocooperação entre ambos. Esse conceito emprestado da biologia é interessante por evidenciar que as duas partes se beneficiaram igualmente com a ação uma da outra, excluindo uma suposta tutela exercida pelo governo, e uma completa dependência por parte do Master que levaria o movimento à derrocada quando o governo Brizola perdeu o pleito estadual, algo que não se verificou na trajetória do movimento.

Nos fins de 1962, após ser confirmada a derrota do PTB nas eleições para escolha do governador que sucederia Brizola, ações foram realizadas apressadamente tanto pelo governo, quanto pelo Master a fim de “preparar terreno” para uma nova conjuntura. De acordo com Eckert (1984) a maior parte das terras distribuídas pelo governo Brizola

---

<sup>273</sup> ECKERT (2009), *op. cit.*, p.80.

<sup>274</sup> ECKERT (1984), *op. cit.*, p.80-81.

<sup>275</sup> *Idem.*

datam de dezembro de 1962, paralelamente a isso, foi sob esse pano de fundo que o Master insistiu, mesmo em oposição ao governador, para que o seu I Congresso fosse realizado antes da passagem do ano. Nesta ocasião para além das dimensões já discutidas, o Master preconizou pela “entrega imediata das terras desapropriadas”<sup>276</sup>, remetendo a casos em que Decretos Desapropriatórios foram assinados após as mobilizações camponesas, mas, não houve a concessão dos títulos de posse da terra.

Ou seja, mesmo estando listados como beneficiários do programa de reforma agrária, alguns camponeses verificaram uma demora para receber o título de posse da terra ainda durante a gestão Brizola, o que iria se agravar após a posse da gestão subsequente, tratada no capítulo a seguir.

Antes, cabe pontuar que para poderem concorrer pela obtenção das terras disponibilizadas, os camponeses deveriam atender a uma série de exigências do governo do estado. Este, por meio do IGRA, declarava que para assegurar a viabilidade econômica dos projetos de redistribuição fundiária, os agricultores selecionados deveriam ser “experientes e qualificados, de comprovada capacidade e nível técnico”<sup>277</sup>. Nesse sentido, fatores como a idade, domicílio ou procedência rural, a capacidade de trabalho, bens de produção, estado civil, e o número de dependentes, subsidiaram os critérios classificatórios para a seleção dos agricultores.

Esses critérios eram considerados em um sistema de pontuação projetado pelo IGRA para reconhecer a “autenticidade” do camponês. Juntamente com o governo, a Igreja Católica também atuou na avaliação desses pré-requisitos que se tornariam fundamentais para a validação institucional da identidade camponesa. De acordo com Seu Breda, a Igreja “informava que a gente de fato era agricultor, trabalhava somente na agricultura”<sup>278</sup>. Ao pleitear a terra, o agricultor deveria encaminhar a documentação comprobatória às paróquias locais. Nesse momento, ele deveria ter em mente que os critérios apontados acima eram fatores classificatórios, mas também havia os

---

<sup>276</sup> Fragmento das reivindicações assumidas no I Congresso do Master. In: *Terra Livre*, janeiro de 1963, nº118, p.8.

<sup>277</sup> HARRES (2014), *op. cit.*, p.68

<sup>278</sup> Entrevista com Geraldo Breda e Iracema Breda.

eliminatórios, que para além do aspecto mais evidente, referente a não deter posse de terra, eles deveriam ser filhos de agricultores e não ter ficha na polícia.<sup>279</sup>

Dialogando com os critérios do governo, o Master procurou inscrever-se em uma identidade composta por camponeses cuja “as únicas armas a serem exibidas” seriam “seus instrumentos de trabalho”<sup>280</sup>, remetendo à “autenticidade” necessária e expondo que chegariam a seus objetivos pela ordem. O apreço pela legalidade foi elencado como um elemento de coesão e coerência para a construção da identidade do Master, o que não significa que não houve momentos de exceção, em que camponeses não seguiram a linha de supressão da violência. Um exemplo disso envolveu três posseiros próximos a Associação dos Trabalhadores Agrícolas de Taquari que teriam matado “a machadadas” um jagunço. O caso aconteceu como desdobramento das ações tomadas pelos jagunços que “a mando de latifundiários”, estavam “cometendo atos de banditismo, assaltando lavouras, saqueando ranchos, destruindo plantações e incendiando casebres em que se alojam as famílias dos posseiros”<sup>281</sup>.

Todavia, não era necessário que esses casos excepcionais viessem à tona para que a legitimidade do Master fosse questionada e para que a autenticidade camponesa fosse usada como argumento contrário aos próprios camponeses. Críticas eram direcionadas desde a alimentação tida nos acampamentos, como no caso da Fazenda Sarandi, onde supostamente os presentes estariam ali para se aproveitar de churrasco e chimarrão, parcialmente fornecidos pelas autoridades de Nonoai<sup>282</sup>.

De modo mais contundente, o jornal *Correio do Povo* chegou a publicar que a palavra “camponês” estaria “circulando de modo estranho” no estado, já que a “agitação social das esquerdas extremadas” teriam vinculado ao termo uma “luta de classes que se opõe ao latifúndio”<sup>283</sup>. Com esse comentário, o jornal procurava esvaziar a identidade política implicada no uso do termo “camponês”, apostando no uso genérico da palavra.

---

<sup>279</sup> Estes elementos foram apontados durante as entrevistas que realizamos entre 2018 e 2019. Nas entrevistas com camponeses no Banhado do Colégio, os mesmos critérios de classificação foram narrados à Harres no início dos anos 2000.

<sup>280</sup> Frase divulgada na ocasião do Acampamento na Fazenda Sarandi. *Novos Rumos*, nº 156, semana de 2 a 8 de fevereiro de 1962, p.8

<sup>281</sup> *Última Hora*, 20 de janeiro de 1962, p. 3.

<sup>282</sup> *Correio do Povo*, 14 de janeiro de 1962, p.4.

<sup>283</sup> *Correio do Povo*, 27 de abril de 1962, p.4.

O perigo estaria justamente no uso da palavra “camponês” tal como expresso pelo autor José de Souza Martins:

a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no seu espaço geográfico, no seu campo em contraposição à população ou a cidade, mas na estrutura da sociedade; por isso, não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico.<sup>284</sup>

As categorias criadas para atestar a legitimidade da identidade de um grupo alheio são formas de exercício de poder praticadas tanto pelo Estado quanto por grupos dominantes. Talvez os indígenas representem o grupo que mais foi afetado historicamente por essa prática. Citando apenas um dos povos, os Xacriabás, habitantes do estado de Minas Gerais, remetemos à tese da historiadora Juliana Fernandes, na qual a autora discorre sobre a ação do Estado ditatorial na assimilação dos Xacriabás na sociedade. O “Estatuto do Índio”, criado em 1973, estabeleceu critérios de legitimação e de classificação que ignoravam estratégias de relacionamentos e a cosmovisão particular desses indígenas. A partir de supostas justificativas que diziam respeito a presença de elementos culturais externos ao território e a prática de casamentos entre indígenas e negros, o Estado tentou igualar a identidade Xacriabá à de camponeses da região<sup>285</sup>.

Havia, então, um espectro de identificação que partia do “índio imaginado”, ou seja, o “índio autêntico” para o qual se pensava políticas indigenistas; até se chegar no “índio integrado”, no limite, um cidadão não indígena que poderia gozar do “pleno exercício dos direitos civis”, mas sem a garantia do direito de proteção a seus corpos e suas terras<sup>286</sup>. Ampliando esse espectro classificatório, se os Xacriabás “integrados” eram tidos como camponeses, poderíamos inferir que o campesinato representaria o primeiro patamar de uma escala progressiva rumo a “civilização”. Nesse patamar reservado aos camponeses, conforme pode-se apreender a partir das notícias mencionadas acima, qualquer coisa para além da miséria e do rústico estaria fora da “autenticidade”. Assim, comer churrasco e tomar chimarrão não cabia ao lugar de pauperismo reservado aos camponeses. Esse pauperismo parecia só abrir exceção as ferramentas de trabalho e

<sup>284</sup> MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1983. p.22-23.

<sup>285</sup> Fernandes admite a tentativa de conversão de povos indígenas em camponeses comuns, como uma das dimensões mais violentas das políticas desenvolvimentistas que envolviam territórios de ocupação tradicional indígena durante a ditadura. Ao assumir essa postura, o Estado, de acordo com a autora, contribuiu para a proletarianização e apagamento das dimensões que particularizam modos de vida dos Xacriabás. FERNANDES (2020), *op. cit.*, p.4.

<sup>286</sup> *Idem*, p.130.

maquinário, que os camponeses deveriam possuir antes mesmo de ter a posse da terra. Tanto pior era quando as barreiras dessa autenticidade guardada no subterrâneo eram atravessadas pela reivindicação de direitos. Nesse caso, o campesinato estaria “circulando de modo estranho”, tomando as ruas e fomentando a “agitação social”.

A descaracterização desses sujeitos a partir de categorias rígidas de classificação atuou no intento de provocar ranhuras na imagem refletida pela identidade do grupo. Pollak nos lembra que a identidade é um fenômeno que “se produz em referência aos outros” e assim como a memória, ela está em constante negociação através de critérios de aceitabilidade, admissibilidade e credibilidade<sup>287</sup>. Com isso, ressaltamos que a prática de colocar em questão premissas que fundamentam a identidade de grupos indígenas e camponeses atendeu à uma política restritiva do direito de deter ou reivindicar parcelas de terra, esvaziando qualquer resistência advinda de sujeitos considerados como “não tradicionais”.

O termo camponês referencia uma complexidade de sujeitos que compartilham valores culturais que gestam um modo próprio de organizar e pensar a vida, isso tudo, claro, está composto também por um emaranhado de trajetórias individuais que se confundem, se negociam e se complementam com aquilo que fica enquadrado na composição do coletivo. Se a identidade de um grupo é composta em relação a outrem, também pode-se dizer que ela é estabelecida na relação que diferencia este grupo de outrem. Um dos pontos fundamentais dessa diferenciação reside no trato com a terra.

A terra, de acordo com Tedesco (2016), tanto no caso dos indígenas quanto no dos camponeses, “carrega consigo horizontes amplos, simbólicos e materiais, econômicos e culturais; é sinônimo de patrimônio e de reprodução; sua legitimidade se funda em múltiplos horizontes”<sup>288</sup>.

Desse modo, podemos concluir que a luta travada pelo Master se apresenta no campo da disputa pela divisão da propriedade privada, mas também, procurou garantir a

---

<sup>287</sup> POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p.204.

<sup>288</sup> TEDESCO, João Carlos. *Territórios, culturas e sujeitos sociais em conflito: usos da memória na disputa pela terra entre indígenas e agricultores no norte do RS*. XIII Encontro Estadual de história no ANPUH RS. Ensino, direitos e democracia. UNISC, Santa Cruz do Sul, 18 a 21 de julho de 2016. p.8.

permanência de modos de vida específicos, que se relacionam ao pertencimento e ao trabalho com a terra<sup>289</sup>.

---

<sup>289</sup> FERNANDES (2020), *op. cit.*, p.83.

## Capítulo 2 – O esvaziamento da política agrária e repressão ao Master durante o início da gestão Meneghetti

A impressão que estes fatos me dão, talvez possa melhor ser traduzida por uma imagem. Tenho a impressão de que o governo do estado é um ginete que não está controlando o cavalo bravo. Não sei se é o cavalo que é bravo ou se é o ginete que é mal intencionado. O que sei é que o povo expectante está sendo atropelado e esses fatos que estão aqui, e que relacionarei friamente, como a mim foram relacionados, significa um atropelamento. O Sr. Ildo Meneghetti é o governador, e de instrumentos se utiliza para governar. Não sei quem é o culpado pelo atropelamento, mas quiçá, um “quiçá muito quiçá”, seja o próprio ginete quem está incentivando o cavalo a atropelar o povo.<sup>290</sup>

A metáfora utilizada pelo então deputado Marino dos Santos, pertencente à Aliança Republicana Socialista (ARS), trata-se de uma alegoria que busca expor o clima de tensão sentido por parcela da população a partir da posse de Ildo Meneghetti (Partido Social Democrático - PSD) como governador do Estado do Rio Grande do Sul, efetivada em 31 de janeiro de 1963. Mais especificamente, Santos estava se referindo a um dos casos mais emblemáticos em que a ação repressiva sobre os sem terra se fez presente: a resposta violenta dada ao Acampamento de Passo Feio, em Nonoai. Ou seja, “o povo expectante” que estava sendo “atropelado” eram os camponeses. Mas quem representaria o cavalo? Ou melhor, como no *Os Saltimbancos*<sup>291</sup>, se o trabalhador rural é o jumento, qual classe poderia representar o cavalo, de acordo com a metáfora do deputado? Como seria a condução do ginete, especificado por ele ser o governo/governador, enquanto as pistas em que corria ainda representavam um território democrático? O “povo” estaria mesmo em posição tão passiva, somente a “expectar”, ou ainda “assistindo bestializado”<sup>292</sup>, como parece ter ficado consagrado numa quase mitologia da postura assumida pelo brasileiro? São essas as perguntas que guiarão este capítulo, sendo que a

<sup>290</sup> Discurso do deputado Marino dos Santos (ARS). Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. 05/03/1963, 5º extraordinária, p.63. Futuramente, em 14 de abril de 1964, Marino dos Santos foi o primeiro deputado estadual cassado no Rio Grande do Sul após o Golpe.

<sup>291</sup> Criada por Sérgio Bardotti e Luis Enríquez Bacalov, sob inspiração do conto “Os músicos de Bremen”, dos Irmãos Grimm, *Os Saltimbancos* é uma peça de teatro que recorre a alegorias para representar a divisão de classes sociais. Ali estão presentes, os artistas, com a gata; a classe operária, com a galinha; os militares, com o cachorro; e os trabalhadores do campo, com o jumento. Se na peça o inimigo dos animais é o Barão, a metáfora de Marino Santos acrescenta que o inimigo também pode ser o cavalo, além de colocar em dúvida a responsabilidade do ginete.

<sup>292</sup> Referência ao comentário do político paulista Aristides Lobo quando da Proclamação da República no Brasil.

natureza dos personagens apontados será mais detidamente apreciada quando o caso de Passo Feio for retomado.

Durante aquele ano, este deputado, assim como outros da oposição, tornariam a tecer críticas à conduta do governo e do governador, principalmente a respeito de como a questão agrária estava sendo conduzida e de como os agricultores sem terra organizados estavam sofrendo com práticas arbitrárias e violentas advindas de representantes do governo, ou, com a omissão deste. Discursos que continham frases como “o governo tem os ouvidos moucos”<sup>293</sup>, “o governo através de um representante pessoal [...] espancou, queimou residências, produziu toda sorte de tropelias”<sup>294</sup>, ecoaram seguidamente pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, frente aos inúmeros casos de repressão direta sofrida pelos camponeses no ano de 1963 e início de 1964.

Tais ações repressivas que serão analisadas mais detidamente neste capítulo seguiam uma “prática de classe”<sup>295</sup>, que procurou privilegiar interesses dos ruralistas no planejamento de uma política agrária que melhor lhes pudesse atender. Nesse sentido, vale ressaltar que Meneghetti, não destoando dos demais candidatos ao governo do estado no pleito de 1962, prometeu a efetivação das reformas de base, em especial a agrária. Colocando-se como representante da “verdadeira reforma agrária em oposição à agitação agrária”<sup>296</sup>, seu partido se unira com outros quatro partidos em uma coligação de expressiva frente contra o PTB (até então no governo estadual) e de volumoso financiamento advindo do patronato rural<sup>297</sup>.

---

<sup>293</sup> Discurso do deputado Marino dos Santos (ARS). Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. 11/11/1963, 133º extraordinária, p.475.

<sup>294</sup> Discurso do deputado Justino Quintana (PTB). Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. 11/10/1963, 133º extraordinária, p.31.

<sup>295</sup> O termo cunhado por Regina Bruno (2003) será adiante retomado, mas cabe apontar que o emprego dele de antemão teve a finalidade de assinalar uma ação combinada entre governo e ruralistas devido as estreitas relações mantidas entre ambos, sejam elas familiares, sociais ou econômicas. BRUNO, Regina. *A violência patronal rural como prática de classe*. Sociologias, Porto Alegre, ano 5, n. 10, jul./dez. 2003. p. 285.

<sup>296</sup> Discurso do deputado Porcínio Pinto (PSD). Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. 22/03/1963, 2º extraordinária, p.38. A expressão era largamente utilizada por partidários do governo e será adiante discutida.

<sup>297</sup> Em entrevista Paulo Schmidt, ex-funcionário do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA) e próximo ao PTB, recordou a campanha eleitoral daquele ano: “Era uma riqueza maravilhosa, um investimento terrível. A campanha do Meneghetti, foi quem ganhou essa eleição do Brizola, foi a coisa mais rica que já houve. Com a história do perder a terra. Do Brizola tomar a terra deles, isso provocou um investimento dos fazendeiros todos, das grandes fortunas. Por incrível que pareça o nosso candidato era banqueiro, era Micaelson, banqueiro! E foi derrotado! O Brizola tentou equilibrar politicamente com uma pessoa com uma formação social, socialista dentro dos limites, mas um homem de bom senso, um homem sério, mas mesmo assim nós perdemos a eleição. Pela riqueza! Você não imagina o que foi essa campanha!” In: ALVES, *op. cit.*, p.75.

Na primeira parte deste capítulo o elo interclasse do governo Meneghetti será retomado junto à análise de algumas estratégias utilizadas para a desarticulação das mobilizações camponesas. Já na segunda parte, o foco estará no desdobramento dessas estratégias que resultaram em ações com violência bastante contundente e que atuaram explicitamente no sentido de destruir acampamentos e de empregar a repressão como exemplo, desativando vínculos de solidariedade e engajamento por parte dos sem terra.

Como visto no capítulo 1, o estado herdado de Brizola por Meneghetti àquela altura já estava marcado pelo alto grau de mobilização e pela reforma agrária pautada na distribuição mais igualitária da terra. Camponeses, majoritariamente organizados pelo Movimento de Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul (Master) tinham consigo o legado positivo obtido com o primeiro acampamento de sem terra realizado, o Acampamento da Fazenda Sarandi. Isso, certamente gerara um “efeito-demonstração”<sup>298</sup>, mobilizador de diversas ações com as quais Meneghetti precocemente teve de lidar. “No seu primeiro dia de mandato, por exemplo, o governador viu-se pressionado pela formação de um acampamento do MASTER em área denominada Passo Feio [...]; sendo a repressão ao Passo Feio uma espécie de laboratório para as futuras ações do seu governo”<sup>299</sup>.

Vinte dias após, viria à tona por meio do jornal *Correio do Povo* a tentativa de ocupação de uma das fazendas do governador, a Fazenda Itapuí. Tratava-se de uma matéria aparentemente natimorta, pois quando publicada os planos dos sem terra já haviam sido frustrados, ou ainda, nas palavras do jornal: “[o movimento está] totalmente reprimido em seu êxito e as reuniões dos sem terra já se encontram sob controle das autoridades”<sup>300</sup>. Isso porque o Secretário de Segurança do Estado havia tomado “medidas preventivas” contra a efetivação do acampamento sem terra, estabelecendo um acampamento policial no lugar pretendido pelos camponeses, além do patrulhamento da região. Sendo assim, já no primeiro mês de mandato, é possível visualizar duas faces que

---

Vale ressaltar que Michaelsen para além de atuar no Banco Agrícola Mercantil S.A, também era um dos fundadores da FAG e tinha relações próximas à membros da Farsul. Assim, fica nítida que a estratégia adotada pela PTB naquele pleito foi de demonstrar disposição para compatibilização de interesses com setores conservadores da sociedade gaúcha. No entanto, a tática não foi efetiva, pois Meneghetti foi o candidato acolhido e financiado por esses setores.

<sup>298</sup> AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p.86

<sup>299</sup> REBELLO, Tiago. *Governo Ildo Meneghetti e a Reforma Agrária (1963-1964): discurso de governo e manutenção da ordem conservadora*. Dissertação (Mestrado). PUC-RS: Porto Alegre, 2014. p. 45.

<sup>300</sup> Localizada no município de Canoas, à margem do Rio dos Sinos, a fazenda, segundo o jornal, já havia sido ameaçada de “invasão” no ano anterior. *Correio do Povo*, 19 de fevereiro de 1963, p.22.

serão comuns à lida da gestão Meneghetti para com os camponeses: demonstração de força, com muitas ações consumadas em violência e indícios de monitoramento policial dos sem terra, nesse caso, por meio do “controle” das reuniões<sup>301</sup>.

Os camponeses, por sua vez, ao se depararem com um cenário de repressão mais intensa, também se valeram de estratégias para persistir lutando. Seus aliados passaram a ser operários e estudantes unidos em frentes de mobilização coletiva, as quais, juntamente com outras estratégias de fortalecimento do movimento serão abordadas na terceira parte do capítulo.

O tabuleiro estava organizado: de um lado “barões da terra”<sup>302</sup>, bispos e cavalos tentavam defender a torre – propriedade; de outro, os peões enrijeciam-se em suas casas – acampamentos – a fim de lutar pela democratização do espaço agrário.

## 2.1. Barões e seus cavalos, ginete e cruz: alianças, aproximações e ações

Complementando as definições sobre violência já discutidas acima, a antropóloga Rita Segato expõe que a violência reside na tensão permanente entre o sistema de status e o sistema de contrato. Para a autora, o sistema de status parte de posições hierárquicas desiguais, que muitas vezes solapa leis com tendências igualitárias que tentam reger o contrato. Em suas palavras, “la esfera del contrato” “se concretiza en la ley - para arañar la esfera del status – que se realiza en la tradición”<sup>303</sup>, de modo que o status ao se colocar em primazia, também tende a abalar os preceitos do contrato. Sendo justamente na tensão permanente entre o sistema de status e o sistema de contrato que reside a violência.

No mesmo sentido, Reimer entende a violência a partir de relações humanas e do inerente exercício de poder de determinados grupos sociais contra outros grupos ou pessoas. Assim, ela se caracteriza como um instrumento que promove ou reproduz a injustiça para atingir (ou perpetuar) objetivos determinados<sup>304</sup>. Nas palavras de Segato, a

<sup>301</sup> Consta que “a sede da Associação dos Trabalhadores Sem Terra de Sapucaia do Sul foi cercada pela Brigada Militar para debelar o acampamento que estava planejado”. GASPAROTTO. *et al, op. cit.*, p.64.

<sup>302</sup> Referência ainda à peça *Os Saltimbancos* e à caracterização citada acerca de quem seriam os barões. Pode-se pensar a denominação também como uma referência ao poema *Os homens da terra*, de Vinicius de Moraes. MORAES, Vinicius de. *Poemas para a Liberdade*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1962.

<sup>303</sup> “A esfera do contrato, se concretiza na lei - para desgastar a esfera do status – que se realiza na tradição” SEGATO, Rita Laura. *Las estructuras elementales de la violencia: contrato y status en la etiología de la violencia*. Série Antropologia, Brasília, n. 334, 2003, p.13. Fragmento traduzido do original em espanhol.

<sup>304</sup> REIMER, Ivoni Richter; SOUZA, Carolina Bezerra. *Um pouco acerca da violência e injustiça*: apresentação. Fragmentos de Cultura, Goiânia, v. 28, n. 2, abr./jun. 2018, p.168.

violência pode emergir quando um grupo ou indivíduo tenta manter seu status que advém de uma posição hierárquica tida como privilegiada, para tanto, o contrato é colocado em segundo plano.

O contrato, seja ele em seu contexto mais primordial, que é o da esfera da lei, ou reproduzido em um cotidiano marcado pela informalidade, foi seguidamente violado de maneira geral em nosso país, especialmente em áreas rurais. Ao longo da história e nas mais diversas regiões não faltam exemplos de casos emblemáticos com ações violentas cometidas por grileiros, grandes proprietários de terra e suas milícias, e até pela combinação entre o Estado e agentes privados contra populações camponesas<sup>305</sup>. Mas não precisamos nos afastar de nosso objeto de pesquisa para evidenciar esse aspecto que não se restringe ao ano de 1963 e início de 1964, tratados neste capítulo.

A experiência de Armando Flores, presidente da Liga Camponesa de Vista Alegre<sup>306</sup> desde meados de 1959, demonstra bem a constância de uma repressão que procurava não apenas deter seu engajamento político, como também monitorar informações do que ocorria em seu espaço de atuação. Ele relatou<sup>307</sup> que desde a fundação das Ligas em Gravataí, a alcunha de comunista lhe rendeu a contínua perseguição (inclusive, por parte do prefeito da cidade) e resultou em várias prisões naquele município. Nessas ocasiões, sua detenção normalmente não passava de um dia e tinha a finalidade de prestar “esclarecimentos”, sendo que para tanto, o método utilizado era o espancamento. Além disso, é notável que os episódios de repressão que ele vivenciou tenham ocorrido a partir de um ano que coincide com a posse de Leonel Brizola, que, como visto, foi em boa parte favorável às políticas de reforma agrária. Isso nos leva a refletir que para além do plano do governo estadual é fundamental mantermos em vista as diferentes configurações nas quais se inserem as relações de poder em âmbito local. Para além da arbitrariedade como traço sempre presente no meio rural, ressaltamos que a

---

<sup>305</sup> Canudos e Contestado, ocorridos respectivamente nos estados da Bahia e Santa Catarina/Paraná durante os anos iniciais da Primeira República, ou já num período mais recente (década de 1940 e 1950), Porecatu, no Paraná, e Trombas e Formoso, em Goiás - apenas para citar alguns exemplos – ilustram bem as violações no campo brasileiro.

<sup>306</sup> A indicação da vigência das Ligas Camponesas de Vista Alegre é notável já pelo ano recuado de sua fundação, ocorrida mesmo antes do Master. Também chama atenção o nome emblemático e, ao mesmo tempo, pouco usual entre os agricultores do Rio Grande do Sul, que essa organização leva: Ligas Camponesas. Essa denominação, possivelmente, esteve associada a algo já apontado no capítulo 1, que diz respeito a tentativa de inserção do PCB no meio rural gaúcho com a finalidade de fundar as Ligas Camponesas, a exemplo do que ocorria no Nordeste. O projeto iniciado na década de 1950, teve pouco êxito no estado, mas ao que parece, o distrito ligado a Gravataí, foi um dos poucos núcleos que vigorou.

<sup>307</sup> APERS, Processo administrativo de indenização número 3616-1200/98-3 referente a Armando Flores, Folha 78.

violação ao campesinato (neste caso estruturada nas ações da polícia e do prefeito) não é expressa a partir de relações estáticas ou hierarquizadas, mas se dá a partir de diferentes posições e níveis de poder. No caso de Flores, repressores apoiaram-se na institucionalidade em nível local para incorrer impunemente na ilegalidade.<sup>308</sup>

No entanto, há momentos em que a tensão apontada por Segato parece estar mais acentuada. Como já exposto, de um modo geral, os anos iniciais da década de 1960 refletiram tal tensão gerada por projetos antagônicos de reforma agrária, uma das principais pautas na agenda política daquele período. Neste momento a ênfase recai nos primeiros quatorze meses<sup>309</sup> da gestão de Ildo Meneghetti, marcada por uma inflexão nas relações entre governo, patronato e movimentos populares do campo que, inclusive, seria como “laboratório” para o pós-golpe.

O governador Meneghetti procurou construir a sua imagem sob o signo da paz e da harmonia, um conciliador nas discussões políticas e sociais. Tal signo, por sua vez, estaria vinculado a fidelidade à Constituição, e assim, “não permitiria qualquer perturbação da ordem que vise alterar a tranquilidade do Estado”. Ainda que “pacífico”, advertia que se necessário seriam empregados “todos os meios a seu alcance, para conter qualquer violência ou tentativa de invasão de terras do domínio privado”<sup>310</sup>.

Além disso, ele salientava que havia questões que não eram da alçada do Estado, especialmente políticas sociais que, desempenhariam um papel de desviar o foco dos “reais problemas da sociedade”, como a reforma agrária tal como estava sendo inscrita até então no Rio Grande do Sul. Assim, a seu ver, ela se tornava secundária ante ao processo de industrialização e mecanização do campo, que o estado deveria fomentar.<sup>311</sup>

Diferentemente de Brizola, que há quatro anos não havia tocado no tema durante a sua campanha eleitoral, ou mesmo, diferentemente de sua primeira gestão enquanto governador do estado entre 1955 e 1959, quando a pauta ainda não havia tomado as ruas, para conquistar o pleito pela segunda vez, em 1963, Meneghetti não poderia se abster de um posicionamento público a respeito da questão agrária. Desse modo, se declarou favorável a uma reforma agrária, a qual preferia denominar “política agrária”. Em uma

---

<sup>308</sup> TEIXEIRA, Gabriel da Silva. Episódios de repressão numa área rural paulista: contribuições desde o Vale do Ribeira para a história social da ditadura brasileira. In: SAUER, Sergio. *Lutas, memórias e violações no campo brasileiro: conflitos, repressão e resistências no passado e presente*. São Paulo: Outras expressões, 2020. p.164.

<sup>309</sup> De fevereiro de 1963, quando o governador efetivamente toma posse do mandato, até março de 1964, mês que antecede o início da ditadura civil-militar no Brasil.

<sup>310</sup> ECKERT (1984), *op. cit.*, p. 298.

<sup>311</sup> REBELLO, *op. cit.*, p.15.

entrevista exclusiva cedida ao Jornal *Última Hora* enquanto aguardava a sua posse, Meneghetti salientou que “o estado tem o direito e o dever de interferir na propriedade - podendo ir até às desapropriações – sempre que esta, por desídia ou ociosidade de seus donos não estiver tendo uma função social”<sup>312</sup>.

Ainda na referida entrevista, o então futuro governador afirmou que enfrentaria o problema agrário “com coragem e decisão” mesmo correndo risco de “sacrificar alguns”, pois entendia que o conceito de propriedade deveria ser encarado “mais do ponto de vista do que ela representa para a coletividade, do que do puro e simples interesse privado de seu possuidor”. Por outro lado, aproveitou a oportunidade para ressaltar que a prioridade dos projetos de “política agrária” deveria recair majoritariamente sobre terras públicas, em detrimento das propriedades privadas, tal qual proposto pela FARSUL, já que segundo ele, estas somariam apenas 28% do território nacional. Seria, então, amparada no percentual restante - com destaque para o “alto significado” de um “plano destinado a integrar na vida nacional determinadas regiões ricas e totalmente inexploradas”, cuja ênfase deveria recair no investimento em estradas, energia elétrica, assistência à saúde e à educação, somadas a um plano nacional de distribuição de terras - que residiria a “verdadeira reforma agrária”<sup>313</sup>.

O primeiro ponto de inflexão observado durante a gestão Meneghetti pode ser identificado no alinhamento de interesses e ações entre governo e grupos dominantes no campo. Meneghetti era um grande proprietário de terra e acolheu no interior do aparelho de estado a participação direta de alguns membros da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (Farsul), entidade que congregava os ruralistas gaúchos. Gasparotto identificou alguns nomes que valem a pena ser citados:

Outrossim, muitos deles haviam atuado ou atuavam naquele momento em órgãos e autarquias vinculados aos interesses dos ruralistas no âmbito estadual: Paulo Simões Lopes presidiu o Instituto Rio-Grandense do Arroz (Irga) de 1955 a 1959, durante o primeiro governo Meneghetti, tendo sido nomeado novamente em 1967; Alberto Severo era funcionário do Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes, tornando-se seu dirigente de 1964 a 1976. Antes dele, durante o segundo governo Meneghetti, o presidente da autarquia foi Eduardo Silveira Martins, também integrante da Farsul. No interior da Secretaria de Agricultura, trabalhavam dois quadros do Conselho Deliberativo da Farsul: Geraldo Veloso Nunes Vieira e Luiz Fernando Cirne Lima. Vieira foi Chefe do Serviço de Ovinotecnia do Departamento de Produção Animal (1953) e Diretor deste Departamento (1956) na gestão de Ildo Meneghetti (PSD). Cirne Lima passou a atuar no Serviço de Seleção Bovina do

<sup>312</sup> *Última Hora*, dezembro de 1962.

<sup>313</sup> *Idem*.

referido Departamento a partir de 1955. Aureo M. Elias, do Conselho Técnico, atuou como —Chefe do Grupo Executivo de Terras durante o governo de Leonel Brizola e tornou-se dirigente do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária em abril de 1962<sup>314</sup>.

A pasta de maior capital simbólico para os interesses da elite agrária, a Secretaria de Agricultura, foi durante a gestão Meneghetti secretariada por Adolfo Antônio Fetter, um

líder político do PSD e fora prefeito da cidade de Pelotas entre 1956 e 1959. Formado em Agronomia, era sócio da empresa Fetter & Cia, na qual dedicava-se à direção de quatro granjas de arroz, soja e criação de gado. No mapeamento dos proprietários rurais com áreas superiores a 2.500 hectares realizado pela Comissão Estadual de Terras e Habitação da gestão de Brizola, a Fetter & Cia. aparece como proprietária de uma área de 9.692,82 hectares em Pelotas e uma área de 3.594 hectares em São Lourenço do Sul. Além disso, era também sócio-proprietário da Gráfica Diário Popular, que editava o jornal de mesmo nome, periódico de grande circulação na zona sul do estado<sup>315</sup>.

Por certo, a ameaça de haver uma reforma agrária discrepante dos valores conservadores era concreta e sentida por aqueles que tinham em comum “não só afinidade ideológica, mas empreendimentos, projetos econômicos, negócios, etc.”<sup>316</sup>. Diante da possibilidade da redução do “status” (que poderia ser interpretado como diminuição da área do latifúndio que possui e, conseqüentemente, do poderio econômico), parte do governo estadual, ruralistas e setores da Igreja Católica forjaram uma aliança para a defesa de seus interesses.

Como desdobramento, a inflexão a partir da gestão Meneghetti no trato com os sem terra se deu no sentido de conter mobilizações (especialmente as do Master). A repressão se fez constante ao passo que o governo se omitia diante de situações de violência no campo protagonizadas por grandes proprietários e oficiais militares. Concomitante a isso, o estancamento das desapropriações era justificado por partidários do governo, que defendiam a lentidão observada como fruto da característica daquela gestão, que alegavam ser “escrava da ordem e da lei”<sup>317</sup>.

Há de se considerar que naquele momento, de fato, havia entraves na Constituição Federal que eram assinalados por alguns como empecilhos para que a reforma agrária

<sup>314</sup> GASPAROTTO, *op. cit.*, p.93.

<sup>315</sup> *Idem.* p.210.

<sup>316</sup> TEIXEIRA, *op. cit.*, p.164.

<sup>317</sup> Discurso do deputado Gregório Beheregaray (membro da UDN e presidente da Associação de Ruralistas de Uruguaiana). Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. 26/09/1963, 105º extraordinária, p.257.

fosse impulsionada. A principal delas dizia respeito ao pagamento prévio ao latifundiário, à vista e em dinheiro. Latifundiários de todos os estados do país recorriam a contestação judicial para frear o processo de desapropriações fomentado pela Supra. Em compensação, eram frequentes os apelos para que houvesse uma reforma na Constituição, que evitasse que o governo tivesse que usar o “dinheiro do povo para pagar um preço exorbitante pelas terras que tem o dever de entregar aos que podem e desejam fazê-las produzir” - isso nas palavras do próprio João Goulart<sup>318</sup>.

Como discorrido no Capítulo 1, a proposição para alteração da cláusula constitucional de modo a incluir facilitadores para desapropriação partiu do deputado federal do PSD, José Jofily. A coincidência entre a legenda desse deputado e a de Meneghetti, fazia com que a pauta reverberasse no Rio Grande do Sul de modo a evidenciar impasses dentro do PSD.

De um lado, Ary Delgado (PSD) assumiu postura aclamada pela oposição ao defender que indenizações de desapropriação fossem feitas com títulos de dívida pública. Mas, mesmo seguindo a tônica de seu partido, de, em primeiro lugar, caracterizar a reforma como bem-vinda, desde que associada aos valores “democráticos e cristãos”<sup>319</sup>; e, em segundo lugar, usar desses espaços para opor os projetos de reforma agrária do seu partido (ditos “concretos e sem demagogia”) aos da gestão anterior<sup>320</sup>; seu discurso não encontrou consenso dentro da própria legenda que, se dividia no estado entre aqueles que tendiam a negligenciar a crise da estrutura agrária gaúcha diante da negação da necessidade de mudança, e entre aqueles que partiam do entendimento de que para a

<sup>318</sup> *Terra Livre*, janeiro de 1964, nº 130, p.8.

<sup>319</sup> Nas palavras do deputado: “[...] vamos realizar um esforço de colaboração dentro dos melhores princípios democráticos, dentro dos melhores conceitos cristãos, porque, para nós democracia e cristianismo significam permitir que outros irmãos tenham oportunidade de viver, tenham oportunidade de existir, tenham oportunidade de cuidar de suas famílias”. Discurso do deputado Ary Delgado. Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. 15/05/1963, 35º extraordinária, p.73.

<sup>320</sup> Conforme seu discurso: “E títulos pagos a longo prazo, a 20 anos. E não vamos ficar apenas nesta definição, [...] vamos realmente assumir uma posição de luta no equacionamento desse problema, [...] porque também reconhecemos que não basta dizer que se é favorável a reforma agrária; é preciso que no devido tempo [...], armando o poder público de instrumentos que efetivamente possa, através deles, efetivar tal reforma”. Neste discurso percebe-se uma tentativa de afastar o partido das acusações que vinha sofrendo, que diziam respeito a retóricas não consumadas em ação. Assim, projeta a crítica recebida em outrem. Dias depois, Delgado tornaria a discursar neste mesmo sentido, mas dessa vez, sua posição seria mais contundente, o outrem tinha nome e era o ex-governador Leonel Brizola. Assim, alegava que seu partido estava sendo cobrado de soluções que Brizola só teria se preocupado a partir do seu segundo ano de mandato. Mesmo já havendo todo um aparato administrativo com um plano de reforma agrária iniciado no governo anterior, o atual governo tinha o direito de se restringir unicamente ao exame, ou ainda de modificá-lo ou arquivá-lo, já que, ao seu ver, “planejamentos existiram muitos”, restando saber o que poderia ser “concretamente” aproveitado. Discurso do deputado Ary Delgado. Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. 15/05/1963, 35º extraordinária, p.73; 05/06/1963, 45º extraordinária p.368; respectivamente.

implementação de projetos de colonização e produtividade agrícola era necessário recorrer a empréstimos e a financiamentos tais como os da Aliança Para o Progresso. E, se de fato, consumada a desapropriação, esta deveria ser garantida por estes recursos e não por títulos de dívida pública.

Esse posicionamento dissonante no interior do PSD evidencia que o grupo estava sujeito a disputas internas devido a não homogeneidade dentro do partido. O mesmo acontecia com a classe patronal gaúcha, uma vez que, de acordo com Rodrigues,

“[...] mesmo nenhum dos ruralistas sendo favoráveis a confrontar os privilégios de grandes proprietários, alguns setores aceitavam abrir pequenas concessões, enquanto outros negavam qualquer tipo de abertura para as classes subalternizadas pelo processo de dominação histórico e ao governo estadual<sup>321</sup>.

No decorrer da gestão Meneguetti, devido a uma série de fatores que serão discutidos neste capítulo, a disposição do governo e do patronato em relação aos planos conciliatórios foi progressivamente sendo reduzida. Medidas tomadas pelo governo anterior no sentido de implementar a reforma agrária passaram a ser contundentemente combatidas e, certamente, a ação considerada “modelo” da gestão Brizola deveria ser impedida em seu ímpeto. Esta tratava-se da iniciativa que partiu do próprio Brizola, quando ofertou 1.000 hectares de sua Fazenda Pangaré (distrito de Bacopará, em Palmares) para loteamento.<sup>322</sup>

Segundo Schmidt, durante o governo de Ildo Meneghetti, o banco do estado teria recebido ordens de liquidar a dívida dos assentados da área, revertendo as condições inicialmente estabelecidas que garantiam aos sem-terra contemplados um prazo de carência até que tivessem condições de iniciar o pagamento dos empréstimos. Como resultado dessa decisão, quase todos os assentados da Fazenda Pangaré perderam suas terras.<sup>323</sup>

O desmonte desse núcleo colonial de assentados era legitimado em discursos de partidários do governo que alegavam que Brizola dera “a parte ruim de sua fazenda aos agricultores [...] e reservou para si a parte boa”; relatavam, inclusive, que agricultores desesperados os haviam procurado e comunicado que não mais podiam subsistir naquela

---

<sup>321</sup> RODRIGUES, *op. cit.*, p 6

<sup>322</sup> A então gestão Brizola, passou a divulgar ação do governador como “modelo a ser reproduzido nas demais áreas” além um “exemplo a ser seguido pelos demais proprietários de terras, que deveriam, assim como o governador, ceder parte de suas áreas para a realização de assentamentos de sem terra” ALVES, *op. cit.* p.77.

<sup>323</sup> *Ídem.*

propriedade, dada a precariedade e baixa produção obtida ali<sup>324</sup>. Portanto, procuraram convencer a opinião pública de que a prosperidade das 25 glebas distribuídas em Bacopari não passava de propaganda do antigo governo, enquanto a situação real era de “miséria, fome e abandono”<sup>325</sup>.

No entanto, na contramão do desincentivo a este “modelo” para a reforma agrária, elementos próximos ao governo Meneguetti saudavam alguns proprietários que haviam por iniciativa própria doado terras, como foi o que ocorreu com o ex-deputado e pecuarista Glicerino Alves<sup>326</sup> (PSD), que teria doado 30 lotes de terra para agricultores sem terra, incluindo seus peões e estranhos<sup>327</sup>. Com isso, em certa medida, passava-se a ideia de que o governo era isento de responsabilidade para com medidas desapropriatórias e deveriam ser incentivadas ações individuais.

Em ambos os casos citados, salvo os projetos distintos que se pretendia encaminhar sobre a reforma agrária<sup>328</sup>, os traços de um discurso autoritário que aborda os direitos demandados pelas classes populares como concessão estão presentes. Remontando à Chauí (2014), podemos interpretar esse contexto em que a distribuição de terra foi elencada ora enquanto uma “benevolência” pessoal, ora enquanto “benevolência” do estado, como parte da cultura política brasileira que privilegia em sua narrativa as exigências do espaço privado. Em outras palavras, tanto o caso da divulgação da doação de Brizola, quanto a de Glicerino, em certa medida reforçam a ideia de que direitos se constituem a partir de outorgas a serem publicamente destacadas. Nesse sentido, devemos recordar que parte da política de reforma agrária de Brizola estava amparada no “apelo à doação por parte de grandes proprietários” que se beneficiariam com essa ação. Certamente, nos termos desse projeto, os camponeses seriam também beneficiados, mas, a presente ressalva se apresenta no sentido de destacar os perigos que incorrem em uma associação direta entre direito e favor, pois quando o direito é assim elencado, pode ocorrer uma desconsideração ou minimização no discurso público sobre

---

<sup>324</sup> Discurso do deputado Antônio Mesquita. Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. 07/10/1963, 111º extraordinária, p.417.

<sup>325</sup> Discurso do deputado Porcínio Pinto. Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. 07/11/1963, 130º extraordinária, p.185.

<sup>326</sup> Além dos atributos mencionados acima, Glicerino foi diretor da Farsul entre 1953 e 1954 e era proprietário de uma área de mais de 3 mil hectares em São Sepé. GASPAROTTO, *op. cit.*, p.110.

<sup>327</sup> “Ex-deputado começa a reforma: doa terras à antigos peões.” *Correio do Povo*, 1 de julho de 1964, p.22.

<sup>328</sup> Refiro-me às divergências entre os projetos de reforma agrária elaborados pelo PTB e pelo PSD do RS. Em linhas gerais, o primeiro, próximo aos movimentos sociais do campo, enfatizava a reestruturação fundiária e admitia a desapropriação de terras consideradas improdutivas. Enquanto o segundo, ao se posicionar em compasso com ruralistas do estado, enfatizavam que a reforma agrária era um meio de implementar a modernização do campo, mas minimizavam a necessidade de desapropriação de terras.

a contribuição dos movimentos sociais e populares na conquista do que fora reivindicado<sup>329</sup>.

Institucionalmente, uma das primeiras práticas da nova gestão mostrou-se no sentido de desarticular instrumentos criados anos antes para atuarem como braços da reforma agrária no estado. Um dos exemplos mais significativos foi a descaracterização do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA), fundado em 1961 e responsável por estudar e sugerir projetos e iniciativas em relação à reforma agrária. De acordo com Rebello, o IGRA passou “por uma reestruturação administrativa, deixando de ser direcionado aos agricultores sem-terra ou com pouca terra, o que abriu espaço ao atendimento de outros setores do meio rural, seguindo a lógica de investir nas camadas com maior ‘dinamismo econômico’ e não nas camadas de menor poder aquisitivo.”<sup>330</sup> Expressão máxima dessa guinada de interesses foi a exoneração de 29 dos 32 servidores do IGRA, entre eles Euzébio França, também secretário-geral do Master<sup>331</sup>.

Um dia antes dessas demissões foi anunciada a criação de uma Comissão Especial que prometia elaborar estudos para a reforma agrária. Com ela, Meneghetti estipulou que no prazo de noventa dias a Secretaria da Agricultura, sob o comando do secretário-geral, Ezelino Arteché<sup>332</sup>, iria trazer à tona “uma reforma agrária realmente vantajosa, que atenda aos interesses dos agricultores e da economia rio-grandense”<sup>333</sup>. Meses se passaram e nenhum projeto foi divulgado, ao invés disso, Rebelo sugere que o comprometimento inicial da comissão poderia estar atrelado ao esvaziamento das funções do IGRA, já que ambos tinham as mesmas tarefas no horizonte<sup>334</sup>.

Sereno Chaise, deputado estadual pelo PTB, ressaltou que o funcionamento do IGRA já havia sido comprometido antes mesmo da gestão Meneghetti assumir o

---

<sup>329</sup> CHAUI (2014), *op. cit.*, p.50.

<sup>330</sup> REBELLO, *op. cit.*, p.150.

<sup>331</sup> *Ibidem.*, p.94.

<sup>332</sup> Baseando-se em uma das Atas de Reunião do Conselho deliberativo da Farsul, Gasparotto resalta a correspondência entre Arteché e a entidade ruralista. Segundo a autora, quando ele assumiu o posto de secretário-geral do estado, um dos membros do Conselho Deliberativo da Farsul “pediu — a palavra para informar que comparecerá à cerimônia de posse do Dr. Ezelino Arteché no cargo de Diretor Geral da Secretaria da Agricultura, tendo este, em discurso, manifestado propósito de colaboração com a FARSUL”. Ata da reunião extraordinária do Conselho Deliberativo e da Diretoria da Farsul. 1º de fevereiro de 1963. p. 5. Acervo da Farsul. In: GASPAROTTO, *op. cit.*, p. 213.

<sup>333</sup> *Correio do povo*, 17 de fevereiro de 1963, p.40.

<sup>334</sup> Os planos da Comissão Especial convergiam com os já existentes no IGRA, principalmente com o 2º objetivo definido no decreto de criação deste, publicado em 14 de novembro de 1961: “2. Estudar e sugerir ao Governo projetos, iniciativas, bases e diretrizes de uma política agrária para o Estado do Rio Grande do Sul, objetivando a melhoria das condições sócio-econômicas da população rural, o estabelecimento de um ambiente de justiça social no interior rural e, especialmente, quanto ao uso e propriedade da terra”. ALVES, *op. cit.*, p.21.

executivo, pois membros do PSD com a maioria na Assembleia já teriam aprovado o corte de verbas destinadas ao instituto<sup>335</sup> ainda no ano de 1962. Não foi possível consultar os Anais do ano anterior para averiguar as afirmações do deputado, no entanto, outros elementos somam-se aos já citados para fundamentar a descaracterização do IGRA enquanto um projeto a partir de 1963, fazendo dele um “instrumento de apoio à repressão contra os movimentos sociais do campo”<sup>336</sup>.

Em julho daquele ano, o jornal *Correio do Povo* noticiou uma reunião conjunta entre a Associação Rural de Camaquã e IGRA a fim de deliberarem novas diretrizes para o Plano de Colonização do Banhado do Colégio. Os ruralistas ali presentes, legitimados como “porta-vozes do IGRA” na gestão Meneguetti definiram, dentre outros tópicos, que as propriedades atingidas pela iniciativa de Reforma Agrária do governo anterior em Camaquã já haviam contribuído o suficiente, de modo que a distribuição de terra cessaria na região.<sup>337</sup>

Poucos dias depois, o agricultor Epaminondas Silveira impetrou um mandado de segurança contra o IGRA<sup>338</sup> junto à Segunda Vara da Fazenda Pública, alegando que o administrador dos Núcleos Agrícolas do Banhado do Colégio, enviado pelo Instituto, lhe determinara a imediata saída das terras que cultivava desde julho de 1962, quando lhe fora outorgado o título de posse. Após apelar para a justiça, o agricultor teve como resultado a cassação da ordem do representante do IGRA que estava atuando junto aos referidos núcleos.<sup>339</sup> Dessa vez, a arbitrariedade não foi consumada, mas a sua tentativa evidencia que ação conjunta entre IGRA e ruralistas não se conteve em estancar a distribuição de terras que já haviam sinalizado, mas atuaram também no sentido da impugnação dos títulos de posse já concedidos.

Diante desse e de outros acontecimentos, um colono revelou a desilusão dos que ali viviam: “já não queremos ajuda desse governo porque a sua ajuda é para os fazendeiros. Nós unicamente queremos que cessem as perseguições, queremos que cessem as hostilidades contra o nosso núcleo colonial [do Banhado do Colégio]”<sup>340</sup>.

---

<sup>335</sup> Discurso do deputado Sereno Chaise (PTB). Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. 22/03/1963, 2ª extraordinária, p.33.

<sup>336</sup> GASPAROTTO, *op. cit.*, p. 218.

<sup>337</sup> *Correio do Povo*, 08 de julho de 1963, p.18.

<sup>338</sup> É notável que tal ação efetuada por Epaminondas Silveira trata-se de uma exceção, já que o mais comum de se observar é a dificuldade que camponeses enfrentam para acessarem a justiça.

<sup>339</sup> *Correio do Povo*, 28 de julho de 1963, p.7.

<sup>340</sup> *Idem*.

Sendo assim, a pesquisa nos jornais da época e os discursos na Assembleia Legislativa sobre os idos em Camaquã revelam, conforme Harres expôs,

um clima muito tenso, aparecendo o registro de que os fazendeiros estavam dispostos a defender com armas, se necessário, o respeito à propriedade. O temor em relação à mobilização dos agricultores sem terra está presente nos discursos dos representantes dos proprietários e nas matérias jornalísticas.

Era corrente o discurso que procurava deslegitimar os colonos estabelecidos no Banhado – ao serem declarados como “não autênticos”, ou com a afirmativa de que a elevada produção só foi atingida “porque o estado deu tudo de forma demasiadamente fácil”<sup>341</sup>. Com isso, tentava-se fundamentar ações que restringiam a distribuição de terras e justificar possíveis confrontos. Tais argumentos não eram usados somente para criticar o núcleo em apreço, outrossim, como já evidenciado, eram entoados também pela grande imprensa, patrocinada especialmente por ruralistas e pela cúpula da Igreja Católica, que seguidamente atribuíram ao Master adjetivos como “agitador”, “subversivo”, “perigoso”, “comunista” e formado por “elementos estranhos” ao campo.

No Brasil, diversos setores organizados da sociedade comungavam de uma perspectiva anticomunista de mundo, ou seja, negavam e combatiam o que compreendiam ser o “avanço/infiltração comunista”. A esse respeito, o historiador Rodrigo Patto Sá Motta afirma que uma forte tradição anticomunista já existia no Brasil desde os anos 1930. Segundo o autor, no início do século XX o comunismo ganhou força por estar consubstanciado na expansão e crescimento dos partidos e ideais comunistas, ao mesmo passo, o anticomunismo era engendrado por grupos constantemente mobilizados contra o ‘perigo vermelho’<sup>342</sup>. Trinta anos depois, no início da década de 1960, ocorreria o que Motta (2000) denominou como “segundo grande surto anticomunista”, conjuntura na qual proliferaram-se organizações anticomunistas “amedrontadas pela impressão de que os inimigos estavam se fortalecendo”.<sup>343</sup> Em suma, nos dois momentos, guardada as suas particularidades,

Os grupos sociais atemorizados pela “ameaça” ou “perigo” comunista, por sinal expressões reveladoras de seu estado de espírito, trataram de organizar-se e articular uma contra-ofensiva visando combater o projeto revolucionário. Genericamente, pode-se dizer que o sentimento anticomunista nasceu espontaneamente, gerado pelo medo e pela

<sup>341</sup> Discurso do deputado Adolfo Puggina (PDC). Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. 22/03/1963, 2ª extraordinária, p.33.

<sup>342</sup> MOTTA (2000). *op. cit.*, p. 5, 287.

<sup>343</sup> *Idem*, p.293.

insegurança. No entanto, transformou-se em movimento organizado a partir da necessidade percebida por algumas lideranças conservadoras de conter a escalada revolucionária<sup>344</sup>.

Como principais fatores que intensificaram o temor e, conseqüentemente, levaram à uma resposta dos anticomunistas, Motta (2000) aponta elementos tanto da conjuntura externa, quanto da conjuntura interna, tal como a influência cubana, crescimento e reestruturação de organizações de esquerda e a ascensão de Goulart. Em âmbito regional, não podemos descartar a hipótese de que a gestão Meneghetti tenha radicalizado as ações repressivas também como resposta ao aumento da influência do PCB dentro do Master. Como visto anteriormente, a partir de 1963 quadros comunistas passaram progressivamente a compor a direção do movimento, o que pode ter impactado na lida tanto do governo quanto de delegacias do interior no trato com os sem terra, identificados como comunistas ou como “massa de manobra” dos comunistas.

A oposição a esse “perigoso cenário” era projetada na defesa da democracia, que por sua vez expressava-se na defesa da propriedade privada. Conforme Starling, os grandes proprietários de terras associavam reforma agrária ao comunismo por compartilharem “do sentimento anticomunista que servia de elo ideológico entre os diversos setores das camadas tradicionais” e modernizantes ligadas ao capital.<sup>345</sup> Desse modo, o incremento da violência patronal no período, somado à defesa da propriedade como direito absoluto e ao combate ao comunismo, como já assinalado, correspondia a uma “prática de classes”<sup>346</sup>.

Uma das expressões mais marcantes dessa “prática de classes” ocorreu em Minas Gerais. Ali, a despeito das declarações dos ruralistas que diziam que não iriam iniciar qualquer violência e das constantes acusações de porte de armas por parte dos agricultores, houve diversas denúncias de que os próprios grandes proprietários estavam se organizando no sentido de armarem-se contra o campesinato e, mais do que isso, de que “a própria [Federação das Associações Rurais do Estado de Minas Gerais] FAREM, na figura de seu presidente, vinha promovendo a distribuição de armas aos proprietários de terras no estado”<sup>347</sup>:

Embora esse seja certamente um tema delicado, indícios há de que realmente teria sido Macedo [presidente da FAREM] o principal responsável pelo fornecimento ao setor latifundista

<sup>344</sup> *Ibidem*, p.5.

<sup>345</sup> STARLING, Heloisa. *Os senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1986. p.255.

<sup>346</sup> BRUNO, *op.cit.*, p. 285.

<sup>347</sup> STARLING, *op.cit.*, p.260.

mineiro de armamentos provenientes, ao menos em parte, dos governadores dos estados da Guanabara e São Paulo, além de material importado – incluindo metralhadoras. Essas armas chegavam às mãos dos fazendeiros cuidadosamente embaladas sob o irônico rótulo de 'implementos agrícolas'.<sup>348</sup>

A postura de enfrentamento aos movimentos sociais no campo de Minas Gerais, “cujos dirigentes estão dispostos à luta armada no que dizem constituir a defesa das prerrogativas constitucionais referentes a propriedade da terra”<sup>349</sup>, fora saudada por Oscar Fontoura, presidente da Farsul<sup>350</sup> e ex-presidente do PSD (mesmo partido de Meneguetti).

A Farsul, por sua vez, no Rio Grande do Sul, ao representar os interesses patronais, procurou na elaboração de planos e por meio de articulações externas, não só manter o controle sobre o melhor projeto de reforma agrária a ser executado, como também procurou assumir a “liderança nesse processo, a fim de absorvê-lo conforme suas conveniências”<sup>351</sup>. Tratava-se de uma entidade legitimada pela liderança que exercia entre os ruralistas do estado e que diante das mobilizações dos agricultores sem terra:

[...] procuraram por todos os meios possíveis desgastar as ações e as mobilizações destes movimentos: através de apelos ao governador para que cessassem os acampamentos, mobilização dos deputados da Assembleia Legislativa que os apoiavam, assinatura de manifestos com outras organizações condenando essas ações e publicação de notícias nos principais jornais da grande mídia gaúcha desconstruindo a luta dos agricultores sem terra e os criminalizando. Desse modo, tentaram por todos os modos se blindar dos perigos que advinham do processo de mobilização em torno da questão agrária.<sup>352</sup>

É interessante notar que o posicionamento da Farsul em relação a reforma agrária não foi o mesmo ao longo dos anos em apreço nesta dissertação. Sob o governo Meneghetti, o posicionamento mais radicalizado da entidade pode ser observado a partir de vários aspectos. Enquanto nos anos anteriores houve alguns exemplos de esforços da Farsul para traçar um plano de reforma agrária com possibilidades de inclusão de terras privadas, a partir de 1963 - ano que também coincide com uma mudança na gestão interna, em que Oscar Carneiro da Fontoura assumiu a presidência da Farsul – a entidade, segundo Gasparotto, exerceu um posicionamento mais “resistente” em relação a concessões. Com

<sup>348</sup> *Idem.*

<sup>349</sup> Caracterização feita pelo próprio Fontoura. *Última Hora*, 3 de março de 1964, p. ilegível.

<sup>350</sup> O apoio prestado pela Farsul, assim como a própria ação da Farsul em Minas Gerais se deram no contexto de apreensão quanto ao decreto da Supra, que será tratado a seguir.

<sup>351</sup> ECKERT (1984), *op. cit.*, p.279.

<sup>352</sup> NARDY, Flavio Correia. *A Farsul e a luta por reforma agrária: violência de classe e marginalização dos movimentos sociais do campo no Rio Grande do Sul (1962)*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em História. UFSM. Santa Maria, 2014. p. 86.

essa nova postura, até mesmo as premissas reformistas da Alpro foram evitadas, demonstrando, ainda de acordo com a autora, os limites que o programa estadunidense encontrou entre os grandes proprietários e produtores rurais<sup>353</sup>. Além disso, a partir das mudanças no governo do estado, eles passaram a se sentir mais à vontade para manter intacto seus privilégios. A esse respeito Gasparotto salienta:

O que se evidencia é que naquele momento não havia a mesma disposição para negociações com o governo, tampouco para uma conciliação em relação à questão da reforma agrária. As concessões poderiam ser feitas, como apontava uma das proposições, rebaixando os valores dos arrendamentos, aumentando salários e melhorando as condições de trabalho no campo, mas sem possibilidade de uma redistribuição de terras, ainda que tímida e controlada pelos próprios proprietários.<sup>354</sup>

O posicionamento mais radicalizado da entidade também deve ser analisado em perspectiva com os acontecimentos de âmbito nacional, principalmente no que se refere as mudanças previstas pelo decreto da Supra, anunciado logo no início de 1964. O decreto mantinha a cláusula constitucional que exigia o pagamento prévio e em dinheiro aos proprietários que tivessem as terras atingidas, mas alargava o espectro de propriedades passíveis de desapropriação. Por determinar a desapropriação de áreas localizadas nas margens de rodovias, ferrovias, açudes e rios, o decreto era considerado “um atentado contra a propriedade privada”<sup>355</sup> por parte dos membros da Farsul e de outras federações ruralistas no Brasil, que não se furtaram em deixar clara a disposição de resistir à força contra os movimentos sem terra.

A simples perspectiva de assinatura do decreto instaurou um clima de alarme coletivo entre a classe ruralista, cuja percepção era de que “já não havia margens para entendimento”. Dessa forma, manifestações públicas, contatos com autoridades e notas na imprensa foram mobilizados por fazendeiros gaúchos com o objetivo de exporem “a grave ameaça ao direito de propriedade” e aos valores cristãos e patrióticos que julgavam que aquela ação do governo federal representaria<sup>356</sup>.

Nesses momentos, símbolos eram mobilizados de modo a intensificar os laços que os uniam enquanto classe, sendo esta firmada sob uma identidade que procurava ressaltar a oposição em relação ao outro (naquela conjuntura, identificado como governo federal

<sup>353</sup> GASPAROTTO, *op. cit.*, p.137.

<sup>354</sup> *Idem*, p.270.

<sup>355</sup> Termo usado na reportagem intitulada “Farsul declara guerra ao Decreto da Supra: a ordem é reagir às desapropriações”. *Última Hora*, 11 de março de 1964.

<sup>356</sup> GASPAROTTO, *op. cit.*, p.266, 270.

e, principalmente, a Supra). Por meio da documentação examinada por Gasparotto, é possível verificar que frequentemente a Supra era apontada como um local tomado por “agitadores” e “comunistas” que não seriam capazes de resolver os reais problemas do homem do campo. Partindo dessa premissa e da suposta inconstitucionalidade do decreto, a Farsul justificou a promoção de uma “campanha contra agitação no meio rural”, que teve como um dos planos de ação o envio de telegramas ao Presidente da República e aos presidentes da Câmara e do Senado com o seguinte teor:

A Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, sentindo a gravidade da situação nacional, vem trazer a V. Exa. seu veemente apelo no sentido de que não seja promulgado o decreto elaborado pela SUPRA nos termos publicados. Este Estado teria quase todo o seu território praticamente atingido, trazendo profundas perturbações à vida rural, já frequentemente agitada por elementos irresponsáveis que estão promovendo invasões às propriedades privadas. O projeto da SUPRA estimulará, sem dúvida, esses atentados, além de trazer sérios entraves às transações de imóveis rurais atingidos, cujos proprietários não poderão sequer realizar melhorias temerosos de futuras desapropriações. A maioria dos elementos utilizados para essas invasões de terras é composta de pseudo-agricultores, comandados por conhecidos agitadores comunistas, lamentavelmente estimulados e estipendiados por órgãos oficiais ou oficiosos do governo Federal, que estão aguardando a promulgação do decreto referido para a promoção de invasões generalizadas nas faixas declaradas de utilidade social. Isto dará margem a justas reações por parte dos proprietários, que estão dispostos a defender de qualquer maneira seus legítimos direitos. Reiteramos nossas constantes manifestações em favor de uma Reforma Agrária dentro dos postulados da democracia cristã e que venha preferentemente atender os milhares de pequenos proprietários rurais, que não podem aproveitar suas terras por falta de recursos e de qualquer assistência. Os ruralistas gaúchos, desejam tranquilidade para poder produzir cada vez mais e melhor, mas sentem-se no dever de advertir que defenderão intransigentemente os direitos que lhe são assegurados pela Constituição do País. Por isso, esperam que o eminente chefe da Nação não promulgue o insidioso decreto que, sem dúvida, abrirá caminho para agitações preconizadas por um grupo de maus brasileiros – Respeitosas saudações.

– Oscar Carneiro da Fontoura, presidente FARSUL.<sup>357</sup>

O texto enviado à Goulart explicita a pressão do patronato gaúcho no sentido de que o decreto da Supra fosse oficialmente indeferido. Nesse intento é notório o tom de ameaça dos proprietários que apesar de desejarem “tranquilidade” advertem a defesa intransigente da propriedade privada, ou seja, sinalizaram que o recurso à violência era cogitado. O caráter antieconômico do projeto foi ressaltado ao afirmarem que ele traria “sérios entraves às transações de imóveis rurais atingidos, cujos proprietários não poderão

<sup>357</sup> *Correio do Povo*, 3 de março de 1964. p. 20. In: GASPAROTTO, *op. cit.*, p.255. O telegrama também foi parcialmente divulgado pelo *Última Hora* no dia 3 março de 1964.

sequer realizar melhorias temerosos de futuras desapropriações”. Na visão dos proprietários gaúchos não seria justo serem atingidos “quase que em sua totalidade” enquanto haveria terras pertencentes à união “inexploradas” em outras regiões do país. Esta perspectiva, de acordo com Gasparotto, estaria em consonância com a Confederação Rural Brasileira (CRB) à medida que suas orientações exprimiam que a reforma agrária deveria partir de terras supostamente concentradas nas mãos do estado<sup>358</sup>. A legitimidade do movimento camponês mais uma vez é questionada com o acréscimo de que naquela conjuntura eles estariam aliados aos funcionários da Supra, ambos considerados comunistas. Por último, essa somatória de elementos explicitados à Goulart demonstra a confiança intransigente da classe patronal que já enxergava fissuras no mandato do presidente.

Após anunciar a campanha contra o decreto, a Farsul solicitou uma reunião com o governador Ildo Meneghetti “para manifestar-lhe apoio por sua disposição de lutar contra a campanha de agitação no meio rural e, também, para sugerir novas medidas no mesmo sentido”<sup>359</sup>. Nesta ocasião, Oscar Carneiro da Fontoura, que era também ex-deputado estadual pelo PSD e antiga liderança do partido que elegera Meneghetti, reafirmou a atuação conjunta entre a Farsul e o governo ao indicar que “as classes rurais estão se organizando para auxiliar o governo do Estado na defesa das instituições. Não agredirão a ninguém, mas deixam claro que defender-se-ão, de qualquer investida sobre a propriedade e de qualquer maneira.”

Em resposta, Meneghetti enquanto representante do governo, teria garantido que “a ordem e o direito à propriedade privada” seriam assegurados, afirmando ainda que considerava o Decreto da Supra “um pouco vago” pois não explicitava quais terras seriam desapropriadas. O governador prosseguiria dizendo: “Nos termos do decreto, muito pouca terra, no Estado, escapará à declaração de utilidade pública que se pretende, o que, sem dúvida, dará margens a explorações e, inclusive, vinganças pessoais”<sup>360</sup>.

No dia 13 de março, data em que o decreto da Supra foi assinado, viriam à tona na imprensa indícios de que o governo estadual teria sustado as suas dúvidas quanto a quantidade de terras que seriam desapropriadas no Rio Grande do Sul. Segundo um estudo realizado pelo IGRA, seriam desapropriadas exatos 41,9%<sup>361</sup> das propriedades

---

<sup>358</sup> GASPAROTTO, *op. cit.*, p.252.

<sup>359</sup> *Idem*, p.255.

<sup>360</sup> *Correio do Povo*, 5 de março de 1964, p. 20.

<sup>361</sup> *Correio do Povo*, 13 de março de 1964, p. 03.

rurais. Convencionou-se, então, a dizer que metade do estado seria desapropriado, suposição claramente exagerada, mas que serviria para mobilizar ainda mais os ruralistas gaúchos.

De acordo com Gasparotto, a radicalização da Farsul não partia apenas de sua diretoria, os discursos ameaçadores divulgados pela entidade “refletiam e encontravam eco nas posições oriundas das associações rurais a ela vinculadas ou em suas lideranças”. A autora afirma que sob o signo do anticomunismo não apenas grandes proprietários ou grupos dominantes eram interpelados pelo clima de alarde, mas, inclusive, em algumas regiões onde predominava a pequena e média propriedade, agricultores sentiram-se ameaçados com a “agitação” promovida pelo governo federal<sup>362</sup>.

Pode-se dizer que um plano de ação conjunta combativo contra as supostas consequências do Decreto da Supra foi, de fato, estabelecido entre a Farsul e as associações ruralistas espalhadas por todo estado a partir da emissão de um telegrama que orientava os proprietários rurais a se armarem. Esta nota foi emitida no dia 10 de março, poucos dias após a reunião com o governador e, de acordo com a tese da autora,

conclamava ‘os ruralistas a estarem alertas e prevenidos, embora moderados e prudentes, mas resolutamente decididos’ para a ‘defesa das nossas liberdades e da paz das famílias’. E afirmava: ‘Não se pode recomendar a violência como não se pode aconselhar que se tolere ou aceite a agressão ao patrimônio privado’<sup>363</sup>.

Remetendo a esse cenário, Arlindo Cardoso, fundador e membro da Associação Rural de Rio Pardo, afirmou em depoimento que frente a uma possível “invasão” por parte dos sem terra, a associação ruralista da qual fazia parte estava planejando uma defesa que viria através do êxito do contato com a Farsul e com o governo estadual, que poderiam atuar “preventivamente”, ou, caso consumada a “invasão”, recorreriam ao uso de armas.

Ficou acertado que o princípio da defesa seria de um por todos e todos por um, isso é, seriam empregados todos os meios que houvesse sem empregos de armas, inclusive, deveria apelar para as autoridades constituídas, antes de qualquer outra medida. O mecanismo seria o de comunicar ao presidente da FARSUL, e este ao governador do estado, que por sua vez, entende-se já com o Comandante do III Exército. Somente em caso de invasão da sede da fazenda ou de ataques aos familiares dos fazendeiros é que estes ataques seriam repelidos com armas e os meios que

---

<sup>362</sup> Como exemplo Gasparotto menciona a cidade Lajeado, marcada por uma zona rural com forte tradição cristã. Ali, as ações do governo federal foram atreladas ao comunismo, promovendo intranquilidade entre os agricultores que acreditavam que seus valores estariam em perigo. GASPAROTTO, *op. cit.*, p.260, 265.

<sup>363</sup> *Idem*, p.257.

dispusessem. Ficou combinado uma segunda reunião da Associação Rural com a finalidade de se organizar em uma comissão que teria por fim estudar os meios de conseguir armamento para obter nossa defesa. Essa comissão iria falar novamente com o presidente da FARSUL e com o governador do Estado.<sup>364</sup>

Em localidade próxima dali, no município de Cachoeira do Sul, latifundiários prometiam “reagir a bala contra a Supra”. A esse respeito, diz o jornal *Última Hora*:

Um grupo de latifundiários deste município, liderado pelo sr, Waldermar Gomes Bartmann, já está armado para reagir contra o Decreto da Supra e os planos de reforma agrária do governo federal. Um jornal local publica que os fazendeiros estão armados até os dentes, formando milícias volantes e, para defender “seus legítimos direitos de propriedade”, estão dispostos a aplicar o princípio bíblico da “Lei do Talião”: ‘Olho por olho, dente por dente’. Inspirados nos romances de capa e espada, os ‘mosqueteiros’ do latifúndio e do poder feudal já contam, inclusive, com um lema medieval sugestivo: ‘um por todos, todos por um’<sup>365</sup>

Nota-se uma possível defesa conjunta estabelecida entre fazendeiros de Rio Pardo e Cachoeira do Sul, e, possivelmente, da região como um todo, uma vez que para além da proximidade geográfica, as duas fontes mencionam o lema “um por todos, todos por um”. A reportagem acima também afirma que os estoques de armas e munições estavam esgotados em todo município. Portanto, tratava-se, aparentemente, de um plano bem estruturado que abrangeria muitos fazendeiros da região dispostos a partirem, de fato, para o enfrentamento armado, conforme fora orientado pela Farsul.

No dia 6 de março de 1964, foi noticiado pelo jornal *Correio do Povo* a apreensão de um caminhão com um suposto carregamento de armas que se dirigia a Santo Ângelo. A carga de procedência argentina tinha como destino “diversas associações de proprietários de terra de todo o país”<sup>366</sup>. Posteriormente o Comandante do III Exército negaria a apreensão de carga semelhante. Mas no dia seguinte denúncias envolvendo armamento tornariam a surgir, dessa vez na cidade de Bagé.

Em Bagé a hostilidade e o uso da violência por parte de latifundiários organizados para com os movimentos de camponeses também não foram exceção. A época, circularam

<sup>364</sup> BNM. STM. Pasta 064. Imagem 26. [IPM instaurado em Rio Pardo em 26/11/1965].

<sup>365</sup> *Última Hora*, 12 de março de 1964, p.9.

<sup>366</sup> *Correio do Povo*, 6 de março de 1964, p. 18.

denúncias de que um caminhão carregado de armas se dirigia à cidade, fazendo com que a polícia tivesse de interceptar estradas da região<sup>367</sup>.

De acordo com Élide Costa<sup>368</sup>, advogada da Associação de Camponeses Sem Terra de Bagé, eram “diárias e diretas”<sup>369</sup> as provocações advindas de elementos da Associação Rural de Bagé, principalmente nas ocasiões em que acampamentos foram montados no município. Dentre as duas mobilizações sem terra que ocorreram na cidade, destacou-se o incidente ocorrido durante o acampamento de agricultores sem terra que aguardavam a distribuição dos 540 hectares da Fazenda Experimental Cinco Cruzes, de propriedade da União<sup>370</sup>. Ali militares e membros da Associação Rural de Bagé partiram para o confronto direto com os camponeses. Os detalhes sobre o episódio serão apresentados adiante, mas cabe ressaltar que não parece coincidência que as reações mais extremadas contra os camponeses tenham ocorrido na cidade ante a um acampamento formado já no contexto do anúncio do Decreto da Supra.

Durante o início do ano de 1964 a repressão praticada pela Brigada Militar<sup>371</sup> aos acampamentos foi abertamente saudada pela Farsul. Especialmente acerca dos acampamentos sitiados por militares e severamente reprimidos (notadamente os de Tapes e Canoas) a perspectiva da entidade era de que a “polícia havia agido de maneira muito correta, mostrando aos invasores o absurdo da situação estes pretendia [sic] criar (...)”<sup>372</sup>. Mais do que aprovar as medidas tomadas por militares, os ruralistas gaúchos demonstravam estarem alinhados com as perspectivas que guiavam as ações de Meneghetti, que, afinal, estava à frente do comando da Brigada Militar.

Conforme Rebello, é importante ressaltar que mesmo enquanto a principal discussão política do período girava em torno do decreto da Supra, Meneghetti não deixou de reconhecer a necessidade de transformação na estrutura econômica do latifúndio, mas a proposta federal foi combatida por ser considerada uma afronta à propriedade privada

---

<sup>367</sup> *Correio do Povo*, 11 de março de 1964, p. 20.

<sup>368</sup> APERS, Processo administrativo de indenização número 5512-1200/98-9, referente a Élide Costa, folha 31.

<sup>369</sup> Nesse sentido apresenta-se a notícia divulgada ainda em 1962 pelo jornal *Novos Rumos* denunciando que “coronéis-latifundiários”, “comandantes dos regimentos aqui [Bagé] sediados estão tomando atitudes impopulares, que não condizem com a imparcialidade que o Exército mantém frente aos momentosos assuntos político-econômicos do Brasil de hoje”. *Novos Rumos*, 18 a 24 de maio de 1962, nº 170, p.3.

<sup>370</sup> Além do acampamento realizado na Fazenda Cinco Cruzes, em 28 de fevereiro de 1964, um outro grande acampamento já havia sido formado no município, na gleba do Quebracho Grande, em 23 de outubro de 1963.

<sup>371</sup> A Brigada Militar é a força de segurança pública do Rio Grande do Sul que tem por função o policiamento ostensivo. No âmbito jurídico, a Brigada Militar pode ser compreendida como Polícia Militar.

<sup>372</sup> GASPAROTTO, *op. cit.*, p.258.

e à Constituição<sup>373</sup>. Ainda que a gestão tenha sempre tentado se desvincular das práticas repressivas, há diversos exemplos em que ela, ao se aliar aos interesses da Farsul, usou de comandos militares do estado em benefício dos proprietários.

Remetendo ao contexto do anúncio do referido decreto, o Secretário de Segurança Pública do estado em 1964, Poty Medeiros, afirmou que “familiares de muitos fazendeiros transferiram residência para as cidades. Algumas estâncias ficaram sob a guarda da Brigada Militar.” Já os que optaram por permanecer no interior, contaram com a “vista grossa” ou com o apoio direto dos órgãos de segurança para o tráfico de armamentos<sup>374</sup>.

Articulações com a gestão Meneghetti foram traçadas e estavam presentes no imaginário dos ruralistas. No mês de março, no município de Cruz Alta, fazendeiros reuniram-se na sede da Associação Rural para “acertar medidas a adotar contra a baderna no campo”. Nessa ocasião um dos presentes, o ex-deputado federal pelo Partido Liberal (PL), Lucídio Ramos, declarou que colhera importantes informações junto ao Governo do Estado sobre a situação agrária. Segundo a reportagem do *Última Hora*, tratava-se de “informes secretos” que acabaram sendo revelados.

O sr. Lucídio Ramos, ex-deputado federal pelo PL, conclamando seus companheiros a uma verdadeira guerra Santa contra o comunismo, [...] expôs quais foram esses informes secretos: a agitação do campo é determinada por Moscou ‘visando criar dificuldades no país para que a URSS fique com a mão livre na Europa e Ásia, enquanto os Estados Unidos se distraíam com a América do Sul. O sr. Lucídio Ramos lembrou que em 93 o coronel Salvador Pinheiro Machado ‘não esperou ordens, mas agiu por deliberação própria’, apelou para a unidade de todos quantos estão dispostos a defender suas terras, ‘o que deve ficar registrado na folha do facão, não se admitindo covardia ou poltronenices’<sup>375</sup>.

Mais uma vez, os estigmas do comunismo são acionados para explicar a suposta essência da “agitação no campo”, mas, dessa vez, a retórica teria partido de informes secretos do próprio governo. No entanto, é pouco provável que o governo tenha estabelecido contatos com membros daquela Associação nos termos tal como está colocado na reportagem, demonstrando mais o espaço que articulações com o governo tomavam no imaginário dos ruralistas. Além disso, é interessante notar que um passado tido como glorioso é retomado para mobilizar ações no presente. Pinheiro Machado, líder republicano que conspirou contra a monarquia foi aludido a fim de lembrar a “bravura”

<sup>373</sup> REBELLO, *op cit.*, p.42.

<sup>374</sup> GASPAROTTO, *op. cit.*, p.259.

<sup>375</sup> *Última Hora*, 11 de março de 1964.

do povo gaúcho e, mais em específico, do povo de Cruz Alta, já que ele era de lá conterrâneo. Segundo Lucídio Ramos, era necessário buscar inspiração na Revolução Federalista, ocorrida em 1893, no sentido de não esperar ordens e agir com coragem por conta própria. Ou seja, os ruralistas deveriam estar preparados para agir mesmo que antecipadamente em relação as decisões do governo estadual, considerado aliado.

Um dos documentos mais significativos acerca da colaboração entre a ação policial e forças particulares foi produzido durante uma reunião do Conselho Deliberativo da Farsul ocorrida no dia 10 de março. A ata completa pode ser observada na tese da historiadora Alessandra Gasparotto, da qual tomo de empréstimo o seguinte trecho proferido por Oscar Carneiro da Fontoura:

Contudo, diz o S. Sa., o anunciado decreto da SUPRA virá ~~criar dificuldades para o Governo Estadual, apesar das advertências~~ proporcionar uma agitação muito grande, apesar das advertências do Governo Estadual e dos produtores, dispostos a reagir contra novas invasões. Por isso, o Sr. Governador havia solicitado a colaboração das Associações Rurais, alegando, com razão, que se ~~os volume de~~ movimentos a serem desencadeados assumirem proporções generalizadas, não disporia de ~~elementos~~ meios para reprimi-los. Neste sentido, **sugerira** a arregimentação de elementos de confiança para colaborar com a ação policial, o que originou um telegrama reservado da FARSUL às suas filiadas, ao mesmo tempo em que esta entidade recomenda [ou recomendava] aos ruralistas a defesa de suas propriedades nos termos da Constituição<sup>376</sup>.

Como pode ser verificado, o presidente da Farsul afirma que o governador havia solicitado a colaboração das Associações Rurais do interior do estado a fim de garantir a repressão de movimentos com altas proporções de “agitação”. A polícia estadual estaria, portanto, disposta e orientada a agir em defesa dos latifundiários, caso se confirmassem as supostas invasões. Por sua vez, Meneghetti teria sugerido a “arregimentação de elementos de confiança para colaborar com a ação policial”, indicando desejo de que milícias privadas se constituíssem e se tornassem combativas.

Diante desse cenário, Elizeu Torres, delegado estadual da Supra, anunciou publicamente que levaria amplo dossiê às autoridades federais competentes, denunciando os grandes proprietários de terra de estarem criando um clima de tensão no meio rural. Torres ainda apontou que pediria “providências de acautelamento” contra aqueles que “a pretexto de serem contrários ao decreto de desapropriação, promovem a agitação contra

---

<sup>376</sup> Os grifos e cortes foram feitos pela autora seguindo as marcas da produção documento. FARSUL. Ata da reunião do Conselho Deliberativo. 10 de março de 1964. p. 9-10. Acervo da Farsul. In: GASPAROTTO, *op. cit.*, p.258-259.

a reforma agrária, ameaçando, inclusive, com o emprego da força”<sup>377</sup>. Com isso, o delegado devolveu o adjetivo de “agitador” ao patronato, quem mais o proferia para atacar inclusive a Supra. Além disso, por conta da frequente interdição do acesso de membros da Supra aos acampamentos, tornou-se comum que Torres solicitasse auxílio do Exército Federal para garantir o trabalho da Superintendência, evidenciando desde já impasses entre militares federais e estaduais.

Falando em nome do campesinato, o líder comunista da Ultab, Nestor Vera<sup>378</sup>, afirmou que a classe tinha o decreto da Supra como meio para “conquistas imediatas e soluções parciais”. Através dele, as contradições do latifúndio seriam expostas e uma parcela de agricultores seriam beneficiados, mas, enfatizava que por “não modificar o atual regime latifundiário de propriedade da terra, nem possibilitar o acesso à terra para a imensa massa dos homens do campo sem terra ou, com pouca terra”, o decreto não poderia significar a reforma agrária estrutural combatida pela reação e destacada pelo governo federal<sup>379</sup>. Esse posicionamento era o mesmo tomado pelo Master, que sem deixar de apoiar a Supra e o Presidente da República, não acreditava que o decreto pudesse ser a solução do problema da terra.

Por um outro viés, a Supra era considerada uma ameaça ao patronato devido à grande influência exercida sobre a sindicalização dos trabalhadores rurais, pois, segundo Starling, a organização política do campesinato anunciava a ruptura com o controle até então exercido por esses proprietários de terra<sup>380</sup>. Portanto, a justificativa aos apelos pela defesa armada da propriedade se deu também, conforme Palmeira, em vista do temor sobre a possibilidade da quebra da legitimidade do poder “tradicional”. Ou seja, a presença dos sindicatos de representação camponesa colocou em xeque o poder fundado sobre relações pessoais e ampliou o alcance dos conflitos, que não mais apresentavam-se através de situações isoladas em níveis “locais”<sup>381</sup>.

A esse respeito, Orlando Vicente Corrêa, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Adamantina, localizado no estado de São Paulo, encaminhou uma denúncia ao jornal *Terra Livre* com o seguinte teor:

<sup>377</sup> *Última Hora*, 12 de março de 1964, p.9.

<sup>378</sup> Em abril de 1975, Nestor Vera foi capturado por militares ligados à ditadura. Após décadas sem informações sobre seu desaparecimento, em 2012, Cláudio Guerra, ex-delegado do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) admitiu ter assassinado e ocultado o cadáver de Vera em abril de 1975 na companhia de mais dois agentes da repressão. O local em que Nestor Vera foi sequestrado e torturado tratou-se da Delegacia de Roubos e Furtos de Belo Horizonte.

<sup>379</sup> *Novos Rumos*, 28 a 5 de maio de 1962, n°261, p.5.

<sup>380</sup> STARLING, *op. cit.* p. 245.

<sup>381</sup> PALMEIRA, *op. cit.* p.195.

ADAMANTINA. São Paulo  
 Sr. Diretor do TERRA LIVRE,  
 Aqui neste município, os proprietários de terra estão coagindo os trabalhadores que são associados do Sindicato. Os latifundiários daqui estão num desespero tão grande que basta sonhar que um trabalhador tem carteira do Sindicato, mandam-no embora. Fazem toda sorte de ameaças. Outro dia, encontrei um sócio, de nome Domingos Pugilo que, para arranjar serviço, foi obrigado a assinar um documento alegando que não pertencia mais ao Sindicato. Sabemos que esses escândalos vêm acontecendo em todo o Brasil, pois os latifundiários não querem que os camponeses se organizem porque os trabalhadores organizados formam uma força que ninguém pode vencer. Mas os Sindicatos estão se desenvolvendo e, quanto maior for a ilusão dos latifundiários, pior será a queda do latifúndio, porque Reforma Agrária não se faz com conversa fiada, e sim com camponeses e operários organizados  
 a) Orlando Vicente Corrêa. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Adamantina.<sup>382</sup>

A carta acima trata-se de uma denúncia, tal como expresso, que sintetiza a pressão do patronato para que sindicatos de trabalhadores rurais fossem esvaziados em todo Brasil. Nos meses que antecederam ao golpe muitas foram as denúncias de ações ilegais cometidas contra sindicatos e associações camponesas. No Piauí, latifundiários em nome da “democracia cristã” incendiaram a sede da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Teresina<sup>383</sup>. Um mês depois da denúncia acima ser divulgada por um sindicato paulista, outra ocorrência viria à tona naquele estado, dessa vez no município de Vera Cruz, onde um delegado teria prendido o presidente do sindicato e feito uma batida na sede destruindo a documentação ali presente. De acordo com o *Terra Livre*, o delegado teria ainda ameaçado de processar o presidente do Sindicato, “se este continuar sindicalizando trabalhadores”.<sup>384</sup> Situação bastante semelhante aconteceu em Sobrália, Minas Gerais, onde o delegado da cidade, à mando de fazendeiros, após cercar a igreja local, teria prendido o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Autônomos<sup>385</sup>. Já em João Pessoa, na Paraíba, a execução de um líder sindical camponês foi consumada pela Polícia Militar e por jagunços, que estavam portando armas privativas das Forças Armadas<sup>386</sup>. No município de Astorga, Paraná, 36 famílias de trabalhadores rurais foram dispensadas após procurarem o sindicato para denunciar que estavam privados do salário-mínimo e de outros direitos.<sup>387</sup>

<sup>382</sup> *Terra Livre*, janeiro de 1964, nº 130, p.6.

<sup>383</sup> *Idem*, p.7.

<sup>384</sup> *Terra Livre*, março de 1964, nº 132, p.4.

<sup>385</sup> *Idem*, p.12.

<sup>386</sup> *Terra Livre*, fevereiro de 1964, nº 131,

<sup>387</sup> *Terra Livre*, março de 1964, nº 132, p.5.

Esses são apenas alguns dos vários exemplos disponíveis entre as fontes. Nota-se que situações semelhantes às citadas já ocorriam antes do anúncio do decreto da Supra, mas a ênfase neste período se dá no intento de evidenciar que à medida que organizações camponesas se fortaleciam e o apoio à reforma agrária aumentava, também a violência no campo crescia consideravelmente. Remetendo à Arendt, podemos dizer que as ações violentas praticadas pelo patronato no contexto do decreto da Supra foram motivadas pelo medo da perda de poder.

Um dos casos mais emblemáticos nesse contexto aconteceu em Governador Valadares, Minas Gerais. Após escândalos envolvendo intenso tráfico de armas para a região, latifundiários defrontaram-se violentamente com uma ocupação de camponeses sem terra em fevereiro de 1964. Após o episódio, os sem terra projetaram a sua expectativa no decreto da Supra, que distribuiria terras de uma fazenda pertencente ao Ministério da Agricultura no dia 31 de março de 1964. Todavia, um dia antes disso acontecer, um tiroteio promovido pelos latifundiários contra a sede do sindicato rural interrompeu a execução de tais planos.

Ao combater os sindicatos camponeses, combatia-se também o espaço onde momentos de sociabilidade e tomada de consciência coletiva eram possibilitados. Isso correspondia a uma tentativa de controlar revoltas e conter novas mobilizações, por isso, algumas medidas nesse sentido foram tomadas também dentro dos próprios assentamentos de sem terra no Rio Grande do Sul. Sabemos que, ao menos no Banhado do Colégio, após a concessão de títulos-provisórios, o IGRA lançou uma diretriz na qual estipulava “ser expressamente proibido: a) reuniões e comícios públicos de caráter político-partidário; b) movimentos ou reuniões públicas de caráter reivindicatórios, principalmente com a participação de elementos estranhos ao Núcleo”<sup>388</sup>; sob a penalidade de exclusão dos agricultores do núcleo por ordem do presidente do IGRA.

Formavam-se assim os embriões dos “fiscais de assentamento”, mecanismos de controle que começaram a ganhar espaços nos noticiários a partir de 1963 sob pretexto “de salvaguardar a coesão comunitária e a necessária harmonia e companheirismo”<sup>389</sup> dentro dos assentamentos. A partir da instauração da ditadura houve um aprimoramento do potencial de controle que tais fiscais exerciam sobre os assentamentos, mas, ressaltamos que ainda no regime democrático é notável a prática de vigilância e

---

<sup>388</sup> *Última Hora*, 19 de novembro de 1963, p.6. *Apud* REBELLO, *op. cit.*, p.78.

<sup>389</sup> *Idem*.

monitoramento das ações camponesas. As informações colhidas nesse primeiro momento caminharam lado a lado com o incremento da repressão, que logo após o Golpe, foram em boa parte utilizadas como prova incriminatória.

Em julho de 1963, por meio do jornal *Terra Livre*, repercutiu uma denúncia realizada por posseiros do município de Itapoã, que estariam privados do título de posse da terra que cultivavam. A organização dos camponeses por meio de uma associação, um sindicato e uma cooperativa, garantia-lhes recursos para a exploração da terra advindos do governo. No entanto, o título de posse permanecia embargado e a provável causa para tanto estaria nas arbitrariedades impostas pelo administrador ali colocado ainda durante a gestão de Leonel Brizola, bem como um preposto do mesmo administrador que exercia a gerência da cooperativa:

Há mesmo suspeitas de que esteja desviando recursos que o governo vem enviando para a distribuição através da cooperativa. O administrador, já de início, proibiu que as 9 famílias que receberam terras no seco lavrassem suas glebas, alegando que as colheitas seriam insuficientes para o pagamento das mercadorias que seriam fornecidas pela cooperativa. Não satisfeito com isso, tem repetidamente ameaçado de despejo os camponeses aos quais quer impedir o direito de reunião em suas associações.<sup>390</sup>

Em vista disso, uma comissão de camponeses de Itapoã, representada pelos diretores dos Sindicatos de Produtores Autônomos de Itapoã, juntamente do secretário do Master, Ary Saldanha, do deputado Marino Rodrigues dos Santos, do advogado Darcy Von Hoonholtz, também do Master, e do líder camponês, Nestor Vera, representante da direção da ULTAB, se reuniram com Ildo Meneghetti para discutir a entrega de títulos de posse de terras do Estado. Diante do governador ouviram as promessas de que o governo tomaria as providências necessárias para a solução dos problemas expostos. Entretanto, de acordo com o jornal, Meneghetti:

Fez, contudo, aos participantes do encontro um apelo que bem expressa suas vacilações, dizendo: ‘Pelo amor de Deus, não deem entrevistas nem divulguem nada disso que aqui tratamos, pois mais de 300.000 agricultores sem terra correrão até aqui para que eu faça o mesmo, e isso não é possível’.<sup>391</sup>

Como prática comum, a recepção de caravanas de representações camponesas por parte do governador sinalizava um desejo deste de não se apresentar publicamente como

<sup>390</sup> *Terra Livre*, nº124, julho de 1963, p.10.

<sup>391</sup> *Idem*, p.12.

contrário ao movimento camponês, mas implicitamente, ponderava que uma reforma agrária ampla não seria possível.

Ainda que de acordo com o fragmento acima, Meneghetti tenha pedido sigilo acerca das resoluções tomadas com a comissão advinda de Itapoã, era bastante comum que as despedidas dessas visitas de agricultores de todo estado ao Palácio do Piratini fossem marcadas por promessas não consumadas, seja em relação a distribuição das glebas almejadas<sup>392</sup>, ou ainda de que os casos de violência relatados seriam apurados. Invariavelmente, tal promessa era acompanhada da ressalva de que ele, como governador, desconhecia as arbitrariedades cometidas e não havia dado ordens para tanto<sup>393</sup>.

Para Gasparotto, a simples omissão do Estado ao não apurar as arbitrariedades praticadas por agentes públicos ou por agentes privados sinalizava para a continuidade destas ações de repressão contra os sem-terra<sup>394</sup>. Assim, concedia-se o aval – que muitas vezes contava com a contribuição ou com a omissão do próprio estado – para a ação repressiva estreitamente articulada<sup>395</sup> entre membros das Associações Rurais e oficiais e chefes militares das guarnições no interior do estado<sup>396</sup>. De acordo com a Comissão Camponesa da Verdade (CCV):

Num primeiro momento, principalmente no período de ascenso da organização camponesa (pré-64), as reações patronais, apoiadas seja por entes do estado ou por suas milícias privadas, quase sempre se deram no sentido de coibir a organização e as manifestações das populações rurais. [...] Foram constantes os episódios envolvendo a participação de delegados, policiais (civis e militares) e forças armadas nas violações contra camponeses. As forças que defendiam o latifúndio eram as mesmas que atacavam a população, através da militarização irregular e do uso da força. Algumas vezes agiram de forma articulada com as forças armadas do Estado, quando aparatos militares exerceram suas forças obedecendo os mandos privados.

<sup>397</sup>

<sup>392</sup> Nesse sentido, citamos o episódio em que uma Comissão de agricultores sem terra de Santana do Livramento se dirigiu, em maio de 1963, ao palácio do governo a fim de reivindicar a distribuição de 600 hectares de terra do estado, então arrendadas para o frigorífico Amour. De antemão, o governador solicitou que fossem selecionados os camponeses a serem contemplados, pois garantia que num prazo de trinta dias atenderia a reivindicação. Meses se passaram e mesmo com a Secretaria de Agricultura já estabelecida naquele local e com estudos prontos, restava ainda a autorização do governador para que as terras fossem divididas. Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. 26/09/1963, 105ª extraordinária, p.259.

<sup>393</sup> ECKERT (1984), *op.cit.*, p. 295

<sup>394</sup> GASPAROTTO, *op.cit.*, p.219.

<sup>395</sup> A autora aponta que a interlocução estabelecida entre membros da Farsul e militares era facilitada pela presença de ex-integrantes das Forças Armadas no interior da Federação e pela relação de parentesco que permeavam as redes tecidas entre ambos. *Idem*, p.195.

<sup>396</sup> *Ibidem*.

<sup>397</sup> COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE. Relatório Final da Comissão Camponesa da Verdade: Violações de direitos no campo – 1946 – 1988. 2014. p. 54. Disponível em:

Outro caso em que a repressão patronal coadunou com a omissão do governo do estado foi o do assassinato do secretário da Associação dos Agricultores Sem Terra de Santa Bárbara, Lucídio Antunes, em agosto de 1963. O conflito começou quando os agricultores que trabalhavam sob regime de “meia” foram ameaçados de despejo por um proprietário de uma fazenda da localidade. Lucídio Antunes, acompanhado da Diretoria do Master, pediu então intervenção da Supra a fim de recorrerem na justiça. Com o despejo oficialmente sustado, as ameaças do proprietário se intensificaram: ‘ganharam na Justiça, mas vão ter que sair de qualquer maneira, nem que eu tenha que matar um’.<sup>398</sup> Dias depois, Antunes foi assassinado. A Supra emitiu uma nota afirmando que o crime “teve a finalidade de intimidar os demais agregados para afastá-los da referida área.”<sup>399</sup> No entanto, nos jornais, não há menção a qualquer ação ou tentativa de investigar o caso por parte dos órgãos estaduais, revelando a omissão enquanto marca da gestão gaúcha do período.

Contudo, é importante ponderar que nem sempre os interesses entre estado e Farsul convergiram, havendo pelo menos dois episódios em que o patronato apresentou certo “desapontamento” mesmo diante a um “governo considerado aliado e no qual tinha significativa inserção”<sup>400</sup>, são eles: ocasião em que a reforma tributária do estado previa elevação das taxas cobradas sobre a produção pecuária; e o cancelamento da isenção de impostos relativos as operações de fornecimento de materiais realizado por parte das associações rurais aos seus associados previstos na Lei Estadual 4.705, de 31 de dezembro de 1963<sup>401</sup>. Com isso, vale citar as palavras de Gasparotto:

Na ocasião, o ruralismo, compreendido enquanto um movimento político organizado, buscou garantir as suas demandas no interior do aparelho de estado. Por vezes, os interesses e o poder destes grupos nos espaços estatais são confrontados e requerem, para sua manutenção, movimentos de reorganização e pressão. Assim, se revela que este pano de fundo em que se constituem as ações e as estratégias de mobilização da entidade e de seus agentes é repleto de nuances, contradições e incertezas.<sup>402</sup>

---

<http://r1.ufrj.br/cpda/blog/2015/01/22/relatorio-da-comissao-camponesa-da-verdade-esta-disponivel-paradownload-4/> Acesso em: 10 de julho de 2021.

<sup>398</sup> ECKERT (1984), *op.cit.*, p.194-195.

<sup>399</sup> *Correio do Povo*, 23 de agosto de 1963, p. 5.

<sup>400</sup> GASPAROTTO, *op.cit.*, p. 221.

<sup>401</sup> *Idem*, p.219-220.

<sup>402</sup> *Ibidem*, p.221.

Outro agente que somou forças na disputa contra o Master foi a Igreja Católica. Segundo Rodeghero, a Igreja Católica no Brasil historicamente se beneficiou de infraestruturas e boas relações com governos e grupos dominantes. Se, a princípio, sua relação com trabalhadores do campo se deu por uma série de iniciativas que visava contribuir para a melhoria da vida destes, e de modo a afastar a difusão de ideias consideradas subversivas, na década de 1960 esse intento iria refletir em medidas mais expressivas, principalmente no sentido da sindicalização do trabalhador rural<sup>403</sup>.

Desse modo, houve uma política de fomento a novas Frentes Agrárias por todo Brasil, sendo que no Rio Grande do Sul, a partir do ano de 1961, se estabeleceria a Frente Agrária Gaúcha (FAG). Suas principais formas de atuação junto aos camponeses consistiram na ação sindical e no estabelecimento de alguns núcleos educacionais, como o Instituto de Educação Rural e Escolas de Educação Familiar, que serviam como aparelhos ideológicos da Doutrina Social-Cristã que a FAG tinha como base<sup>404</sup>.

Criada não apenas para disputar a organização sindical, mas fundamentalmente, para combater o comunismo, a leitura da FAG era de que a prioridade estava em vencer o Master na disputa pela inserção no meio rural gaúcho. Tratava-se de um projeto articulado as demais Frentes Agrárias do Brasil, que deveriam se somar na luta contra o “perigo vermelho”. Conforme Welch:

Em muitas regiões do país, comunistas e católicos confrontaram-se na clássica batalha da Guerra Fria para ganhar os corações e mentes da população rural, à medida que mudanças na economia política mundial agravavam as relações sociais no campo. A Igreja fincara raízes profundas no meio rural e o “perigo vermelho” estimulava um maior engajamento nas relações cotidianas dos com-terra e sem-terra. Em outubro de 1961, na preparação de uma conferência nacional sobre o trabalho rural, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) constituiu um novo braço para sua missão de amparo aos camponeses, chamada Frente Agrária<sup>405</sup>.

---

<sup>403</sup> RODEGHERO, Carla Simone. *Memórias e avaliações: norte-americanos, católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964*. Tese (Doutorado) Porto Alegre: UFRGS, 2002. p.25.

<sup>404</sup> No âmbito educacional, há indicações de que relações pessoais entre Igreja e Exército se desdobraram em nomeação de militares para cargos de professores em disciplinas de humanidades em Faculdades Católicas. Esse foi o caso da solicitação do Padre Pilar, de Uruguaiana, para que Amerino Raposo, comandante do 8º Regimento de Cavalaria da cidade, ministrasse aulas de história na Faculdade de Filosofia de Uruguai desde meados de 1961. Raposo conta que encarou o convite como um “meio para semear ideias”. RAPOSO, Amerino. *1964: os bastidores da revolução em Uruguaiana, RS. Atuação do 4º Grupo de Artilharia*. In: VERONEZE, Aline (Org.) Porto Alegre: Editora Aline Veroneze, 2015. p.20.

<sup>405</sup> WELCH, Clifford Andrew. Os com-terra e os sem-terra de São Paulo: Retratos de uma relação em transição (1946-1996). In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S; PAULILO, M. I. *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. São Paulo: Editora UNESP, v.1, 2009. Cap.6. p.147.

Ao interpretar o problema agrário como proveniente da má distribuição de terras e do uso de técnicas atrasadas no processo produtivo, a FAG apostou na bandeira da modernização da agricultura, que deveria conduzir o processo para que sem terras e pequenos proprietários se tornassem parte da classe média rural. Segundo um dos seus ideólogos, Dom Vicente Scherer, a reforma agrária deveria ser de cunho distributivista, respeitando a propriedade individual. Admitia-se a desapropriação de grandes propriedades, mas isso deveria ser “a exceção e não a regra”, os latifúndios deveriam ser preservados pois exerceriam “importante função social”<sup>406</sup>. Desse modo, as proposições da FAG se aproximavam do discurso produzido pelas entidades patronais.

Havia uma articulação direta entre a FAG e a Farsul. De acordo com Gasparotto, as relações estabelecidas entre os membros das duas entidades eram orgânicas e abriam portas para articulações conjuntas. Entre os dezessete fundadores da FAG, três deles eram diretamente ligados a Farsul: Ruy Cirne Lima, Werter Faria, Ary Burger <sup>407</sup>. Membros das duas entidades circulavam livremente tanto em atividades abertas, quanto em espaços particulares de ambas. O então presidente da FAG em Santa Cruz do Sul, Leopoldo Morsch, foi eleito membro do Conselho Deliberativo da Farsul em julho de 1962. Romeu Madalozzo, representante da sessão da FAG de Erechim, apresentou contribuição para a Comissão de Reforma Agrária criada durante um evento da Farsul, realizado em janeiro de 1962. Durante a realização de um seminário em novembro de 1962, o Padre Afonso Gregory, vinculado ao núcleo da FAG em Viamão, discorreu juntamente com os vice-presidentes da Farsul sobre associativismo rural<sup>408</sup>. Portanto, as relações estabelecidas por esses indivíduos cotejados pela pesquisa de Gasparotto, demonstra o alinhamento ideológico e prático entre o patronato e Igreja.

As lideranças de base da FAG costumavam ser homens provenientes do meio rural que tinham aceitação junto aos camponeses. O processo de formação dessas lideranças era orientado por um representante oficial da Igreja incumbido de transmitir os princípios da Doutrina Social-Cristã. Após preparadas, as lideranças ajudavam a estabelecer os

---

<sup>406</sup> SCHERER, Dom Vicente. *A questão agrária*. Porto Alegre: FAG, 1969, p.18.

<sup>407</sup> Segundo as informações obtidas por Gasparotto, Ruy Cirne Lima era jurista, representante da Farsul na Comissão Mista e pai do secretário da Farsul na gestão 1959-1961. Werter Faria, além de assessor jurídico da Farsul, compôs a Comissão criada pela entidade para elaborar um estudo sobre reforma agrária. Ary Burger. Atuou como professor da Faculdade de Economia da UFRGS, havendo indícios de vinculação com a Farsul, uma vez que participou e presidiu reuniões da entidade. Os dois últimos compuseram o Conselho Deliberativo da FAG. GASPAROTTO, *op.cit.*, p.188-190.

<sup>408</sup> *Idem*.

sindicatos rurais que atuariam mais voltados ao assistencialismo, em detrimento de suas funções políticas.

Segundo dados publicados sobre o 1º Congresso Estadual de Trabalhadores Rurais, realizado nos dias 24 e 25 de abril de 1962 pela FAG, aglutinaram-se no encontro um número expressivo de departamentos setoriais da frente, com cerca de 300 participantes. Por sua vez, este número estaria a representar meio milhão de agricultores que se dividiam em cerca de 80 sindicatos<sup>409</sup>. Destacar tamanha inserção no meio rural era importante à medida que procurava se afirmar como representante da classe campesina. Nas palavras de seus líderes:

Pode-se afirmar, sem receio de contradita, que as sugestões aqui formuladas [durante o referido congresso] traduzem os mais sentidos anseios dos trabalhadores rurais e dos pequenos produtores rurais autônomos, estes últimos integrando uma classe social que se corporifica na mais autêntica democracia rural existente na América do Sul.<sup>410</sup>

Dois fatores nos levam a crer que possivelmente o número indicado na composição dos sindicatos formados pela FAG estava superestimado. Primeiramente, ressalta-se o diagnóstico obtido em pesquisas realizadas anteriormente que aponta para a ocorrência de cerca de 120 entidades de representação de agricultores sem terra ou pequenos agricultores em fins de 1962 e início de 1963<sup>411</sup> no estado. Esse número foi obtido a partir do cotejo entre várias fontes que indicavam a presença dessas associações ou sindicatos, principalmente a compor o Master.

Devido à dificuldade de identificar filiações de associações e sindicatos locais enquanto pertencentes ao Master ou à FAG<sup>412</sup>, não podemos descartar a possibilidade de ter havido inclusão de alguma entidade que era vinculada à FAG na somatória que atribuímos ao Master. Contudo, fontes bastante precisas indicaram um elevado número de entidades vinculadas ao Master. Uma delas, como já mencionado anteriormente, trata-se da assinatura de 73 Associações de Sem Terra, 18 Sindicatos de Assalariados Rurais, 8 Sindicatos de Produtores Autônomos, 1 Sindicato de Trabalhadores Rurais Autônomos, 1 Associação dos Pequenos Proprietários Rurais e Sem Terra - em uma nota de apoio à permanência de João Caruso na presidência da SUPRA, publicada “a pedido” pelo

---

<sup>409</sup> Carta da FAG à Meneghetti, datada em 18/03/1963 e anexada nos Anais da Assembleia Legislativa. Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. 22/03/1963, 2ª extraordinária, p.35.

<sup>410</sup> *Idem.*

<sup>411</sup> Vide mapa no capítulo 1, p.64.

<sup>412</sup> Houve ainda entidades autônomas que não se vincularam nem ao Master, nem tampouco à FAG.

próprio Master em junho de 1963 no jornal *Correio do Povo*<sup>413</sup>. Portanto, restaria pouca margem para se chegar ao número de sindicatos apontado pela FAG.

Além disso, o outro ponto que coloca esse número em dúvida é a indicação feita por Paulo Bassani em seu estudo sobre a FAG. Ao longo da atuação da entidade, entre os anos de 1963 e 1977<sup>414</sup>, a FAG organizou 224 sindicatos rurais no estado do Rio Grande do Sul. Desse total apontado por Bassani, oito sindicatos teriam sido fundados no ano de 1963, e dez no ano de 1964. Com isso, concluímos que, pelo menos, 206 sindicatos vinculados à FAG foram criados no período da ditadura e, portanto, quando o Master não mais disputava a organização sindical. No entanto, é necessário também ressaltar que o autor não indica a fonte de tal informação<sup>415</sup>.

Feitas essas ressalvas, o fato é que o número foi apresentado publicamente e em certa medida ajudou a endossar a legitimidade das propostas da FAG para o meio rural. Assim, no ano seguinte, havendo uma aproximação de ideais com as da gestão Meneghetti<sup>416</sup>, a FAG enviou o relatório de seu Congresso Estadual ao governador como uma “sugestão” para o encaminhamento da questão agrária.

Alguns pontos dessa deliberação chamam atenção devido à proximidade com as deliberações do próprio Master. Ambos destacaram a necessidade de mudança da estrutura agrária gaúcha, de modo que o modelo “essencialmente individualista” deveria dar lugar a uma “estrutura mais comunitária”<sup>417</sup>. Além disso, reconheceram como “justas reivindicações dos homens que trabalham a terra sem a possuírem”<sup>418</sup>, e inclusive, atestaram a identidade camponesa como intrinsecamente ligada à terra. Todavia, a máxima de que “agricultores autênticos” deveriam ser favorecidos prevaleceu para a FAG<sup>419</sup>; além de que para esta, a ênfase da desapropriação recaiu sobre terras do estado e não se admitiu que a reforma agrária fosse realizada via pagamentos em títulos de dívida pública.

---

<sup>413</sup> *Correio do Povo*, 6 de junho de 1963, p. 20.

<sup>414</sup> O autor não cita dados da atuação da FAG nos dois anos anteriores.

<sup>415</sup> Bassani afirma ainda que inicialmente os primeiros sindicatos da FAG foram estabelecidos nas regiões de agropecuária colonial, justamente onde a igreja exercia maior influência sobre o campesinato. Durante a ditadura a FAG se expandiu, passando a fundar um maior número de sindicatos, inclusive, em regiões que eram anteriormente controladas pelo Master. BASSANI, *op.cit.*, p.170.

<sup>416</sup> Carta da FAG à Meneghetti, datada em 18/03/1963 e anexada nos Anais da Assembleia Legislativa. Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. 22/03/1963, 2ª extraordinária, p.33.

<sup>417</sup> *Idem.*

<sup>418</sup> *Ibidem.*

<sup>419</sup> Enquanto entre os princípios defendidos no Estatuto do Master consta a admissão dos “trabalhadores suburbanos e marginais da cidade, que tenham origem nos distritos rurais” e que “pretendam dedicar-se à exploração da terra”. *Terra Livre*, março de 1961, nº 98, p.7.

Mas, especialmente, ambos (FAG e Master) tinham em comum o objetivo de se tornarem centrais nas ações protagonizadas pelos camponeses, e para tanto, apostaram em organizá-los em entidades locais. A FAG acusava o Master de criar “sindicatos fantasmas”, que tinham por objetivo engrossar fileiras e fazer frente aos sindicatos católicos<sup>420</sup>. Já o Master visualizava a política da FAG como limitada. Contudo, há indícios de que em alguns momentos houve, ao menos, um ensaio de aproximação entre os dois, assunto do qual voltaremos a tratar na terceira parte deste mesmo capítulo. Existem muitas lacunas na historiografia acerca da FAG, o que não impede de frisar que a disputa entre ela e o Master estava colocada e se deu principalmente quanto à organização da base.

Via de regra, a FAG, junto ao patronato e governo formaram um amálgama ideológico que dentre outras coisas era forte devido ao enfrentamento ao comunismo, mas, sobretudo, era a ameaça concreta de redução do status, redução do poder no espaço público e perdas materiais, os fatores de maior mobilização desses setores. Juntos, estes formavam um “contramovimento”<sup>421</sup> determinante nas ações discutidas até agora e, de modo mais marcante, nas ações que serão discutidas a seguir.

## **2.2. O governo Meneghetti e os empecilhos à desapropriação e distribuição de terra**

A repressão, como marca do período, se abateu em boa medida sobre acampamentos que reivindicavam terras desapropriáveis. Mas antes de abordarmos essas mobilizações é interessante retomar a conjuntura de interrupção das desapropriações e desaceleração das distribuições de terra ocorridas no período, o que também impulsionou para que outras mobilizações acontecessem.

Muitas das áreas reivindicadas, como visto, por exemplo, em Cinco Cruzes, em Bagé, já haviam tido as distribuições declaradas pela Supra, todavia, tiveram seu processo embargado, antes de tudo, por uma suposta lentidão imposta pela burocracia. Anteriormente vimos que partidários do governo justificaram esses embargos pela

---

<sup>420</sup> BASSANI, *op.cit.* p.49-50.

<sup>421</sup> Para a apreensão desse conceito, retoma-se a Meyer e Staggenborg (1996): “[...] A mobilização de um grupo é sempre contra interesses e valores de outros grupos, neste caso contra todo um modo de vida. Quando um movimento social ameaça elites sociais em condições de reagir, surge um contramovimento.” *Apud* ALONSO, Ângela. O abolicionismo como movimento social. *Novos Estudos* 100, novembro 2014, p.126.

característica da gestão, de ser “escrava da lei”. Para além de alguns casos já mostrados, quais ações precisavam ser justificadas?

De acordo com Gehlen, em áreas importantes já desapropriadas na gestão de Brizola, como o Banhado do Colégio e a Fazenda Sarandi, “teriam ocorrido negociatas” após 1963 que estavam possibilitando a reconcentração das terras nas mãos de antigos proprietários. Segundo o autor, a gestão Meneghetti progressivamente promoveu

alterações no decreto de desapropriação, tornando-o amigável, em 30.09.64 e, portanto, extrajudicial. O que significou multiplicar por vinte o preço total pago aos Mailhos. Por esta convenção os antigos proprietários ficaram no direito de retirar a madeira de pinho da área pelo período de 4 anos. Outra modificação feita foi diminuir de 10 para 5 anos o prazo para tornar intransferível o título de posse das terras, provocando negociatas e reconcentração de propriedade, beneficiando os que detinham poder de compra.<sup>422</sup>

Acusações contra a gestão também foram feitas no sentido de apontar que terras ocupadas por colonos estavam sendo retomadas com a finalidade de beneficiar cabos eleitorais, familiares e pessoas próximas ao governador. Uma dessas denúncias envolveu o filho do governador Ildo Meneghetti, Eurico Meneghetti, que teria se favorecido com a “limpeza apressada” dos colonos estabelecidos na Reserva do Barracão. De acordo com as falas do deputado Rubens Porciúncula (PTB) na Assembleia, o despejo dos colonos que residiam na Reserva ocorrera de forma arbitrária para que a terra fosse adquirida por Eurico<sup>423</sup>.

Certamente trata-se de um caso polêmico que vai ao encontro dos interesses partidários do deputado fazê-lo repercutir, sendo ele verídico ou não. A Assembleia Legislativa foi o espaço onde mais pudemos observar denúncias semelhantes, o que, sem dúvida, remete a jogos políticos que nem sempre podem ser confirmados, como foi o caso de Eurico Meneghetti, pois seu envolvimento com ilegalidades em relação à posse de terra não foi mencionado por nenhuma outra fonte pesquisada. Todavia, em outros casos abordados na Assembleia, a fim de subsidiar suas afirmativas, alguns deputados levaram à tribuna documentos e cartas que foram anexadas na íntegra nos anais, demonstrando que ao longo daquele período a remoção de camponeses por interesses secundários foi uma prática comum.

---

<sup>422</sup> GEHLEN, Ivaldo. *Uma estratégia camponesa de conquista da terra e o Estado: o caso da Fazenda Sarandi*. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre, UFRGS. 1983. Apud CASSOL, *op. cit.*, p.111.

<sup>423</sup> Discurso do deputado Rubens Porciúncula (PTB). Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. 21/08/1963, 84º extraordinária, p.274.

Nesse sentido, de acordo com um relatório da SUPRA anexado nos anais da Assembleia, agricultores residentes na Reserva de Espigão, “inopinadamente” foram deslocados para as glebas denominadas Libório Pimentel e Mariana Pimentel, localizadas nos municípios de Lagoa Vermelha e de São José do Ouro.<sup>424</sup> Para lá foram transportados junto com a maloca por caminhões da Inspetoria de Terras<sup>425</sup> e deixados, de acordo com denúncias repercutidas na Assembleia, “sem nenhum recurso”<sup>426</sup>. O caso era bastante complexo uma vez que nas referidas glebas aonde chegaram os colonos expulsos, já residiam outros colonos que estavam listados para serem assentados e aguardavam somente a reestruturação de aparatos institucionais e técnicos da nova gestão, o que gerou atritos entre os dois grupos de camponeses<sup>427</sup>.

Diante desta situação, alguns deputados ao apreciar o documento da Supra chegaram a apontar que “os agricultores estavam sendo jogados uns contra os outros” e a Secretaria de Agricultura “nada fazia”<sup>428</sup>. Seguidamente ponderavam que o governador possivelmente não teria conhecimento dos ocorridos, provavelmente buscando não se comprometer com a autoridade máxima do estado e seguir cobrando dele um posicionamento coerente com seu discurso. Concomitantemente a isso, os mesmos deputados que traziam à tona denúncias relativas à questão agrária, por diversas vezes ressaltaram, deixando entrever a afinidade ideológica em relação a Supra, que esta era “a única esperança que existe”<sup>429</sup> para a resolução de problemas no campo.

Durante a gestão Meneghetti, a despeito de algumas publicações na imprensa afirmando o contrário, nenhuma desapropriação de terra foi executada. Nesse sentido, ao realizar uma análise comparada entre as notícias que saíram na grande mídia e documentos oficiais expedidos pelo governo do estado, Rebello reconheceu que pelo menos cinco anúncios de desapropriação foram publicados na imprensa, sendo eles referentes a glebas nas seguintes regiões: Banhado do Taim, em Rio Grande, Giruá, Sarandi (Ronda Alta), Torres e Osório. Contudo, o que se verificou foi uma confusão entre o sentido jurídico do termo “desapropriação” e “declaração de utilidade pública”.

---

<sup>424</sup> Relatório da Supra anexado *In*: Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. 21/08/1963, 84º extraordinária, p.274.

<sup>425</sup> Segundo o relatório, há indícios de que havia arames farpados e guarda rural montada instalados na localidade para guarnecer os interesses do Estado.

<sup>426</sup> Discurso do deputado Rubens Porciúncula (PTB). Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. 21/08/1963, 84º extraordinária, p.274.

<sup>427</sup> Relatório da Supra anexado *In*: Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. 21/08/1963, 84º extraordinária, p.274.

<sup>428</sup> *Idem*.

<sup>429</sup> *Ibidem*.

As referidas localidades haviam sido reconhecidas como áreas de utilidade pública, ou seja, entendia-se que caso a terra fosse desapropriada ela cumpriria a sua função social. Com isso, apenas o primeiro passo foi dado em direção ao processo de desapropriação, mas ela não chegou a ser efetivada em nenhum dos casos divulgados no ano de 1963 e início de 1964<sup>430</sup>.

Diante da ausência de menções quanto a desapropriação de tais áreas nos relatórios do governo, Rebello cogita que possivelmente os títulos de “utilidade pública” caíram no esquecimento até caducarem. Ou ainda, com a ditadura, como se verá mais detalhadamente adiante, essas áreas podem ter sido alienadas devido às disposições do decreto 4.781<sup>431</sup> lançado naquela conjuntura. Por hora, ressaltamos o efeito que essas divulgações traziam naquele cenário, pois, ainda que distorcidas, mantinha a imagem de um governo preocupado com a questão agrária e atento à pressão social promovida pelas mobilizações camponesas<sup>432</sup>.

A preocupação com a manutenção de imagem semelhante pode ser entendida como um indício de uma tentativa de acomodação dos conflitos populares no campo. O conceito de acomodação é interessante por evidenciar algo que parece enraizado na cultura política brasileira, que diz respeito a contenção e dissimulação de práticas de violência e conflitos de interesses. De acordo com Motta (2018), para manter a ordem tradicional, setores dominantes se valem não apenas da repressão, mas também de estratégias de acomodação. Desse modo, episódios de violência extrema são mesclados “com medidas visando a integração subalterna dos grupos populares”<sup>433</sup>. Ainda que não consumadas, a simples sinalização de que as desapropriações seriam realizadas já inibia em algum grau a manifestação de novos conflitos e permitia ao governo a manutenção de um posicionamento que na aparência apoiava o campesinato. Nesse mesmo viés podemos interpretar a prática de doações de terra (algo mais retórico que efetivo) realizada por alguns proprietários principalmente antes da posse de Meneghetti. Tais arranjos de acomodação, portanto, elaboraram-se também enquanto estratégias de desmobilização.

Um outro arranjo tácito que visava acomodar conflitos e tensões tratou-se do projeto de colonização intitulado “Plano Regional de Colonização”, projetado pela gestão Meneghetti. Esse projeto prometia ser um meio para alcançar a industrialização do

---

<sup>430</sup> REBELLO, *op. cit.*, p.110.

<sup>431</sup> O decreto-lei n.º 4.781, promulgado em setembro de 1964 no Estado do Rio Grande do Sul, previa que bens imóveis do Estado pudessem ser alienados em concorrência pública.

<sup>432</sup> REBELLO, *op. cit.*, p.112-113.

<sup>433</sup> MOTTA (2018), *op. cit.*, p.118.

Estado. Para tanto seria realizado um mapeamento das áreas passíveis de serem desapropriadas e colonizadas que contaria com o apoio das prefeituras e da Supra. Em meio à intensificação dos conflitos pela terra ocorridos no início de 1964, o IGRA prometia assentar cinco mil famílias em 100 mil hectares, mas, frisava o papel destacado que as terras devolutas desempenhariam<sup>434</sup>.

A ênfase do Plano Regional de Colonização não recaiu sobre a concentração fundiária, mas, seguindo a lógica de como a questão agrária estava sendo pautada, foram realçadas questões relativas ao aumento da produtividade e a necessidade de cadastros das terras devolutas. Conforme Rebello, a política do governo favorecia a “auto-suficiência” de sem terras “capazes de garantir a sua colonização”. Ou seja, a capacidade técnica do agricultor era realçada como critério de seleção, de modo que sem o auxílio prestado pelo IGRA durante a fase de assentamento, a parcela do campesinato mais empobrecida era excluída dos planos do governo<sup>435</sup>.

Mesmo assim, o autor ressalta que por meio do “Plano de Reforma Agrária”, agora transformado em “Plano de Colonização”, o governo conseguia manter a imagem de que era favorável aos agricultores. Desse modo, podemos visualizar o governo exercendo um jogo de acomodação bilateral, tanto com agricultores, quanto com latifundiários. Estes não seriam afetados pelo projeto, já que com a reestruturação do IGRA, os planos de colonização estavam sendo direcionados às terras devolutas, havendo, inclusive, possibilidades de que os projetos de colonização fossem gestados pela iniciativa privada. E aos agricultores demonstrava-se que o governo estava planejando medidas que, ainda que limitadas, eram bem-vindas. Podemos, então, concluir que a gestão Meneghetti, a partir dos projetos de colonização, buscou mediar uma acomodação das tensões entre os dois grupos. Mas, à medida em que o governo se preocupava mais com os interesses das classes dominantes, a assimetria nas relações de poder que marca a acomodação tonou-se bastante explícita.

No que se refere às distribuições de terra, a postura assumida pelo governo foi um pouco diferente em relação ao ocorrido com as desapropriações. Alguns agricultores cadastrados durante os idos dos acampamentos em 1962 foram contemplados pela entrega de títulos de posse durante a gestão Meneghetti, estando neste caso incluídos Seu Raimundi e Seu Breda, que aguardaram a terra desde o Acampamento na Fazenda

---

<sup>434</sup> REBELLO, *op. cit.*, p.104.

<sup>435</sup> *Idem*, p.105.

Sarandi. Já no caso do quarto entrevistado, que a seu pedido optamos por não identificar a, seu assentamento se deu mais tardiamente. Ele afirmou que em decorrência de não ter participado de nenhum acampamento fora contemplado com a terra no ano de 1965, indicando-nos que o processo de assentamento daqueles colonos perdurou por anos e ocorreu, inclusive, durante a ditadura.

Poderíamos cogitar que Meneghetti não conseguiu impedir a germinação de algumas sementes do projeto de reforma agrária plantado anteriormente. Por outro lado, cabe lembrar que o governador nunca negou a pauta em seus discursos. Além disso, a outorga da posse aos camponeses previamente cadastrados poderia significar alguns ganhos para o governo, a começar pela possibilidade de neutralizar novas mobilizações. Ademais, as terras concedidas já estavam desapropriadas e não seria necessário ferir diretamente interesses de latifundiários.

Mesmo assim, não podemos deixar de salientar que a postura do governo em relação à entrega dos títulos de posse também foi dúbia, havendo evidências de que alguns acampamentos tiveram sua formação motivada em decorrência da negligência do governo. Nesse sentido, parte das famílias que aguardavam terra desde o acampamento na Fazenda Sarandi e que assim como nossos entrevistados, já haviam sido inicialmente selecionados para a ocuparem, não tiveram a mesma “sorte” em relação a atitude tomada pelo IGRA. Segundo Eckert (1984), dezenas de famílias na fila desde 1962 foram “ignoradas” em prol de outras que haviam se mobilizado em fevereiro de 1963 na mesma região, resultando, por parte dos sem terra preteridos, na formação de um novo acampamento em agosto de 1963, dessa vez na Reserva Florestal de Nonoai <sup>436</sup>.

Ressalvas devem ser feitas também sobre a distribuição de terras ainda no que se refere à gestão Brizola, em que, conforme Eckert (2009), nem todas as áreas adquiridas chegaram a ser distribuídas, assim como também não foram ultimadas todas as desapropriações, e como razão para tanto poderiam estar dificuldades legais impostas pela legislação, a falta de recursos ou o término do mandato que acabou por interromper a continuidade do processo. Além disso, é necessário considerar os casos em que Brizola não quis ou não pôde subverter a relação de forças<sup>437</sup>.

---

<sup>436</sup> ECKERT (1984), *op. cit.*, p.176.

<sup>437</sup> ECKERT (2009), *op.cit.*, p.87.

Durante a Assembleia Estadual Camponesa convocada pelo Master<sup>438</sup>, em junho de 1963, foi realizado um balanço em que se chegou à conclusão “de que dos 16.000 participantes” de um total de 14 ações realizadas até então,

apenas 458 famílias receberam terra, contando-se neste total uma boa parte de elementos apadrinhados de políticos, alguns dos quais receberam lotes de até 250 hectares, como ocorreu na Fazenda Sarandi, cabendo aos demais áreas entre 20 e 30 hectares. Isto quer dizer que a imensa maioria dos sem terra que acamparam no último ano do governo de Brizola continuam na mesma situação, muito embora a maior parte das terras desapropriadas continuem nas mãos do Estado, agora sob o governo do sr. Ildo Meneghetti<sup>439</sup>.

A crítica do Master à gestão Brizola fica explícita nesse fragmento. Com isso, além do caráter autônomo do movimento ser reforçado, é possível pensarmos nas limitações que a gestão Brizola teve. Estas, tal como Eckert expõe, não diziam respeito somente a circunstâncias da legislação, mas é possível aferir que em certos momentos a gestão prezou por uma estratégia que compatibilizava interesses tanto do patronato como do campesinato. Em alguns momentos, portanto, o destaque dado ao apoio aos acampamentos foi acompanhado por casos em que o governo procurou se abster diante do enfrentamento com o patronato.

Mas, se sempre houve um acúmulo de documentação de títulos de posse e requisições de desapropriação nas gavetas da Secretaria de Agricultura, a situação foi agravada durante a gestão Meneghetti devido à inoperância de órgãos responsáveis em dar efetividade a esses papéis.

De modo semelhante ao que foi discutido em agosto na Assembleia Estadual Camponesa, o deputado Wilmar Taborda atribuiu novas arbitrariedades na região Norte do estado à maneira negligente como a Inspetoria de Terras da Zona Norte e a Diretoria de Terras e Colonização vinham atuando, “sem a brevidade e objetividade requerida”. Segundo ele, a razão para tanto poderia ser atribuída ao excesso de trabalho que um único nomeado do governo estava enfrentando. Ele afirmou que cerca de 96 lotes coloniais já haviam sido distribuídos a camponeses, no entanto, a ocupação das glebas permanecia embargada<sup>440</sup>. Sem estarem assentados, camponeses partiram para

---

<sup>438</sup> Cabe destacar que à época do referido evento o PCB já compunha direção do Master.

<sup>439</sup> *Terra Livre*, nº124, julho de 1963, p.12.

<sup>440</sup> Segundo o deputado Wilmar Taborda, cerca de 96 lotes coloniais já teriam sido distribuídos, no entanto, o governo do estado continuava impedindo a ocupação, das glebas. Discurso do deputado Wilmar Taborda (PTB). Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. 12/08/1963, 77º extraordinária, p.115.

enfrentamentos cada vez mais radicalizados com os indígenas que viviam nas proximidades.

Ao remetermos às medidas tomadas após o lançamento da Comissão Especial de Reforma Agrária, é possível conferir legitimidade à denúncia do deputado Taborda. Como visto, sob a justificativa de acabar com os “cargos de confiança de Brizola” e de enxugar gastos, logo no início da gestão Meneghetti houve uma demissão em massa dentro do IGRA e de instituições de caráter local responsáveis pela reforma agrária. É possível que Taborda tenha exagerado ao afirmar que “um único” nomeado do governo estava incumbido de todos os trabalhos na região Norte do estado, por outro lado, essa região foi, de fato, uma das mais afetadas. Somente no mês de março de 1963, Nonoai e Erechin, contaram com dez e quatro demissões, respectivamente<sup>441</sup>. Dessa forma, a desestruturação do IGRA e de departamentos públicos vinculados a ele também comprometeu a efetividade dos serviços prestados, dando margem para que novas mobilizações camponesas ocorressem.

### **2.3. Lonas em chamas: a repressão e a persistência dos acampamentos sem terra**

Mesmo ante a um cenário mais adverso, os acampamentos persistiram em 1963 e início de 1964<sup>442</sup>. Ainda no primeiro mês de seu mandato, como já exposto, Meneghetti viu eclodir dois acampamentos, um relativo à sua fazenda, denominada Itapuí, e outro no município de Nonoai, localidade de Passo Feio. A primeira ocupação contou com a presença de mais de 3.000 colonos que reivindicavam a propriedade de posse do governador, enquanto a segunda reuniu mais de 900 colonos que não haviam sido contemplados entre os lotes distribuídos da Fazenda Sarandi. A resposta do governo para ambos seria a mesma: envio de destacamento para os locais, com a ressalva de que para o último, o coronel Gonçalino Curió de Carvalho foi pessoalmente convocado pelo governador<sup>443</sup> “para visitar o local, dando às providências para o atendimento imediato das reivindicações”<sup>444</sup>. Contudo, na prática o que aconteceu foi o oposto do prometido e

---

<sup>441</sup> REBELLO, *op. cit.*, p.93.

<sup>442</sup> As informações sobre os acampamentos apresentadas a seguir foram extraídas de notícias do jornal *Última Hora*, da obra de Eckert (1984), Harres (2014), Rebello, de discussões ocorridas na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e de Processos Administrativos de Indenização salvaguardados no Arquivo Público do Rio Grande do Sul (Apers).

<sup>443</sup> Além de Gonçalino Curió, os Chefes de Polícia do Estado, Arnaldo Pietri e Armando Prates Dias também foram convocados para irem até o acampamento.

<sup>444</sup> *Correio do Povo*, 2 de setembro de 1963, p.7.

como se verá adiante, Gonçalino Curió se tornaria um agente de terror para os moradores da região.

Em agosto, Nonoai voltaria a sediar um acampamento, dessa vez a reivindicação era pela distribuição de parte da terra concernente à Reserva Florestal de Nonoai, área que desde a década de 1940 estava marcada por uma série de tensionamentos entre pequenos agricultores e grupos indígenas. O acampamento foi reprimido, de acordo com Rebello, por ordens vindas diretamente de Meneghetti. O autor expõe dois indícios que corroboram com essa afirmação, sendo que o primeiro se refere à última manifestação do governador por meio de nota de seu gabinete de imprensa, a qual “teria sido no sentido de reprimir os ‘invasores’ das terras indígenas”. O segundo vestígio trata-se de um ofício enviado pelo cel. Moacyr Ribeiro Coelho à Meneghetti “agradecendo as providências postas em prática por s. excia. para impedir a invasão da Reserva Indígena de Nonoai pelos chamados agricultores sem terra.”<sup>445</sup> Desse modo, além de ter articulado o Golpe de Estado, desde o início do mandato o governador estaria coordenando pessoalmente as atividades repressivas cometidas pela Brigada Militar.

Concomitante ao surgimento desse acampamento e em localidade próxima, lonas tornaram a serem erguidas em Sarandi, com mais de 200 famílias de sem terra ocupando uma fazenda na localidade de Ronda Alta. Ali, a despeito da vigilância da Brigada Militar, os sem terra teriam conseguido acessar a fazenda pelos fundos e efetivar o acampamento. Poucos dias depois, o jornal *Última Hora* noticiaria que o IGRA havia se comprometido a assentar aqueles acampados em um prazo de trinta dias.

No mês seguinte, em setembro, foi a vez da região litorânea do estado sediar novos acampamentos. Em Osório, no acampamento do Morro Alto, 100 famílias de agricultores sem terra acamparam às margens da estrada. E na área denominada Banhado do Curtume, em Torres, consta que mais de 200 famílias lá estiveram a fim de reivindicar a posse da terra. Ainda que tidos como pacíficos, tais acampamentos foram marcados pela ação truculenta praticada tanto pela Brigada Militar quanto por ruralistas.

Com base em reportagens do *Última Hora*, Rebello identifica uma distinção na atuação do aparato repressivo do Estado no que se refere a esses dois acampamentos que ocorreram simultaneamente e em localidades próximas. De acordo com a pesquisa do autor, o acampamento realizado em Torres contou com o apoio do prefeito e vereadores

---

<sup>445</sup> REBELLO, *op. cit.*, p.59.

da cidade, incluindo representantes da UDN<sup>446</sup>, o que, apesar dos ataques empreendidos por jagunços armados a mando de fazendeiros da região, possibilitou um cenário de maior tranquilidade comparado com outros acampamentos. Quanto ao acampamento realizado em Osório, Rebello indica que, mesmo antes dele se formar, um forte contingente militar guardava a fazenda ameaçada de ser ocupada pelos sem terra. A situação de cerco gerou embates entre a Brigada Militar e agricultores, resultando em 10 feridos<sup>447</sup>. Diante disso, segundo o deputado Álvaro Petracco, um agricultor acampado em Osório chamado Arino José dos Santos chegou a escrever um bilhete a próprio punho pedindo para que telefonassem a SUPRA solicitando a sua presença.

Formou-se, então, uma Comissão Parlamentar para se dirigir até o local e somar forças com a SUPRA e líderes sindicais na assistência aos camponeses. No entanto, o que se verificou foi a interdição da chegada da SUPRA ao acampamento de Osório<sup>448</sup>. Somente os deputados lograram continuar a viagem depois de negociações com o comandante do destacamento da cidade, um tenente da Brigada Militar. Ali, observaram cerca de trinta militares “fortemente armados com fuzis e metralhadoras” a guardar o acesso aos camponeses.<sup>449</sup>

---

<sup>446</sup> União Democrática Nacional (UDN). Partido de oposição a Goulart e de significativa inserção entre os ruralistas.

<sup>447</sup> REBELLO, *op. cit.*, p.67-68.

<sup>448</sup> Ao acampamento de Torres foi permitida a entrada dos representantes, que lá constataram as condições precárias das famílias acampadas, algumas sem alimentos há dias devido à interdição do acesso.

<sup>449</sup> Diante desse cenário que visualizou pessoalmente, o deputado Nolly Joner (PTB) relatou: “Percebi desde logo que falhava o princípio constitucional e democrático; impedia-se o uso da liberdade de ir e vir, impedia-se o uso da liberdade de imprensa. [...] Tive a nítida impressão de que ali também se repetiam os acontecimentos verificados no Muro de Berlin ou nos campos de concentração da última Guerra Mundial. [...] Na Europa o comunismo materialista e ateu está impedindo o livre trânsito das populações. E aqui alguns direitistas com tendências ditatoriais que estão impedindo a livre locomoção do cidadão.” Em seu discurso, para além da veemência em que se colocou contra situação que viu, ressalta-se que há uma tentativa de legitimar suas falas, com exemplos hiperbólicos, a partir de uma suposta neutralidade que faz crítica a concepções políticas polarizadas. Não somente com ele, mas a maioria dos relatos das arbitrariedades cometidas contra agricultores sem terra são acompanhados por ressalvas que poderiam abrandar eventuais desentendimento, mas também, em alguma medida, os colocavam em posição privilegiada, de quem tudo percebia e ponderava, e assim, ajudava a validar as impressões sobre os relatos. Acerca do mesmo episódio, há um outro relato, dessa vez do deputado Álvaro Petracco (PTB), também neste sentido. Ele denunciava as tropelias policiais ocorridas em Osório, mas clamou para que se lembrassem da glória da Brigada Militar, que não deveria retroceder em sua imagem: “Mas ao mesmo tempo em que faço um protesto contra essas violências, deveria recordar que a gloriosa Brigada Militar, que tem incorporado na sua história grandes trechos da história rio-grandense não deveria nesta etapa histórica em que as estruturas jurídicas. [...] Não seria a gloriosa Brigada Militar do Rio grande do Sul que iria fazer o jogo contra a história dos nossos dias e contra o povo e se transformar na guarda pretoriana de uma justiça social riograndense brasileira”. Discurso do deputado Nolly Joner (PTB). Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. 26/09/1963, 243º extraordinária, p.149; Discurso do deputado Álvaro Petracco (PTB). Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. 24/09/1963, 219º extraordinária, p.147.

Após o ocorrido, uma comissão de camponeses da localidade se dirigiu à capital para conversar com o governador sobre a repressão que os atingiu e novamente ouviram que nada sabia sobre o episódio. Além disso, segundo Rebello, tendo Gonçalino Curió como porta-voz, o governo prometeu ceder terras a parte dos reivindicantes no prazo de 15 dias, com a condição de que o acampamento fosse dissolvido<sup>450</sup>. Consta que o IGRA chegou a declarar a área como de “utilidade pública”, no entanto, a desapropriação nunca foi consumada, resultando em disputas judiciais que se desdobrariam ao longo da ditadura.<sup>451</sup>

Em outubro, a Associação de Camponeses de Bagé reivindicou a distribuição, mediante acampamento de agricultores sem terra, da Gleba do Quebracho, situada cerca de 20 km da cidade de Bagé e que estava sendo explorada ilegalmente por Hermínio Echeverria há aproximadamente doze anos sob a forma de arrendamento ocorrendo ao arrepio da lei. A irregularidade praticada por ele, segundo representantes da referida associação, atingia maiores proporções, visto que ele fez sucessivas sublocações, realizando a contratação de parceiros agrícolas. Assim, a porção de terra de duas quadras, as quais Echeverria havia pagado 30 mil cruzeiros pelo arrendamento, lhe rendia 100.000 cruzeiros com a sublocação<sup>452</sup>. Todavia, nos últimos cinco anos, de acordo com o *Última Hora*, a terra não era aproveitada em nenhum modo de cultivo agrícola, já que estava sendo empregada exclusivamente para a pecuária<sup>453</sup>.

A regulamentação das terras do Quebracho se iniciou com a Supra que, após constatar que a área era patrimônio da União, realizou os trabalhos técnicos indispensáveis para implantação dos agricultores requerentes. De acordo com Rebello, os trabalhos se iniciaram após Oscar Arejano Filho, funcionário da SUPRA, visitar a localidade a fim de elaborar um relatório que seria encaminhado à João Pinheiro Neto, presidente da Superintendência, quando verificou que os agricultores acampados “teriam sido expulsos da localidade do Quebracho por contingentes da Brigada Militar comandados pelo delegado Deodato Cocco. Esse teria obrigado os agricultores a ‘se instalarem junto a uma estrada próxima’, sem, contudo, ser atendido pelos camponeses”<sup>454</sup>. Após as diligências da Supra, faltava apenas os camponeses tomarem

---

<sup>450</sup> REBELLO, *op. cit.*, p.68.

<sup>451</sup> *Idem*, p.70.

<sup>452</sup> As denúncias apontam também para ocorrência de desmatamento das matas arrendadas, com a finalidade da venda da lenha. Informações presentes In: APERS, Processo administrativo de indenização número 5512-1200/98-9, referente a Élide Costa.

<sup>453</sup> *Última Hora*, 24 de outubro de 1963, p.11.

<sup>454</sup> REBELLO, *op. cit.*, p.71.

posse das terras, o que Élide Costa afirma que aconteceria até dia 31 de março, prazo expedido pela Superintendência para que Hermínio desocupasse a gleba reclamada. No entanto, o prazo coincidiria com o início do golpe civil-militar, e conseqüentemente, após este marco a distribuição da terra ficou embargada.

Em Guaíba, oitenta famílias já haviam apelado formalmente em meados de julho para a desapropriação do 5º distrito do município, localizado na Fazenda dos Pires. Sem qualquer resposta das autoridades até então, formaram um acampamento em dezembro de 1963. Na ocasião, chegaram a dizer que só sairiam de lá quando fossem atendidos, mas apelaram também para que o governador não enviasse o já famoso pelas arbitrariedades, Cel. Gonçalino Curió. De acordo com Eckert, o acampamento foi cercado pela Brigada Militar, impedindo a entrada de víveres que forças sindicais e estudantis pretendiam doar. No dia 23 de dezembro os camponeses foram despejados judicialmente, ainda segundo a autora, causando “surpresa e revolta” porque o governador havia prometido que atuaria para que a gleba fosse desapropriada e para que o cultivo fosse prontamente liberado.

Em vista disso, “os agricultores acusaram o IGRA de ter provocado o despejo, fornecendo aos arrendatários da fazenda dos Pires a relação nominal de cada um deles, obtida pelo IGRA graças ao artifício de fazer o levantamento das necessidades de cada um dos acampados”<sup>455</sup>. Essa prática de fichar os agricultores se tornaria comum durante os acampamentos, uma vez que seria um modo de controlar o Master. Ao fichar e identificar os nomes dos agricultores, dificultava-se a ocorrência de resistência no pré-64 e criava-se um atestado incriminatório que seria utilizado durante a ditadura.

O ano de 1964 também contou com algumas mobilizações que utilizaram a estratégia de acampamento. Em janeiro daquele ano, após diversas ameaças de acampamento em decorrência da não distribuição das terras pelo governo, e em meio a denúncias de que o IGRA estaria entregando terras aos seus antigos proprietários, um novo acampamento foi formado no Banhado do Colégio<sup>456</sup>.

Outros fatores também podem ter catalisado a execução dessa mobilização, como por exemplo, a suspeita de que o IGRA teria realizado obras públicas para o favorecimento de fazendeiros. No mês que precedeu o acampamento, ocorreram na Assembleia Legislativa denúncias de conivência do governo para que boa parte da safra

---

<sup>455</sup> ECKERT (1984), *op. cit.*, p.185.

<sup>456</sup> *Última Hora*, 1º de 08 agosto de 1963, p. 05. *Apud* REBELLO, *op. cit.*, p.78.

de milho produzida pelos pequenos agricultores da região fosse perdida, uma vez que a mando desse a estrada que escoaria as 10.000 sacas de milho produzidas ficou interdita enquanto eram realizadas obras de irrigação e drenagem, que resultaram no incremento

de trinta lotes entregues a fazendeiros.<sup>457</sup> Possivelmente, trata-se do mesmo caso mencionado por Rebello, que encontrou indícios de “que o IGRA estaria realizando obras que favoreciam ‘o fazendeiro José Cândido de Godoy Bezerra’ e não aos assentados”<sup>458</sup>.

Diante de denúncias semelhantes e do início do acampamento, “Fernando Gonçalves, coordenador-chefe do IGRA naquele período, anunciou que iria denunciar a gestão passada do Instituto por não ter procedido dentro da legalidade em relação às desapropriações do Banhado do Colégio, o que teria reduzido a área de dezenove mil para sete mil hectares”<sup>459</sup>.

Para Harres, o núcleo de agricultores ali assentados estava sob um regulamento coercitivo e instável, com a promessa constante de expulsão no horizonte, o que teria se intensificado após a chegada do Coronel Gonçalino Curió à localidade. Sempre à mando de Meneghetti, a estadia de Gonçalino Curió no Banhado do Colégio foi marcada “por ameaças de expulsão dos camponeses, e pela implantação de um clima de terror”<sup>460</sup>. Rebello, acrescenta ainda que foi deflagrada uma perseguição aberta aos líderes da associação de Agricultores Sem Terra do Banhado do Colégio, uma vez que esta continuava apoiando àqueles que ainda não haviam sido contemplados com lotes. Em meio a essa somatória de fatores, a associação procurou resistir, e como meio para tanto, projetou a solução na transferência da tutela da colônia para a esfera federal, sob a responsabilidade da Supra, algo que não foi atendido<sup>461</sup>.

Um outro acampamento ocorreu em fins de fevereiro em Bagé, mobilizando um grupo de famílias previamente selecionadas pela Associação Camponesa de Bagé para receberem as glebas da Fazenda Experimental Cinco Cruzes. Tratava-se de uma propriedade de 540 hectares pertencente a União.

A formação do acampamento nesta fazenda ocorreu após o prefeito municipal, Luiz Maria Ferraz (PTB), declarar como de utilidade pública aquela terra que seria distribuída pelo Ministério da Agricultura. Mesmo se tratando de uma desapropriação de

---

<sup>457</sup> Denúncia feita pelo deputado Marino Santos (ARS). Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. 04/12/1963, 152ª extraordinária, p.166.

<sup>458</sup> REBELLO, *op.cit.*, p.79.

<sup>459</sup> *Idem*.

<sup>460</sup> *Última Hora*, 04 de janeiro de 1964, p.3. *Apud* REBELLO, *op. cit.*, p.80.

<sup>461</sup> ECKERT (1984), *op.cit.*, p.205.

terras devolutas cuja iniciativa partiu da própria União, pouco tempo após armarem-se as lonas na espera da entrega da posse, camponeses e dirigentes da Associação de Camponeses de Bagé foram surpreendidos por violenta dissolução do acampamento e expulsão das 30 famílias que ali estavam. A ação foi efetivada por meio da força do exército e pessoalmente comandada pelo general Hugo Garrastazu<sup>462</sup>, comandante da divisão militar sediada em Bagé, e pelo coronel Osmar Mendes Paixão<sup>463</sup>, comandante do 3º Regimento da Artilharia e ex-presidente da Associação Rural de Bagé<sup>464</sup>.

Um dos agricultores presentes, Liodegar Rocha, recusando-se a cumprir a ordem dos militares de se afastar do acampamento antes que a representação da Associação de Camponeses chegasse, sofreu toda a sorte de tropelias, como agressão física e empurrões violentos por parte do coronel Osmar Mendes Paixão. Mas, em seguida, observou-se uma possível tentativa de amenização do efeito da violência por parte de Garrastazu ao tirar de seu próprio bolso uma nota de 5.000 cruzeiros e entregar a Liodegar. Também na tentativa de abrandar o ocorrido, o *Correio do Povo* publicou que o general doara o dinheiro a fim de reforçar o apelo para que os agricultores retornassem as suas casas, prometendo-lhes também o transporte<sup>465</sup>.

O fato de Paixão ter sido a liderança militar que mais se excedeu leva a consideração de que o aval do uso da força, expresso em sua posição de comandante do exército, somado aos interesses que tinha por ser um ruralista e ex-presidente da representação deles, pode ter potencializado a repressão que protagonizou. A este respeito, o deputado Justino Quintana (PTB) discursou:

Agora é inclusive o presidente da Associação Rural na função de militar que vai procurar impedir o acampamento de trabalhadores sem terra, à margem de terra pública. Eles não agiram como militares. Eles lá não foram na função de general e de coronel comandante do regimento. Foram apenas como representantes e como fazendeiros interessados em garantir seus privilégios<sup>466</sup>.

<sup>462</sup> Hugo Garrastazu foi um dos principais chefes-militares que conspiraram para a consolidação do golpe no Rio Grande do Sul.

<sup>463</sup> De acordo com informações colhidas por Gasparotto, Mendes Paixão havia sido presidente da Associação Rural de Bagé até o dia 13 de janeiro de 1964 e era membro do Conselho Deliberativo da Farsul.

<sup>464</sup> Os dirigentes da associação camponesa trataram de divulgar a intervenção militar na rádio, de modo a fazer pública a ação que consideraram “arbitrária e violenta”, uma vez que “se tratava de um acampamento pacífico a beira da estrada, em que os agricultores desarmados, na companhia de seus familiares, aguardavam ordeiramente a entrega das terras publicamente prometidos pelo ministro da agricultura.” APERS, Processo administrativo de indenização número 5512-1200/98-9, referente a Élide Costa, folha 28.

<sup>465</sup> *Correio do Povo*, 1º de março de 1964, p. 48.

<sup>466</sup> Em palestra no dia 1 de março de 1964, o deputado Justino Quintana, teve seu discurso transcrito, o qual posteriormente constaria no IPM envolvendo cidadãos de Bagé. Não foi possível identificar o número de tal inquérito, mas, por sua vez, ele foi apreciado a partir de anexos feitos para embasar provas no processo indenizatório movido por Élide Costa. *Idem*, folha 113.

Deparar com este discurso em um fragmento transcrito em um Inquérito Policial Militar (IPM) que, por sua vez, estava anexado no Processo administrativo de indenização movido por Élide Costa, sem dúvida, remete à indicação de Cláudia Mauch de que processos crimes são uma “mina de dados”<sup>467</sup>. Para além disso, aponta que a prática de monitoramento sempre esteve presente. De modo que desde o momento da realização do discurso, no início de março de 1964, as falas de Quintana já haviam sido fichadas para serem usadas como provas incriminatórias em momento oportuno, que chegou com a ditadura.

Poucos dias depois, dissimulando o ocorrido, o general Hugo Garrastazu foi até o aeroporto para recepcionar o Ministro da Agricultura que estava chegando na cidade com a finalidade de protocolar a distribuição de terra da mesma fazenda em que ocorreu a repressão. Até mesmo o Coronel Chefe do Estado-Maior do 3º DC, acompanhado de outros oficiais, compareceu ao churrasco comemorativo da desapropriação, realizado pelos camponeses.

Por decisão da Associação dos Sem Terra de Bagé, não houve resistência para manter o acampamento próximo a fazenda requerida. Os camponeses decidiram transferir suas barracas para um bairro mais afastado da cidade enquanto aguardavam orientações da Supra. De acordo com o *Última Hora*, Garrastazu teria sugerido que um novo acampamento fosse montado em uma praça no centro da cidade<sup>468</sup>. Mas, “temendo uma cilada” os camponeses recusaram a proposta, armando na região central apenas uma barraca vazia para simbolizar o movimento.

Na semana seguinte essa barraca simbólica por pouco não foi incendiada por latifundiários da região. Ao serem flagrados com o galão de óleo nas mãos, os fazendeiros foram impedidos pelo guarda da praça, culminando em troca de tiros. O caso foi comentado por Osvaldo Lima Filho, Ministro da Agricultura, em sua despedida da cidade: “Condeno a ação dos ‘gangsters’ do latifúndio que a ferro e fogo tentam impedir a concretização da reforma agrária”<sup>469</sup>.

Ainda em fevereiro, cerca de mil agricultores formaram acampamento em Tapes, em uma área privada considerada improdutiva, conhecida como Fazenda Santo Antônio.

---

<sup>467</sup> MAUCH, Cláudia. O processo crime para além dos crimes. In: *XI Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul*. Anais: produzindo História a partir de fontes primárias. Porto Alegre: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 2013. p.23.

<sup>468</sup> *Última Hora*, 2 de março de 1964, p.3.

<sup>469</sup> *Última Hora*, 9 de março de 1964, p.7.

A área ocupada já havia tido a desapropriação prometida meses antes por Meneghetti, mas, no momento das lonas se armarem a fim de cobrar a consumação de tal palavra, os camponeses foram recebidos por, pelo menos, seis dezenas de militares que tinham a finalidade de combater o movimento sem terra. Como já destacado, àquela altura os tensionamentos entre o Master e a Farsul apresentavam-se em seu ápice devido a repercussão causada pelo decreto da Supra. Nesse cenário as colaborações entre a Brigada Militar e proprietários de terras ficariam ainda mais evidentes. De acordo com o *Última Hora*, os brigadeiros haviam sido transportados de Pelotas até Tapes em veículos de fazendeiros, a fim de defendê-los “contra ação dos camponeses”<sup>470</sup>.

Como já verificado em outros acampamentos, Gonçalino Curió, juntamente à Armando Prates Dias, chefe da Polícia Civil, impuseram estado de sítio na Fazenda Santo Antônio, implicando na privação do abastecimento de comida, água e na interdição da entrada de líderes do Master e da Supra. Sobre as medidas repressivas tomadas, Rebello aponta que

a polícia abriu até mesmo valetas para desviar a água do acampamento e obrigar os camponeses a abandonar o local. Além disso, todas as noites estes eram acordados com tiros de metralhadoras, aumentando a tensão, das cerca de mil pessoas que acamparam no dia vinte e um, cerca de 80 já tinham se retirados no dia 25 e os que ficaram começaram a ser fichados como comunistas pelo DOPS<sup>471</sup>.

Ainda que no comando da Brigada Militar, Meneghetti teria afirmado que somente teve conhecimento dos ocorridos a partir de um programa de televisão. Nesse mesmo sentido, Fernando Gonçalves, enquanto presidente do IGRA, afirmou que nada soube sobre a ação dos militares de antemão devido a uma falha de comunicação com os funcionários que havia enviado para o local<sup>472</sup>.

A última mobilização que contou com a formação de acampamento antes do golpe ocorreu em março de 1964, na cidade de Canoas. Às margens da BR, um grupo de cem famílias que reivindicavam a distribuição de uma área de quase 5 mil hectares sofreram dura repressão. No jornal *Última Hora* saiu uma matéria intitulada “A polícia gaúcha dissolveu a pau e pontapés o acampamento de Canoas”<sup>473</sup>, nela dizia-se que:

Mulheres e crianças foram postas a correr de suas barracas abaixo de empurrões e pancadas dos policiais, que rasgaram lonas e derrubaram panelas e utensílios em que era preparado o café dos camponeses. A sra.

<sup>470</sup> *Última Hora*, 22 de fevereiro de 1964, p.03. *Apud* REBELLO, *op. cit.*, p.81.

<sup>471</sup> REBELLO, *op. cit.*, p.82.

<sup>472</sup> ECKERT (1984), *op. cit.*, p.188- 189.

<sup>473</sup> *Última hora*, 7 de março de 1964, p. 3.

Luiza da Silva Santos, grávida de seis meses, resultou gravemente queimada, quando um ‘Choque’ com pontapé, derramou sobre seu corpo água fervente de uma chaleira. O menino Osmar Pires, de 13 anos levou violenta botinada de um brigadiano na perna esquerda, havendo suspeita de fratura. Os dirigentes do acampamento João Lopes da Silva, presidente da Associação dos Sem Terra, e Leonel Cirony, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Autônomos e Assalariados da Lavoura e Pecuária de Canoas foram presos, quando tentaram conter a ‘razzia’.

A matéria do *Última Hora* seguiu mostrando os desfechos após este incidente, entre os quais ressaltam-se duas características já discutidas neste capítulo, que são o apoio da Farsul diante da atitude tomada por representantes do governo na defesa da propriedade e promessas do governador frente aos camponeses. Essas ocorreram após uma comitiva composta por alguns camponeses acampados em Canoas, juntamente com os deputados Marino dos Santos (ARS), Antônio Visinthainer (PTB) e representantes da Supra chegarem a Porto Alegre a fim de protestar junto ao governador sobre o ocorrido. Em vista disso, ficou acertado que Meneghetti abriria uma sindicância e que em quinze dias faria a entrega de 40 lotes em Itapoã para a distribuição entre as famílias acampadas. A mesma comitiva, em contato com Fernando Gonçalves, ouviu que o IGRA só iria adotar providências depois de receber um ofício da Associação dos Sem Terra, encaminhado através da abertura de um protocolo no Instituto.

Já a Farsul, representada pelo seu presidente Oscar Fontoura, salientou a “maneira correta com que vem agindo autoridades policiais do estado”, e em específico as ações de desmonte de acampamentos. Assim, expôs que sua entidade:

Dirigiu-se a todas as suas associações aconselhando aos proprietários rurais que impeçam de qualquer maneira a invasão de sua propriedade e que organizem grupos de homens bem orientados a colaborar com autoridades estaduais na prevenção e repressão desses atos ilegais e atentatórios aos direitos garantidos pela Constituição.<sup>474</sup>

Nesse trecho da matéria fica clara a radicalização tomada pela Federação após o decreto da Supra, ao orientar que seus associados “impeçam de qualquer maneira a invasão de sua propriedade”. O aval para o recurso à violência estava dado. A gestão Meneghetti também tratou de se posicionar sobre o decreto emitindo uma nota oficial na qual ressaltou que não toleraria qualquer invasão e agitação. Em menos de 24 horas após a emissão de tal nota, o acampamento em Canoas foi dissolvido de modo truculento.

---

<sup>474</sup> *Idem.*

Mais uma vez, o *Última Hora* voltou atenção ao caso, afirmando “as contradições verificadas entre a palavra do governador e atos de sua polícia”. Para o jornal estava em questão o seguinte dilema:

Ou o sr. Ildo Meneghetti mistifica, ou o sr. Prates Dias está agindo em faixa própria, por cima da política agrária do Piratini. Não cremos na primeira hipótese, preferimos a segunda, pois conhecemos muito bem o modo de agir do chefe de polícia e de seu lugar tenente, o delegado Francisco de Paula Aragon. Cabe, entretanto, ao governador vir a público para dirimir as dúvidas e, de uma vez por todas, definir sua posição na questão dos “sem terra”. Deve dizer, claramente, se considera a questão agrária um caso de polícia ou um problema social. Na primeira hipótese, estará confessando sua mistificação e dando mão forte aos espancadores profissionais do sr, Prates Dias. Na segunda, estará encarando o problema como deve ser visto e não lhe caberá outra alternativa senão punir os culpados com força que lhe confere o cargo que ocupa<sup>475</sup>.

Portanto, “embora cada acampamento tenha sua especificidade no que se refere à sua organização, ao número de famílias envolvidas e ao tipo de área reivindicada, todos eles têm um elemento em comum: a repressão que se abateu sobre eles”<sup>476</sup> e o não atendimento das reivindicações. No entanto, a ocorrência de seguidos acampamentos em um momento em que haviam diversos exemplos de ações contrárias a eles, aponta para que mesmo que políticas repressivas e antirreformistas tenham atuado no sentido da negação da distribuição de terra, elas não conseguiram eliminar os movimentos camponeses por completo.<sup>477</sup>

### **2.3.1. Cavalos atropelam lonas: A repressão ao Acampamento de Passo Feio**

A primeira ocupação de 1963, ocorrida às margens da estrada<sup>478</sup> da localidade de Passo Feio, município de Iraí<sup>479</sup>, a partir de 4 de fevereiro, ficou marcada como uma das ações mais emblemáticas da repressão sobre sem terras e lideranças vinculadas ao Master.

<sup>475</sup> *Última Hora*, 07 de março de 1964, p.02.

<sup>476</sup> GASPAROTTO *et al*, *op.cit*, p. 61.

<sup>477</sup> HARRES, *op.cit.*, p.211.

<sup>478</sup> De acordo com Jorge Campezzatto, a ocupação não se configurava em invasão de propriedade, já que seguia a estratégia já consagrada na região de se formar o acampamento “ao largo da cerca e na parte não vinculável da estrada”. APERS, Processo administrativo de indenização número 2822-1200/02-9, referente a Jorge Campezzatto, folha 56. Tal abordagem, como evidenciado no capítulo 1, correspondia a uma tentativa de embasar juridicamente a reivindicação pela distribuição da terra. O Master e as associações tinham no horizonte que com a não invasão, ganhavam subsídios para se enquadrarem principalmente no artigo 147 da Constituição Nacional de 1946, que determinava por lei a “justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos”.

<sup>479</sup> A localidade reivindicada tratava-se de uma área pertencente à Reserva Florestal do Estado de 20 mil hectares. A Reserva estava situada em local denominado Passo Feio, no distrito de Planalto, município de Iraí e divisa com o município de Nonoai. ECKERT (1984), *op.cit*, p.167. Dada a proximidade entre os municípios de Iraí e Nonoai, as referências ao local do acampamento se confundem, tendo ficado publicamente conhecido como acampamento de Passo Feio ou Acampamento de Nonoai.

A tensão no local começou a imperar a partir do dia 14 de fevereiro de 1963, quando a Brigada Militar declarou sobre o acampamento um “estado de sítio”<sup>480</sup>, impedindo o direito de ir e vir de cerca de 90 famílias ali acampadas, implicando na privação do abastecimento de mantimentos e de água. No auge da ação repressiva, o acampamento foi incendiado, chamando a atenção de mais de uma dezena de líderes sindicais que se dirigiram até o local a fim de levar ajuda aos camponeses atingidos.

Entre os líderes presentes estava Jorge Alberto Campezzato, identificado como vice-presidente do Master<sup>481</sup> em seu Processo Administrativo de Indenização movido em meados de 2002. Nesse processo, ele relatou com detalhes o episódio de “maior violência”<sup>482</sup> que sofreu. Apesar de extenso, dado o detalhamento das ações que se seguiram após a chegada da caravana dos representantes vindos de Porto Alegre optamos por trazer a narrativa sobre o episódio na íntegra a fim de que se possa apreciar a situação mais degradante vivenciada naquela ocasião:

*Quando lá chegamos, encontramos mulheres e crianças vagando ao longo da estrada. Os homens que não foram presos tinham se refugiado no mato. Distribuímos os alimentos e um pouco de dinheiro que levamos. Para não sermos presos decidimos ir até Planalto abastecer o ônibus e voltar a Porto Alegre. Quando nos preparávamos para retornar fomos cercados e presos pela Brigada Militar e levados à Nonoai onde se encontrava o Chefe de Polícia, Armando Prates Dias. Deixaram-nos no centro da cidade dentro do ônibus. A prisão se dera em torno das 10h. Por volta do meio-dia, sob um sol muito forte pedimos água. Foi colocado na frente do ônibus junto ao motor uma lata de 18 litros com água da qual nos servimos, um por vez. Pedi a um sargento que levasse minha identidade de vereador em Porto Alegre ao senhor Armando Prates Dias pedindo para falar-lhe. O sargento retornou e devolvendo a carteira informou que o chefe de polícia mandava dizer... “Que não tinha nada a falar comigo!” Pelas 17h subiu no ônibus um Capitão que nos informou ter a ordem de nos conduzir escoltados naquele mesmo ônibus até Porto Alegre e mandou o motorista entregar as chaves a um cabo que*

---

<sup>480</sup> Expressão utilizada pelas fontes.

<sup>481</sup> De acordo com a documentação encaminhada à Comissão Especial de Indenização, Campezzato se apresenta como vice-presidente do Master, sendo essa a única fonte que encontramos sobre sua ligação com o movimento. Seu nome não estava presente na diretoria eleita para compor o Master a partir de 1963, mas devemos lembrar que muitas mudanças marcaram a reestruturação do movimento nesse período. Acredito, que assim como Milton Serres deixou o Master após a eleição, Campezzato pode ter se aproximado à posteriori. Para além do papel desempenhado junto ao Master, ele afirmou que no início dos anos 1960 também esteve vinculado ao Sindicato de Energia, na figura de presidente, e foi vereador em Porto Alegre pelo PTB.

<sup>482</sup> Segundo ele, assim como no caso de Armando Flores, no período pré-64 era periodicamente detido e violentado nas prisões a fim de prestar informações principalmente sobre o Master.

*conduziria o mesmo. Apesar dos protestos do motorista que nos levara, que argumentava tratar-se de um veículo novo e ser ele o responsável pelo veículo, o Capitão manteve sua decisão.*

*Fomos até Passo Fundo onde entramos em um quartel da Brigada. Foi-nos permitido usar os banheiros, dois por vez, sob escolta. Informou o Capitão que àquela hora (21h30min, aproximadamente) não tinha alimentação disponível e que ao longo da estrada providenciaria um local para um lanche para atender à solicitação de alimentação. Prosseguimos a viagem e 5 ou 6 km após ter passado por Guaporé, o motorista ao tentar desviar de um caminhão que trafegava no sentido contrário bateu com a frente do ônibus no barranco ocasionando sua capotagem, tendo o ônibus deslizado no leito da estrada por cerca de 40 metros. No tumulto que se seguiu, só ouvíamos a voz do Capitão: “Sargento, ponha seus homens em cima do barranco e atire em qualquer um que tentar sair do ônibus!”. Providenciou, então, um caminhão de carga para nos levar ao hospital de Guaporé onde fomos medicados. Dos onze dirigentes sindicais mais um motorista, só dois não tiveram ferimentos.*

*Decidiu, então, o Capitão prosseguir viagem no mesmo caminhão aberto, e nós, sentados no centro do veículo, cercados por soldados que nos apontavam as armas seguindo ordem do Capitão. Ao nos aproximarmos de Bento Gonçalves começou a chover, tendo o Capitão optado por buscar abrigo no quartel do Batalhão Ferroviário do Exército. Ao cabo de meia hora mais ou menos, tendo amainado a chuva, fomos informados que a viagem prosseguiria. Ponderei que ainda chovia e que na carroceria do caminhão estávamos desabrigados, além do fato de continuarmos sem alimentação. Ao que nos respondeu o Capitão, que mais tarde vim a saber chamar-se Atauro Garcéz, que cumpriria a ordem de nos conduzir a Porto Alegre rapidamente de qualquer jeito. Chegamos a Porto Alegre por volta das 7h30min da manhã, sendo conduzidos ao quartel do 1º BPM na Praia de Belas. Ali, através de um sargento, consegui me comunicar com um colega vereador que providenciou nossa libertação por volta das 14h. Completávamos quase 48 horas sem alimentação<sup>483</sup>.*

O relato de Campezzato é um dos mais completos encontrado sobre o episódio<sup>484</sup>. Nele aspectos da memória elaborada individualmente foram ressaltados talvez até mesmo

<sup>483</sup> APERS, Processo administrativo de indenização número 2822-1200/02-9, referente a Jorge Campezzato, folha 56-58.

<sup>484</sup> O discurso do deputado Marino dos Santos, em Assembleia no dia 05 de março, também é bastante detalhado e parecido com o de Campezzato. O único fato apontado pelo deputado que o líder sindical não relatou é que à certa altura da viagem os prisioneiros foram obrigados a pagar pelo abastecimento do

por se tratar de um documento produzido no contexto da Comissão Especial de Indenização, em que para ser contemplado pela Lei Estadual nº 11.042/1998, Campezzatto deveria provar que foi vítima de situações de violência e abuso de poder por parte do Estado. Com isso, em passagens como “*Pedi a um sargento que levasse minha identidade de vereador em Porto Alegre ao senhor Armando Prates Dias pedindo para falar-lhe*”, “*consegui me comunicar com um colega vereador que providenciou nossa libertação*”, ele ressalta seu protagonismo, o que deve ser matizado. Ainda assim, trata-se de um documento interessante por aglutinar informações sobre o episódio que se apresentam fragmentadas em outras fontes.

Em uma matéria de capa o *Última Hora* divulgou:

O acampamento dos “sem terra” foi arrasado e incendiado; líderes sindicais porto-alegrenses que para lá se dirigiam, levando mantimentos para os acampados, foram presos e trazidos para a capital; e o prefeito de Nonoai, sr. Jair Calixto, está praticamente prisioneiro em seu gabinete de trabalho, com a cidade ocupada por brigadianos.<sup>485</sup>

Segundo o jornal, o cerco militar intensificou-se chegando a contar com o trabalho conjunto da Brigada Militar e da Polícia Civil, sob o comando do Cel. Gonçalves Curió e do Tenente Lacerda. Ao tentar interceder junto aos policiais contra o sítio da localidade, lideranças do Master, entre elas João Ramão, foram presas. Circularam rumores de que o prefeito de Nonoai, Jair Calixto, estava impedido de acessar a área. Corroborando com o relato de Campezzatto, o Chefe de Polícia do Estado, Armando Prates Dias, assumiu a responsabilidade por tais ações, justificando que via o incêndio aos acampamentos como modo de evitar a permanência de agricultores que “já estavam cadastrados”. Quanto aos líderes sindicais detidos em Passo Feio, para Prates Dias “não passavam de agitadores”<sup>486</sup> e, por isso, deveriam ser reencaminhados rapidamente à capital.

No dia 21 de fevereiro, sob o título “Líder sindical preso em Nonoai fala ao ‘Correio’”, o jornal *Correio do Povo* divulgou uma matéria referindo-se às “arbitrariedades cometidas pelos brigadianos na condução da caravana de volta à capital, tendo como ponto culminante a má condução do veículo por um deles”.<sup>487</sup> À convite de João Luiz Flores, uma das lideranças atingidas no acidente do ônibus, um correspondente

---

caminhão de carga no qual foram realocados após o acidente de trânsito. Discurso do deputado Marino dos Santos (ARS). Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. 04/03/1963, 5º extraordinária, p.63.

<sup>485</sup> *Última Hora*, 19 de fevereiro de 1963, p. 12. *Apud* REBELLO, *op. cit.*, p.49.

<sup>486</sup> REBELLO, *op. cit.*, p.49.

<sup>487</sup> Foi divulgada nesta matéria uma fotografia de João Luiz Flores, líder sindical presente na caravana, sendo entrevistado enquanto estava recolhido ao leito do hospital. *Correio do povo*, 21/02/1963, p.7.

do jornal foi ao encontro do mesmo enquanto este se encontrava hospitalizado em Porto Alegre para tratar dos ferimentos que o acidente havia provocado.

Essa era a primeira matéria do *Correio do Povo* a denunciar a violência policial cometida contra os acampamentos sem terra. Em outros momentos, casos de repressão foram somente veiculados pelo jornal por meio da divulgação de debates na Assembleia Legislativa, o que era sempre acompanhado por comentários de deputados situacionistas. Desse modo, podemos cogitar que alguns fatores foram decisivos para que o ocorrido em Passo Feio obtivesse tal repercussão no jornal. Primeiramente, não há como não considerar a envergadura do episódio que certamente tornou-se de amplo conhecimento a época. A própria reportagem admite que os fatos verificados em Porto Alegre já “eram de conhecimento público”. Mas, foi preciso que um líder sindical convidasse também publicamente o *Correio do Povo* para que este desse alguma ênfase na repressão vinculada ao episódio. É interessante notar que nada foi mencionado sobre os acontecimentos que precederam a visita dos sindicalistas. Ou seja, a violência experienciada pelos camponeses que tiveram barracas incendiadas e conviveram com a imposição do estado de sítio - foi negligenciada, enquanto o jornal optou por divulgar somente a situação envolvendo as lideranças urbana.

Após a publicação dessa reportagem, as divulgações do *Correio do Povo* sobre Passo Feio voltariam a se alinhar com os interesses do setor dominante agrário. O jornal procurou reiteradas vezes ressaltar que aquele “problema estava resolvido”<sup>488</sup>, posto que “o IGRA e a Comissão de Reforma Agrária, criada pelo governador Meneghetti, fará estudos necessários sobre a conveniência e possibilidade de aproveitamento das áreas devastadas da reserva de Nonoai”<sup>489</sup>. De acordo com o jornal reinaria “absoluta calma em Nonoai”<sup>490</sup>:

O presidente da Câmara de Vereadores de Nonoai, João Marcondes telegrafou ontem a autoridades do Estado [...], informando que, ao

---

<sup>488</sup> Esse posicionamento vai ao encontro da aceção de Ansart que diagnosticou a predileção da ideologia dominante em construir uma imagem de uma sociedade integrada e equilibrada, já que isso desempenharia a função de disfarçar oposições e resistências potenciais. ANSART, *op.cit.*, p.210.

<sup>489</sup> Em matéria intitulada “Resolvido o problema dos agricultores de Nonoai”, foi ressaltado que o ‘impasse’ da ocupação de 36 famílias teria sido resolvido depois da reunião da Secretaria de Agricultura, em que ficou acertado o loteamento da faixa de terra contigua ao loteamento já existente no Parque Florestal do Município de Nonoai. *Correio do Povo*, 30 de abril de 1963, p.18.

<sup>490</sup> *Correio do Povo*, 23 de fevereiro de 1963, p.5.

Nota-se que esta não era a primeira vez que título semelhante era veiculado. Em 19 de fevereiro, já havia sido divulgado a manchete “Informa o governo do Estado: situação em Nonoai é de absoluta calma”. Nela informava-se que o Serviço de Imprensa do Palácio do Piratini distribuiu nota aos jornais, informando ser “de absoluta tranquilidade a situação no município de Nonoai, onde um grupo de agricultores está acampado reivindicando terras para plantar”. *Correio do Povo*, 19 de fevereiro de 1963 p.22.

contrário do que tem sido divulgado em Porto Alegre, reina absoluta paz naquele município. [...] Que a atuação dos órgãos policiais e a máxima correção da Brigada Militar do Estado vem primando com o objetivo de manter a ordem sem práticas de violência e sem ferir as prerrogativas dos cidadãos. Que com satisfação a Câmara do município destaca a serena atuação do chefe de Polícia, sr. Armando Prates Dias, assim como do delegado regional de Passo Fundo, Firmino Pereira, valendo-se do ensejo para finalmente enaltecer o coronel Victor Hugo Martins, comandante do batalhão oficial da Brigada Militar em Passo Fundo, e o coronel Gonçalino Curió de Carvalho, enviado especial do governo do estado.<sup>491</sup>

Em vista desta declaração, no dia seguinte, o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Porto Alegre publicou uma matéria “a pedido”<sup>492</sup>, ou seja, paga, no jornal<sup>493</sup> a fim de “esclarecer a insustentabilidade” dos fatos veiculados pela imprensa. Segundo o sindicato, a prova disso era que “a queimada dos abrigos improvisados pelos agricultores sem terras atingiu também o acampamento contíguo das Praças da Brigada Militar, que ali se haviam instalado em condições igualmente precárias”. E após protestar contra a “brutalidade policial” que envolveu os sindicalistas, teceu elogios ao governador, que:

Saberá arredar de seu governo estes elementos inteiramente inadaptáveis ao sadio mecanismo da convivência democrática, esclarecendo, assim, de maneira objetiva e incontestável este tão deplorável episódio, e mostrando, por outro lado, que estamos acertados quando nos recusamos a admitir as tropelias e arbitrariedades que se teriam verificado em Nonoai, com os ‘sem terras’.<sup>494</sup>

Nesse mesmo sentido, o deputado Marino dos Santos discursando sobre Passo Feio referiu-se a Ildo Meneghetti que em “seu espírito simples de ‘homo qualisimque’ (sic), homem que se confunde com homem do povo [...] física e psicologicamente, [...] embora não economicamente, e essa é a ressalva fundamental”<sup>495</sup> estaria cercado por “acessores que sobre ele tem influência bem acentuada”. Em seguida, comparando esses “assessores” com “cavalos bravios”, tal como na metáfora apresentada no início do presente capítulo, afirmou estar havendo “atropelamentos”.

<sup>491</sup> *Correio do Povo*, 23 de fevereiro de 1963, p.5.

<sup>492</sup> O fato da matéria em protesto ao ocorrido, com a posição dos líderes sindicais, entrar no jornal como um “a pedido”, enquanto a nota pública do vereador, que tinha por objetivo acalmar a opinião pública, estar elencada no caderno de notícias, é mais um indício que nos permite visualizar a atuação midiática desse jornal e sua respectiva inserção dentro do quadro de disputas políticas da sociedade gaúcha à medida que enalteceu narrativas, silenciou acontecimentos ou problemáticas e se omitiu em alguns momentos a depender dos projetos a que estava vinculado, no caso, o das classes dominantes.

<sup>493</sup> *Correio do Povo*, 24 de fevereiro de 1963, p.14.

<sup>494</sup> *Ídem*.

<sup>495</sup> Discurso do deputado Marino dos Santos (ARS). Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. 05/03/1963, 5º extraordinária, p.63

Portanto, sejam nas palavras dos sindicalistas, “elementos inteiramente inadaptáveis ao sadio mecanismo da convivência democrática”, ou nas palavras de Santos, “cavalo” a “atropelar o povo”; a quem caberia tais metáforas? Meneghetti estaria mesmo alheio às ações desses elementos/cavalo?

Ora, por certo, apreende-se que estão falando dos policiais envolvidos em todo o conflito em Passo Feio, mas há uma figura singular, apontada talvez por um ato falho, talvez propositalmente por Marino dos Santos quando disse que “é muito chucro e perigoso o coronel sobre o qual está montado o governador do estado [...] o coronel Gonçalino Curió de Carvalho.”<sup>496</sup>

O coronel fora enviado a pedido do governador para a localidade como promessa de dar “providências para o atendimento imediato das reivindicações”<sup>497</sup>, após uma comissão de representantes dos agricultores sem terra, que se achavam acampados em Passo Feio, chegar até o Palácio do Piratini para reivindicar a distribuição da área. Nessa ocasião, de acordo com Eckert (1984), os agricultores levaram até o governador uma lista onde apontavam “os responsáveis pela devastação e grilagem nas terras da Reserva Florestal de Irai e no Toldo dos Índios. As denúncias envolviam “guardas florestais, brigadianos, comerciantes, inclusive, um vereador pelo PTB em Nonoai”. Pouco tempo após, o desmanche do acampamento foi solicitado aos sem terra em nome do governador, que estaria apenas aguardando as providências do Coronel que seria enviado, Gonçalino Curió. O pedido para encerrar o acampamento foi parcialmente atendido pelos agricultores. Aqueles que lá permaneceram foram os atingidos pelo sítio da localidade<sup>498</sup>.

Posteriormente à repressão sofrida no acampamento<sup>499</sup>, abriu-se uma Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul para apurar denúncias contra os volantes da Brigada Militar, chefiados por cel. Gonçalino Curió. Ainda que instaurada em 1963, os trabalhos da Comissão só foram colocados em prática a partir do segundo semestre de 1964, ocasião em que o coronel afirmou:

---

<sup>496</sup> *Ídem*, p.64.

<sup>497</sup> *Correio do Povo*, 9 de fevereiro de 1963, p.7.

<sup>498</sup> ECKERT (1984), *op.cit.*, p.168.

<sup>499</sup> O livro *Retrato da Repressão política no campo – Brasil 1962 – 1985*, ao abordar a repressão ao Master e a seus membros, indicou a existência de uma operação policial chefiada pelo Cel. Gonçalino Curió de Carvalho em 1963, não apenas dedicada a interdição do acampamento de Passo Feio, mas “para acabar com os seis acampamentos de agricultores que existiam no Estado”. CIOCCARI, Marta; CARNEIRO, Ana. *Retrato da repressão política no campo: Brasil (1962-1985)*. Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. MDA: Brasília, 2011. p. 293.

[...] Que na qualidade de oficial da reserva da Brigada Militar foi convocado no início do governo Meneghetti para prestar a sua colaboração, no setor de segurança do estado e teve a oportunidade de funcionar no sentido de resguardar os interesses do estado, nos chamados “Movimentos dos Agricultores Sem-Terra”, principalmente nos municípios de Planalto e Palmeira. Afirmou a seguir que fora investido na chefia do primeiro destacamento Volante, através de boletim comando da Brigada e de delegado regional especial para investigações no setor de Ordem Política e Social. [...] Esclareceu, ainda, o cel. Gonçalino que toda sua atuação no caso dos movimentos dos Sem-Terra fora anterior a 1º de abril do corrente ano, visto que após essa data, tais movimentos cessaram, eis que eram subvencionados pelo governo deposto. Informou o cel. Gonçalino Carvalho que durante a ação dos destacamentos, foram detidas 155 pessoas, sendo que apenas 66 foram indiciados em processos regulares, estando todos em liberdade. [...] Disse ainda que sua ação se fez sentir sobre os sindicatos rurais, visto que tais entidades tinham por finalidade agrupamentos, que agiriam em conjunto com os “Grupos dos Onze” para atividades subversivas. Disse que o movimento dos agricultores sem-terra eram eminentemente subversivos e tinham financiamento da Supra, que por sua vez financiava a Master. Ninguém foi preso pelo fato de ser agricultor sem-terra e sim por ser agitador.”<sup>500</sup>

Seu depoimento nos permite compreender a lógica e o alcance de sua atuação, pois para além da estreita relação entre ele e o governador que o convidara para “colaborar” com o “setor de segurança do estado”, pode-se aferir que sua atuação era diretamente vinculada ao Dops, já que foi nomeado para investigar “no setor de Ordem Política e Social”. Tal atuação tinha como objetivo extinguir as mobilizações “dos movimentos dos Sem-Terra”, para ele justificável por se tratar de um movimento “agitador” e “subversivo”.<sup>501</sup> Já quanto aos 155 agricultores presos e indiciados que Gonçalino Curió indicou, ainda que se refiram somente à região Norte do estado em dado período, o seu elevado número nos reafirma a centralidade da repressão aos sem terra no governo Meneghetti ainda em período anterior ao golpe.

O governador Ildo Meneghetti tentou se desvincular das ações repressivas praticadas pelos policiais, afirmando aos dirigentes sindicais de Porto Alegre que não teve conhecimento prévio do incêndio e não autorizara “a prisão de dirigentes sindicais e muito menos espancamentos”<sup>502</sup>. Mas, corroborando com a afirmação de Gonçalino Curió, que indicou estar a serviço do estado para colaborar com o governador no resguardo de seus interesses em relação ao Movimento Sem Terra, de acordo com a pesquisa realizada por Rebello, o futuro coordenador geral do IGRA, Israel Farrapo Machado, reforçou que Cel.

<sup>500</sup> *Diário de Notícias*, 8 de agosto de 1964, p. 5.

<sup>501</sup> GASPAROTTO (2020), *et al, op.cit*, p.60.

<sup>502</sup> *Última Hora*, 20 de fevereiro de 1963, p. 01, 10 e 11; *Apud REBELLO, op. cit.*, p. 50.

Gonçalino Curió estava desempenhando uma “missão que lhe foi outorgada pelo Sr. Governador do Estado”<sup>503</sup>. Desse modo, fica evidente que a ação repressiva praticada principalmente por Gonçalino Curió fora determinada pelo próprio governador.

Por fim, em decorrência da grande repercussão que o episódio apresentou na imprensa, o acampamento do Passo Feio foi um dos poucos que contou com certo empenho da gestão Meneghetti para o atendimento das demandas dos camponeses. Segundo Eckert, em abril de 1963 o secretário da Agricultura afirmou que 36 famílias que acamparam em fevereiro seriam contempladas pelo IGRA. No entanto, a solução encontrada foi conflituosa pois previa o loteamento e concessão aos camponeses da Reserva Florestal de Nonoai, ocupada por indígenas, e a entrega de títulos de terras na Fazenda Sarandi, já esperada desde o ano anterior por agricultores que acamparam no início de 1962<sup>504</sup>. Assim, podemos concluir que a gestão Meneghetti também fomentou o conflito e contribuiu para acirrar disputas já existentes entre indígenas e agricultores, tal como se verá a seguir.

### **2.3.2. A repressão ao campesinato no Norte no estado**

Com a CPI formada para apurar as arbitrariedades em Passo Feio paralisada durante todo o ano de 1963 e com a omissão institucionalizada do Estado, estava dado o aval para a continuidade das ações repressivas se sucederem após o primeiro acampamento formado naquele ano.

O Norte do estado então já bastante visado devido aos acampamentos que inauguraram uma série de mobilizações pela reforma agrária em 1962 e pela força da atuação de algumas Associações de Agricultores Sem Terra da região, agora ganhava um reforço para a contenção do movimento sem terra, o coronel Gonçalino Curió.

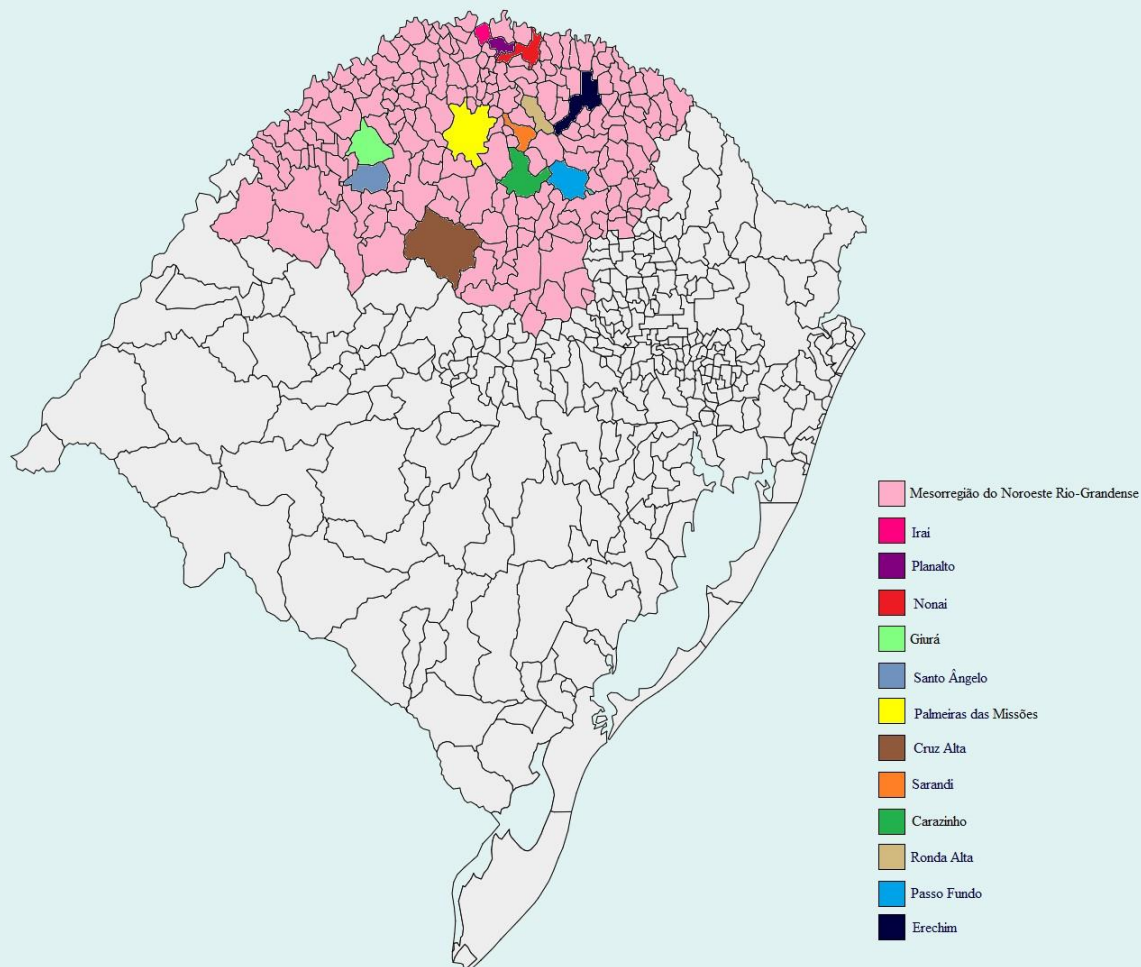
Embora certamente não tenha sido a única região do estado com ocorrência de conflitos envolvendo camponeses, registros relacionados ao Norte sul-rio-grandense avultam entre as fontes e, por isso, serão destacados nesta parte do texto. Sinalizamos ainda que acreditamos não ser por acaso o incremento de conflitos nesta região, mas sim, ela se relaciona a intensa atuação do Master e ao forte impacto exercido nas cidades próximas a partir do acampamento na Fazenda Sarandi, desde janeiro de 1962. A seguir, apresentamos um mapa com as principais cidades que serão mencionadas.

---

<sup>503</sup> REBELLO, *op. cit.*, p. 50.

<sup>504</sup> ECKERT (1984), *op. cit.*, p.176.

### Cidades de conflitos envolvendo camponeses no norte do Rio Grande do Sul (1963)



Logo após ser enviado para a região a pedido do governador, no início de 1963, o Cel. Gonçalino Curió se estabeleceu no município de Planalto<sup>505</sup> tornando-se comandante do 1º Esquadrão Policial de vigilância florestal pertencente a Brigada Militar -1º R.P.R Montada - situado às margens da atual RS 324. Policiais vinculados a esse pelotão tinham a função de guarnecer as áreas demarcadas de novas invasões dando apoio armado ao trabalho da Inspetoria de Terras. No entanto, circularam denúncias de que, na prática, faziam o contrário daquilo a que estavam a serviço, a começar pela subdivisão pela metade dos lotes identificados e designados aos agricultores sem terra.

De acordo com Avelino Reginatto, vereador eleito pelo PTB de Planalto no início de março de 1964, “ao legítimo dono ao invés de receber 20 hectares, recebia 10, os outros

<sup>505</sup> Naquele momento Planalto pertencia administrativamente ao município de Iraí, mas sua emancipação estava próxima e seria efetivada ainda em dezembro de 1963.

10 hectares eram dados àqueles mais chegados aos funcionários que serviam de cabos eleitorais para as futuras eleições municipais.” Seu relato continua:

Não foi por pura coincidência que os únicos lotes subdivididos eram de agricultores filiados ou simpatizantes do PTB. Junto com essas invasões preparadas por aqueles que tinham o dever e a obrigação de salvar o local de novas invasões, aqueles colonos lesados ainda eram alvo de perseguições tanto implacáveis quanto injustas. Os que ousavam reclamar da sua divisão de seus lotes eram detidos no posto da polícia. Até os que passavam pela frente daquele local, se tivessem uma conduta tida como suspeita pelos policiais eram detidos. Acusados de subversivos eram interrogados, violentados, espancados, humilhados e depois jogados em uma estrebaria que servia de cela com o propósito óbvio de torturar mais ainda.<sup>506</sup>

A partir desse relato, é possível verificar o clima de suspeição forjado já naquele período. Devemos admitir uma inclinação ao exagero quando é apontado que “os que passavam pela frente daquele local, se tivessem uma conduta tida como suspeita pelos policiais eram detidos”, todavia, a suspeição como prática se tornara um desdobramento do anticomunismo.

Aliás, a situação política de perseguição ao comunismo era utilizada para justificar as perseguições aos camponeses que lutavam por terra<sup>507</sup>. Associar camponeses com imagens de “subversivos comunistas” contribuía para a repressão política do movimento e para embasar a expulsão das terras em que moravam ou que estavam ocupando.<sup>508</sup> Segundo Teló, “mesmo quem não estivesse envolvido com as lutas também sofreu com tentativas de expulsão, frequentemente bem-sucedidas”<sup>509</sup>.

Esse foi o caso de Josefa Iarocheski, residente na Reserva Florestal de Nonoai há mais de 10 anos. Certo dia, quando preparava a terra para o próximo plantio, foi surpreendida com a ordem do Cel. Gonçalves Curio exigindo que ela cedesse metade de sua propriedade. Sem ter como reagir e sem nenhuma indenização, Josefa teve de dar a

---

<sup>506</sup> Avelino Reginatto escreveu seu relato como testemunha da prisão do camponês José Lagranha, ocorrida durante a ditadura em Nonoai. Sua narrativa não se restringiu ao episódio e deu um amplo panorama do que vivenciou na região em anos anteriores ao Golpe. APERS, Processo administrativo de indenização número 5517-1200/98-2, referente a José Lagranha, Folha 19.

<sup>507</sup> Além disso, o discurso anticomunista elaborado e emitido pelo Exército, é importante por criar pontos de identidade com grupos dominantes, que veem na ideologia anticomunista, a possibilidade de dar sequência aos seus respectivos interesses e objetivos. FERREIRA, p.247 *apud* RODEGHERO, *op.cit.*, p.26.

<sup>508</sup> TELÓ, Fabricio. et al., A repressão no campo durante a ditadura e a transição à democracia. In: TELÓ, Fabricio; GASPAROTTO, Alessandra (Org.). *Histórias de lutas pela terra no Brasil (1960-1980)*. São Leopoldo: Oikos. 2021. p.45

<sup>509</sup> *Idem*.

posse da parte cultivada de sua terra a Dorival Mazzuco Ganghialbert, afilhado do coronel<sup>510</sup>.

Denúncias de casos assim, contra a Brigada Militar, se intensificaram no mês de setembro e outubro de 1963, poucos meses após ter se concretizado o acampamento no Toldo Indígena de Nonoai, ocorrido em agosto. Camponeses da região chegaram a relatar ao *Última Hora* que “a ordem recebida do Governo, como dizem os soldados, é a de expulsar de qualquer jeito os brancos que acamparam no Tôldo Nonoai”<sup>511</sup>. Acampamento este, vale lembrar, que experimentou dura repressão proferida a partir de ordens vindas diretamente do governador do estado. Após a dissolução do acampamento ocorrido em agosto de 1963, a perseguição continuou, motivando denúncias que repercutiram na Assembleia e tinham como finalidade alertar para a necessidade da CPI instaurada se fazer ativa. Alguns dos relatos estavam presentes em uma carta assinada por João Ramão Fontoura, representante do Master, e traziam à tona casos vivenciados por agricultores da região, como Carlos Titz e o “camponês Augusto”.

Sobre o primeiro consta que após sofrer uma série de perseguições por parte da Brigada, se encontrava foragido na mata há 12 dias. Até que foi informado que oficiais da justiça o estariam aguardando em sua residência para lhe entregar o mandado judicial de posse da terra que morava e cultivava. Tratava-se de uma forma de ludibriá-lo para encontrá-lo. Ao chegar em casa, se deparou com policiais que logo lhe desferiram golpes violentos, espancando-o e prendendo-o. Sua soltura se deu somente quando foi transferido da prisão de Vila Planalto para Sarandi. Segundo ele, nesta cidade o juiz “deu um sabão” nos policiais, indicando-nos uma reprovação da justiça ante a ação policial, ou ainda, discrepância entre os postos policiais de cidades diferentes no que diz respeito ao tratamento dado aos presos. O nome de Carlos Titz também aparece em uma reportagem do *Última Hora*, que afirma que ele juntamente com o líder camponês, Modesto Fiorelli, foram agredidos pela polícia. Segundo o jornal, após a prisão Titz teria sido obrigado a abandonar o local que ocupava há onze anos<sup>512</sup>.

Por ordens de Gonçalino Curió, alguns camponeses da região tiveram seus materiais de trabalho confiscados pela polícia rural montada. Além disso, em alguns casos, ranchos foram queimados. O mais emblemático foi, talvez, o caso do camponês

<sup>510</sup> Depoimento presente em carta assinada por João Ramão Fontoura e trazido à baila pelo deputado Marino Santos. Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. 30/09/1963, 5º extraordinária, p.107.

<sup>511</sup> *Última Hora*, 12 de outubro de 1963, p.05. *apud* REBELLO, *op.cit.*, p.61.

<sup>512</sup> *Última Hora*, 04 de setembro de 1963, p.09. *apud* REBELLO, *op. cit.*, p.60.

Augusto, que teve a casa incendiada “com suas crianças dentro, ficando uma delas com queimaduras graves.”<sup>513</sup> De acordo com a carta-denúncia exposta na Assembleia do Estado, a autoria do crime dizia respeito a uma ação combinada entre o “sargento Alberi e o chefe dos índios, sr. Ceci”.

Nesse ponto reside uma questão delicada, pois além de apontar para embates tidos com a polícia, realça a existência de embates entre camponeses e indígenas, especialmente o Povo Kaingang, instalados na região. A esse respeito, primeiramente, cabe destacar que os conflitos entre camponeses e indígenas do Norte do estado expressa contradições que, ainda que acentuadas durante a gestão Meneghetti, vinham de longa data. Segundo Tedesco, a Reserva Indígena do Norte do Estado, desde a década de 1940 estava sendo reduzida<sup>514</sup> em favor de políticas públicas gestadas para “aliviar as tensões sociais em prol da reforma agrária” que beneficiariam camponeses sem terra.

A ocupação e o esvaziamento (expulsão) tornaram-se faces de uma mesma moeda, dinâmica essa que expressa um processo contraditório e revela o formato da constituição da propriedade privada da terra no Brasil (MARTINS, 1993); incluir e excluir revelaram serem estratégias para promover a normatização e a prioridade integrativa e eliminatória. Essa realidade provocou alterações em horizontes variados, tanto do espaço, quanto da vida de grupos sociais (GRITTI, 2004).<sup>515</sup>

Em seu estudo acerca da atuação da ditadura em relação aos Kaingang, Amanda G. Rocha Oliveira afirma que o contexto de disputas por terra na região entre não-indígenas e indígenas remonta ao período colonial, mas foi na década de 1940 que os conflitos passaram a apresentar as características mais conhecidas. De acordo com a autora, a invasão de terras indígenas se intensificou especialmente em 1962 e 1963, em boa parte motivada pela política de Brizola, que por considerar a área como devoluta foi “responsável por um dos momentos mais duros da invasão dos territórios Kaingang”<sup>516</sup>.

A esse respeito, Rebello comenta que durante o governo Brizola, em alguns momentos a formação dos núcleos de colonização foram direcionadas para terras

<sup>513</sup> Depoimento presente In: Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. 30/09/1963, 5º extraordinária, p.107.

<sup>514</sup> A Reserva Indígena de Nonoai à época da demarcação possuía uma extensão de 34.908 hectares. No final da década de 1940 essa área foi reduzida em mais de 50% através da destinação de quase 20 mil hectares da área como reserva florestal. A reserva foi em boa parte ocupada por pequenos agricultores. CARINI, Joel. *Estado, índios e colonos: o conflito na Reserva Indígena de Serrinha – Norte do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF Editora, 2005.

<sup>515</sup> TEDESCO, *op.cit.*, p.4.

<sup>516</sup> OLIVEIRA, Amanda Rocha. *Povos indígenas e ditaduras de segurança nacional no Cone Sul: o caso dos kaingang no Rio Grande do Sul (1963-1988)*. Programa de Pós-graduação em História. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. p.78

indígenas. Isso se deu principalmente em meio a negociações com a Farsul, pois o governo visava minimizar o confronto com o patronato. A mesma estratégia foi usada por Meneghetti, que ao mesmo tempo que evitou as desapropriações de latifúndios, procurou manter-se aparentemente comprometido com a reforma agrária. Em ambos os casos, segundo o autor, a consequência foi o acirramento de conflitos entre grupos com menor respaldo político<sup>517</sup>.

Devemos ressaltar que devido a inoperância do IGRA, tais embates foram particularmente favorecidos durante a gestão Meneghetti. Além disso, a gestão à época adotou uma postura de se abster de qualquer responsabilidade sobre a Reserva Florestal e o Toldo Indígena de Nonoai, atribuindo a incumbência à esfera federal, principalmente à Supra e ao Serviço de Proteção Indígena (SPI). Ao não primar pelo trato dos problemas da região, o governo estadual deixou de prevenir a invasão do Toldo, situação que já vinha sendo alarmada há algum tempo.

O presidente da Associação de Agricultores Sem Terra de Nonoai e Sarandi, Antônio Nunes Barros, enviara uma carta para o IGRA com uma relação de terras que poderiam ser distribuídas na região. Nesse documento, Barros denunciou que somente uma parte da Fazenda Sarandi fora desapropriada e distribuída, “tendo ainda para medir a superfície de mais ou menos 500 colônias que, contando cada uma com uma média de 15 a 25 hectares, daria para abrigar mais de 600 famílias”. Segundo ele, se o governo intervisse nesse sentido, muitas famílias camponesas poderiam ser beneficiadas e haveria um alívio dos tensionamentos entre indígenas e camponeses. Todavia, ele também expressava contradições ao interpretar que parte da reserva indígena estava “desocupada” e defender que elas pudessem ser desapropriadas em benefício dos camponeses<sup>518</sup>.

Quanto ao caso referenciado acima, referente ao incêndio da casa do “camponês Augusto”, ele indica uma aliança entre um chefe indígena e policiais atuando no sentido de expulsar camponeses da área que estavam ocupando. Em que medida isso pode ter ocorrido como regra? Por que grupos também atacados pelo estado se aliarão a policiais? Certamente são perguntas relevantes trazidas por esse “vestígio” encontrado na documentação e que precisa ser mais bem estudado.

---

<sup>517</sup> REBELLO, *op.cit.*, p.118.

<sup>518</sup> Carta anexada In: Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. 26/08/1963, 86º extraordinária, p.361. Sem obter resposta do IGRA, quase quarenta dias depois, a carta também foi publicada pelo *Correio do Povo* em 21 de agosto de 1963, p. 04. em *Correio do Povo*, n.º 270, Ano 68, 21/08/1963, p. 04

O primeiro ponto a se demarcar a esse respeito é o reconhecimento da multiplicidade de memórias em disputa, tão latente na região Norte do estado devido aos diversos grupos sociais ali envolvidos. No que diz respeito aos camponeses, assolados pela falta de terras para o plantio, passaram a reivindicar a posse de áreas vistas como “desocupadas” na região. Como resultado, obtiveram a desapropriação desde uma vasta área que tinha como finalidade única a especulação<sup>519</sup>, até, paulatinamente, a concessão de terras indígenas, tudo com consentimento dos poderes institucionais (principalmente na gestão Brizola) que consideravam ambos igualmente improdutivos<sup>520</sup>.

Em alguns casos, a área de reserva indígena era arrendada pelo Estado em contratos que iam se renovando. Ênio Borges, liderança política de mobilizações relacionadas ao surgimento do MST, ao relatar sua trajetória de vida em torno da luta pela reforma agrária lembrou de tempos em que ainda vivia com os pais em situação de arrendatário em terras da antiga reserva: “todo mundo, todo ano renovava esses arrendo e nós ficamos 12, 15 anos lá”. Conforme sua narrativa:

Cada um, isso lá eu era piazote, tinha boi, nós trabalhava com boi, carroça, nós fomos tirando nossa mudança, nós morava perto da divisa dessa área, levando numa casa de uns morador fora, levando porco, milho, gado, vaca e deixando lá. Porque os índios vinham pela comunidade despejando, queimando casa, retomando as terras que eram deles.[...] Ai quando vê, cada um garro um rumo. Quem chegava aqui na minha casa pra despeja eu tinha que arruma um caminhão, arruma um destino pra sair de dentro da área. Nós fomos morar na casa de um irmão da minha mãe, lá nós ficamos uns seis meses e arrumamos uma terra que arrendamos de um cara lá de Nonoai, e ficamos lá.<sup>521</sup>

As memórias de Ênio Borges acerca da expulsão vivenciada, posteriormente lhe serviriam de aprendizado político para a constituição do MST, movimento que em muitos aspectos se inspirou no Master<sup>522</sup>. Ainda que “piazote” à época de sua narrativa e com início da atuação política em um período que extrapola o objeto em apreço neste capítulo e nessa dissertação, abordar esta parte de sua entrevista torna-se aqui interessante por indicar a longa duração e intensidade dos conflitos entre camponeses e indígenas.

Sua narrativa se assemelha de forma bastante interessante com o depoimento do camponês Augusto, em 1963. Se com Ênio Borges, assinala-se a retomada das terras por parte dos indígenas que “vinham pela comunidade despejando, queimando casa,

<sup>519</sup> Trata-se da Fazenda Sarandi, que teve o início da desapropriação concebida em janeiro de 1962.

<sup>520</sup> CASSOL, *op.cit.*, p.179.

<sup>521</sup> Entrevista com Ênio Borges e Isafas Vedovatto realizada no dia 10 de novembro de 2018, no município de Ronda Alta.

<sup>522</sup> CASSOL, *op.cit.*, p.181.

retomando as terras que eram deles”; com Augusto, percebe-se que nos anos anteriores a estratégia utilizada pelos indígenas em protesto à intrusão de camponeses era a mesma, a queimada das palhoças.

Feita essa anteposição dos depoimentos junto ao relato da lida do governo para com a questão indígena, o ambiente conflituoso torna-se mais palpável, bem como se faz compreensível os motivos pelos quais indígenas tenham realizado tais ações. Mas e quanto a indicação da atuação conjunta entre líder indígena e sargento? Quanto a isso, novamente ressaltamos que conflitos entre indígenas e camponeses na região já eram de longa data e que se apresentaram por diversos motivos<sup>523</sup>. Mas, no caso mencionado em específico, não podemos descartar a possibilidade de ter havido uma estratégia dos agentes repressivos no sentido de fomentarem conflitos entre os dois grupos como forma deles mutuamente se enfraquecerem,<sup>524</sup> culminando no que Chauí (2014) caracterizou como *violência popular*. Esta violência cometida “pelos dominados contra os próprios dominados”, segundo a autora, se dá justamente a partir do estímulo de uma ideologia autoritária e da arbitrariedade policial, pois para fazer “justiça com as próprias mãos” são aceitas “as definições do crime e da culpa oferecidos pela classe dominante”<sup>525</sup>.

Em 1967 a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul realizou uma CPI que tinha por objetivo investigar os conflitos gerados pela invasão da terra indígena de Nonoai por agricultores sem-terra. Alguns camponeses envolvidos em disputas ocorridas no momento anterior ao golpe foram requeridos para prestar depoimento. O trabalho de Amanda Oliveira se aprofundou na documentação gerada a partir da referida CPI, expondo algumas reflexões e depoimentos de agricultores acerca da relação estabelecida com os agentes repressivos. Primeiramente, chama atenção os motivos pelos quais agricultores justificaram ter invadido terras indígenas. Segundo a autora,

Quase a totalidade deles respondeu que o fez por não ter terras e por ver outros entrando; logo, decidiram também se estabelecer ali. Alguns alegavam, ainda, ter pagado pela parcela de terra que estavam ocupando; sem saber que as mesmas não podiam ser vendidas por

---

<sup>523</sup> Seria inviável explorar detalhadamente tal tema neste momento. Assim, para melhor compreensão desses conflitos ver: TEDESCO, João Carlos; KUJAWA, H. . *Mediações em conflito na demarcação de áreas indígenas em região de colonização no norte do Rio Grande do Sul: dilemas e configurações*. História: Debates e Tendências, v. 16, p. 135-151, 2016.

<sup>524</sup> Apesar de não podermos confirmar a denúncia, cabe salientar que Marino dos Santos chegou a declarar que policiais locais estavam armando os indígenas com o intuito de justificar as próprias práticas de arbitrariedades. Discurso do deputado Marino dos Santos. Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. 11/11/1963, 133º extraordinária, p.475.

<sup>525</sup> Para além desses elementos, os meios de comunicação de massa e inoperância do judiciário são elencados pela autora como também fomentadores da violência popular. CHAUI (2014), *op.cit.*, p.115.

pertencerem aos Kaingang. Ou seja, alguns colonos haviam sido ludibriados por terceiros que lucraram com tal fraude<sup>526</sup>.

Dentre os relatos apresentados na CPI de 1967, o do agricultor, Osvaldo Correia de Melo, destacou-se como um dos mais significativos para este trabalho, à medida que ele apontou que

Cel. Gonçalino Curió de Carvalho mandava que ‘o povo’ invadisse o Toldo; [...] que segundo consta, também comandava o posto policial o Srgto. Alberi, ‘esse mesmo que a polícia depois andou atrás dele’; que o Sgto. Alberi vendia sítios dentro da área; ‘vendia muitos sítios e eu tenho prova’ (CPI AL-RS, 1968, p.145-146).<sup>527</sup>

Como fica evidente, Melo responsabiliza Gonçalino Curió por incentivar a ocupação da terra indígena. Ao Sargento Alberi, colega de Gonçalino Curió, foi atribuída prática de vender sítios de posse irregular. O leitor atento poderá notar que Alberi Vieira dos Santos já foi citado em nossas fontes, tendo sido um dos incendiadores da casa do camponês Augusto. Em março de 1964, viria à tona uma notícia divulgada pelo *Última Hora* indicando um possível arrependimento por parte de Alberi, fato que possivelmente se relaciona a referência de Osvaldo Correia de Melo, quando relatou que a polícia “depois andou atrás” de Alberi<sup>528</sup>.

A reportagem intitulada “Sargento rebelado contra massacre dos sem terra” afirmava que “o Sargento da Brigada Militar, Alberi Vieira dos Santos, [rebelou-se] contra ordens superiores que lhe determinavam que usasse de violência contra camponeses sem terra de Planalto e Nonoai”. O próprio Alberi teria enviado uma carta à redação do jornal afirmando que desde que fora destacado, em agosto, para prestar serviço em Nonoai, presenciou inúmeras “pessoas sofrendo espancamentos, prisões ilegais, coação de depoimento, abuso de autoridade, o uso de força contra pessoas idosas”. Para Alberi, os camponeses da região estavam “sendo sistematicamente perseguidos” desde então, mas com a proximidade das eleições municipais, ocorridas em março de 1964, a situação teria se agravado. Naquele contexto estariam acontecendo “prisões em massa de camponeses sem terras e líderes trabalhistas” com a finalidade de intimidar possíveis opositores a candidatos situacionistas<sup>529</sup>.

<sup>526</sup> OLIVEIRA, *op.cit.*, p.79.

<sup>527</sup> *Idem*, p.80.

<sup>528</sup> Os nomes de Alberi e do Coronel Gonçalino Curió constam como repressores no Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade.

<sup>529</sup> *Última Hora*, 13 de março de 1964, página ilegível.

Alberi Vieira dos Santos certamente se trata de um personagem polêmico e controverso, e foge do escopo dessa dissertação investigar a sua trajetória a fundo. Contudo, existem alguns indícios que apontam para que o suposto arrependimento de Alberi mencionado acima deva ser matizado. De acordo com a Comissão Nacional da Verdade (CNV) durante a ditadura civil-militar Alberi atuou como militante infiltrado em grupos ligados à Leonel Brizola e à Guerrilha de Três Passos com a finalidade de repassar informações para o Centro de Informações do Exército (CIE), para quem de fato estava à serviço. Os documentos produzidos pelos órgãos da ditadura militar inclusive comprovam que Alberi convenceu e organizou a volta de um grupo de exilados que se encontrava na Argentina desde 1973 com a intenção de que agentes repressivos pudessem emboscá-los após a chegada no Brasil. Em resumo, tal como expresso em um documento do próprio SNI, durante a ditadura Alberi estava incumbido de “infiltrar-se entre ex-companheiros para espioná-los e posteriormente entregá-los para o Exército” e o suposto “arrependimento” que sofreu em 1963 pode já ter sido o princípio de tal atuação<sup>530</sup>.

Retomando os casos de repressão ainda em período anterior ao Golpe, percebemos que todos os testemunhos que versam sobre a repressão no período convergem na apresentação de uma repressão atuando oculta “sob o cotidiano”. A participação dos mesmos agentes repressivos em diferentes episódios de violência nos leva a consideração de que eles circulavam livremente entre os espaços de sociabilização e trabalho dos sem terra, aproveitando-se da vulnerabilidade encontrada ali para cometerem ilegalidades. De acordo com Cioccarri a violência praticada cotidianamente contra o campesinato está amparada em uma “histórica relação de opressão e humilhação dos representantes do latifúndio contra os lavradores, os posseiros, os trabalhadores da terra”<sup>531</sup>. Trata-se de violência desenvolvida “longe dos instrumentos institucionais legais”, característica que se expressa como alicerce do silenciamento das lutas, do anonimato, da impunidade e por fim, da possibilidade de repetição deste ciclo. Essa violência cotidiana normalmente era reiterada mais de uma vez sobre a mesma pessoa, situação que quando recorrente neste período, persistiu até após o Golpe.

Por outro lado, houve ainda casos em que a violência cometida contra a vítima se deu de forma dilacerante no sentido de silenciá-las definitivamente, e ao fazê-lo tentava-se também apagar o legado de lutas que a pessoa representava ou desestabilizar o

---

<sup>530</sup> CNV – Comissão Nacional da Verdade. Mortos e desaparecidos políticos, Volume III. Brasília, CNV, 2014 – disponível em <http://www.cnv.gov.br/relat%C3%B3rios.html>. Acesso em: 03/01/2022, p. 1684.

<sup>531</sup> CIOCCARI, *op.cit.*, p.19.

movimento que ela estava à frente. Isso ocorreu com João Machado dos Santos, conhecido como João Sem Terra, uma das lideranças do Master e funcionário da Supra.

A prisão mais emblemática de João Sem Terra se deu também em Nonoai a mando da Brigada Militar, durante uma reunião em 21 de outubro de 1963 que tinha por finalidade a fundação de um sindicato. Em verdade, a ação transcorrida foi considerada um sequestro, dado o desconhecimento do paradeiro do líder camponês e suspensão por oito dias de direitos elementares, tal como a comunicação de sua prisão e a possibilidade de se recorrer a um advogado de defesa. Além disso, consta que foi torturado por agentes do DOPS quando já se encontrava transferido para o presídio de Porto Alegre.

As diversas prisões e sequestros que vivenciou levaram à João Sem Terra optar por entrar na clandestinidade mesmo antes que a ditadura fosse instaurada. Em janeiro em 1964, logo após passar por outra prisão no DOPS, ele partiu para o estado de Goiás, onde viveria por 25 anos.

Longe do Rio Grande do Sul, mesmo vivendo com nova identidade e nova ocupação (atuou como garimpeiro), não abandonou a militância. Segundo Carlos Wagner, jornalista responsável por investigar o paradeiro dessa antiga liderança do Master, João Sem Terra se dedicou a fortalecer o trabalho do Partido dos Trabalhadores (PT) local e, principalmente, lutou contra a grilagem<sup>532</sup>.

Os livros produzidos por Carlos Wagner acerca da trajetória de João Sem Terra o estimularam a regressar ao seu estado natal, em 1990, assumindo sua identidade e contando sua experiência de autoexílio. Em entrevista, ele afirmou que o retorno não se deu antes por “não acreditar na Lei de Anistia” e pensar que novamente seria perseguido e torturado.

#### **2.4. A bandeira do campesinato resiste em várias mãos: a reestruturação do Master em 1963**

O incremento da repressão se deu apesar do esforço empreendido pela maioria das mobilizações sem terra em se enquadrarem nas leis e tentarem afastar de si a pecha de cometerem ações violentas<sup>533</sup>. O próprio Master primou pela tentativa de estabelecer

---

<sup>532</sup> ACE 017340/89. Dossiê João Sem Terra, folha 1.

<sup>533</sup> Houve, em muitos momentos, um esforço dos movimentos pela reforma agrária de afastarem de si o “fantasma do comunismo”. Nesse sentido, é interessante observar que Eliseu Tôres anunciou que processaria o cel. Gonçalino Curió, caso este não se retratasse sobre a alegação de que a SUPRA e o Master eram órgãos comunistas que não mereciam confiança. *Última Hora*, 29 de agosto de 1963, p. 08. *Apud* REBELLO, *op. cit.*, p.78.

vínculos institucionais com a gestão Meneghetti ao elaborar “um plano de ação”, em que solicitava formalmente “as seguintes desapropriações: Tapes (50 mil ha); Camaquã (16 mil ha, fora 34 lotes já demarcados); Osório e Torres (52 mil ha); Rolante (20 mil ha); São Francisco de Paula (800 ha); Taquara (700 ha); Santo Antônio da Patrulha (50 mil ha); Guaíba (300 quadras); e Pelotas (450 quadras)”<sup>534</sup>.

Diante disso e com a pergunta que permeia esse episódio, “por que o Master insistiu em uma prática anterior de tentar dialogar com a autoridade máxima do Estado?”, Cassol cogitou que a resposta estaria na “necessidade de dar mostras às autoridades de que o movimento possuía uma estratégia clara, com um mapeamento de locais nos quais poderia se desenvolver a reforma agrária no Estado, afinal, este compromisso foi assumido e nunca negado pelo novo governador.”<sup>535</sup> Outra hipótese<sup>536</sup> do autor diz respeito a uma tática do Master para

experimental e testar politicamente o grau de compromisso com a luta dos trabalhadores rurais, da nova administração. Nesse sentido, articulando uma mediação e ouvindo os compromissos do próprio governador, seria possível entender melhor suas aspirações políticas e, conseqüentemente, a partir daí, pensar as melhores estratégias para as mobilizações.<sup>537</sup>

A responsabilidade que Meneghetti tinha na repressão aos sem terra nunca foi oficialmente admitida por ele, que, pelo contrário, publicamente a repudiava. Tal posicionamento criou uma situação de embaraço ao longo daquele ano, dificultando que o Master e entidades populares lograssem combater tais práticas violentas<sup>538</sup>.

A alternativa encontrada pelo Master para se manter e se fortalecer em meio a essa nova conjuntura foi o estreitamento de laços entre camponeses, estudantes e operários. Nesse sentido, Eckert (1984) afirmou que “principalmente durante os anos de 1963 e 1964, a luta pela terra, no Rio Grande do Sul, deixou de ser uma luta do campesinato para

---

<sup>534</sup> ECKERT (1984), *op.cit.*, p.220.

<sup>535</sup> CASSOL, *op.cit.*, p. 85.

<sup>536</sup> A partir dos pontos elencados por Cassol, é possível também refletir sobre o posicionamento tomado por deputados estaduais de oposição ao governo, que em boa parte privilegiaram a manutenção da neutralidade ou mesmo fizeram referências repletas de elogios ao se referirem ao governador, mesmo quando estavam fazendo graves denúncias contra ele. Para além do linguajar formal e nutrido de bons costumes recomendados em tal ambiente, pode se considerar que assim como o Master, os deputados poderiam também estar “testando” o governador na espera de que os compromissos formados por ele fossem minimamente cumpridos. Tal estratégia se tornaria cada vez mais fraca entre os opositores do governo, que gradualmente passaram a responsabilizá-lo diretamente.

<sup>537</sup> *Idem*, p.85-86

<sup>538</sup> ECKERT (1984), *op. cit.*, p. 295.

ser uma luta de diversos setores populares, a exemplo do verificado a nível nacional”<sup>539</sup>. Isso significa que diante de uma conjuntura marcada pelo recrudescimento da repressão, novas práticas e estratégias foram essenciais para a resistência do movimento camponês e de outros setores que pleiteavam a implementação das reformas de base. Como uma das primeiras expressões dessa estratégia, o Pacto de Unidade e Ação (PUA) foi criado em 1963.

Em verdade, guardada as proporções, reuniões e ações conjuntas entre diferentes entidades de classe sempre foi algo comum<sup>540</sup>, mesmo entre as representações locais. Em Alegrete, por exemplo, seguidamente eram promovidas reuniões conjuntas na “Sede dos Sindicatos Reunidos”. O próprio nome do espaço que as entidades se reuniam conjuntamente ou individualmente já indica uma ajuda mútua entre elas, que sem poderem contar com sede própria, se revezavam no mesmo espaço. As atas das reuniões também indicam que havia um revezamento de ordem financeira mais direta. Mas, tamanha era a instabilidade, que sindicatos que contribuía financeiramente com um sindicato-amigo em certa feita, mês seguinte vinham a solicitar ajuda financeira.

Como já mencionado, boa parte da vida organizativa da Associação dos Trabalhadores Sem Terra de Alegrete foi registrada no livro de Atas anexado no processo administrativo de indenização movido pela família de Timóteo Bombach, fundador e presidente da referida associação. Através delas, também fica explícito o fomento do Master para que reuniões conjuntas assim ocorressem, sobretudo naquele momento de crise. De acordo com o relato de Bombach nas atas, o pedido do Master era

no sentido de que suas filiadas no interior entrem em contato com as associações de operários, classe sindicais e estudantis populares, a fim de se chegar com apoio integral ao chamado ‘pacto de ação política,’ que visa dar solução aos direitos, no sentido de deliberar a gravidade do momento atual no campo econômico e social.<sup>541</sup>

Ao longo das páginas das Atas foi possível verificar mensalmente desde a ideia tida por membros da Associação dos Trabalhadores Sem Terra de Alegrete para a criação de um sindicato, até o processo de regulamentação deste intento. O acordo que daria início

---

<sup>539</sup> *Idem*, p.226.

<sup>540</sup> Em janeiro de 1962, formou-se a Aliança Operário-Estudantil-Camponesa. Sua duração foi efêmera, pois foi dispersa após o primeiro comício acontecer. No entanto, ela serviria de inspiração para que outras frentes mais robustas fossem criadas, principalmente no ano seguinte, quando surgiu uma conjuntura mais favorável aos movimentos sociais.

<sup>541</sup> Anotação presente na Ata nº20 - 02 de setembro do 1962. APERS, Processo administrativo de indenização número 6462-1200/98-7 referente a Timóteo Bombach, Folha 31 verso.

ao processo de sindicalização de trabalhadores rurais em Alegrete foi firmado no dia 11 de novembro de 1962, poucos dias após o Ministério do Trabalho lançar duas portarias regularizando a sindicalização rural, e contou com a presença de um representante do IGRA.

Embalada por esse mesmo contexto, a Associação de Agricultores Sem Terra de Santo Ângelo fundaria em 1963 o Sindicato Rural de Trabalhadores Autônomos de Santo Ângelo. Em ambos os casos, a primazia pelo amparo institucional que a sindicalização iria conferir acompanhou a manutenção da associação pré-existente. As associações já eram reconhecidas como fatores de “utilidade pública”, o que ao garantir que o Estado as ajudaria com certa quantia permitiu a sobrevivência dessas entidades em um período desfavorável para políticas de reforma agrária iniciado a partir da gestão Meneghetti. Já com a sindicalização do trabalhador rural regularizada na Lei, os sindicatos dariam ainda mais força para que a luta pela reforma agrária pudesse persistir. Predominantemente, a opção adotada pelas associações ligadas ao Master no Rio Grande do Sul foi a de manter a associação voltada para representar agricultores sem terra, enquanto os sindicatos inaugurados eram orientados para a representação de assalariados rurais.

A partir de mudanças na Lei iniciadas em 1962 que culminaria na criação da Supra e do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, o governo federal explicitou seu apoio à sindicalização do trabalhador rural. Com isso, a organização de camponeses passou a ser vista nacionalmente como mecanismo de garantia do respeito a legislação.<sup>542</sup> De acordo com Palmeira (1989), a implantação dos sindicatos de trabalhadores rurais incentivada pelo governo contribuiria de modo decisivo para enfraquecer os padrões tradicionais de dominação.

Antes mesmo de sua atuação, sua simples presença ameaçaria aqueles padrões. O sindicato iria se colocar não só como um mediador alternativo, mas como um veículo para a implementação de regras impessoais que são a negação da dominação personalizada do latifúndio. Através do sindicato, os trabalhadores puderam ter acesso à Justiça e a implementação das leis tornou-se uma possibilidade real<sup>543</sup>.

Com base em um outro texto mais recente do mesmo autor, podemos ainda traçar um paralelo acerca da opção tomada pelo Master e pelas Ligas Camponesas do Nordeste neste novo contexto em que a sindicalização foi favorecida. Palmeira (2009) afirma que

---

<sup>542</sup> SARAIVA, Regina Coelly Fernandes. Homens do tempo de Arraes: narrativas de resistência à ditadura civil-militar no pós-1964. In: SAUER, Sérgio (Org.). *Lutas, Memória e violações no campo brasileiro: conflitos, repressão e resistências no passado e no presente*. São Paulo: Outras Expressões, 2020, p.113.

<sup>543</sup> PALMEIRA (1989), *op. cit.*, p.101.

“no princípio dos anos 60, as Ligas disputam com os sindicatos os trabalhadores assalariados ou semi-assalariados da cana”, já “a partir de 1962 a tendência é no sentido de uma especialização: arrendatários e pequenos proprietários congregam-se nas ligas; trabalhadores assalariados vão ao sindicato”<sup>544</sup>. Nota-se que assim como as Ligas, o Master antes de 1962 disputou a organização do campesinato com os sindicatos da FAG, mas de modo ainda voltado para o associativismo. A partir de 1962, o Master passou a prezar pela criação de sindicatos que teriam funções também especializadas, voltados principalmente aos assalariados rurais. Enquanto os arrendatários, sem terra e pequenos proprietários gaúchos congregaram-se nas Associações.

Num dos momentos de maior incremento dos sindicatos rurais no RS, entre 101 entidades locais ligadas ao Master<sup>545</sup>, 27 eram sindicatos. Sendo que 18 delas assinavam como Sindicatos de Assalariados Rurais, 8 eram Sindicatos de Produtores Autônomos e apenas 1 se apresentava como Sindicato de Trabalhadores Rurais Autônomo. O padrão permanecia sendo a organização de agricultores sem terra em espaços regulamentados como Associações, com pelo menos 73.

Conectando essa discussão com a temática abordada no capítulo 1, é interessante perceber que um dos primeiros sinais no sentido do incremento do sindicalismo no Rio Grande do Sul se deu a partir do I Congresso do Master, ocorrido em dezembro de 1962. Nele foi aprovada uma Carta Reivindicatória, que dentre outras coisas conclamava pelo “apoio e ajuda à criação de sindicatos rurais e incentivo à sindicalização dos trabalhadores rurais” e pela “fundação e registro de novas Associações de Agricultores Sem Terra, Pequenos e Médios Proprietários Rurais”<sup>546</sup>. A congruência entre sindicalismo e associativismo dentro do Master fica explícita. O movimento passou a fomentar a sindicalização dos trabalhadores rurais, mas sem renunciar à fundação e o registro de novas associações, o que corrobora para a hipótese que o Master concebia cada qual com uma finalidade específica. Esta distinção refere-se à opção de manter as associações vinculadas à luta pela conquista da terra<sup>547</sup> e os sindicatos voltados à assistência dos trabalhadores rurais.

---

<sup>544</sup> PALMEIRA (2009), *op. cit.*, p.174.

<sup>545</sup> Esse número diz respeito as entidades que assinaram a carta em pedido da permanência de João Caruso, aqui já referenciada. *Correio do Povo*, 6 de junho de 1963, p. 20.

<sup>546</sup> *Terra Livre*, nº118, janeiro de 1963, p.8.

<sup>547</sup> Cabe lembrar que apesar de não serem acolhidas pela legislação tal como os sindicatos, as associações sem terra foram reconhecidas como entidades de “utilidade pública” durante a gestão Brizola. Isso, possibilitou a manutenção desses espaços durante a gestão seguinte, já que o fator “utilidade pública” garantia o recebimento de benefícios advindos do governo federal.

As fontes evidenciam que a associação pré-existente e o sindicato que viria a ser posteriormente formado no Rio Grande do Sul, além de caminharem juntos, muitas vezes apresentaram íntima relação. A começar pela manutenção da estrutura, que na maior parte das vezes permanecia com a mesma liderança, e mesmo os associados pareciam convergir em ambas as entidades. Isto fica evidente no relato de fundação do Sindicato Rural de Trabalhadores Autônomos de Santo Ângelo, que segundo seu presidente, Nascimento Meirelles, contou na reunião inaugural com a presença de 50 a 60 trabalhadores rurais, em sua maioria já pertencentes a Associação dos Sem Terra<sup>548</sup>.

Podemos afirmar ainda que no caso do Rio Grande do Sul as decisões tomadas pela gestão Meneghetti potencializaram a aproximação dos movimentos sociais com projetos do governo federal. Sem mais instrumentos institucionais de incentivo à reforma agrária no estado, dado principalmente pelo desmonte do IGRA, a Supra passou a ser a opção viável para que o Master pudesse estabelecer um porto de amparo. Romeu Barleze, um dos dirigentes do Master, recordando sobre o período inaugurado após o fim da gestão de Brizola, conta que a situação

Ficou cruel, a solução encontrada pelo nosso movimento foi o governo Jango. Terminou o governo Brizola, estava instalado o do Jango. Se passou à área federal. Tratando de passar a experiência aqui do Sul para a área federal. Então no governo do Jango entre as leis delegadas se criou a Supra, Superintendência de Política e Reforma Agrária (Supra), que hoje é o Incra. Mas a Supra entrou com a filosofia do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária.<sup>549</sup>

Estadualmente, sob o comando de Elizeu Torres, a Supra passou a servir como ponte entre as entidades sem terra locais e o governo federal, pleiteando verbas que seriam direcionadas diretamente a elas ou repassadas por intermédio do Master. Nascimento Meirelles, enquanto presidente do Sindicato Rural de Trabalhadores Autônomos de Santo Ângelo e 2º secretário-geral do Master, em um Inquérito Policial Militar aberto durante a ditadura, chegou a se referir a Torres como “chefe”<sup>550</sup>. Essa indicação deve ser matizada, pois há possibilidades de Meirelles ter feito tal referência sob coação, ou mesmo, não ter dito algo semelhante. Por outro lado, ela poderia reforçar a existência do estreitamento de

---

<sup>548</sup> APERS, Processo administrativo de indenização número 4745-1200/98 referente a Nascimento Pereira Meirelles, folha 40.

<sup>549</sup> ALVES, *op. cit.*, p. 14.

<sup>550</sup> APERS, Processo administrativo de indenização número 4745-1200/98 referente a Nascimento Pereira Meirelles, folha 40.

laços entre as organizações e a vinculação direta de membros do Master com políticas do PTB.

A Supra tinha como objetivo unificar nacionalmente o debate, projetos e estratégias em torno da reforma agrária, e nesse sentido, compreende-se a sua predileção por estruturar novos sindicatos. A partir dessa política, a sindicalização passou a ser o “termômetro” do poder que entidades de cúpula, como o Master e a FAG, exerciam sobre o campo, o que muito contava na disputa entre os diferentes projetos. Como já discutimos os embates entre ambas, nesse momento cabe assinalar um indício bastante relevante encontrado entre a documentação de Nascimento Meirelles apreendida pelo DOPS. Nela, havia um bilhete endereçado a ele e assinado enquanto “Master”, sem mais especificações, que dizia:<sup>551</sup>

[...] Nossa política de Frente Única que tem tendência a ampliar-se encontrou-se com a FAG. Estamos sendo namorados por ela. Mas nós ainda tomemos medidas no sentido de tomar contato pela cúpula. Mas nada nos impede de entrar por baixo, onde estiverem perto de nós organizações boas, como é o caso de Ijuí, com o pessoal do Frei Ogenio. Neste sentido, já conversei com elementos deles, que foi um frei e um sargento, o sargento reformado Rômulo Correia. O mesmo ficou de procurar-te, se ele não o fizer, tu deves começar em Ijuí, é só citar o nome dele. O Frei Ogenio esteve comigo em Belo Horizonte, é bom! Deves começares uma frente por cima da direção de cúpula da FAG. Nessas zonas falei com eles no Rodolfo do Rincão dos Vieiras, acho que vão entender a nossa política de Frente Única. Usa as tuas manhas Meirelles.<sup>552</sup>

A partir do bilhete, percebemos uma tentativa de aproximação, “namoro”, entre Master e FAG, tida como uma forma de fortalecer a política de Frente Única. Trata-se de um vestígio inédito que assinala tendências do Master frente as demais entidades. Mesmo diante da pré-disposição em formar uma aliança, fica nítido a tentativa do Master em se manter no controle, o que era acompanhado por uma “sondagem”. Esta deveria ser feita de diferentes formas, “no sentido de tomar contato pela cúpula” e também pela aproximação entre núcleos locais (“nada nos impede de entrar por baixo”). Por último, o bilhete evidencia a centralidade das frentes de mobilização conjunta naquele momento e

---

<sup>551</sup> Por ser uma transcrição feita por parte dos militares para constar nos autos de um IPM, em certos momentos do texto houve algumas lacunas de palavras conectivas, que foram aqui preenchidas a fim de dar melhor coesão ao texto escrito.

<sup>552</sup> Bilhete datado em 02/07/1963 e anexado ao IPM para apurar as “atividades subversivas” em Santo Ângelo. APERS, Processo administrativo de indenização número 4745-1200/98 referente a Nascimento Pereira Meirelles, folha 30.

nos leva a considerar uma possível fissura interna à FAG com provável descontentamento de parte da Igreja Católica Gaúcha em relação a gestão de Ildo Meneghetti.

Assim, concluímos que a união entre diferentes movimentos sociais populares foi uma marca forte do ano de 1963. Em âmbito nacional, formou-se no início daquele ano a Frente de Mobilização Popular (FMP), que tinha a finalidade de propugnar pelas reformas de base, através de comícios realizados, palestras, distribuição de impressos, manifestos, etc. A FMP, segundo Jorge Ferreira, atuou no sentido de tensionar João Goulart para que ele assumisse imediatamente o programa reformista, sobretudo a reforma agrária. Foi uma organização liderada por Brizola e apresentou-se como uma frente unificada de esquerda<sup>553</sup>.

Tal Frente reverberou no Rio Grande do Sul, com o registro de adesão de alguns líderes sindicais que se dedicavam a questão agrária e inclusive tinham inserção em associações de agricultores sem terra locais, como foi o caso de Élide Costa, que foi tesoureira de Frente de Mobilização em Bagé<sup>554</sup>. Élide aponta que em sua cidade a atividade dessa frente foi mais intensa entre maio e junho. Já outras lideranças, como Timóteo Bombach, elencaram a centralidade da PUA ou de “comandos sindicais” nos municípios que atuavam.

Outra organização que ganhou forte adesão no RS, inclusive no meio rural, foi o Grupo dos Onze Companheiros, também denominado Comandos Nacionalistas. Assim como a FMP, o Grupo dos Onze foi um projeto extra-parlamentar de Brizola gestado no final de 1963, enquanto ele ocupava o posto de deputado federal pelo estado da Guanabara. Os Comandos objetivavam ser uma organização simples, que alcançasse as regiões mais distantes do país somando forças às reformas de base. Os discursos proferidos por Brizola através da Rádio Mayrink Veiga, prometendo que os Grupos dos Onze trariam maiores possibilidades de melhoria de vida e de efetivação da reforma agrária, caíram no gosto dos camponeses. Muitos agricultores gaúchos relacionados ao movimento camponês se apresentaram como integrantes do Grupo dos Onze, alguns dos quais prestaram depoimentos aos militares durante a ditadura. Retomaremos esses

---

<sup>553</sup> FERREIRA, Jorge. A Frente de Mobilização Popular, a esquerda Brizolista e a crise política de 1964. *Clio Série História do Nordeste*. Recife, nº 22, 2018, p.105.

<sup>554</sup> Citamos um fragmento do manifesto da Frente de Mobilização Popular gaúcha, que foi encontrado pelo DOPS entre os objetos pessoais de Élide Costa. O texto datado de 7 de maio de 1963, dentre outras coisas, clama: “As reformas de base não são o fim. As reformas de base são o início de uma nova sociedade econômica, em que teus filhos tenham assegurado o direito à vida, em que tu e a tua mulher tenham assegurado o direito ao trabalho, em que todos os brasileiros tenham o direito de participar da riqueza da pátria.” In: APERS, Processo administrativo de indenização número 5512-1200/98-9, referente a Élide Costa, folha 54.

depoimentos no capítulo seguinte, mas destacamos de antemão que o fator que os levaram a se alistar no comando se assemelha a motivação da participação nos acampamentos: a necessidade de conseguir terra para plantar e de pôr em prática a reforma agrária.

Foram, portanto, múltiplas as frentes de ação conjunta e em sua maioria, efêmeras. No entanto, elas foram fundamentais no favorecimento do apoio prestado pela Supra, que via com bons olhos o Rio Grande do Sul se espelhando em uma tendência nacional. E, sobretudo, permitiu que ao demonstrarem forças, setores populares ligados ao campo não perdessem direitos naquele momento. Ao fazê-lo, demonstravam que também detinham parcela do poder, pois tal como afirma Norbert Elias, embora o poder seja exercido de modo mais intenso por uma das partes (principalmente aquela que detém o monopólio da violência), ele nunca é exclusivo a ela<sup>555</sup>.

Por último, é preciso lembrar que a resistência no meio rural nunca é somente contra formas de organização do Estado que violam a existência do campesinato. Mas, é também contra a dominação do latifúndio. O combate a este poderia se dar individualmente ou coletivamente, através de formas cotidianas de resistência (o que se mostrou mais comum) ou por meio do confronto direto, inclusive com uso da violência.

Para resistir ao latifúndio, os camponeses tentaram por vezes dialogar com o Estado, seja requerendo terra ou ajuda no combate à exploração. Já para demonstrarem forças e angariar direitos, mesmo em face a uma política estatual desfavorável e violenta, resistiram realizando os 10 acampamentos no período em foco neste capítulo, realizaram denúncias públicas das arbitrariedades sofridas, listaram e requisitaram terras passíveis de desapropriação e procuraram fortalecer as entidades locais, seja estreitando laços com outras frentes de mobilização popular ou fundando e consolidando novos sindicatos e associações sem terra. Portanto, os camponeses gaúchos exerceram uma postura oposta a atribuição de “povo expectante” mencionada no início deste capítulo.

---

<sup>555</sup> ELIAS, Norbert. *A Sociedade de corte*: Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

### Capítulo 3 – “*Tempos sombrios e de amargas recordações*”: a repressão ao Master durante a ditadura civil-militar

Com a instauração da ditadura civil-militar no Brasil tornou-se imperativo para o governo a implementação de medidas que objetivavam “resolver os problemas do campo”. Em outras palavras, a desarticulação dos movimentos de luta pela terra passou a ser prioridade nos vinte e um anos que sucederiam 1964. Esse período, principalmente em seus anos iniciais, representou o que Palmeira (2009) afirmou se tratar de um momento de “desmobilização” dos movimentos sociais do campo.

Quanto ao Master, imediatamente após o Golpe o movimento teve sua sede arrombada pelo III Exército e suas lideranças foram perseguidas e presas. Em uma nota publicada no jornal *Diário de Notícias*, em 18 de abril de 1964, intitulada “MASTER a serviço da subversão no RGS: funcionários desaparecidos”, foi divulgado que na sede do Master teria sido verificada a existência de um “farto material subversivo”. Uma clara tentativa de legitimar o encerramento das atividades do movimento. Além disso, seus funcionários foram convocados para prestar depoimento, mas não haviam comparecido às dependências da entidade<sup>556</sup>. Para o Master iniciava-se, então, o chamado momento de “desmobilização”. Já quanto ao governo, podemos indicar que devido a mudanças institucionais e pela potencialização da violência dirigida aos opositores políticos, inaugurava-se um período de intensificação das ações repressivas, em que a suspeição era generalizada.

Anteriormente, no capítulo 2, pudemos verificar que a repressão ao campesinato não é algo exclusivo dos governos ditatoriais. O estado de exceção convertido em regra foi secularmente marcante para esse grupo, de modo a, inclusive, ofuscar o efeito do novo governo ditatorial sobre o campo. Esse seria um dos fatores que contribuiu para a inscrição no senso comum da ideia de que “no campo não houve ditadura”. Esta ideia pode ser observada, por exermos a partir das palavras de Seu Raimundi:

“É, [durante a ditadura] continuam quase que a mesma coisa né. [...] Era tudo tranquilo aqui na região, não tinha nada... Era tudo tranquilo. Ninguém incomodava...”<sup>557</sup>

No mesmo sentido, observamos a fala do filho de Seu Raimundi:

<sup>556</sup> *Diário de Notícias*, 18 de abril de 1964, p.7.

<sup>557</sup> Entrevista com João Raimundi.

“Tem alguém que diz ‘era melhor que viesse a ditadura’, mas não sabe o que que era. No interior não se tinha. Não se sabia de nada, não se sabia que prendia gente, não se sabia que sumia...no interior era apaziguado. Também só se tinha um radinho...naquele tempo...e a Voz do Brasil que eles falavam e falavam...”<sup>558</sup>

Sabemos que tal inscrição marcada no senso comum do brasileiro deve ser questionada. Para tanto, neste capítulo faremos uma investigação buscando perceber as múltiplas faces da ação ditatorial sobre o campo, e, mais especificamente seus impactos nas trajetórias de pessoas vinculadas ao Master. Portanto, a compor a narrativa e o fio analítico desta dissertação, enfatizo que as questões centrais para o presente capítulo são: Como a ditadura atuou para que o desmantelamento do Master se desse de modo definitivo? Quais tipos de contenção a ditadura expressou sobre os movimentos sociais do campo? O que aconteceu com militantes e pessoas vinculadas ao Master? Quais as marcas a repressão após 1964 deixou no campesinato gaúcho?

Além das questões acima, buscaremos perseguir algumas respostas que envolve as memórias de camponeses (principalmente os gaúchos) que vivenciaram o período. Nesse seguinte destaco os seguintes questionamentos: Quais fatores levaram a memória sobre ditadura e campesinato a ser marcada de modo a mitigar os impactos da ditadura? Como políticas públicas se relacionam com tais memórias? Mais especificamente, as memórias de alguns grupos sociais atingidos pela repressão seriam privilegiadas em detrimento de outros grupos também atingidos? Como a ditadura ficou marcada na memória dos camponeses e dirigentes relacionados ao Master?

Em um país marcado pela prática de uma violência estrutural no qual as ditaduras não se apresentaram fundamentalmente como uma ruptura para as classes subalternas, senão como um aprofundamento de tendências seculares, articular as especificidades e continuidades de períodos democráticos e ditatoriais torna-se um desafio. Sendo assim, o trabalho de diferenciar as marcas deixadas pela repressão ditatorial, seus agentes e seus dispositivos, é fundamental.

O presente capítulo se constrói no intento de para além de evidenciar a presença da ditadura e seu aparato repressivo no campo, demonstrar que é necessário um olhar mais atento para as especificidades das violações de direito nesse contexto. Ao traçar esse caminho, necessariamente somos levados também a investigar os modos com que a

---

<sup>558</sup> Entrevista com a participação do filho João Raimundi (nome não identificado).

ditadura se articulou com formas habituais da violência cotidiana e estrutural a fim de potencializar seu aparato repressivo. Os perfis dos agentes repressivos também serão centrais nessa investigação, uma vez que buscaremos apontar o fortalecimento de conexões entre poderes públicos e privados ocorridos naquele contexto. Tudo isso, tendo em perspectiva as experiências do campesinato gaúcho anteriormente ligado ao Master.

No primeiro momento será realizada uma leitura acerca das políticas voltadas para o meio rural firmadas durante a ditadura. Analisaremos como elas impactaram a desmobilização do movimento camponês e quais foram as perspectivas lançadas pela ditadura sobre o campo.

No segundo momento desse capítulo o foco estará direcionado para a atuação do Rio Grande do Sul tanto nas articulações que deram origem ao golpe, quanto na postura assumida pelo estado gaúcho nos anos iniciais da ditadura. Abordaremos também a postura assumida por alguns setores da sociedade civil que apoiaram o golpe, principalmente no que diz respeito ao posicionamento desses setores em relação a questão agrária. Por último, discutiremos a reestruturação da política agrária no estado e como essas novas medidas impactaram na implementação de novos núcleos agrícolas.

Já na terceira e última seção, iremos discutir como as novas diretrizes ideológicas e projetos de cunho estadual e federal voltados para o meio rural impactaram a vida de agricultores previamente ligados ao Master. Além disso, o foco dessa seção será voltado para as experiências vivenciadas por esses agricultores sem terra gaúchos durante a ditadura. Iremos demonstrar as várias faces da repressão de Estado a que eles foram submetidos, bem como as percepções de alguns camponeses sobre o período e os elementos que ancoram tais memórias.

### **3.1. A ditadura e a questão agrária**

A ruptura institucional lançada pelo golpe civil-militar resultou, a partir de abril de 1964, no estancamento de políticas de cunho nacionalista e desenvolvimentista defendidos até então pelo presidente cassado, João Goulart. Foram colocados em prática novos projetos para o Brasil, cujo modelo econômico resultaria essencialmente na concentração de renda e desnacionalização da economia. Por meio de diferentes frentes, tal como a política tributária, política salarial e política de investimentos é possível verificar os índices de (re)concentração de renda e terra atingidos pelo governo, além do

desmonte de medidas voltadas para as reformas de base<sup>559</sup>. Quanto a política fundiária, temática destacada nesta dissertação, apesar de encontrarmos em diversos discursos de representantes da ditadura o apelo pela reforma agrária, na prática o projeto ganharia contornos distintos dos anteriormente requeridos pelo campesinato.

De acordo com pesquisas do IBOPE realizadas às vésperas do golpe, 60% da população se mostrava favorável à reforma agrária, enquanto 30% opunham-se sistematicamente a ela<sup>560</sup>. Nesse cenário, em que a reforma da estrutura fundiária do país dividia a opinião das elites interessadas no golpe, o tema encontrado para servir de uma espécie de cola ideológica entre todos interessados em depor o governo eleito foi o anticomunismo. A temática das reformas, especialmente a agrária, seguia sendo controversa e causaria tensões entre a coalizão golpista durante um primeiro momento na ditadura. Conforme Motta (2006):

[...] para alguns dos integrantes da coalizão golpista, a menção a reformas cristãs e democráticas não tinha outro propósito além de ganhar a batalha de propaganda via mobilização de valores caros a segmentos expressivos da sociedade; no máximo, pensavam em reforma agrária como aumento dos financiamentos públicos à agricultura. Porém, havia uma ala entre os vitoriosos de 1964 dispostos a reformar a estrutura agrária, e isso causou uma das primeiras grandes fissuras entre a coalizão golpista<sup>561</sup>.

Em novembro de 1964, poucos meses após ser empossado, o general Castelo Branco promulgou a Lei 4.504, mais conhecida como Estatuto da Terra. Fruto de argumentos elaborados pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e pela Aliança para o Progresso, mas também como resultado das lutas sociais e políticas desenvolvidas nos anos anteriores ao Golpe, o Estatuto da Terra prometia ser um importante dispositivo para a regulamentação do uso da terra, um meio para promoção da reforma agrária e desenvolvimento da agricultura. Para o descontentamento de parte da elite agrária, algumas proposições do Estatuto eram as mesmas combatidas anteriormente, com destaque para a alteração constitucional que previa que as desapropriações poderiam ser realizadas a longo prazo e via títulos de dívida pública.

Mais do que isso, conforme Grynszpan, é interessante notar que o Estatuto incorporou um linguajar característico da conjuntura prévia ao Golpe. A expressão

<sup>559</sup> BNM, *Brasil: nunca mais* (BNM). Projeto A. São Paulo, Arquidiocese de São Paulo, 1985, p.60.

<sup>560</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Do outro lado da cerca: os conservadores e a reforma agrária. In: GUIMARÃES, Juarez Rocha; PAULA, Delsy Gonçalves de; STARLING, Heloisa Maria Murgel (org.). Sentimento de reforma agrária, sentimento de República. Belo Horizonte: UFMG, 2006, p.253.

<sup>561</sup> *Idem*, p.254.

“justiça social” foi empregada de modo relacional ao latifúndio, que deveria cumprir sua “função” social; enquanto a distribuição da terra em minifúndios era considerada “injusta”, por não assegurar a “liberdade” e a dignidade”<sup>562</sup>. As prerrogativas da Lei também estabeleciam os conceitos de latifúndio e minifúndio. Ao definir o que considerava um arrendamento, colonização, empresa rural, etc, o Estatuto impactou as relações de trabalho por prever a diversidade de interesses constituída pelo que entendia ser os “proprietários rurais”, “trabalhadores rurais”, “parceiros”, “arrendatários”, “ocupantes”, etc.<sup>563</sup>

Todavia, essas definições atuaram como uma faca de dois gumes. Segundo Palmeira (1989), ao mesmo tempo que possibilitou a criação de políticas específicas para cada categoria sem a necessidade de mediadores e propiciou a formação de novas identidades, a nova Lei foi também utilizada pelos tribunais e programas de governo como uma “camisa-de-força” para a contenção de virtuais transformações na estrutura agrária<sup>564</sup>. O próprio uso do termo “camponês”, empregado enquanto um emblema da identidade de classe forjado nas mobilizações anteriores, foi censurado. Segundo o autor:

Ao introduzir figuras jurídicas novas (parceiro, arrendatário, assalariado, etc.), e fazer com que o trabalhador fosse obrigado a assumi-las para o exercício das novas práticas introduzidas em sua vida pela previdência, pelos tribunais, pelo próprio sindicato, a legislação contribuía para a ruptura das identidades "tradicionais" e abria a possibilidade de uma dispersão de identidades. O problema foi agravado pela censura governamental ao uso do termo "camponês".<sup>565</sup>

Mais do que nunca, juridicamente a questão agrária estava oficialmente reconhecida, e com ela, vinha ao espaço público implacáveis conflitos de interesses. Uma parcela dos apoiadores do Estado ditatorial agora se manifestava publicamente contra o intento inicial de reforma de Castelo Branco. Com a intransigente reação de setores conservadores, o Estatuto da Terra foi aprovado, mas não foi colocado em prática. Um novo capítulo com letras mortas era escrito no Brasil, ou seja, o Estado conservador e autoritário prevaleceu frente a qualquer possibilidade de mudança.

---

<sup>562</sup> GRYNSZPAN, Mario. A questão agrária no Brasil pós-1964 e o MST. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília A. (org.). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.322.

<sup>563</sup> PALMEIRA (1989), *op.cit.*, p.95.

<sup>564</sup> *Idem.*

<sup>565</sup> Ainda de acordo com Palmeira (1989), como modo de driblar a censura e manter certo engajamento, o movimento sindical dos trabalhadores rurais passou a adotar um termo mais neutro para unir todos que viviam do trabalho da terra em uma identidade coesa. O termo escolhido para substituir “camponês” foi “trabalhador rural”. *Ibidem*, p.103.

No entanto, devemos lembrar, que apesar de mortas e paradoxais, as palavras também surtem efeito, fato que a cultura política do Brasil parece ter sempre em conta. Mesmo não tendo passado de retórica, a aprovação do Estatuto da Terra, com a inscrição de propostas progressistas, procurou gerar um efeito de acomodação à medida que ofuscava a tradicional exclusão política do campesinato e, somada à contenção imposta pela repressão, servia como dispositivo para atenuar/evitar eventuais conflitos que partissem da oposição. Em suma, com a letra morta, arranjos foram constituídos para impor e manter a nova ordem.

A contradição e ambiguidade mostraram-se inerentes ao Estatuto da Terra, o reconhecimento legal da condição subalterna do campesinato (expresso na Lei como trabalhador rural, arrendatário, etc) não era emancipador, concessões não eram concedidas (a reforma agrária estava respaldada juridicamente, mas medidas que tocassem na propriedade foram abandonadas) e a modernização era conservadora. Quanto ao último ponto, remontamos à Motta (2014):

[...] o conceito de modernização conservadora pode servir como síntese dos paradoxos e contradições do regime militar. O grande paradoxo da ditadura era expressar, simultaneamente, impulsos conservadores e modernizadores que, por vezes, geraram ações contraditórias. O desejo modernizador implicava desenvolvimento econômico e tecnológico, e, portanto, aumento dos contatos com o exterior e da mobilidade das pessoas, além da expansão industrial e mecanização agrícola. Com isso, levava-se ao aumento da urbanização e do operariado fabril, gerando potenciais tensões e instabilidade nas relações sociais e de trabalho. Já o impulso conservador estava ligado à vontade de preservar a ordem social e os valores tradicionais, o que insuflava o combate às utopias revolucionárias e outras formas de subversão e de “desvio”, aí incluídos questionamentos à moral e aos comportamentos convencionais.<sup>566</sup>

O autor complementa ainda que, “se levado às últimas consequências, o programa conservador oporia obstáculos à modernização”, por isso, algumas demandas deveriam ser acolhidas em um jogo de acomodação. Dessa forma, para que houvesse uma arrancada na modernização da agricultura, ao mesmo tempo que evitava maiores oposições, a ditadura procurou atrair camponeses quer via negociações, quer atendendo algumas de suas necessidades básicas.

No âmbito das políticas voltadas para o trabalhador rural, a política previdenciária foi uma das mais destacadas. Por meio da implantação do Programa de Assistência ao

---

<sup>566</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. In: AARÃO-REIS, Daniel, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.) *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 51.

Trabalhador Rural (PRORURAL) benefícios da legislação previdenciária urbana foram estendidos ao campo. Mais uma vez, a reação dos latifundiários era suscitada. Ao tomarem conhecimento das novas leis referentes ao trabalhador rural, os proprietários tratavam logo de tomar medidas que os isentasse dos encargos trabalhistas, assim, trabalhadores rurais eram frequentemente expulsos, demitidos, ameaçados e violentados. Com isso, o patronato forçava que novos direitos se tornassem mais uma letra morta, sem a prática efetiva. Em todo caso, com a Lei vigente, mas descumprida, o governo conseguia sair da mira de alguns conflitos que a repressão não conseguia refrear, pois eles estariam mais direcionados para o espaço privado.

Como desdobramento do PRORURAL, foi lançado o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), que assegurava a participação de sindicatos patronais e de trabalhadores nos seus conselhos e previa o estabelecimento de um convênio entre sindicatos de trabalhadores e instituições prestadoras de serviços de saúde.<sup>567</sup> Por meio de uma política assistencialista, proporcionada principalmente pelos sindicatos, o acesso de trabalhadores rurais à hospitais, médicos e dentistas, foi facilitado.

Porém, isso não significa que o autoritarismo não estivesse presente no meio rural. Conforme Motta (2014) afirma, o autoritarismo sempre esteve presente nas políticas da ditadura civil-militar. Segundo o autor, “além de útil para reprimir os inimigos ideológicos do regime, o aparato autoritário tornou-se instrumental, também, para a implantação da pauta modernizadora”<sup>568</sup>. Pelas duas frentes, repressão e modernização, o campesinato foi atingido.

Primeiramente, podemos dizer que isso aconteceu porque o caminho priorizado pela ditadura foi, de acordo com Palmeira (1989), o da “modernização do latifúndio em prejuízo daquela que era, aparentemente, privilegiada pela letra do Estatuto, a da formação de propriedades familiares”<sup>569</sup>. Nesse ponto, devemos fazer uma ressalva, pois, segundo consta, juntamente com o objetivo de extinguir o minifúndio, a ditadura expressava por meio do Estatuto da Terra que objetivava extinguir também o latifúndio. O plano seria transformá-lo gradualmente em empresa rural. Isso posto, seja visando o favorecimento das empresas rurais ou dos latifúndios, o fato é que com a ampliação das escalas de produção, favorecidas através de incentivos fiscais e da importância atribuída

---

<sup>567</sup> PALMEIRA (1989), *op.cit.*, p.99.

<sup>568</sup> MOTTA (2014), *op.cit.*, p.53.

<sup>569</sup> PALMEIRA (1989), *op.cit.*, p.96.

à exportação de produtos agropecuários e agroindustriais, a concentração fundiária tornou-se ainda mais intensa<sup>570</sup>.

Outra demonstração de autoritarismo contido na modernização conservadora foi a prática da colonização. Medeiros (2002) afirma que a partir dos anos 1970 a ditadura passou a indicar a colonização como meio de assegurar a reforma agrária. Mais especificamente, o então presidente, Emílio Garrastazu Médici, atribuiu à colonização o esforço de “levar homens sem terra a terra sem homens”<sup>571</sup>. Nesse sentido, promoveu campanhas e forçou a migração de camponeses que pleiteavam terras em regiões economicamente disputadas, como o sudeste e o sul, para regiões ainda pouco exploradas economicamente, sobretudo no centro-oeste e norte do país. A justificativa para tanto assentava-se na descentralização da economia e na criação de um mercado consumidor que pudesse contribuir para o crescimento do país. Na prática, efetuava-se aquilo que os grupos conservadores já sonhavam desde antes do golpe: transferia-se a população que estaria ameaçando o direito a grande propriedade em regiões onde a luta pela terra se desenvolveu mais intensamente para regiões onde as terras devolutas predominavam.

Foi assim também no Rio Grande do Sul, quando camponeses organizados já enquanto parte do MST reativaram os acampamentos no estado. Uma das mais emblemáticas tentativas de impor o projeto de migração para os camponeses gaúchos, talvez tenha acontecido durante a ocupação da fazenda Encruzilhada Natalina. Ali, foram praticados ataques contra os sem terra por quase um ano, tendo sido mais intensos nos meses iniciais. De 30 de junho de 1981 até o final do mês seguinte, o local foi considerado “área de segurança nacional” e foi sitiado pelo Capitão Sebastião Rodrigues de Moura, conhecido como Major Curió<sup>572</sup> durante a sua atuação no massacre da Guerrilha do Araguaia.

---

<sup>570</sup> MEDEIROS (2002), *op.cit.*, p.26.

<sup>571</sup> *Idem*, p.27.

<sup>572</sup> Ressalto que apesar da alcunha semelhante, o Capitão Sebastião Rodrigues de Moura não apresenta ligação com o Cel. Gonçalino de Carvalho Curió, personagem já conhecido nesta dissertação. O Capitão Sebastião Rodrigues de Moura, ou simplesmente Major Curió, fez carreira no Centro de Informações do Exército (CIE), onde foi designado para estar no comando de operações em que guerrilheiros do Araguaia foram capturados, conduzidos a centros clandestinos de tortura, executados e desapareceram. Por essa e outras atuações em que impôs a força utilizando-se das mais diversas artimanhas Major Curió foi elogiado pelo chefe da 2ª seção e coordenação executiva do Centro de Operações de Defesa Interna/Comando Militar do Planalto (CODI/CMP), que afirmou que o Capitão “na árdua tarefa de combate à subversão, demonstrou não somente coragem e arrojo, como habilidade e imaginação na solução dos problemas com que se deparou”. Em outra ocasião, o general da Brigada Confúncio Danton de Paula Avelino, chefe do CIE, se referiu ao Major Curió como “Oficial dotado de larga experiência e comprovada eficiência nos trabalhos de informações, com grande espírito de iniciativa e coragem pessoal, planejou e executou difíceis e arriscadas missões em várias regiões do território nacional”. O Rio Grande do Sul aparece entre os estados do Brasil em que Major Curió serviu demonstrando sua “criatividade” para torturar. CNV – Comissão

O capitão Sebastião Rodrigues de Moura tinha um objetivo claro, para além de desfazer o acampamento, ele tentou colocar em prática o projeto de transferência dos camponeses para as regiões mais ao norte do país. Segundo, Salete Campigotto e seu companheiro, Antônio Campigotto, lideranças daquele acampamento e do MST<sup>573</sup>, o Major Curió inicialmente agiu de forma mais “amena” “para conquistar o povo”, mas, gradualmente, foi minando a entrada de pessoas e alimentos no acampamento.

Ele foi apertando o cerco, foi organizando para que o pessoal fosse conhecer Mato Grosso e Bahia. Inclusive, colocou dois aviões da força aérea brasileira para levar o povo para conhecer Cerra do Ramalho, na Bahia, e Lucas do Rio Verde, no Mato Grosso. O pessoal foi. A partir daí, o coronel começou a aumentar a forma de vigilância e a forma de controle e de repressão. Dentro das repressões que ele fez, foi, o [...] assoalhamento do lago onde lavávamos roupa. Ele trouxe uma enfermeira de Passo Fundo, ela dizia que haviam feito análise da água e a água estava contaminada, então, tinham que esvaziar. A polícia foi lá e secou o lago que a gente lavava roupa. Nas fontes um pouco próximo ao lago [...] os caras começaram a lavar os cavalos e jogar merda de cavalo na água, foi coisas bem forte. Controlava a saída e a entrada de todo mundo, para entrar ou sair tu tinha que apresentar o RG<sup>574</sup>.

Das cerca de 600 famílias que estavam acampadas, Salete afirma que metade decidiu migrar para o Mato Grosso, tanto pela promessa da conquista da terra, quanto por medo<sup>575</sup>. O número total de famílias ali presentes foi endossado por Ênio Borges e Isaias Vedovatto, também lideranças do MST e acampantes em Encruzilhada Natalino, que afirmaram que desse total, 380 famílias migraram para a localidade de Lucas do Rio Verde, Mato Grosso. Conforme Borges enfatizou “se hoje aquilo lá é município, foi esse povo, levado enganado, forçado as famílias, de sair chorando do acampamento, percebia desespero, mas era tanta pressão e cinquenta homens do exército levando...”<sup>576</sup>

Contrastando com o cenário de fome forçada e água contaminada imposto ao acampamento, do outro lado da cerca estaria o acampamento dirigido pelo Major Curió, por si só persuasivo devido a estrutura composta por médicos, enfermeiros e,

---

Nacional da Verdade. Mortos e desaparecidos políticos, Volume I. Brasília, CNV, 2014 – disponível em <http://www.cnv.gov.br/relat%C3%B3rios.html>. Acesso em: 03/01/2022, p.674, p.927.

<sup>573</sup> Como já colocado, mesmo o MST sendo uma espécie de herdeiro político do Master no Rio Grande do Sul, não será possível enfatizar todas as ações repressivas vivenciadas pelo movimento. Entretanto, resalto que o caso de Encruzilhada Natalino, mais do que ilustrar como uma política da ditadura foi colocada em prática, aponta também que os agentes repressivos continuavam sendo os mesmos e, com o tempo, sofisticavam seus métodos de ação.

<sup>574</sup> Entrevista com Salete Campigotto e Antoninho Campigotto realizada em 09 de novembro de 2018, no município de Ronda Alta.

<sup>575</sup> *Idem*.

<sup>576</sup> Entrevista com Ênio Borges e Isaias Vedovatto realizada no dia 10 de novembro de 2018, no município de Ronda Alta.

principalmente, “boia à vontade para dizer: ‘lá [no Mato Grosso] vai ser assim’.”<sup>577</sup> Desse modo, compreende-se que artimanhas repressivas e persuasivas foram utilizadas para subsidiar um projeto de governo “feito para os homens do campo”.

Certamente houve resistência, tanto em relação a permanecer acampado e pleiteando pela terra no local de origem ou por pequenas demonstrações de força, como a efetivação de reuniões clandestinas nos acampamentos e a recusa de cantar o hino nacional na presença dos militares<sup>578</sup>. Por outro lado, tornam-se compreensíveis as razões que levaram muitos a se transferirem para outras regiões do país, que em alguns casos tiveram de deixar devido à estrutura precária e a falta de recursos financeiros para iniciar o cultivo das novas terras. O reflexo dessa dinâmica foi a intensificação do êxodo rural no Brasil, implicando no prejuízo do modo tradicional de existência do campesinato.

Paralelamente à escassez de recursos destinados aos camponeses, podemos apontar a transferência por meio de licitações, do patrimônio fundiário da união para particulares, principalmente na área da Amazônia Legal. Tratava-se de uma política de alienação de terras públicas à conglomerados interessados na especulação do valor da terra, respaldada pelas Forças Armadas<sup>579</sup>. Nesse sentido, tal como Cassol expressa, “o principal gargalo dos problemas do campo no Brasil” era projetado na esfera da produção. Na perspectiva do governo, a elevada concentração fundiária seria um problema de ordem econômica e não fruto da má distribuição da terra<sup>580</sup>. Em outras palavras, a ideia era que a concentração seria bem-vinda desde que gerasse aparentes ganhos econômicos.

Desse modo, o Estado procurou atrair para dentro de sua máquina interesses ligados ao capital fundiário. Com o aprofundamento da confusão entre espaço público e privado, aproximações e elos já existentes instalaram-se definitivamente no interior do aparelho do Estado. O interesse privado sobre o mercado de terras passou a tomar, em nome do Estado, decisões para o próprio favorecimento econômico. Segundo Palmeira (1989),

Se, no passado, os interesses da grande propriedade rural se faziam sentir através do Legislativo e da articulação de clientelas pessoais dentro da burocracia estatal, agora é a própria garantia da condição de proprietário e a própria criação de oportunidades econômicas que passam por dentro da máquina estatal. É como se o mercado de terras passasse a atravessar a máquina do Estado. O Estado deixa de ser apenas um regulador externo desse mercado<sup>581</sup>.

---

<sup>577</sup> *Idem.*

<sup>578</sup> Isso teria acontecido, segundo Ênio Borges, também durante o acampamento em Encruzilhada Natalino.

<sup>579</sup> PALMEIRA (1989), *op.cit.*, p.97-98.

<sup>580</sup> CASSOL, *op.cit.*, p.160.

<sup>581</sup> PALMEIRA (1989), *op.cit.*, p.100.

À medida que a política da ditadura deu abertura para que o Estado se tornasse mais centralizado, o trabalho de dominação também foi se complexificando. Abria-se espaço para novos padrões, relações trabalhistas e para novas organizações estranhas ao sistema tradicional de dominação<sup>582</sup>. Como desdobramento das várias faces do processo de modernização, novas relações sociais foram traçadas, resultando naquilo que Palmeira (1989) denominou como “novo sistema de posições”. O trabalhador rural foi desvinculado das suas condições tradicionais de produção, sociabilização e representação política. No âmbito da produção, como já discutido, viu-se correlatamente o êxodo rural, aumento da concentração de terra e de renda. Já no que tange a esfera da sociabilização e da representação política, um dos elementos a ser destacado é a reforma no sindicalismo rural.

O novo sindicalismo rural projetado pela ditadura implicou na descontinuidade do processo organizativo iniciado pelo campesinato no período anterior. No imediato pós-golpe ocorreu uma massiva intervenção nos sindicatos, associações, federações e Ligas de trabalhadores rurais. Conforme consta na CCV:

Algumas entidades não puderam ser criadas, outras foram fechadas, diretores e lideranças foram presos, torturados, perseguidos ou desapareceram. As instituições que permaneceram funcionando, mesmo com diretoria simpática ao regime, foram submetidas a constante vigilância do sistema repressor. Havia controle sistemático das eleições sindicais e, não raro, candidatos eram impedidos de concorrer; reuniões, assembleias e cursos de formação eram invadidos, interrompidos ou inviabilizados e dirigentes de sindicatos, federações e da CONTAG, rotineiramente, sofriam interrogatórios e eram levados a prestar esclarecimentos sobre suas atividades em delegacias e quartéis<sup>583</sup>.

Conforme pode ser apreciado no fragmento acima, a intervenção nos meios de representação dos trabalhadores rurais e agricultores sem terra foi “sistemática”, atingindo também o coração dessas entidades, a Contag. Ainda de acordo com a CCV, a intervenção realizada pelo governo civil-militar na Contag foi imediata e coordenada pelo Ministério do Trabalho. A entidade passou a ser controlada, inicialmente por um interventor e, até 1968, permaneceu sob a influência de membros ligados aos Círculos Operários Católicos. Segundo Cleia Porto e Marco Antônio Teixeira, alguns setores da Igreja Católica se aliaram com os militares no intuito de manter abertos os canais de

---

<sup>582</sup> *Idem*, p.100-101.

<sup>583</sup> COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE, *op.cit.* p.92.

representação sindical dos trabalhadores rurais, principalmente aquelas sob controle da Igreja, mas, com a presença de interventores que os controlassem internamente. Para que essa orientação pudesse ser firmada, antigas lideranças da Contag foram perseguidas, entre elas, Lyndolpho Silva, que foi preso, exilado e teve seus direitos cassados.

É notável que apesar da significativa intervenção e fechamento de algumas entidades, a ditadura optou pela não eliminação completa dos sindicatos, mas, pela impressão de uma “outra direção, mais condizente com os novos tempos”<sup>584</sup>. Essa “brecha” deixada pela ditadura foi explorada inicialmente de forma tímida, apoiada em reivindicações pela vigência das alterações na Constituição promulgadas durante a própria ditadura.

A condição para a Contag permanecer existindo foi a adoção de uma postura insuspeita, mas que já poderia, se não abalar, ao menos arranhar a continuidade das relações sociais na agroindústria. A luta pelo cumprimento da legislação que já embalara as mobilizações no pré-64, durante a ditadura permaneceria ativa<sup>585</sup>. A partir de 1968, como desdobramento de resistências internas, membros contrários às medidas interventoras conseguiram se eleger como representantes da Contag, iniciando uma fase em que a reorganização nacional dos trabalhadores rurais foi favorecida e a luta por direitos pode ser travada de um modo um pouco mais expressivo.

No que se refere a postura assumida pelos grupos dominantes do campo quanto a política sindical implementada durante a ditadura, podemos apontar duas tendências distintas. A primeira diz respeito a recusa sistemática em estabelecer vínculos empregatícios com trabalhadores rurais ligados aos sindicatos ou que, simbolicamente (com a exigência de que o emprego fosse formalizado pela assinatura da carteira de trabalho, por exemplo) reforçavam as reivindicações dos sindicatos. Segundo o estudo de Moacir Palmeira (2009), empreendido tendo como foco a zona canavieira do Pernambuco na década de 1970:

Se, em 1962-63, ter a carteira de trabalho regulamentada era quase uma condição para obter trabalho, em 1964-65 era o inverso. Só tinha praticamente condições de acesso ao trabalho o trabalhador sem vinculações ao sindicato e disposto a abrir mão de prerrogativas legais. Assim, além de ser suspeito ao proprietário o trabalhador que frequentava o sindicato, havia uma pressão muito grande no sentido de os trabalhadores abdicarem de seus direitos.<sup>586</sup>

---

<sup>584</sup> MEDEIROS (1989), *op.cit.*, p.88.

<sup>585</sup> PALMEIRA (2009), *op.cit.*, p.194

<sup>586</sup> PALMEIRA (2009), *op.cit.*, p.186.

Por outro lado, a burocratização sindical, como parte da modernização conservadora, em algumas localidades, também representou para a elites locais uma forma de controle dos trabalhadores rurais. A partir do estímulo conferido pelas prefeituras e fazendeiros, novos sindicatos foram formados para representar trabalhadores rurais. Além disso, nos anos iniciais da ditadura, sindicatos e associações já existentes foram transferidos para a esfera de controle de setores conservadores da Igreja Católica. Esses pontos de poder local pautavam as políticas dos sindicatos de trabalhadores rurais nos projetos da Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural)<sup>587</sup>. Ou seja, ao primar pelo assistencialismo como função essencial dos sindicatos, tal como Motta (2018) expõe, “no fundo, o objetivo era despolitizar os setores populares e mantê-los excluídos das disputas pelo poder”<sup>588</sup>.

Apesar disso, não podemos pressupor uma lacuna no engajamento político do campesinato, mesmo nos anos iniciais da ditadura. A significativa perda política e desmobilização dos movimentos da luta pela terra foram acompanhadas por outras táticas de resistência. Como já apresentado, a própria existência da Contag e a possibilidade de manutenção do movimento sindical, ainda que limitados, já indicavam a possibilidade de manter acesa a luta por direitos. Para além das manifestações de resistência já discutidas, em que pese o surgimento de muitos sindicatos controlados por poderes alheios à luta política do campesinato, a Contag “procurava, através da busca de direitos reconhecidos, constituir uma nova rede de relações e contrabalançar o peso do poder local”<sup>589</sup>, mitigando a influência de mecanismos de controle e impedindo a domesticação do movimento. Ademais, paradoxalmente, o próprio conjunto das ações promovidas em nome do projeto “modernizador” da economia, ao atingir uma gama variada de personagens na luta fundiária, como os “atingidos por barragem”, os seringueiros, os indígenas e os próprios colonos do sul do país<sup>590</sup>, suscitou nesses sujeitos, marcadamente a partir da década de 1970, ações mais diretas e combativas nas lutas por terra no Brasil.

Certamente, tais ações traziam agora uma nova roupagem, novos terrenos de atuação e personagens que possibilitaram que as lutas travadas no início da ditadura,

---

<sup>587</sup> O Funrural foi instituído a como a finalidade garantir a aposentadoria do trabalhador rural por meio de uma tributação especial de seu ganho.

<sup>588</sup> MOTTA (2018), *op.cit.*, p.118.

<sup>589</sup> MEDEIROS (2002), *op.cit.*, p.24.

<sup>590</sup> Sobre os novos atores da luta pela terra e os novos referenciais de discussão sobre a reforma agrária forjado a partir dos anos 1970, ver: MEDEIROS, Leonilde Sévolo. *Movimentos Sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ e UNRISD, 2002, p.24-30.

essencialmente de caráter defensivo e de resultados modestos, pudessem ser ampliadas e voltassem a ganhar espaço nas disputas, marcando a configuração da luta pela terra que viríamos a conhecer principalmente durante o processo de abertura política no Brasil. Podemos afirmar também que esses novos movimentos se inspiraram nas mobilizações existentes antes do golpe, basta lembrar a já mencionada relação entre Master e MST<sup>591</sup>.

Porém, apesar de herdeiros, tratava-se de outras lutas. A ditadura geraria o desaparecimento definitivo do Master e das Ligas Camponesas. Seguimos para a análise de como isso se deu e os impactos nas trajetórias de pessoas ligadas ao Master. Passemos, antes, para uma breve apreciação sobre as ações políticas do governador Ildo Meneghetti durante a ditadura.

### 3.2. Os anos iniciais da Ditadura civil-militar no Rio Grande do Sul

“O Golpe triunfou, sobretudo porque triunfou, também, no Rio Grande do Sul.” Essas palavras, marcam a apresentação do artigo redigido por Diego Konrad e Rafael Lameira, que se propõem a discutir a centralidade do estado do Rio Grande do Sul, então governado por Ildo Meneghetti, nas articulações que levaram ao golpe de 1964. Os autores iniciam relatando os primeiros passos tomados pelo governador no dia 1º de abril de 1964, quando logo pela manhã, “Meneghetti, literalmente, fugiu do Palácio Piratini pela porta dos fundos” em direção a Passo Fundo<sup>592</sup>. Rumo ao interior do estado, onde instalaria a sede provisória do governo, o governador seguia uma logística traçada previamente<sup>593</sup>, demonstrando que os desdobramentos do golpe já estavam previstos por ele, que foi um dos seus articuladores<sup>594</sup>.

---

<sup>591</sup> Para saber mais sobre a relação entre esses momentos que surgiram no Rio Grande do Sul, ver: CASSOL, Tiago Perinazzo. “*Os sem-terra voltaram, os sem-terra voltaram...*”: uma análise sobre a história e as trajetórias dos movimentos de luta pela terra no Rio Grande do Sul (1960-1980). Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

<sup>592</sup> Ao longo dos três dias em que Meneghetti esteve governando em Passo Fundo, o já citado chefe da polícia Armando Prates Dias foi nomeado como a principal autoridade da capital responsável por inibir as manifestações populares. WASSERMAN, *op.cit.*, p.60.

<sup>593</sup> KONRAD, Diorge; LAMEIRA, Rafael F. O golpe civil-militar de 1964 e o Rio Grande do Sul: historiografia e história. In: BATISTELLA, Alessandro (org.). *O golpe civil-militar de 1964 no sul do Brasil*. Chapecó: Argos, 2014, p. 1-2.

<sup>594</sup> Cabe lembrar que após o discurso de Goulart no dia 13 de março de 1964, Meneghetti reuniu-se em Porto Alegre com os governadores de São Paulo, Adhemar de Barros e da Guanabara, Carlos Lacerda, para articular uma atuação contra o governo federal.

A transferência temporária da sede do governo para Passo Fundo era uma das estratégias planejada por Meneghetti para evitar que, assim como ocorreu em 1961, fosse organizada uma Cadeia da Legalidade, capaz de conter o golpe em ação. Junto a essa medida, o governador requisitou o controle das emissoras de rádio e televisão no momento imediato ao golpe e dispôs da máquina estatal para sustentar o movimento sedicioso. Em outras palavras, Meneghetti garantiu que o estado berço do trabalhismo, e por consequência, de Brizola e Goulart, não prestaria abrigo aos seus rebentos e não resistiria àquele movimento que, era vendido pelos conspiradores como “salvação da pátria”<sup>595</sup>.

Os desdobramentos desse episódio são amplamente conhecidos, não estando no escopo deste trabalho reiterá-los. Interessa aqui enfatizar as medidas direcionadas à questão agrária, ao Master e ao campesinato ligado a ele. No entanto, alguns aspectos relevantes às ações tomadas pelo governador naquele momento devem ser destacados de modo a contextualizar a nova conjuntura na qual os camponeses foram inseridos. Nesse mesmo intuito, alguns setores civis que combatiam o Master serão retomados, juntamente com as conexões que os ligavam entre si.

Antes, destacamos dois aspectos notáveis sobre as medidas tomadas por Meneghetti naqueles dias iniciais da ditadura: a resistência ao golpe no estado era representativa e temida, por isso, era necessário pôr em prática tais estratégias; como desdobramento, as ações repercutidas no RS, “para o bem ou, como de fato foi, para o mal”<sup>596</sup> foram centrais e decisivas para a consolidação do golpe.

A despeito das várias declarações alarmistas em tom de ameaça, lançadas pelo governador do estado<sup>597</sup> e setores conservadores e liberais alertando sobre o perigo de um

<sup>595</sup> PADRÓS; LAMEIRA, *op.cit.*, p.36-37.

<sup>596</sup> KONRAD; LAMEIRA, *op.cit.*, p.3.

<sup>597</sup> Como uma das mais graves denúncias que partiram do Governo Meneghetti quanto a um suposto golpe que estaria sendo planejado pelas esquerdas, citamos a declaração de Plínio Cabral, Chefe da Casa Civil, feita ao *Correio do Povo* em dezembro de 1963. Naquela ocasião, Cabral denunciou que “estava em marcha um movimento revolucionário” programado para ocorrer no início de janeiro. Segundo ele, governo já teria impedido o ímpeto desse “golpe” por duas vezes, mas, ao publicizar esse feito, fazia um alerta para que a população também se mobilizasse contra os “inimigos da nação”. Segundo Gilberto Calil, um dos autores que comenta esse episódio, a declaração gerou uma crise política pela repercussão que ganhou. A Assembleia Legislativa convocou os secretários da Justiça e da Segurança Pública para prestarem esclarecimentos, o que, segundo o autor, foi recusado pelos mesmos, visto que sabiam que a denúncia era forjada. Posteriormente, o Secretário da Administração Estadual, Antônio Pires, viria a comentar sobre o episódio. De acordo com ele, em nome da Secretaria de Justiça, ele, juntamente José Antônio Zuza Aranha, foram à Assembleia com intuito de subsidiar a declaração de Plínio Cabral. “No único e ligeiro encontro entre eu, José Antônio Zuza Aranha e Plínio Cabral para ajustamento dos ponteiros, acordou-se que se fosse necessário nominar o chefe da conspiração, este seria chamado de Otávio. Zuza, no seu depoimento que

golpe tramado pelas esquerdas, como sabemos, a articulação e consumação do golpe partiu daquele próprio grupo. Sob a justificativa de defender as instituições democráticas, e com ela, proteger a “harmonia social”, tais declarações eram lançadas como estratégia de desestabilização da situação política. A conspiração foi arquitetada estando subsidiada em ganchos ideológicos que serviriam para angariar consenso e apoio de parte da população civil, enquanto a força militar repressiva também atuava para fundamentar o golpe. De acordo com Padrós e Lameira, o golpe de Estado de 1964 foi “a parte mais visível de um amplo movimento civil-militar” que objetivou tanto a derrocada de movimentos sociais e projetos nacional-reformistas, quanto se tratou de uma ação política que aglutinou amplos setores das classes dominantes que, a partir de uma leitura de mundo comum (sustentada fundamentalmente pelo anticomunismo e pela Doutrina de Segurança Nacional), buscaram implementar um projeto de modernização conservadora.<sup>598</sup>

Em nível regional, de acordo com Cláudia Wasserman, a gestão de Meneghetti desde o início de 1963 não só antecipou um modelo repressivo na direção dos movimentos sociais que repercutiria em todo o país com a ditadura, como desde o princípio articulou estratégias para sustentar o golpe. Ao perseguirmos as relações estabelecidas entre chefes militares, lideranças políticas estaduais, grande imprensa e a alta cúpula da Igreja Católica gaúcha, inúmeros exemplos de momentos conspiratórios para subsidiar o golpe veem à tona, de modo que tal como a autora sugere, não é possível ignorar o papel das diversas forças estaduais para compreendermos a historiografia da ditadura brasileira. Um desses exemplos, citado por Wasserman, diz respeito aos contatos sistemáticos mantidos entre o deputado udenista Poty Medeiros, ex-Chefe de Polícia do Rio Grande do Sul na década de 1930, com Adalberto Pereira dos Santos e com o general Benjamim Galhardo. O primeiro, comandante do III Exército, viria a ser vice-presidente

---

antecedeu o meu em um dia, confundiu-se e nomeou Osvaldo em vez de Otávio. Tive de confirmá-lo. *O certo é que nunca existiu nem Osvaldo nem Otavio. Foi coisa de fértil imaginação ... O relevante é que termos aproveitado a ocorrência da opinião pública para o que se passava [sic]. Foi um alerta". Seu depoimento é revelador sobre a estratégia utilizada para angariar apoio e mobilizar a população civil a favor de medidas que estariam sendo articuladas para manter a “ordem”. Tal como Pires confessa, afirmações inverídicas foram forjadas no intuito de “aproveitar a oportunidade para agitar ideias e pregar na ofensiva.” CALIL, Gilberto Grassi. Os Integralistas e o Golpe de 64. In: *História & Lula de Classes*. V.1. 1964: O Golpe de Estado. Rio de Janeiro: ADIA, 2005, p.65.*

<sup>598</sup> PADRÓS; LAMEIRA, *op.cit.*, p.34.

do general Ernesto Geisel em 1973. O segundo, foi secretário de segurança pública do Meneghetti além de comandante da 6ª Divisão<sup>599</sup>.

Por meio da obra de Dreifuss, sabemos que contatos contínuos também foram estabelecidos entre Saint Pastous, então presidente da Farsul, e os generais Penha Brasil e Mourão Filho com a finalidade de articular linhas de ação para a luta contra o governo de Goulart. O plano, traçado desde 1961, foi esquematizado para ser executado em várias fases. De acordo com Dreifuss:

A primeira fase duraria até as eleições do Legislativo, de 1962, que precisavam ser ganhas, assegurando a eleição do maior número possível de deputados, mobilizando também outras forças contra o governo. O comércio e a indústria tinham de angariar os recursos financeiros para apoiar as eleições, por um lado, e o movimento contrarrevolucionário, por outro, e um comitê financeiro precisava ser formado. O pessoal militar ficaria encarregado das articulações no campo das operações militares propriamente ditas. As táticas combinadas entre o general Penha Brasil, do IBAD, o general Mourão Filho e Pastous sem surpresa alguma se adequavam às linhas de ação do complexo IPES/IBAD. De acordo com o general Mourão Filho, esta foi “a primeira reunião civil-militar, o início da conspiração contra o governo de João Goulart”<sup>600</sup>.

As reuniões referenciadas por Mourão Filho foram as articulações iniciais que originariam o golpe, mas, como ele se daria conta posteriormente, não eram as únicas no Brasil. Importa-nos aqui, reafirmar algo que já foi destacado anteriormente: as forças que financiaram a campanha eleitoral de Meneghetti em 1962 com volumosos recursos fizeram também parte das articulações do golpe. Se o general Mourão Filho desenvolveu um importante trabalho de articulação entre civis e militares, ligando-se a UDN, PSD e ao próprio Ildo Meneghetti<sup>601</sup>, o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul (IPESUL)<sup>602</sup> foi a entidade responsável por estabelecer essas conexões com ainda mais primazia.

---

<sup>599</sup> A nomeação para este último cargo citado, em 1963, foi controversa e chegou a ser publicamente repudiada pelo próprio Goulart<sup>599</sup>. WASSERMAN, *op.cit.*, p.55.

<sup>600</sup> DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado. Petrópolis: Vozes. 3ª Ed. 1981. p.374.

<sup>601</sup> *Idem*, p.378.

<sup>602</sup> IPESUL se originou como uma extensão, a nível do estado do Rio Grande do Sul, do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). Para saber mais sobre o IPES e o IPESUL, ver, respectivamente: DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado. Petrópolis: Vozes. 3ª Ed. 1981; MORAES, Thiago Aguiar de. “*Entreguemos a empresa ao povo antes que o comunista a entregue ao Estado*”: os discursos da fração “vanguardista” da classe empresarial gaúcha na revista “Democracia e Empresa” do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul (1962-1971). Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

Caracterizado por Dreifuss como “guarda-chuva político de várias associações empresariais”<sup>603</sup> no Rio Grande do Sul, o IPESUL representava as principais entidades de classe no estado, o que lhe conferia importância econômica e política<sup>604</sup>. No que diz respeito a posição ocupada pela questão agrária dentro da entidade, logo de início percebemos que a Farsul procurou fortalecer seus interesses ao se articular no IPESUL. O historiador Thiago A. de Moraes aponta que no período que antecedeu ao golpe, portanto, no período em que a Farsul tinha o Master como seu principal inimigo, 5 dos 29 sócios-fundadores do IPESUL pertenciam à Farsul<sup>605</sup>.

Além disso, Moraes cita um interessante despacho de 6 de abril de 1962 do agente consular estadunidense em Porto Alegre afirmando que “IPESUL will receive financial assistance in the form of fees from individuals and firms and all studies that may be completed will be made public. *IPESUL is particularly interested in the study of the agrarian reform problem*”<sup>606</sup>. Esse discurso, ao permitir entrever a opinião estadunidense a respeito da criação do IPESUL no Rio Grande do Sul, demonstra a centralidade da questão agrária à época. Mais do que uma oposição direcionada ao projeto nacional-reformista (como costumava ser mais comum em documentos referentes ao IPES), o discurso era claro ao afirmar que o foco do IPESUL deveria ser o estudo do problema agrário. Em se tratando de um documento produzido no calor dos acampamentos e ações realizadas pelo Master, não há como desconsiderar a repercussão exercida pelo movimento à época. Junto ao reconhecimento da força do Master, para os setores que seguiam o projeto liberal-conservador vinha a convicção de que era necessário combatê-lo.

Nesse intuito, que vinha acompanhado pela justificativa de combate ao comunismo, sabemos que a Igreja Católica também se articulou, culminando na criação da FAG no RS. Após o Master ser desmantelado pela ditadura, a FAG pôde deter a hegemonia da organização dos trabalhadores rurais gaúchos. Assumindo uma postura mais assistencial do que política, tal como era recomendado pelo governo ditatorial, a

<sup>603</sup> DREIFUSS, *op.cit.*, p.374.

<sup>604</sup> MORAES, *op.cit.*, p.51.

<sup>605</sup> Os nomes citados pelo autor são: Kurt Weissheimer, Paulo Simões Lopes, Antônio Chaves Barcelos e João Alves Osório e Antônio Saint Pastous de Freitas. *Idem*.p.53.

<sup>606</sup> “O IPESUL receberá auxílio financeiro na forma de subsídios de pessoas físicas e jurídicas e todos os estudos que venham a ser concluídos serão tornados públicos. O IPESUL está particularmente interessado no estudo do problema da reforma agrária”. INNAUGURATION of Economic and Social Research Institute, do agente consular dos Estados Unidos da América (EUA) em Porto Alegre para o Departamento de Estado dos EUA, Porto Alegre, RS, 06/04/1962. Localização: NARA II, RG 59, Publication Number C-80 dos microfilmes, Records of US Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil 1960-1963, Rolo 12. *Apud* MORAES, *op. cit.*, p.53. Fragmento traduzido do original em inglês; grifos nossos.

FAG procurou se estabelecer em locais anteriormente marcados pela ação do Master, assim como criou outras entidades, contabilizando-se pelo menos 206 novos sindicatos criados durante a ditadura.

Uma outra frente de combate ao Master que também se aliou à ditadura, ou pelo menos ao golpe, foi a mídia, especialmente o jornal *Correio do Povo*. Como visto anteriormente, este jornal defensor dos ideais liberal-conservadores não poupou críticas ao Master e a projetos de reforma agrária progressistas. O jornal mais importante do estado era também vinculado ao IPESUL, e após o golpe permaneceu intimamente ligado à ditadura devido a relações pessoais travadas entre o dono do jornal, Breno Caldas, e o General Costa e Silva por conta do gosto comum por cavalos e comunhão de interesses políticos e econômicos. Desse modo, a ditadura foi apontada pelo jornal como “o único caminho para salvar o Brasil”<sup>607</sup>.

O *Correio do Povo* e Ildo Meneghetti apresentam em comum não apenas o apoio e relevância dentro do quadro político que culminou na ditadura, como também podemos apontar que, ironicamente, ambos foram atingidos pelo novo regime. O primeiro não conseguiu se esquivar da censura, enquanto o segundo teve seu governo interrompido pela ditadura ao ser prematuramente substituído por Walter Peracchi Barcelos<sup>608</sup>, em 1967.

Peracchi Barcelos foi eleito indiretamente pela Assembleia Legislativa após ter sido escolhido como governador mais apto por uma convenção da Arena<sup>609</sup>. Sua gestão duraria até 1971, portanto, as ações cometidas contra camponeses que serão apontadas neste capítulo fundamentalmente compreenderam as gestões de Peracchi Barcelos e Meneghetti. Cabe ainda salientar que a ênfase maior recai sobre a gestão do último citado não só devido às ações tomadas no âmbito da questão agrária no momento anterior à ditadura como também durante esse período.

A despeito da redução no volume de informações presentes em relatórios produzidos pelo IGRA entre o ano de 1963 e 1964, as atividades que pudemos coletar como desenvolvidas pelo órgão tornam nítido que após a ditadura acentuou-se a tendência da gestão de favorecer setores de maior “dinamismo econômico” no meio rural<sup>610</sup>. Gehlen

---

<sup>607</sup> CUNHA, Luiz Cláudio. Máximas e mínimas: os ventos errantes da mídia na tormenta de 1964. In: PADRÓS, Enrique. Et al. (org.). *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Porto Alegre: Corag, 2009, p.111-112.

<sup>608</sup> Walter Peracchi Barcelos foi coronel da Brigada Militar e, em 1962, havia sido eleito a deputado estadual pela lista do IPESUL.

<sup>609</sup> WASSERMAN, *op.cit.*, p.62.

<sup>610</sup> REBELLO, *op.cit.*, p.94.

afirma que a partir de setembro de 1964 as desapropriações judiciais da região de Sarandi foram transformadas em “amigáveis”, com a indenização superfaturada do valor a ser pago. A facilitação para que as terras fossem reconcentradas, em voga desde 1963, ainda de acordo com o autor, após a ditadura teria se acentuado devido a redução do prazo admitido para a transferência do título das terras: se antes eram 10 anos, agora o prazo passara para 5 anos, o que aumentava a pressão para que os assentados vendessem a terra aos grandes fazendeiros, ainda que a preços baixos. Essas alterações ocorriam sob a égide da Inspeção de Terras, instituição que mantinha contatos regulares com membros associados da Farsul.

O estudo de Gehlen repercutiu ainda uma outra denúncia em relação às terras na região, que outrora fora marcada pela maior efervescência das lutas camponesas no estado. O autor afirma que não houve mais assentamentos na região de Sarandi depois de 1964, só voltando a acontecer em 1979<sup>611</sup>. Contudo, ao realizarmos as entrevistas de história oral na referida região, percebemos que esse apontamento do autor é algo controverso, pois, alguns de nossos entrevistados afirmam terem recebido o título definitivo de posse nos fins de 1964 e 1965. Um deles, inclusive, nos mostrou tal documentação. Portanto, é possível que o golpe tenha interditado a ocorrência de novos loteamentos, mas, alguns já previstos seguiram a distribuição tal como o esperado, ao menos na região de Sarandi.

Quanto à área do Banhado do Colégio, outro palco de intensos conflitos em torno da reforma agrária no pré-1964, de acordo com Pires, passou pelo mesmo processo de estancamento da distribuição de terras previstas desde 1962. Durante a ditadura, as terras devolutas de Camaquã foram negociadas e trocadas, exigindo uma reconfiguração do território. Os registros indicam que somente em 1971 ocorreu alguma negociação em função da proposta de desapropriação. Na ocasião, 4.174 ha foram entregues aos agricultores sem terra<sup>612</sup>. Acerca do embargo nas distribuições de terras ocorrido em Camaquã, um camponês que lá residia relatou:

Tem muita gente que, vamos dizer, que ganharam o terreno e não ganharam a terra. Então tem alguns aí ainda, morando, que não ganharam terra, a colônia, vamos dizer, só ganharam um terreno, esperando a segunda remessa, ou a terceira, e isso não chegou nunca. E estava pronto tudo, estava tudo programado para ter continuação isso aí, mas depois da revolução de 64, aí findou, não teve mais, parou

---

<sup>611</sup> GEHLEN, *op.cit.*, p. 140.

<sup>612</sup> PIRES, Pedro M. Ribeiro. “*Alta demagogia política*”: os debates e embates na Câmara de Vereadores de Camaquã-RS em oposição à reforma agrária do Banhado do Colégio. (1962-1964). Trabalho de Conclusão de Curso, Departamento de História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020, p.89.

tudo... mas eles estão aí morando até hoje, esperando, para ter uma colônia, aí... fracassou, fracassou mesmo...<sup>613</sup>

Acerca da distribuição das terras do Banhado do Colégio é importante considerar que ela já estava paralisada desde o início de 1963. Com a descaracterização do IGRA ocorrida nesse período, os proprietários de terras limítrofes ao Banhado já realizavam negociatas e denúncias contra supostas invasões do movimento sem terra em áreas que consideram como propriedade particular. O que mudou durante a ditadura foi que os fazendeiros passaram a gozar dos benefícios advindos dos investimentos públicos, possibilitando a valorização do patrimônio, sem contestação e com aval de poderes públicos. Além disso, os agricultores antes denunciados passaram a ser indiciados pela Lei de Segurança Nacional (nº 1802/53, substituída pela LSN de 1967).

Tanto os apontamentos sobre o Banhado do Colégio, quanto os sobre Sarandi, são reveladores do modo como o direito e a nova ordem foram usados para frear as iniciativas de reforma agrária no estado. Apesar de serem apontamentos direcionados a regiões específicas, é possível que situações semelhantes tenham ocorrido no Rio Grande do Sul como um todo. Se a necessidade anteriormente atuou como motor das reivindicações, a repressão (seja ela institucional ou por meio da coação) agora se mostrava como motor para o silêncio.

A inviolabilidade da estrutura fundiária concentrada nas mãos de poucos foi a regra durante a ditadura. No Rio Grande do Sul, a concentração de terra foi oficialmente favorecida pelo Estado com a assinatura do decreto-lei n.º 4.781. Os termos desse decreto lançado nos fins de setembro de 1964 referiam-se à permissão para “alienação, em concorrência pública, de bens imóveis do Estado”. Ou seja, estava autorizada a venda, mediante a concorrência pública, de terras pertencentes ao Estado, incluindo aquelas desapropriadas por Brizola para ser direcionada à reforma agrária<sup>614</sup>.

O decreto previa que a prioridade da venda seria concedida àqueles que não possuísem terras ou aqueles com propriedade inferior a 25 hectares. Contudo, os preços da terra eram elevados e o decreto não previa auxílio inicial à produção. Sem as condições de financiamento “amigáveis” para os agricultores sem terra, favoreceu-se a aquisição de

---

<sup>613</sup> Entrevista concedida à Marluza Harres por um agricultor residente no Banhado do Colégio não identificado pela autora. Data da entrevista: 25 de outubro de 1999. HARRES (2006), Marluza. Silêncio e ressentimentos: Trabalhando com memórias. Memória e história da reforma agrária do Banhado do Colégio: Camaquã, RS, Brasil – 1962-1972. *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXXII, n. 1, p. 127-141, junho 2006, p.138.

<sup>614</sup> REBELLO, *op.cit.*, p. 106.

terras do patrimônio do Estado por aqueles que detinham mais recursos, ou seja, por aqueles que na ótica do estado poderiam fomentar o almejado desenvolvimento econômico<sup>615</sup>.

Esse processo de concentração de terras, previsto pelo decreto-lei 4.781, ocorreu por intermédio do IGRA. Vale lembrar que o Instituto já vinha sofrendo com significativa descaracterização de suas funções originais desde a posse de Meneghetti, além de ter tido reduzido o número de funcionários e, com isso, a sua operabilidade. Segundo Rebello, após a ditadura ocorreu uma nova reestruturação do IGRA. Por meio das determinações lançadas pela Comissão Especial de Reforma Agrária, ele deixaria de ser direcionado exclusivamente para os agricultores sem terra ou com pouca terra e abriria espaço para o beneficiamento de outros setores do campo<sup>616</sup>.

Rebello cogita que terras que tiveram a desapropriação anteriormente anunciada pelo IGRA, mas que não apresentam indícios de terem sido distribuídas, possam ter sido incorporadas pela lógica do novo decreto que agora orientava as decisões do Instituto. A ênfase nos discursos da gestão Meneghetti permaneceu sendo sobre a centralidade das terras devolutas para a execução de projetos de colonização. Mas, com o anúncio do decreto-lei 4.781, como observado, as terras devolutas passaram por um processo de alienação que não favoreceu a reforma agrária, tampouco novos projetos de colonização foram lançados.

Ademais, é importante ressaltar um outro aspecto da reestruturação promovida no interior do IGRA que se veria muito atuante no pós- golpe. Ainda de acordo com Rebello, o IGRA além de deter maior controle sobre os assentamentos, ganhou também poderes coercitivos. Já em fevereiro de 1964, o governo Estadual lançou o Decreto 16.486 que estendia ao IGRA as seguintes funções: “baixar portarias de louvor ou censura e aplicar penas disciplinares, nos termos da legislação em vigor”. Portanto, a partir daquele ano foram legitimadas as práticas repressivas e de perseguições promovidas pelo órgão estadual<sup>617</sup>.

Portanto, se a instauração da ditadura civil-militar foi saudada por diversos setores de orientação liberal-conservadora como sinônimo da manutenção da ordem, restaria nos questionarmos que ordem seria essa. Aos termos em vista as alterações de âmbito institucional voltadas para a questão agrária no RS, podemos notar a adoção de um recorte

---

<sup>615</sup> *Idem*, p.107.

<sup>616</sup> *Ibidem*, p.92

<sup>617</sup> *Idem Ibidem*, p.101.

econômico excludente, com benefícios voltados para as classes que conspiraram conjuntamente em favor do golpe. Além disso, podemos afirmar que se no início da gestão Meneghetti havia ainda uma aparente busca pelo diálogo com agricultores, promessas de distribuição de terras e apuração de casos de violência, com o passar dos meses eles foram ficando mais escassos até se extinguirem. Pouco antes do golpe, mas, já envolvido em conspirações, o governo oficializa o aval a práticas repressivas e o favorecimento de setores dominantes. A ditadura foi instaurada, dando ainda mais possibilidades de aprofundar ações nesse sentido, com o adicional de que as formas de contestação foram esvaziadas.

### **3.3. O impacto da ditadura civil-militar sobre o Master e seus apoiadores**

Nos momentos imediatos que sucederam o golpe civil-militar, populares ocuparam as ruas e rádios de Porto Alegre na tentativa de reeditar a Campanha da Legalidade de 1961. Entre as entidades que manifestaram apoio ao mandato de Goulart estava o Master. Contudo, não demoraria para que representantes do movimento camponês gaúcho tivessem que deixar não só as ruas da cidade, como também suas casas e ações em favor da reforma agrária para trás na tentativa de escapar de retaliações públicas, prisões e torturas. Sete dias após a instauração da ditadura a sede do Master, depois de ser arrombada e vasculhada, foi fechada definitivamente e as pessoas relacionadas a ele foram perseguidas<sup>618</sup>.

A perseguição às lideranças do Master, com a respectiva abertura de inquérito de investigação, não foge à regra apontada pelo Projeto Brasil Nunca Mais (BNM), que constatou que a repressão aos trabalhadores rurais e apoiadores da reforma agrária foi mais comum no imediato pós-golpe<sup>619</sup>. O grande volume de processos abertos contra esses indivíduos mirava a apuração e punição das atividades desenvolvidas por organizações camponesas no período democrático. Alguns deles tiveram sua fase policial iniciada ainda antes de abril de 1964, demonstrando a constância do monitoramento<sup>620</sup>.

Antes que a ditadura completasse duas semanas em vigor, mais precisamente no dia 12 de abril de 1964 foi lançada uma “Ficha Informativa” nº 5312, CM17/Y5, de caráter confidencial, da Agência de Porto Alegre, indicando que Milton Serres Rodrigues, primeiro presidente e fundador do Master, encontrava-se preso “no SESME, por práticas

---

<sup>618</sup> *Diário de Notícias*, 18 de abril de 1964, p.7.

<sup>619</sup> BNM, *op.cit.*, p.85

<sup>620</sup> *Idem*, p.86.

de atividades subversivas”. O documento afirma que após ter seu mandato de vereador cassado, Serres havia sido “preso pelo DOPS a fim de esclarecer suas atividades em Encruzilhada do Sul”<sup>621</sup>. Entre as atividades que os militares julgavam ser necessário o esclarecimento estava a atuação de Serres junto ao Master, bem como o suposto aliciamento dos camponeses para que houvesse resistência armada no episódio de Faxinal.

O vice-presidente do Master, Rosauro Charlat de Souza foi indiciado em junho de 1964 na “Investigação Sumária e Inquérito Policial Militar para apurar atividades subversivas no município de Uruguaiana”. Durante as investigações, Charlat foi considerado como “comunista atuante” e teria se utilizado da presidência da associação uruguaianense do Master para dirigir “sessões onde era pregada a subversão e a violência e até mesmo mandando ensinar aos lavradores como poderiam combater com sucesso contra as Forças Armadas Nacionais”. Não há qualquer depoimento de Charlat para a polícia, que indicava que ele deixou “de ser ouvido neste IPM como indiciado, por ser ignorado seu paradeiro atual”, permitindo-nos supor que ele tenha fugido para evitar a prisão<sup>622</sup>.

Outro dirigente do Master que pudemos localizar como indiciado em um IPM foi Euzébio de França Filho. O processo contra ele, diferentemente dos citados até agora, foi aberto um pouco mais tarde, ainda que também na fase inicial da ditadura, em junho de 1966. Não que anteriormente seu nome não tivesse tramitado na Auditoria Pública, pelo contrário. Logo após a ditadura ser instaurada, Euzébio foi requisitado por diversas vezes para prestar depoimento, mas, ele estava refugiado no Uruguai.

Tendo ele regressado para o Brasil anos depois, o estopim para a abertura de um inquérito especificamente voltado contra ele foram os discursos que realizou durante as festividades de um clube local de Alegrete, nos quais França teria se apresentado como “inconformado com a ordem” e saudado Brizola nas entrelinhas. No entanto, ao longo do processo os acontecimentos desse episódio mais recente iriam se mostrar apenas como um pretexto para que uma série de outras acusações subsidiassem a abertura do inquérito. O ponto pelo qual os militares pareciam estar mais interessados trata-se da trajetória de

---

<sup>621</sup> Arquivo Nacional. APA ACCN 10483/84.

<sup>622</sup> (APA ACE CNF 014717/87 – Arquivo Nacional). Os Inquéritos referentes a Milton Serres Rodrigues e a Rosauro Charlat de Souza foram citados em um dos artigos no qual participo como coautora, intitulado “Ninguém foi preso pelo fato de ser agricultor sem-terra e sim por ser agitador’: a repressão ao movimento dos agricultores sem-terra do Rio Grande do Sul no início dos anos 1960”. GASPAROTTO *et al*, *op.cit*, p.71.

França enquanto apoiador da reforma agrária e, mais em específico, sobre as relações dele com Padre Alípio de Freitas<sup>623</sup>, a quem ele acompanhara durante a caravana do padre pelo RS no início da década de 1960.<sup>624</sup>

A documentação produzida para investigar França é bastante extensa e inclui vários depoentes, entre eles Flavio Bisch Fabres, um capitão da cavalaria armada gaúcha, que relata ter sido designado pela Brigada para acompanhar o comício do Pe. Alípio realizado em Santo Ângelo. Segundo ele, seu objetivo era monitorar os discursos dos palestrantes e anotar a presença de todos os acompanhantes do padre. A centralidade dada a esse relato é notável, o que nos leva a considerar que o ocorrido no período democrático sustentou a ordem de prisão que o indiciado recebeu.

Notavelmente, muitas condenações se sustentaram nos preceitos do anticomunismo e, conseqüentemente, na Doutrina de Segurança Nacional. No caso de França, frequentemente ele aparece caracterizado como pessoa envolvida em “movimentos de subversão da ordem”, mas não há maiores especificações sobre esses movimentos e a coleta de provas se baseou principalmente em depoimentos de pessoas ligadas aos círculos militares. Assim, sua condenação e incursão no artigo 12 da Lei n.1802<sup>625</sup> parece se fundamentar na impressão de que o réu “tem vivido em permanente estado de conspiração facciosa”, pois teria discursado contra a ditadura e “pregado pela reforma agrária”. Contudo, o documento não dá maiores informações que possam subsidiar tais acusações.

Ao longo da pesquisa tivemos contato também com IPMs envolvendo Romeu Barleze e Nascimento Meirelles, que atuaram como 2º vice-presidente e secretário do Master, respectivamente. Esses inquéritos, diferentemente dos citados acima, foram encontrados não em um acervo composto por documentações produzidas pela ditadura. Ao invés disso, os inquéritos foram anexados nos processos administrativos abertos no

---

<sup>623</sup> O Padre Alípio de Freitas foi um conhecido religioso da ala progressista da Igreja Católica nos anos 50 e 60 no Brasil. Devido a ações que realizou junto aos camponeses do Nordeste e as pregações sobre as reformas de base por todo país, principalmente a agrária, Alípio de Freitas foi afastado da Igreja Católica. Com o golpe de 1964, Alípio se exilou no México, regressando clandestinamente ao Brasil dois anos depois, já treinado para ações de guerrilha. Em 1970, ele foi preso, torturado e se viu respondendo a dois processos com base na Lei de Segurança Nacional.

<sup>624</sup> BNM, *op.cit.*, p.65. Nesse documento as marcas da preocupação principal dos militares foram expressas não só pela ênfase no assunto, como também por grifos. Em uma das páginas, os inquisidores frisaram “a missão de Padre Alípio nessas conferências era falar sobre a reforma agrária”.

<sup>625</sup> A Lei Nº 1.802, de 5 de janeiro 1953 em seu artigo 12 determina que aqueles condenados por “incitar diretamente e de ânimo deliberado as classes sociais à luta pela violência” deverão pagar pena de 6 meses a 2 anos de reclusão. Diário Oficial da União - Seção 1 - 7/1/1953, Página 273

final da década de 1990 e início dos anos 2000 com a finalidade de cobrar justiça pelas práticas violentas dirigidas aos presos políticos durante o período de prisão. Em outras palavras, tratava-se de provas que subsidiaram os processos de indenização previstos pela Lei Estadual nº 11.042/1998, que reconheceu a responsabilidade do Estado do Rio Grande do Sul por ter causado danos físicos e psicológicos a pessoas presas por motivação política no período compreendido entre 1961 e 1979.

A viúva de Euzébio França, Jucinete Carneiro França, chegou a abrir um processo junto a Comissão Especial de Indenização, alegando que o marido ficou preso por seis meses durante a década de 1970, mas não sabia se ele havia sido seviciado. Como sabemos por meio do IPM apresentado acima, a prisão de França de fato ocorreu e nos dá margem para considerarmos que houve coação, mas, Jucinete França não conseguiu ter acesso a provas, o que resultou no indeferimento do processo de indenização a uma importante liderança do Master. Quanto as outras lideranças que compunham a diretoria do Master, não pudemos localizá-las em nenhum dos fundos pesquisados, o que nos leva às considerações a seguir sobre a natureza das fontes, especificidades da repressão no meio rural, dificuldade do acesso à reparação e enraizamento da impunidade no Brasil.

De acordo com o levantamento realizado pela Comissão Camponesa da Verdade, ao menos 1.196 camponeses e apoiadores foram mortos ou desaparecidos entre os anos de 1961 e 1988. Onze deles eram gaúchos, mas nenhum teve relação com o Master. No que diz respeito ao número de camponeses atingidos por IPMs e processos da Justiça Militar, a CCV se baseou nos dados lançados pelo Projeto Brasil Nunca Mais (BNM) para apontar 662 nomes<sup>626</sup>, dentre os quais ao menos 71 eram de camponeses gaúchos que se envolveram com a bandeira da reforma agrária no período anterior ao golpe<sup>627</sup>.

Neste número foram contabilizados nomes de camponeses que atuaram tanto como indiciados, quanto testemunhas e declarantes nos IPMs. A inclusão das três categorias torna-se oportuna e nos dá uma boa base sobre o alcance da repressão no campo, pois mesmo indivíduos que não ocuparam a posição de “réu” foram detidos, coagidos no momento do depoimento (inclusive sendo seviciados) e, como se verá

---

<sup>626</sup> Os dados citados podem ser consultados no Relatório da Comissão Camponesa da Verdade, especialmente nos anexos I – “Lista de camponeses atingidos por IPMs e processos na Justiça Militar”; II – “Lista de camponeses e apoiadores mortos ou desaparecidos de 1961 a 1988”. COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE, *op.cit.*, p.408-447.

<sup>627</sup> Dos 662 nomes de camponeses atingidos por IPMs e processos da Justiça Militar, 116 eram provenientes do Rio Grande do Sul. O número de 71 camponeses envolvidos com bandeiras compartilhadas pelo Master presentes nos processos foi alcançado após cruzar os 116 nomes com o conteúdo dos seus respectivos processos.

adiante, pelo fato de terem passado pela polícia, muitos sofreram consequências nas comunidades, como retaliações e exclusão social.

Tais números ainda refletem uma série de especificidades dos diferentes acervos e fontes, tornando o trabalho bastante complexo. A começar que entre os números mencionados acima não estão presentes lideranças que mesmo sem origem camponesa atuaram na linha de frente da reforma agrária, portanto, boa parte da diretoria do Master não foi nele incluída. Além disso, são dados provenientes do BNM que, como sabemos, fez um importante trabalho de salvaguarda e posteriormente de sistematização das fontes, mas, ele não esgota todos os inquéritos.

Os Inquéritos foram produzidos de maneira desordenada, fragmentada e sob a “lógica da desconfiança”<sup>628</sup> da ditadura. Esta lógica era guiada pelo emprego exacerbado dos ditames da Lei de Segurança Nacional e pelo rigor punitivo em relação àqueles considerados antagonistas ao governo. Por outro lado, se a punição era usada como forma de controle, é necessário pontuar que raramente tratou-se de uma punição oficial com os supostos crimes sendo julgados pelo Supremo Tribunal Militar. Mais comum que uma investigação oficializada pela abertura de inquéritos, era uma investigação extraoficial, silenciosa, apesar de molestante. Em outras palavras, como prática comum durante a ditadura, pessoas eram presas e seviciadas nas dependências de instituições públicas sem que processos contra elas fossem oficialmente abertos, o que pressupõe que os atingidos nessas circunstâncias eram subnotificados, com esparsos registros que chegam até nós.

Já no que se refere aos registros realizados pelos militares através dos IPMs, a perspectiva de quem produziu essa documentação fica muito evidente. De modo geral, é possível distinguir duas caracterizações manifestas sobre os camponeses: a primeira, que identifica os camponeses investigados como “manipulados”, ingênuos e massa de manobra dos políticos trabalhistas e comunistas; e a segunda, que os definem como “perigosos”, normalmente são definidas assim as lideranças ligadas ao Master.

Tal classificação já apresenta indícios entre a diferença de tratamento e os tipos de violência praticada naquele ambiente investigativo, o que pode ser aprofundado por outras fontes. Por exemplo, Nascimento Meirelles, cujo processo de Indenização afirma que ele sofreu sevícias e houve maus tratos no período em que esteve detido no Presídio do Exército, é caracterizado de modo bastante hostil no IPM que foi aberto contra ele. Neste documento, os militares o descrevem como pessoa

---

<sup>628</sup> KUSHNIR, *op.cit.*, p.578.

muito ativa na política e nos movimentos subversivos. Participou da concentração de agricultores sem-terra que se reuniram em primeiro de maio de 1962 no interior de Santo Ângelo, depois do movimento foi um líder. Também participou ativamente do comício frustrado de Padre Alípio. Recebeu cartas de funcionários da Supra. É astuto e cheio de artimanhas nas suas manifestações ideológicas extremistas. Participou em muitas ocasiões dos movimentos do comando sindical de Santo Ângelo. É tido como pessoa influente neste meio e reconhece como comunistas todos os que se acham à frente dos sindicatos. Recolheu muitas assinaturas de agricultores para seu Movimento dos Sem Terra. É pessoa ligada aos falados Grupos dos Onze inclusive formou grupos. É pessoa que reza pela cartilha de Brizola e seguia os julgamentos e pregações desse deputado<sup>629</sup>.

Como é possível apreender no fragmento acima, Nascimento Meirelles é enquadrado na segunda categoria citada. Na perspectiva dos militares, Meirelles “é pessoa influente” nos ambientes comunistas, se estendendo a ele essa classificação, bem como a de ser um “elemento subversivo”. O fato de Meirelles ser militante do PTB é desconsiderado, ademais, a admiração que nutria por Brizola, (ou nas palavras dos militares, por ser alguém que “reza pela cartilha de Brizola”) já era uma prova da implicação “comunista” do líder camponês. Em suma, a centralidade de Meirelles na luta pela terra do Rio Grande do Sul impactou para que ele fosse descrito como elemento perigoso e subversivo, e isso, por sua vez, possivelmente culminou na intensificação da repressão que foi dirigida a ele.

Um segundo elemento bastante destacado nos IPMs, que inclusive pode ser observado na caracterização acima de Nascimento Meirelles, é a incansável vinculação atribuída entre o Master e o Grupo dos Onze. Como mencionado no capítulo anterior, de fato, muitos camponeses vinculados a luta pela terra no RS se alistaram no grupo dos Onze Companheiros, concebido e propagandeado por Brizola, principalmente porque acreditavam que ao assinar a listagem do Comando poderiam concretizar o sonho de “conseguir terra” ou “melhorar de vida”. Nesse sentido, Potiguara Meirelles recorda de quando ele, ainda menino, fundou dez Grupos de Onze na região de Entre-Ijuís juntamente com seu pai, Nascimento Meirelles:

Quando formamos os Grupos de Onze a adesão era por vontade própria de cada um dos que acreditavam nas Reformas de Base apregoadas por Jango Goulart e fiz parte como coordenador dos grupos formados com pessoas no interior de Santo Ângelo<sup>630</sup>.

<sup>629</sup> Inquérito Policial Militar anexado *In*: APERS, Processo administrativo de indenização número 4745-1200/98 referente a Nascimento Pereira Meirelles, folha 29.

<sup>630</sup> Entrevista de Potiguara Meirelles concedida à Vicente dos Santos Schneider em 2011. *In*: SCHNEIDER, Vicente dos. *Rebeldia e resistência: a oposição à ditadura civil-militar em Santo Ângelo* relatada por seus

Enquanto isso, outros camponeses aparecem em nossas fontes afirmando que desconheciam o Comando, seja por temer represálias durante o inquérito ou porque de fato o desconheciam.

Dentre o grupo de camponeses gaúchos inquiridos sobre o Grupo dos Onze, havia aqueles que mesmo analfabetos tinham se vinculado a ele, assinando a listagem por meio da impressão digital. Nesse caso, era comum que militares os caracterizassem como ingênuos e manipulados. Foi o que aconteceu com Gerdau dos Santos, agricultor iletrado, membro da Associação de Agricultores Sem Terra de Passo da Taquara. Ao ser questionado pelo inquisidor do Exército sobre “como uma pessoa assina um documento sem saber a finalidade do mesmo”, Gerdau dos Santos, responde que “para a gente que é analfabeto, quando alguma pessoa nos pede para assinar documentos nós pensamos que são para coisas boas.”

Mas, se isso de fato ocorreu com Gerdau dos Santos, talvez tenha sido exceção. A própria fixação por definir os agricultores enquanto pertencentes ao Grupo dos Onze (mesmo alguns de fato não sendo ou desconhecendo suas finalidades) demonstra que a ditadura procurou enquadrar o indiciado na Lei de Segurança Nacional e puni-lo como era previsto pela Lei. Com isso, agricultores considerados “perigosos” por terem atuado em favor da reforma agrária foram forçados a confessar vinculações com o Grupo de Brizola. A esse respeito, remontamos à Carolina Detoffol para apresentar o ocorrido com o Sr. Arquimino Assman, agricultor de Gaurama, norte do RS. Em depoimento ele afirmou que “‘sempre ouvia num pequeno rádio a voz de seu ídolo político Leonel de Moura Brizola’ o que bastou para ser tachado e apontado como articulador de ‘grupo de 11’ e, foi chamado à Delegacia de Polícia de Gaurama e depois trazido à Erechim”. A pesquisa da autora, realizada no Jornal Diário da Manhã, segue descrevendo:

Arquimino ficou preso durante seis dias. Queriam obrigá-lo a confessar que possuía armas escondidas no porão de sua casa [...] foi amarrado no pau de arara, surrado e torturado até com pingos de gasolina que caíam sobre sua cabeça. Também não recebeu comida nem água. Enquanto esteve preso, a sua casa foi invadida por homens armados, que procuravam por armas. Quando foi solto, Arquimino chorava constantemente, quase não falava e nem queria receber visitas. [...] Depois que foi preso Arquimino nunca mais foi o mesmo: quando falava algo, anunciava que aviões estavam sobrevoando a sua casa, passava o tempo todo afiando uma faca e entrava e saía constantemente

do paiol. Chegou até ameaçar de matar a mulher e os filhos e acabou sendo internado no Hospital Psiquiátrico São Pedro, em Porto Alegre<sup>631</sup>.

Entre tantos outros casos emblemáticos de agricultores presos e torturados por serem vinculados ao Grupo dos Onze, destacamos a triste trajetória do agricultor Leopoldo Chiapetti, militante do Grupo dos Onze em Mariano Moro. Detido ilegalmente desde 30 de abril de 1964, Chiapetti teve a sua atuação política interrompida pelo Cel. Gonçalino de Carvalho Curió, responsável por levar o agricultor à morte, em 21 de maio de 1965. De acordo com a investigação da Comissão Nacional da Verdade, Leopoldo Chiapetti:

[...] sofreu torturas físicas (incluindo choques elétricos e afogamento em água gelada) e psicológicas para que revelasse informações sobre as ações do Grupo dos Onze. Foi deixado nu na cela e sem comunicação durante todo o período em que esteve preso. Leopoldo foi internado em 3 de maio em função de lesões resultantes das torturas a que fora submetido e ficou sob custódia da polícia no Hospital Santa Terezinha, em Erechim. Foi libertado em 21 de maio, sendo obrigado, contudo, a comparecer semanalmente à delegacia de Severiano de Almeida para assinar o livro dos “elementos vigiados”. Com a prisão e as torturas praticadas a mando do coronel de Brigada Gonçalino Curió de Carvalho, Leopoldo teve sua saúde debilitada. Ao ser libertado, realizou tratamento médico durante meses, mas não resistiu e morreu no dia 21 de maio de 1965. Segundo Jofre Laurau, também preso e perseguido como integrante do Grupo dos Onze, a morte do amigo decorreu das graves lesões corporais que sofreu, e não de “choque operatório”, versão que consta em sua certidão de óbito. De acordo com Artêmio Mocelin, a família de Leopoldo precisou vender sua pequena propriedade rural para poder arcar com os custos do seu tratamento. Leda, uma de suas filhas, que à época tinha sete anos, teve de fazer tratamento médico e psicológico por ter acompanhado a prisão do pai e, posteriormente, por tê-lo visto desfigurado pelos maus-tratos<sup>632</sup>.

\*\*\*

Se as questões sobre a natureza da fonte defrontada ao mesmo tempo que abrem novas possibilidades de pesquisa apresentam limites, o modo com que o Estado brasileiro lidou com o reconhecimento dos atingidos pela ditadura no campo torna o trabalho de sistematização dos dados ainda mais complexo. Segundo estudos da CCV, o número de

<sup>631</sup> DETOFFOL. Carolina. História da resistência à ditadura em Erechim, Gaurama e Viadutos entre 1964 e 1965. *Vestígios do passado: a história e suas fontes*. IX Encontro Estadual de História – ANPUH RS, Porto Alegre, 2008, p.8.

<sup>632</sup> CNV – Comissão Nacional da Verdade. Mortos e desaparecidos políticos, Volume III. Brasília, CNV, 2014 – disponível em <http://www.cnv.gov.br/relat%C3%B3rios.html>. Acesso em: 03/01/2022.

mortos e desaparecidos no campo chega a ser setenta vezes maior do que os reconhecidos pelo Estado<sup>633</sup>.

Com isso, concordamos com Pesavento, quando afirma que no trabalho historiográfico “há traços visíveis, explícitos, mesmo quantificáveis, mas há outros que não se dão a revelar senão pelo esforço do imaginar e que dão conta do universo mental dos homens de um outro tempo, imperceptíveis à vista, quase invisíveis ou subterrâneos, renitentes a serem mensurados”. Ao trabalharmos fundamentalmente com repressão cometida contra o campesinato, adentraremos no campo das sensibilidades, da profundidade a que a realidade se apresenta<sup>634</sup>. Nesse trabalho, os “traços explícitos, quantificáveis” apresentam-se em grande medida de forma opaca ou subestimada, e isso se dá através do não reconhecimento oficial do Estado sobre as violações e através da desconsideração das especificidades que estas ações repressivas podem assumir no meio rural. Além disso, devemos salientar também que, no caso das Comissões da Verdade formadas (estaduais ou nacional) para efeitos de reparação pública houve a predileção pelo casos em que agentes públicos foram os responsáveis pelas ações repressivas e mortes, deixando de fora da sua conta tais ações quando cometidos por fazendeiros sem participação de agentes públicos. Portanto, dentro dessa busca por sentidos no fazer histórico, apontar números precisos de camponeses vítimas da repressão torna-se extremamente complicado, senão impossível. Eles certamente multiplicam-se quando levamos em conta a violência não tão “explícita”.

Torna-se, então, necessário ampliar o escopo do entendimento sobre a repressão no campo, e tal como recomendado pela CCV, ter um olhar aguçado considerando como crimes cometidos contra camponeses, para além das ações mais facilmente identificadas, como mortes, desaparecimentos forçados e torturas ocorridas, também a violência entendida como ameaças, perseguições, expulsão da terra, prisões arbitrárias e outras ações contra pessoas e grupos no campo<sup>635</sup>. Entender como a ditadura se articulou com a característica tácita e contínua da repressão no campo, torna-se de suma importância para

---

<sup>633</sup> A CCV chegou a essa afirmação após comparar os números apontados pelo livro ‘Camponeses mortos e Desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição’ e os números da ‘Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos’, ambos da Secretaria de Direitos da Presidência da República. COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE, *op.cit.*, p. 61.

<sup>634</sup> PESAVENTO, Sandra. O corpo e a alma do mundo: A micro-história e a construção do passado. *História Unisinos*, 2004, p.186.

<sup>635</sup> COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE, *op.cit.*, p.61.

que a presença da mão de ferro do estado ditatorial seja identificada agindo também no meio rural.

É significativo que muitos camponeses atingidos pela ditadura afirmem que os piores momentos foram vivenciados após a saída da prisão, seja porque as sequelas psicológicas e/ou físicas se tornaram latentes ou porque mesmo em liberdade, permaneceram segregados socialmente. No processo encaminhado para fins de indenização pela família de Nascimento Meirelles, por exemplo, fica evidente que problemas físicos já existentes foram agravados durante a prisão, comprometendo substancialmente a qualidade de vida de Meirelles e contribuindo para seu falecimento precoce. Preso no dia 5 de abril de 1964 aos 60 anos de idade, sob a acusação de “liderar os sem-terras e de fundar um grupo dos 11”<sup>636</sup>, Meirelles passou as primeiras semanas incomunicável na prisão. De acordo com sua família, devido à falta de assistência médica nesse período, teve complicações em uma lesão que já possuía no braço, nunca mais tendo se recuperado completamente. Além disso, passou a sofrer com problemas no coração. Devido aos danos psicológicos decorrentes do período detido “recolheu-se completamente” e juntamente com sua família, passaram a ser chamados de “jagunços comunistas”. A discriminação perante o meio que vivia repercutiu na exclusão econômica e perda de emprego, levando-o a depender de favores até o momento de seu falecimento.

Sequelas semelhantes são comuns também a outras trajetórias investigadas nessas documentações. Budelon Rosales, preso pela primeira vez em agosto de 1964 e novamente em 1970 em decorrência de sua atuação pregressa como presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Camaquã (ligado ao Master) relata ter sofrido lesões físicas durante os interrogatórios que culminaram no agravamento de uma hérnia que possuía na virilha. Além do dano físico que resultou na necessidade de intervenções cirúrgicas, Budelon declarou que após ser libertado foi humilhado em público. Por temer a sua morte, teve que partir para a clandestinidade, deixando esposa e filhos sem amparo<sup>637</sup>.

Como traço comum nos pedidos de indenização desse grupo de camponeses, evidencia-se que o estigma da prisão e da suspeição de vinculação ao comunismo se

---

<sup>636</sup> Inquérito Policial Militar anexado *In*: APERS, Processo administrativo de indenização número 4745-1200/98 referente a Nascimento Pereira Meirelles.

<sup>637</sup> APERS, Processo administrativo de indenização número 5097-1200/98-6 referente a Francisco Budelon Rosales. Folha 15.

desdobrou em problemas econômicos e impactou círculos de relações mais próximas<sup>638</sup>. Nesse sentido, Belarmino Otero Ribeiro, pequeno agricultor vinculado ao Master e proprietário de uma casa de secos e molhados em Santo Antônio das Missões, afirmou que após ser preso não conseguiu mais recuperar o prestígio social e perdeu seu negócio. Isso se deu porque até mesmo familiares e amigos temiam estabelecer relações com ele, “justificando que tinham medo devido a repressão da época”. Desse modo, o êxodo rural e a mudança de cidade foram o caminho encontrado para que ele e sua família pudessem viver longe do estigma que os marcava na localidade de origem.

Wilson Silveira de Arruda<sup>639</sup>, secretário-geral do Master e plantador de arroz, encaminhou um relato escrito a próprio punho à Comissão Especial de Indenização sobre o período em que esteve na mira da repressão. Nessa carta-testemunho é possível apreender como a prisão que vivenciou impactou sua saúde e lhe causou danos econômicos e materiais. Arruda afirma que no ato de sua prisão foi empurrado da escada de sua casa e ao cair dilacerou a rótula do joelho, o que lhe redeu uma crônica dificuldade de locomoção. Ademais, Arruda revela que enquanto estava detido no SESME buscou a ajuda de amigos para cuidar de sua plantação. No entanto, ao ter conhecimento disso, o superintendente do IGRA, Paulo Rabello, proibiu que essas pessoas o ajudassem, justificando que “subversivo não poderia plantar”. O resultado foi a perda de toda a lavoura<sup>640</sup>.

A discriminação sofrida por Belarmino Ribeiro e a impossibilidade do recebimento de ajuda por parte de Wilson Arruda parecem ter raízes em comum. O medo gerado na comunidade a partir de “efeitos demonstrativos” apareceu, em ambos os casos citados, possíveis arestas de solidariedade e culminou em um movimento de exclusão social daqueles que estavam marcados pelo estigma do comunismo e da subversão da ordem por outrora terem militado em prol da reforma agrária. Por sua vez, esses efeitos demonstrativos foram forjados pela “cultura do medo”, muito marcante no período ditatorial. A este respeito Bauer discorreu:

O uso generalizado e institucionalizado do clima de suspeição, dos sequestros, da tortura, dos desaparecimentos, das mortes criou nessas sociedades um “efeito demonstrativo”, que atingia não somente aqueles

---

<sup>638</sup> GASPAROTTO *et al.*, *op.cit.*, p.174.

<sup>639</sup> Além disso, há registros de que Wilson Silveira de Arruda também atuou na formação de Associação de Agricultores Sem Terra de Camaquã e foi um dos fundadores da Cooperativa Agrária de Lagoa Negra Ltda, com sede em Lagoa Negra, distrito de Viamão.

<sup>640</sup> APERS, Processo administrativo de indenização número 5097-1200/98-6 referente a Wilson Arruda. Carta Redigida à mão, s/p.

que eram vítimas diretas dessas práticas, mas também todo seu entorno social e familiar. A evidência da repressão empregada pelo estado terrorista criou essa “cultura do medo”, na qual a participação política ou a simples contestação poderia ser equiparada ao risco real de sofrer essas práticas. A “cultura do medo” acaba gerando um efeito dissuasivo da sociedade. O efeito combinado da exploração econômica, da repressão física, do controle político e da rígida censura coibiu a participação em atividades de oposição comunitária, sindical ou política<sup>641</sup>.

O efeito dissuasivo gerado pela cultura do medo a que Bauer se refere ganha ainda contornos próprios quando estamos apreciando suas características atuando no meio rural. Isso porque em espaços pequenos, marcados pela interdependência, os estigmas pejorativos são realçados. O medo de se relacionar com pessoas estigmatizadas sempre foi uma realidade nos interiores, mas, durante a ditadura ele se intensificou, pois, a evidência da repressão advinda do estado foi marcante em algumas localidades.

Tal evidência repressiva foi demonstrada desde o modo truculento em que ocorreram as prisões, com constante inspeção policial dentro de casa, como aconteceu com Jorge Alberto Campezzatto, que afirmou ter tido a casa invadida e revistada por agentes do Dops com frequência<sup>642</sup>.

Nesse mesmo sentido, Francisco Budelon Rosales relatou que entre as diversas revistas que sofreu dentro de sua residência, teve móveis e utensílios quebrados, além dos agentes terem destelhado a casa da família enquanto estava preso<sup>643</sup>. Rosales afirmou ainda que a primeira revista em sua casa durou três dias. Nesta ocasião não lhe acharam, pois ele havia se escondido na lavoura de milho. Na primeira oportunidade que teve, ele partiu para a clandestinidade, pois escondido dentro da própria propriedade colocava em risco a família. Sua esposa e filhos permaneceram ali, mas o desaparecimento do marido e, posteriormente, a sua prisão, certamente, foi algo que repercutiu na localidade do Banhado do Colégio, onde residiam. Os familiares que ali ficaram, passaram a sofrer constante ameaça e segregação social, culminando na retirada dos filhos da escola. O clima intimidador vivenciado por essa família pode ainda ser observado a partir do seguinte relato da esposa de Rosales: “Eu dormia de roupa, pois, quando menos esperava

---

<sup>641</sup> BAUER, Caroline Silveira. *Terrorismo de Estado e repressão política na ditadura cívico-militar de segurança nacional brasileira (1964-1988)*. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005. p.5

<sup>642</sup> Conforme mencionado anteriormente, Jorge Campezzatto afirma em seu processo administrativo de indenização ter integrado o Master na figura de vice-presidente. APERS, Processo administrativo de indenização número 2822-1200/02-9, referente a Jorge Alberto Campezzatto.

<sup>643</sup> APERS, Processo administrativo de indenização número 5097-1200/98-6 referente a Francisco Budelon Rosales.

eles apareciam [...] ameaçando com armas e cordas, dizendo que iriam matar meu marido quando o encontrasse”<sup>644</sup>.

A evidência da ação repressiva aconteceu também através de ações que podem ser caracterizadas enquanto violência simbólica. Ao menos quatro agricultores<sup>645</sup> relataram em seus processos abertos junto a Comissão Especial de Anistia que mesmo após terem sido libertos da prisão tiveram de comparecer diariamente à delegacia local para assinar um livro-ponto. De modo ainda mais emblemático, camponeses foram estigmatizados na zona rural de Erechim, onde o Cel. Gonçalino de Carvalho Curió teria, entre outras “violências inqualificáveis”, os alocado em “caminhões de carga” como se fossem “animais ou malfeitores contumazes exibidos pelas ruas de vilas e cidades num espetáculo deprimente e desumano que a ninguém honra e a todos envergonha”<sup>646</sup>.

Casos como os apontados acima evidenciam que o constrangimento foi um dos artifícios usados na composição da violência simbólica. Esta era demonstrada no espaço público de modo a exemplificar as consequências das ações tidas como fora da ordem, ou mesmo que tais consequências se estenderiam àqueles que se relacionassem com os sujeitos estigmatizados em dado núcleo social. Como expresso no livro *Brasil Nunca Mais*:

A suspeita de subversão estendia-se a familiares e amigos das pessoas procuradas pelas forças policiais-militares. A luz da ideologia da segurança nacional, o inimigo não era apenas uma pessoa física, era um eixo de relações visto potencialmente como núcleo de uma organização ou partido revolucionário. Assim, os que se encontrassem ao lado de uma pessoa visada, ainda que por vinculações profissionais afetivas ou consanguíneas, eram indistintamente atingidos pela ação implacável dos agentes que encarnavam o poder do Estado.<sup>647</sup>

A respeito da atuação do Cel. Gonçalino Curió nos anos iniciais da ditadura, segundo o jornal *A Voz da Serra*, centenas de pessoas foram presas pelo Coronel na região de Erechim desde que a ditadura havia sido instaurada. O jornal denunciava ainda as condições insalubres do presídio e a falta de provas que subsidiassem a prisão desses sujeitos. Outrossim, o que se via circular na localidade eram boatos de que Gonçalino Curió havia produzido uma “lista” de supostos suspeitos de subversão que o guiava nas ações de detenção em massa e apreensão de armamentos, inclusive legalizados<sup>648</sup>.

---

<sup>644</sup> Idem.

<sup>645</sup> São eles: José Lagranha, Timóteo Bombacha, Francisco Budelon Rosales e Darcy Rosa.

<sup>646</sup> *A Voz da Serra*, Erechim, 25 de julho de 1964, p. 5 *apud* DETOFFOL, 2008.

<sup>647</sup> BNM, *op.cit.*, p.78.

<sup>648</sup> *A Voz da Serra*, Erechim, 25 de julho de 1964, p. 5 *apud* DETOFFOL, 2008, p.4.

Em entrevista ao referido jornal, Gonçalino Curió negou a existência de tal listagem, não perdendo a oportunidade para salientar que havia sido destacado para atuar na região norte do estado pelo governador e ali permanecia, “mantendo a ordem”, “garantido a tranquilidade” e “defendendo a democracia”. Segundo ele, seu posicionamento perante os adversários políticos era “funcional” e legitimado pela Lei de Segurança Nacional, algo que lembrava ser existente desde a década de 1950. Em suas palavras, era “com muito sacrifício” que prestava serviço investigativo “diante da transição que se processou no país [...] [sobre] o perigo do comunismo [...] para conhecermos a profundidade destes movimentos [...] e para sabermos até que ponto se poderia concretizar esta ameaça que pairava sobre a Nação”<sup>649</sup>.

Portanto, há indícios de que a atuação repressiva de Gonçalino Curió e sua equipe na região norte do estado, iniciada ainda em 1963, tenha se intensificado no período da ditadura. A prisão massiva e arbitrária visando apurar antigas relações estabelecidas pelo Master e possíveis vinculações estabelecidas com o Grupo dos Onze, atingiu principalmente a população campesina da região. A conduta repressiva comum em tais ocasiões, ainda que denunciada, nunca foi investigada. Já a CPI aberta para apurar o caso de Passo Feio, em que Gonçalino Curió admite ter prendido ao menos 155 agricultores no período anterior ao golpe, não resultou na punição dos oficiais envolvidos. A impunidade dava o aval para que sua atuação prosseguisse e se intensificasse em sua característica violenta e arbitrária. Assim, Gonçalino Curió sentia-se autorizado a declarar publicamente durante a referida CPI que “ninguém foi preso pelo fato de ser agricultor sem-terra e sim por ser agitador”<sup>650</sup>.

Um dos camponeses progressivamente ligados ao Master que foi afetado pela atuação da equipe de Gonçalino Curió durante a ditadura foi José Lagranha. No processo aberto junto a Comissão Especial de Indenização pelo seu filho, João Clóvis Lagranha, consta que José Lagranha foi preso duas vezes entre maio e junho de 1964 no presídio de Erechim. Segundo seu filho, José Lagranha exercia “forte liderança no grupo que lutava pela regularização” de uma gleba devoluta no município de Nonoai. Residindo naquela área como posseiro e sendo um dos porta-vozes dos demais agricultores ali estabelecidos na mesma situação, Lagranha “sempre era alvo de perseguições por parte do regime ditatorial”. Pela mesma razão, foi preso e sequestrado durante a detenção. Segundo a

---

<sup>649</sup> *Idem.*

<sup>650</sup> *Diário de Notícias*, 8 de agosto de 1964, p. 5.

descrição detalhada de João Clóvis, marcas físicas e psicológicas foram impressas no líder camponês durante essas ocasiões:

Depois que voltava das prisões, meu pai contava com vergonha as humilhações e sevícias pelas quais tinha passado, nos mostrando as marcas pelo corpo. Embaixo dos braços e nas costelas, tinha profundas marcas de cordas, tais ferimentos eram causados por ficar amarrado em uma árvore durante o dia inteiro respondendo ao interrogatório que lhe aplicavam naquele presidio. Também depois de libertado, começou a queixar-se de fortes dores nas costas e a tossir muito, quando iniciamos tratamento médico, onde foi constatada doença pulmonar. Esta, agravada, certamente, pelas noites frias que passou na umidade de sua cela. Desse momento em diante, nossa família desestruturou-se. Além de termos o patriarca preso e humilhado, perdemos também sua força de trabalho, pois, o desânimo, aliado a seus problemas físicos, o impediu de exercer qualquer atividade, em especial a agricultura, que exige muito de quem nela trabalha. Nosso parco patrimônio desgastou-se em tentativas de cura, todas infrutíferas. Eis que depois de agoniar por mais de sete anos, meu pai veio a falecer daquele mal em abril de 1971.<sup>651</sup>

No relato acima podemos apreciar várias dimensões implicadas na repressão política à que camponeses foram submetidos. Primeiramente, João Clovis Lagranha relatou as sequelas físicas e psicológicas deixadas em seu pai durante a detenção, indicando-nos que houve tortura durante o interrogatório, pois durante um dia inteiro Lagranha esteve amarrado por cordas em uma árvore e foi constantemente espancado. Além disso, nas dependências do presídio foi submetido a situações precárias e exposto ao frio e umidade, o que contribuiu para o agravamento irreversível de uma doença pulmonar.

Contudo, para o filho, “mais grave que a dor física que, com a cicatrização dos ferimentos, de uma forma ou de outra, pode ser amenizada, são os traumas psicológicos que cada dia estão mais latentes e atuais”<sup>652</sup>. Como sequelas psicológicas, Lagranha envolveu-se em um quadro de depressão e ansiedade, repercutindo no tolhimento da execução de atividades na lavoura e, conseqüentemente, no comprometimento das finanças da família. É importante ressaltar que não só “seu crédito, como sua credibilidade”<sup>653</sup> sofreram sérios abalos, pois, em decorrência dos efeitos da “cultura do medo” discutidos acima, Lagranha foi segregado pela comunidade. Portanto, vários

---

<sup>651</sup> APERS, Processo administrativo de indenização número 5517-1200/98-2 referente a José Lagranha, folha 09.

<sup>652</sup> *Idem*. Relato de João Clovis Lagranha, folha 06.

<sup>653</sup> *Ibidem*.

foram os fatores que contribuíram para o agravamento do estado psíquico do patriarca da família.

As memórias traumáticas de Lagranha também foram estendidas para todo seu núcleo familiar, bem como a suspeita de subversão. Assim como ele, sua esposa e filhos também tiveram a imagem comprometida perante a comunidade. De acordo com João Clovis Lagranha, ele e seus irmãos eram “tratados como filhos de vis criminosos. Éramos segregados pela comunidade que nos apontava como ‘filhotes de bandidos’”. Do passado, restaram marcas que repercutem na trajetória atual dos membros daquela família, fato que João Clovis Lagranha analisa do seguinte modo:

Cada pessoa é hoje segundo o seu passado, desta maneira estamos convictos de que, não fossem estas tristes passagens, hoje nossas vidas seriam diferentes, sem os pesos que nós e nossos familiares carregamos como fantasma de uma repressão injusta e desumana.

Com diversas aproximações com o relatado acima, elencamos ainda o depoimento de Ilza Paz Bombach, dirigido também à Comissão Especial de Indenização. Ilza Bombach, esposa de Timóteo Bombach, fundador e ex-presidente da Associação de Agricultores Sem Terra de Alegrete e militante do PCB, afirma que o marido foi submetido à “dolorosas sessões de torturas” nas duas vezes em que foi detido<sup>654</sup>. Ademais, após a prisão, Timóteo desenvolveu uma série de problemas psíquicos, como ansiedade, insônia e mania de perseguição.

Após a prisão, Timóteo sofreu diversas discriminações para conseguir trabalho e ao se deparar com as dificuldades implicadas nessa situação “entregou-se à bebida e ao desespero não tendo mais coragem de continuar lutando por seus direitos e justiça sociais”. Pouco tempo depois, Bombach veio a falecer doente do coração com apenas 65 anos de idade.

Como é presumível, Ilza Bombach afirma que a prisão do marido refletiu em todos os aspectos de se sua vida e da vida de seus filhos, seja pela dificuldade em sustentar 8 filhos (sendo cinco menores de 10 anos) sem a força de trabalho do marido, ou, seja pela segregação social que todos sofreram. O primeiro ponto culminou na retirada de dois de seus filhos da escola por falta de materiais e calçados. Já como desdobramento da segunda questão, Ilza afirma que “não bastante as humilhações sofridas, a perseguição se

---

<sup>654</sup> Segundo Ilza, Bombach foi preso pela primeira vez no dia 07 de abril de 1964, condição na qual permaneceu até junho daquele ano, tendo sido transferido do 6ºRCB de Alegrete para o Deops de Porto Alegre. Posteriormente, foi preso novamente de setembro a outubro de 1969 no 10º BELOG Alegrete.

estendeu a membros de nossa família, pois, era comum ter os meus filhos desclassificados em concurso público ou não conseguir emprego pelo fato de terem um pai comunista”<sup>655</sup>. Seguimos com o seu relato, em que fica bastante evidente o problema de ser estigmatizado em uma localidade interiorana:

A luta pelo sustento da família ficou bastante prejudicado pois numa cidade interiorana caracterizada pelo latifúndio, poucas pessoas ousariam a dar um emprego para um indivíduo confessamente comunista e defensor da reforma agrária, sob pena de cumplicidade. Por alguns anos o sustento da família foi através de "biscates" e doações que recebemos da Pastoral da Igreja, amigos e simpatizantes da causa<sup>656</sup>.

Torna-se importante evidenciar um segundo elemento do depoimento de Ilza Bombach. Quando ela afirma que “por alguns anos o sustento da família foi através de ‘biscates’ e doações que recebemos da Pastoral da Igreja, amigos e simpatizantes da causa” somos levados a refletir acerca da complexidade da vida social. Certamente, como já exposto o medo de se relacionar com pessoas visadas pela ditadura estreitou vínculos sociais, deixando profundas marcas nos sujeitos segregados. Contudo, é muito importante frisar que apesar de todo medo, as redes de solidariedade continuaram existindo e foram fundamentais.

Por vezes, a experiência lembrada com pesar aparece enquanto um dos elos entre o grupo de camponeses. Com frequência, as experiências traumáticas são evidenciadas nas lembranças registradas no âmbito dos processos encaminhados para a Comissão Especial de Indenização. Para além de objetivar a reparação pecuniária, ao destacá-las o camponês atingido ou sua família contrapuseram as fronteiras do silêncio, valorizando momentos difíceis, mas importantes de serem lembrados. É significativo ressaltar ainda que se tratava de um momento propício para que memórias traumáticas emergissem do subterrâneo para jogar luz nos crimes cometidos pelo estado durante a ditadura.

Na mesma época em que tramitavam tais processos, ou seja, final da década de 1990 e início dos anos 2000, a historiadora Marluza Harres esteve no Banhado do Colégio para entrevistar camponeses ali assentados. Estes, então, foram convidados a narrar sua participação no movimento de reivindicação das terras do Banhado do Colégio iniciado em 1962, com forte participação do Master. De acordo com a autora, a partir do conjunto

---

<sup>655</sup> APERS, Processo administrativo de indenização número 6462-1200/98-7 referente a Timóteo Bombach. Relato de Ilza Bombach, folha 69.

<sup>656</sup> *Idem*.

dos depoimentos colhidos alguns episódios puderam ser esclarecidos, tais como mobilizações ocorridas pela distribuição das terras, lembranças de enfrentamentos com a polícia ou com os administradores do assentamento, bem como situações traumáticas vividas por companheiros, sobre as quais ouviram falar ou testemunharam<sup>657</sup>. Marluza optou por não identificar os nomes dos entrevistados, mas elencou uma gama de narrativas que vale a pena serem aqui retomadas.

[...] eles prendiam, prenderam todos... a revolução aquela que deu, aí eles prendiam os outros companheiros dele, que participaram nesse movimento, eles prenderam. Tudo foi preso pra Porto Alegre, tiveram com 50. [...]. Aí graças a Deus ele conseguiu sair da cadeia, mas ele foi preso várias vezes, por causa desse movimento, eles prendiam... largavam e prendiam de novo [...].<sup>658</sup>

Como é possível apreender no trecho acima, as lembranças dos assentados remetem de modo destacado ao período da ditadura. Segundo a pesquisa da autora, os camponeses assentados no Banhado do Colégio, de modo geral, caracterizaram a ditadura como “período de insegurança”, em que, “prisões, perseguições e o isolamento por força das acusações e desconfianças difundidas foi a experiência que passaram a viver dentro do assentamento”<sup>659</sup>.

Durante o período, o Estado atuou também redistribuindo terras do Banhado do Colégio pertencentes à agricultores que estavam sendo perseguidos pela Lei de Segurança Nacional. Os títulos de posse dessas glebas eram reconcentrados nas mãos de grandes fazendeiros ou concedidos a outro camponês requerente, o que certamente fomentava atrito dentro do grupo. Esta prática pode ser observada a partir do seguinte relato colhido por Harres (2006), no qual um agricultor afirma que enquanto estava foragido, sua terra foi concedida a outro agricultor.

Eles chegaram a tomar minha colônia e contempla outro com a minha colônia, enquanto eu estava fugido. Ai então o cara assumiu a colônia e eu mandei um recado pra ele. Mandeí alguém dizer pra ele: Olha diz para o fulano que eu vou voltar e eu vou assumir a lavoura do jeito que ela estiver, pode tá cheia de planta, eu vou assumir, não deixem ninguém entrar<sup>660</sup>.

O conjunto de entrevistas realizadas por Harres (2006) certamente abordam situações-limites vivenciadas no passado que estão “socialmente vivas” na história do

<sup>657</sup> HARRES (2006), *op.cit.*, p.137.

<sup>658</sup> A autora identificou os depoimentos de acordo com a data em que foram prestados. O referido trecho foi narrado no dia 29 de julho de 1999.

<sup>659</sup> *Idem.*

<sup>660</sup> Entrevista concedida à Marluza Harres por um agricultor residente no Banhado do Colégio não identificado pela autora. Data da entrevista: 5 de maio de 2000. HARRES (2006), *op.cit.*, p.138.

tempo presente. Os modos de compreender as próprias situações-limites se relaciona com compartilhamento de marcos históricos, anseios, temporalidades e marcas deixadas que forjam uma identidade coletiva camponesa. Como apontado, Harres (2006) realizou seu trabalho de história oral em um momento histórico favorável, em que a sociedade se propunha a discutir os crimes cometidos pelo Estado e, de algum modo repará-los, o que pode ter favorecido a profusão de memórias que remetem ao contexto ditatorial.

Quase vinte anos depois, a equipe na qual eu fiz parte, a partir do Edital Memórias Brasileiras: conflitos sociais / CAPES teve a oportunidade de realizar trabalho semelhante de história oral, mas, dessa vez com agricultores envolvidos com o episódio do acampamento na Fazenda Sarandi. Assim como Harres, fomos recebidos por camponeses dispostos a revisitar memórias das primeiras articulações pela distribuição de terras no estado. Memórias traumáticas também foram revisitadas por nossos entrevistados, mas de modo dissociado do período ditatorial. Outrossim, a resposta dada para quando o período era elencado nas entrevistas remetia à ideia de que as ações da ditadura não se fizeram sentir no campo.

Nesse sentido, Seu João Raimundi afirmou: “No interior não se tinha, não se sabia de nada, não se sabia que prendia gente, não se sabia que sumia... No interior era apaziguado.”<sup>661</sup>Essa fala expressa algo que foi comum a todas as entrevistas que realizamos. A ditadura foi logo associada por eles à violência política que implicou no “sumiço” e prisão de opositores. Sem terem vivenciado nada semelhante, eles afirmaram que no interior “era apaziguado”, ou seja, não houve perseguição política.

Contudo, o conjunto de fontes até aqui discutidas apontam para o contrário. Vários dirigentes e apoiadores do Master foram perseguidos e de algum modo tiveram a trajetória individual atravessada por ações da ditadura. Na própria região em que nossos narradores residiam habitava também o Cel. Gonçalino Curió, que como visto, cometeu diversas arbitrariedades contra camponeses apoiadores da reforma agrária que poderiam ser conhecidos ou não dos nossos entrevistados. Isso posto, importa-nos questionar: Como podemos compreender as imbricações a memória na elaboração do que nos foi narrado?

Primeiramente, compreendemos que tal impressão comum aos nossos narradores faz parte de um “enquadramento de memória”, que longe de ser um processo arbitrário, se constitui pela combinação de referências consagradas pela história com vivências pessoais. Sendo assim, reiteramos que a referência consagrada pela história sobre o

---

<sup>661</sup> Entrevista com João Raimundi realizada no dia 09 de novembro de 2018, no município de Ronda Alta.

período ainda privilegia “narrativas hegemônicas”, de modo que, tal como Fico aponta, as histórias de ‘pessoas comuns’ ainda são “praticamente ignoradas” quando o tema está em pauta<sup>662</sup>. A essa colocação do autor, acrescentamos que a marginalização das memórias se acentua ainda mais se essas “pessoas comuns” vivem afastados dos grandes centros urbanos. Assim, sem estarem localizados nos “centros do país” e sem terem sofrido com violências explícitas que ficaram consagradas pela história como *modus operandi* da repressão ditatorial, os camponeses que entrevistamos corroboraram com o enquadramento que aponta que “a ditadura não chegou no campo”.

Portanto, os modos como algumas ocorrências históricas foram enquadradas podem encaminhar a memória coletiva ou individual aos subterfúgios da consciência, ou ainda, compor o que Pollak caracterizou como “memória subterrânea”<sup>663</sup>. Ademais, na memória estão inerentemente implicadas disputas que perpassam pelo silenciamento e pelo esquecimento.

O relato de Seu João Goldas trouxe em recorrentes momentos elementos caros à lida com a memória: “É, eu conto o que eu me lembro. Agora o que eu não me lembro como é que eu vou contar? A gente não se lembra muita coisa”. Dessa forma, ele nos remete que a memória é narrada através de um processo organizativo, que se envolve com mecanismos individuais de internalização, recalque e esquecimento. Já o uso do termo “a gente” se insere no jogo de complementação mútua entre a memória individual relacionada às trajetórias aqui elencadas, com elementos coletivos que ao se cristalizarem conceberam uma memória coletiva que tem no Master um movimento que se originou e ao mesmo tempo que foi original na tradição de luta pela terra.

Seu testemunho segue com outro apontamento à primeira vista singelo, mas com muito a revelar. Quando questionado diretamente sobre suas lembranças do período da ditadura, Seu Goldas respondeu: “- Que que eu posso me lembrar? Eu já tenho a idade que certas coisas não requer eu me lembrar”. Neste caso, para além da idade como elemento inerente ao esquecimento, o recalque<sup>664</sup> ganha destaque no processo rememorizante, evidenciando que o que importa não é a história que foi feita antes, mas sim, o que estamos dispostos a lembrar<sup>665</sup>.

---

<sup>662</sup> FICO, Carlos. *Ditadura militar: prefácios, palestras e posts*. Ebook Amazon, 2020, p.33.

<sup>663</sup> POLLAK, *op.cit*, p. 3-15.

<sup>664</sup> O termo recalque foi utilizado pelo autor citado e é reiterado nesta dissertação a partir da interpretação psicanalítica do termo.

<sup>665</sup> FRISCH, Michael. *A Shared Authority: Essays on the Craft and Meaning of Oral and Public History*, 1990.

Na narrativa de Seu Goldas, mais do que a ditadura civil-militar identificada com a sua juventude, ocorreu um processo interessante de emergência de memórias da infância vindo à tona com o contexto de fundo da ditadura getulista. Nesse mesmo sentido, apreciamos o destaque dado para eventos da Campanha da Legalidade durante a narrativa de Seu Raimundi. Nota-se que ambas as figuras históricas em evidência, Getúlio Vargas e Leonel Brizola, se relacionam diretamente com o imaginário gaúcho, ou ainda, petebista, partido bastante influente na atuação do Master. Portanto, Seu Goldas, revisitou memórias mais antigas (do governo de Getúlio Vargas), porém afetivas, em detrimento de memórias mais recentes que ele poderia não “requerer” lembrar.

Além disso, ainda que de modo que à primeira vista possam parecer indiretos, existem alguns elementos na fala dos nossos narradores que indicam modos de ancoramento da ditadura em suas memórias, e das facetas não tão conhecidas da ação repressiva. A memória do período imbuída com carga pejorativa se apresentou de forma autêntica, como quando Seu Goldas no final da entrevista, já em um momento mais descontraído, contou que chegou a servir o exército e acredita que se continuasse a carreira poderia ser atualmente um general. Mas, imediatamente essa hipótese foi suplantada por uma ressalva: “É. Mas eu era um homem que eu não tinha, assim... punição nenhuma. Eu era um cara que apoiava o que é bom o que é ruim não, comigo não...” Assim, ele indiretamente associou o exército com algo “que é ruim”.

Outros resquícios da ação da ditadura foram aparecendo nas narrativas, ainda que os narradores não tenham associado as memórias ao período. É também na presença constante do medo que podemos perceber que os narradores trazem memórias traumáticas que se vinculam a ações daquele governo. Entre os temores relatados destaca-se a figura dos fiscais de assentamento, também conhecidos por “pica-paus”. Ao que sabemos, estes atuaram nos assentamentos organizados nas terras da antiga Fazenda Sarandi, exercendo formas sutis de exercício de poder baseada no controle da população assentada. Os fiscais eram responsáveis por verificar a regularidade das glebas dos núcleos coloniais e impedir a comercialização de lenha pelos assentados e ainda, por vezes, fiscalizavam ou impediam a ocorrência de reuniões e festas<sup>666</sup>.

---

<sup>666</sup> Também do assentamento do Banhado do Colégio, de acordo com Harres, a administração implementada pelo governo também impactou em restrições políticas de um modo geral, inclusive, atividades recreativas, como bailes e visitas de pessoas estranhas, deveriam ser alertadas à administração.

Desde a década de 1920, de acordo com Carini (2005), a ocupação do norte do Estado estava intimamente relacionada ao comércio de madeira<sup>667</sup>. Rica em pinheirais, a Fazenda Sarandi tinha a exploração da madeira como principal atividade econômica mesmo quando suas terras eram utilizadas para a especulação imobiliária. Quando suas glebas foram distribuídas a pequenos agricultores, estes não puderam gozar da extração e comercialização das lenhas que estavam em sua propriedade. Primeiramente porque o decreto-lei nº 6.117, 16 de dezembro 1943<sup>668</sup> estipulava que colonos assentados não poderiam explorar matas sem o imediato aproveitamento agrícola do solo e o respectivo reflorestamento. Além disso, o direito ao uso das lenhas havia sido concedido à algumas madeireiras da região, como a “Firma Balestrin & Cia. Ltda”, que foi autorizada “a extrair e serrar, pinheiros e madeiras de lei existentes no lote nº 2 da 2ª seção Coroados”<sup>669</sup>.

Durante a ditadura, o IGRA concentrou-se fortemente na garantia e proteção dos investimentos dessas madeireiras, e como aliado para tanto tinha o trabalho realizado pelas Inspetorias de Erechim e Nonoai<sup>670</sup> e pelos “fiscais de assentamento”, que possivelmente se tratava da Guarda Rural do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra)<sup>671</sup>. Este Instituto havia sido criado pelo Estatuto da Terra com a finalidade de promover a discriminação das terras devolutas e reconhecer posses legítimas de colônias já estabelecidas. Tratava-se de um braço do Estado, que ao deter poderes para “aplicar as sanções previstas em lei”, com destaque para a possibilidade de exclusão do colono, tinha permissão para monitorar a vida cotidiana dentro dos assentamentos e impor determinado ordenamento social, político e econômico nas áreas rurais, seja pelo uso da força, seja visando ganhar simpatia das populações locais e evitar a infiltração de possíveis “agentes de subversão”<sup>672</sup>.

---

<sup>667</sup> Ainda de acordo com o autor, o histórico atravessamento de interesses das serralherias e madeireiras na região implicou na expropriação de terras ocupadas por caboclos, negros, indígenas e agricultores pequenos desde o início do século XX. CARINI, Joel João. *Estado, índios e colonos: o conflito na reserva indígena de Serrinha norte do Rio Grande do Sul*. Editora UPF, Passo Fundo, 2005, p.146.

<sup>668</sup> Entre outros pontos do referido Decreto, citamos também aquele consta que incumbe que o colono assentado cultive o lote por um período mínimo de três meses, sob pena de exclusão do benefício. Trata-se de uma determinação que ainda se encontra em vigor. Diário Oficial da União - Seção 1 - 18/12/1943, Página 18595.

<sup>669</sup> Rebello, *op.cit.*, p.129.

<sup>670</sup> *Idem*, p.130.

<sup>671</sup> De acordo com Teló e Medeiros, a Guarda Rural do Ibra foi extinta em 1976, mas boa parte de seus componentes permaneceu atuando na área jurídica, na área administrativa do Estado e no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), organismo que, em 1970, substituiu o Igra e o Inda. TELÓ; MEDEIROS, *op. cit.*, p.58.

<sup>672</sup> *Idem.*, p.53

Juntamente com os poderes instituídos à Guarda Rural do Ibra foi dado o aval para que ações de caráter seletivo e de intenções escusas fossem praticadas pelo Estado dentro dos assentamentos. Como no Rio de Janeiro, em que ações de violência praticada pelo Estado através da Guarda Rural ficaram bastante marcadas na memória de camponeses entrevistados por Medeiros e Teló.

Aí foi naquela época de 1964, naquela revolução, que até hoje eu não entendo o que é isso. Diz que era o comunismo, não entendo, só sei que o negócio era feio. Aí entrou o Exército, entrou aqui fazendo uma zoeira danada. Aí passou os tempos, eles fizeram, tiraram o pessoal da área, daqui, foi para outra área, para desocupar a Terra aqui. [...] Mas foi muito difícil mesmo, porque aqui na época o pessoal já tinha os lotes medidos, era entregue pelo Ministério da Agricultura. O exército entrou, tirou todo o mundo. [...] O exército botava fogo, casa com tudo, casa era de sapé, eles chegavam com o cara dentro, riscavam fósforo e queimavam, botavam fogo. [...] Eles disseram que tinha um negócio de comunismo no meio, não sei.<sup>673</sup>

O mesmo agricultor relatou ainda um caso de violência vivenciado por um vizinho:

Ele tinha uma moagem de cana, engenho de madeira, rodando com cavalo, fazia muita rapadura, muito melado. Nessa época existia o carvão também, né, [...] tinha que derrubar a mata, fazia o carvão, vendia o carvão e plantava no lugar. Era difícil aquele que não plantasse. Aí, ele tinha comprado de um vizinho um hectare de terra. Tinha cortado a madeira toda para depois fazer carvão. Era meio de vida. Exército chegou na casa dele (e disse:), ‘O senhor pode fazer sua rapadura, pode fazer seu melado, criar seu porco. O senhor faz o seguinte: O senhor junta a lenha todinha que nós mandamos o carro vir puxar e botar para o senhor aqui’. Aí ele foi para lá, juntou aquela lenha toda, fez 20, 30, um monte de lenha... Sabe o que o Exército fez? Veio com um carro de gasolina, 200 litros, jogando 20 litros num, 20 e no outro, meteu fogo e queimou tudo. Em vez de levar para o cara, fez amontoar para ele queimar. O cara desgostou tanto que foi embora, abandonou o sítio com tudo. Foi embora e perdeu, não recebeu a indenização, não recebeu nada. Foi embora para o Rio e morreu de desgosto. Tenho certeza de que ele morreu de desgosto.<sup>674</sup>

A partir do relato transcrito acima, podemos verificar que além de reprimir, o Exército agiu de má fé para que o efeito da ação da queima das madeiras fosse potencializado. Para além dos casos mais emblemáticos como o anteriormente relatado, também podemos afirmar que a simples presença fiscalizadora e ações intimidadoras dos Guardas Rurais dentro dos assentamentos já demonstrava o poder simbólico que a ditadura

<sup>673</sup> Entrevista concedida à Leonilde Medeiros e Fabricio Teló por um agricultor não identificado residente em Gleba Nova Ribeira, RJ. Data da entrevista: 8 de novembro de 2014. *Idem*.

<sup>674</sup> *Ibidem*.

procurou deter. Sem precisar recorrer ao capital bélico para controlar áreas ocupadas por agricultores, o Estado em algumas localidades conseguiu ser desassociado das ações arbitrárias dos Guardas. Foi o que aconteceu no Rio Grande do Sul, ao menos pelo que pudemos observar nas entrevistas que realizamos.

Seu Raimundi, agricultor assentado em Sarandi, lembra que temia certo “fiscal de assentamento” que tinha como função monitorar a conduta dos colonos. Ele conta que o fiscal residia em posição privilegiada dentro do assentamento: no alto do morro, de onde detinha uma visão panorâmica das glebas dos agricultores. Ações observadas por ele como "irregulares" eram punidas, principalmente a extração irregular da madeira. Sendo assim, após construir uma mesa com árvores presentes na sua propriedade, Seu Raimundi teve o móvel confiscado e foi duramente repreendido pelo fiscal.

Como procuramos demonstrar, o medo constante dessa figura que se estendia inclusive no receio de participar de reuniões e festas dentro do assentamento pode ser compreendido como uma das faces da ação da ditadura no campo. Mais uma vez, evidencia-se que a ditadura se valeu de ações seletivas, ora evidenciando ora camuflando sua essência repressiva. A face da ditadura que pode ser apreendida pela narrativa de nossos entrevistados é a que institui controle disciplinar a partir do poder simbólico outorgado a uma figura que tinha como função monitorar o assentamento. Por fim, podemos verificar que o cargo público de Guarda Rural do Ibra, criado pelo Estatuto da Terra, ajudava a perpetrar a garantia de interesses econômicos dos mais abastados.

Sendo assim, concordamos com a observação de Chauí (2014), que identifica que durante a ditadura houve uma transferência do aparato repressivo ao tratamento comum da população. Isso pode ser verificado a partir dos relatos presentes nos processos encaminhados à Comissão Especial de Indenização elencados acima. Todavia, mantemos em mente uma outra observação da autora, que diagnóstica o “mito da não violência” atuando na composição do imaginário brasileiro. O mito de que compomos uma sociedade cordial se acentua ainda mais quando estamos falando do meio rural. Em alguns momentos uma espécie de bucolismo é reivindicada para afirmar a tranquilidade e total oposição a práticas violentas nas zonas rurais e interiores. A presença desse mito somada aos fatores já expostos acima, ajuda a explicar a caracterização por vezes endossada pelos próprios camponeses de que a face cruenta da ditadura não se fez sentir no campo.

Ainda a esse respeito, outros elementos devem ser somados à composição de tal quadro, como a característica contínua da repressão no meio rural e a característica difusa de seus agentes. Em termos de repressão política e social, para alguns camponeses o golpe

de 1964 não foi um marco determinadamente decisivo porque secularmente já sentiam os efeitos de um Estado de exceção, seja através da ação do Estado, seja por parte de agentes privados ou pela combinação entre ambos. Em outras palavras, a intensificação da violência promovida pela ditadura e o estreitamento de interesses entre o Estado e setores privados em detrimento de políticas voltadas para o campesinato, são fatores que passaram despercebidos por alguns que compreenderam as mudanças políticas no bojo do enraizamento da exclusão e violência.

Apesar de não ser o objetivo desse capítulo, torna-se de suma importância delimitar a envergadura da repressão cometida por agentes privados. Segundo consta em um estudo realizado pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, sobre a exclusão de camponeses da justiça de transição, de 602 casos identificados como “graves violações de direitos humanos”, em 471 deles (85%) os crimes foram cometidos por “agentes privados, com a anuência dos representantes da ditadura.”<sup>675</sup> Portanto, a característica difusa dos agentes repressivos também pode ser elencado como um dos fatores que contribuem para a impercepção das ações da ditadura no meio rural<sup>676</sup>. Em outros termos, no cotidiano, por vezes, torna-se difícil distinguir os agentes da repressão e a ação combinada entre Estado e poderes privados, apesar de bastante expressiva no meio rural é mais comumente atribuída somente ao segundo<sup>677</sup>. Devemos lembrar ainda que nem sempre a ação repressiva se deu diretamente pelo uso da violência, mas a simples anuência ou omissão do Estado, também foram determinantes na colaboração com os interesses privados.

Neste sentido, discorrendo sobre a ação da classe ruralista no Rio Grande do Sul, Gasparotto aponta que “é preciso considerar as relações entre membros das Associações Rurais com oficiais e chefes militares das guarnições no interior do estado”, havendo “várias evidências de que tais relações se desdobraram em ações repressivas por parte destes militares em direção aos movimentos de luta pela terra”<sup>678</sup>. Ainda no âmbito da ação combinada, ressaltar a burocracia e a justiça omissa ou cooptada como meios

---

<sup>675</sup>A análise teve em vista casos ocorridos entre os anos de 1961 e 1988. BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. *Camponeses mortos e desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição*. Coordenador: Gilney Amorim Viana. Brasília: SDH. 2013. p.15.

<sup>676</sup> Além disso, é importante ressaltar que há um recorte de classe entre mandante e executor, já que se observa que na maioria dos casos, mesmo os grandes proprietários estando por trás da articulação do crime, quem os executavam eram jagunços ou policiais à paisana contratados

<sup>677</sup> Nem sempre a ação se deu diretamente pelo uso da violência, mas a simples anuência ou omissão do Estado, também foram determinantes na colaboração com os interesses privados.

<sup>678</sup> GASPAROTTO, *op. cit.*, p. 195.

utilizados para a complementação da violência pura, pois “enquanto uma descortinava as desigualdades sociais, a outra dificultava a localização e identificação do agressor”<sup>679</sup>.

Em suma, podemos afirmar que um mesmo contexto histórico pode ser experimentado de maneiras diferentes pelos grupos sociais. Como pudemos notar, nem mesmo a percepção do campesinato de um mesmo estado sobre a ditadura é homogênea. Acerca da sensação de que “a ditadura não chegou para o campo”, Palmeira (2009) bem expressou, “a conjuntura não mudou para os trabalhadores rurais e camponeses da área do mesmo modo como mudou para outras forças políticas nacionais”, pois permaneceram os mesmos arranjos econômicos, e conflitos envolvendo os diferentes atores sociais sempre foram expressivos<sup>680</sup>.

Com isso e, somado aos diversos fatores discutidos acima, podemos compreender como a memória pôde ser enquadrada de maneira a minimizar os efeitos da ditadura sobre o meio rural. No entanto, devido também à análise empírica de outras fontes, não é possível endossar tal enquadramento. Pontuamos que ao mesmo tempo que deve ser lembrada a presença constante da violência no campo, também devemos ressaltar que essa violência foi intensificada durante a ditadura civil-militar. Além disso, discordamos de Palmeira (2009) quando ele afirma que os mesmos arranjos econômicos foram mantidos. Como procuramos demonstrar ao longo do capítulo, houve um reordenamento das forças no interior do Estado, o que contribuiu para o aprofundamento das desigualdades entre os grandes interesses voltados para o campo e grupos historicamente excluídos do direito à terra.

Por último, lembramos ainda que a memória coletiva não é um fenômeno homogêneo, pois além de haver internamente a ela um espaço para conflitos, a conjuntura do tempo em que as memórias são revisitadas atravessa os modos com que esse trabalho é realizado. Em nossa pesquisa observamos isso ocorrer de modo mais acentuado com um dos agricultores que entrevistamos na região de Sarandi. Mesmo tendo consentido com a realização da entrevista e após quase uma hora narrando o caminho traçado para conquistar a terra, um de nossos depoentes optou por não assinar o termo de concessão da entrevista (devidamente apresentado ao final desta).

Desse modo, a identidade e os detalhes da narrativa desse agricultor foram preservados. No entanto, o próprio ato da recusa que vinha acompanhada por um desconforto durante toda conversa, são elementos que enriquecem as reflexões sobre o

---

<sup>679</sup> PINASSI; PORTO, *op. cit.*, p. 56.

<sup>680</sup> PALMEIRA (2009), *op. cit.*, p.194-195.

uso da história oral. A entrevista desse senhor, então com 86 anos, nos remete ao processo de constante negociação da memória entre o passado e o presente. A não concessão do termo foi endossada por sua família, que também acompanhava o momento. Quando apresentamos o papel ouvimos uma de suas filhas dizer “o pai já disse tudo, não precisa assinar”, complementando que “é melhor não, deixa assim, melhor não se comprometer”. Isso somado a vários elementos presentes na narrativa, necessariamente nos remete ao contexto de incertezas reforçadas com a nova eleição presidencial brasileira que havia ocorrido um mês antes das entrevistas, ocorridas em 2018.

Portanto, se há momentos que, segundo Pollak (1989), propiciam a emergência de memórias subterrâneas, há também aqueles em que o presente colore o passado de modo a obscurecê-lo, apontando que o melhor caminho para essas memórias difíceis é permanecer nas sombras.

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor. Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado.<sup>681</sup>

Convergindo com Halbwachs, foi como membros de um grupo que se mobilizou pela democratização da terra no início dos anos 1960 que nossos entrevistados lembram de suas trajetórias. No entanto, devido a uma somatória de fatores bastante relacionada com a conjuntura presente de incertezas, um deles se colocou reticente, ressignificando algumas memórias e preferindo não publicizar outras. Compreendemos e respeitamos.

Por fim, no que diz respeito ao período da ditadura aqui proposto, compreendemos que “os processos de silenciamento nunca são silenciosos, de fato” e que “muitas memórias machucadas continuam a existir”<sup>682</sup>, sendo que para acessá-las é interessante que estejamos atentos aos múltiplos significados que uma memória (ou mesmo o não se recordar de algo) pode remeter.

---

<sup>681</sup> POLLAK, *op. cit.*, p.8.

<sup>682</sup> ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. *Ensino de história e a história pública: os testemunhos da Comissão Nacional da Verdade em sala de aula*. Revista História Hoje, v. 8, nº 15, 2019, p.94.

## Considerações finais

### O poeta prisioneiro

Ai de mim pobre poeta  
 Que cantou a reforma agrária  
 Vivendo vida precária  
 Inverno, outono e verão  
 Ó meu Deus, a quem me dera  
 Que o Sol da Primavera  
 Me desse consolação  
 Que as virtudes da clemência  
 Provasse minha inocência  
 Me livrando da prisão

Lembro-me todo passado  
 Dos meus tempos juvenil  
 Até o dia de 11 de abril  
 Quanta baixeza e amargura  
 Estava no arvoredos  
 Sem remorso e sem segredo  
 Nas malhas vis do enredo  
 Das maldosas criaturas

A vida é igual uma rosa  
 Que desabrocha na terra  
 É como pássaro na serra  
 Que tinha vozes pungente  
 É como peixe, marrecos, patos no rio  
 Nadando contra corrente

É como pincel da noite  
 Desmancha o quadro do dia  
 Em longa estrada vazia  
 As brancas fitas de areia  
 Como é triste para o poeta prisioneiro  
 que cantou a reforma agrária<sup>683</sup>

O poema “O poeta prisioneiro”, que abre esta última seção foi escrito por Nascimento Meirelles em 18 de maio de 1964 enquanto ele estava detido no 1º Regimento de Santo Ângelo. O poema descreve a trajetória de alguém “que cantou a reforma agrária”, mas que foi preso e passou a encarar a vida de modo comedido e desbotado. Trata-se de uma autodescrição, pois ele, que havia sido uma importante liderança do Master no Rio Grande do Sul, como visto, logo nos primeiros dias de ditadura civil-militar, mais especificamente no dia 11 de abril (tal como destacado acima), Meirelles foi

<sup>683</sup> Uma cópia do poema “O poeta prisioneiro”, de autoria de Nascimento Meirelles pode ser apreciada em seu processo Processos administrativo de indenização movido por sua família. APERS, Processo administrativo de indenização número 4745-1200/98 referente a Nascimento Pereira Meirelles.

preso, passando vivenciar “dias de desgraças e de grande tormento... prisões e espancamentos... sofreram tristes momentos” (sic), descrito em suas próprias palavras em um outro poema denominado “Dois amigos fiéis”.

Meirelles ainda em vida se queixava a seus familiares de dores permanentes resultantes dos choques elétricos e espancamentos que sofreu durante o cárcere. Tais sequelas culminariam no seu falecimento precoce. O legado deixado por Meirelles na luta pela terra é amplo e foi em partes descrito nessa dissertação, mas como uma última contribuição para a nossa reflexão neste trabalho mencionamos que o conjunto de poesias produzidas durante o cárcere foram deixadas de herança à seus filhos “*como forma de se mostrar a situação em que ele se encontrava durante a sua prisão*”, para que “*nunca esqueçamos dos dias sombrios e de amargas recordações*” que camponeses vivenciaram durante a ditadura por terem anteriormente lutado por seus direitos.

Ao fim desta dissertação, esperamos ter alcançado o objetivo de evidenciar as múltiplas faces da ditadura atuando no meio rural, bem como ter demonstrado a rede de relações que ligavam os diferentes agentes da repressão e a complexidade intrínseca ao conceito de violência no campo. Em meio a uma continuidade das ações repressivas no campo que nunca cessaram na história do Brasil, observamos que há momentos em que elas são acirradas publicamente e outros momentos em que mesmo elas tendo se modificado e ampliado seu instrumental repressivo, por vezes fica opaca aos olhos de boa parte da população. Estamos falando dos anos que antecedem o Golpe-civil militar e dos anos que o sucedem, respectivamente.

No bojo do aparecimento do campesinato no espaço público, momento em que a “violência costumeira” passou a ser denunciada publicamente e que as reivindicações por direitos e pela reforma agrária tomavam as ruas e colocavam em xeque a dominação do patronato, via-se também os conflitos no campo serem acirrados. Entre os ruralistas, imperou uma verdadeira “prática de classes”, em defesa da manutenção do poder, do *status quo* e da propriedade como direito absoluto. E como forma de preservar esta visão do mundo que parte de uma herança colonial sobre a forma de se lidar com os espaços territoriais (o que inclui o solo e o subsolo), a repressão foi ampliada de modo que ainda durante o período democrático da história do Brasil o patronato buscou impor a própria vontade por meio do uso da violência, seja ela política ou simbólica.

No que se refere à ditadura civil-militar, podemos concluir que, referenciando Palmeira, pode ter sido um período menos “espetacular” no sentido das proporções de mobilização, mas não em termos de diminuição significativa da violência. Durante a

ditadura pudemos notar que a repressão no campo foi mantida, havendo inclusive uma complexificação desta, uma vez que o patronato passou ocupar lugar orgânico no interior do Estado e que leis e projetos mesmo tendo sido direcionados ao “benefício” da população do campo, muitas vezes feriram simbolicamente a mesma. Houve também violência política, principalmente nos meses imediatos ao golpe, em que importantes lideranças e apoiadores da reforma agrária foram perseguidos, presos e torturados. Com isso eram deixadas marcas visíveis da violência, na tentativa de mostrar a força da repressão visando a conter novas mobilizações.

Captar a complexidade de tal realidade se tornou um desafio para este trabalho. Nossa análise foi marcada por diversas nuances que se mostraram verdadeiras “facas de dois gumes”. Dessas, citamos brevemente que:

- No caso do Rio Grande do Sul, a gestão de Ildo Meneghetti progressivamente atuou como um “laboratório” para como Estado Federal iria lidar com o campesinato durante a ditadura. Como exemplo de ações estaduais desde 1963 que já poderiam ser consideradas alinhadas com a postura assumida pela ditadura posteriormente, podemos citar: as reestruturações ocorridas em projetos voltados para o campo, que passaram a beneficiar aqueles que tinham mais dinheiro; a omissão do Estado perante casos violentos cometidos por seus agentes ou por particulares; a intenção de ao invés de desapropriar grande latifundiários, realocar camponeses para outras regiões sob a justificativa de promover uma suposta “integração nacional”; interesses privados de ruralistas sendo acolhidos no interior do aparelho de Estado; entre outros pontos de convergência entre ambos os períodos.

Por outro lado, como todo “ensaio” é diferente da prática, existem diversas transformações que guardam as duas conjunturas. Entre elas mencionamos que alguns elementos visualizados apenas no *discurso* de Meneghetti antes do golpe, foram colocados em *prática* pelo Governo Federal durante a ditadura, tal como ocorreu com o projeto de colonização do Centro Oeste Brasileiro. Já outros aspectos, foram mais do que intensificados, sofreram uma guinada que impactaria amplamente as decisões tomadas, como foi o caso da inscrição definitiva de ruralistas no interior do Estado ocorrida na ditadura. Isso, sem mencionar a repressão, que claramente existia antes do golpe, mas que não conseguia impedir a permanência e resistência do Master. Situação essa que prontamente se modificou após abril de 1964, tendo o Master sido desmantelado definitivamente.

- Tanto no período democrático quanto durante a ditadura, houve momentos que foi interessante para o Estado/patronato demonstrar publicamente atos de violência cometidos contra o campesinato como forma de reiterar a pedagogia do medo e como citado acima, demonstrar forças; por outro lado, os mesmos grupos procuraram endossar o “mito de não violência” supostamente inerente ao Brasil.
- A ditadura, por meio da cultura do medo, conteve muitas ações solidárias, mas não todas, bem como também não pôde conter uma “resistência teimosa” do campesinato.
- A ditadura mostrava a sua face violenta, torturando duramente muitos camponeses gaúchos, enquanto isso, alguns deles não a teriam “percebido no campo”. Mas, como procuramos demonstrar, vários são os fatores que explicam essa dicotomia em relação aos documentos jurídicos que demonstram a barbárie da ditadura e a memória que aponta que ela “não chegou no campo”, como por exemplo, a característica sempre presente da violação no meio rural, a concepção de alguns camponeses que enxergam a ditadura como algo tão grande que não se interessaria pelo meio rural, dificuldade para identificar outras formas de violência que não a mais direta, recalques e esquecimentos, etc
- Muitos camponeses sofreram com a violência política do Estado, mas poucos casos foram oficialmente reconhecidos, sendo menor ainda o número de camponeses indenizados pelo Estado brasileiro.

Com isso, não podemos deixar de ressaltar que a violência no Brasil se apresenta de modo mais contínuo e intenso quando a luta pela terra está em questão. Sendo o Master no Rio Grande do Sul a organização pioneira e a principal em seu período de atuação que questionou o direito de existência de uma grande propriedade de terra, ela também foi a mais combatida. Vimos inúmeros meios em que o Master e seus militantes foram reprimidos, mas também procuramos demonstrar a persistência no engajamento de seus militantes e da entidade, afinal, a conquista, a reconquista e manutenção da terra são fundamentais para o campesinato, que mais do que ter a necessidade de produzir e subsistir por meio do que a terra fornece, apresentam seu modo de vida e identidade intrinsecamente ligados a ela.

Por fim, inspirados em Nascimento Meireles, que deixou para sua família o conjunto de poemas como forma de que sua dura história vivenciada durante a ditadura

não fosse olvidada, esperamos ter cumprido nosso objetivo nesta dissertação: investigar e tornar público um trecho da nossa história que jamais deverá ser esquecido.

## Referências Bibliográficas

ALONSO, Ângela. O abolicionismo como movimento social. *Novos Estudos* 100, novembro 2014.

ALVES, Bernard José Pereira. *A Política Agrária de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul: Governo, Legislação e Mobilização*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

ANSART, Pierre. *Ideologia, conflito e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ARENDT, Hannah. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BARBOSA, Marialva. Jornalismo e a construção de uma memória para a sua história. In: BRAGANÇA, A; MOREIRA, S.V. *Comunicação, Acontecimento Memória*. São Paulo: Intercom, 2004. Cap. 2, p.108.

BASSANI, Paulo. *Frente Agrária Gaúcha e Sindicalismo de Trabalhadores Rurais*. Canoas/ Londrina: ULBRA/EDUEL, 2009.

BAUER, Caroline Silveira. *Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: Terrorismo de estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)*. Dissertação (Mestrado em História). UFRGS, Porto Alegre, 2006.

\_\_\_\_\_. *Terrorismo de Estado e repressão política na ditadura cívico-militar de segurança nacional brasileira (1964-1988)*. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005.

BENJAMIN, Walter. Para a crítica da violência. In: *Escritos sobre mito e linguagem (1915-1921)*. São Paulo: Editora 34, 2ª edição, 2013. p.121-156.

BOBBIO, Norberto. Política e moral. In: *Teoria geral da política; a filosofia política e as lições clássicas*. Rio de Janeiro: Campus, s. d. p.159-176.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Estado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014

BRAGA, Kenny. *et al. Leonel Brizola: perfil, discursos e depoimentos (1922-2004)*. 2. ed.. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2014.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. *Estatuto do Trabalhador Rural. A íntegra do Estatuto*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/1950-1969/L4214.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4214.htm). Acesso em: 16 nov. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. (2013) *Camponeses mortos e desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição*. Coordenador: Gilney Amorim Viana. Brasília: SDH.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. *Camponeses mortos e desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição*. Coordenador: Gilney Amorim Viana. Brasília: SDH. 2013. p.15.

BNM. *Brasil: nunca mais*. Projeto A. São Paulo, Arquidiocese de São Paulo, 1985.

BRUNO, Regina Ângela Landim. A violência patronal rural como prática de classe. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 5, n. 10, jul./dez. 2003. p. 284-310. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/soc/n10/18722.pdf](http://www.scielo.br/pdf/soc/n10/18722.pdf)AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

\_\_\_\_\_. A violência patronal rural como prática de classe. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 5, n. 10, jul./dez. 2003. p. 284-310. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/soc/n10/18722.pdf](http://www.scielo.br/pdf/soc/n10/18722.pdf)

CALIL, Gilberto Grassi. Os Integralistas e o Golpe de 64. *História & Lula de Classes*. v.1. 1964: O Golpe de Estado. Rio de Janeiro: ADIA, 2005.

CAMARANO, Marcia. João Sem Terra: Veredas de uma luta. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2012. *Coleção Camponeses e o Regime Militar*, v. 1. p. 57.

CAMISASCA, Marina Mesquita. *Camponeses mineiros em cena: mobilização, disputas e confrontos (1961 - 1964)*. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: *História das Américas: fontes e abordagens historiográficas* [S.l: s.n.], 2015.

CARINI, Joel João. *Estado, índios e colonos: o conflito na reserva indígena de Serrinha norte do Rio Grande do Sul*. Editora UPF, Passo Fundo, 2005

CARINI, Joel João; TEDESCO, João Carlos. *Os conflitos agrários no norte gaúcho: 1960 – 1980*. Porto Alegre: Edições Est., 2007.

CASSOL, Tiago Perinazzo. “*Os sem-terra voltaram, os sem-terra voltaram...*”: uma análise sobre a história e as trajetórias dos movimentos de luta pela terra no Rio Grande do Sul (1960-1980). Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

CEZAR, Temístocles. Quando um manuscrito torna-se fonte histórica: as marcas de verdade no relato de Gabriel Soares de Sousa (1587). Ensaio sobre uma operação historiográfica. *História em Revista*. Dossiê Historiografia, NDH/ UFPEL. n. 6 (dez), 2000. p. 37-58.

CHAUÍ, Marilena de Souza; ITOKAZU, Ericka Marie; CHAUI-BERLINCK, Luciana. *Sobre a violência: Escritos de Marilena Chauí*. Belo Horizonte: Autêntica. v.5. 2018.

CHAUÍ, Marilena de Souza; SANTIAGO, Homero. *Conformismo e resistência: Escritos de Marilena Chauí*. Belo Horizonte: Autêntica. v.4. 2014.

CIOCCARI, Marta; CARNEIRO, Ana. *Retrato da repressão política no campo: Brasil (1962- 1985)*. Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. MDA: Brasília, 2011.

CNV – Comissão Nacional da Verdade. *Mortos e desaparecidos políticos, Volume III*. Brasília, CNV, 2014.

COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE. *Relatório Final da Comissão Camponesa da Verdade: Violações de direitos no campo – 1946 – 1988*. 2014. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/cpda/blog/2015/01/22/relatorio-da-comissao-camponesa-da-verdade-estadisponivel-para-download-4/> Acesso em: 5 de julho de 2021.

CUNHA, Luiz Cláudio. Máximas e mínimas: os ventos errantes da mídia na tormenta de 1964. In: PADRÓS, Enrique. Et al. (org.). *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Porto Alegre: Corag, 2009.

DETOFFOL, Carolina. História da resistência à ditadura em Erechim, Gaurama e Viadutos entre 1964 e 1965. *Vestígios do passado: a história e suas fontes*. IX Encontro Estadual de História – ANPUH RS, Porto Alegre, 2008.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes. 3ª Ed. 1981.

ECKERT, Córdula. *Movimentos dos Agricultores Sem Terra no Rio Grande do Sul – 1960-1964*. Dissertação (Mestrado), Curso de Pós-Graduação em Ciências de Desenvolvimento Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1984.

\_\_\_\_\_. O Master e as ocupações de terra no Rio Grande do Sul. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S; PAULILO, M. I. *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. São Paulo: Editora UNESP, v.1, 2009. Cap.3, p.71-92.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade de corte: Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

ESPIG, Márcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro (orgs). *A Guerra Santa revisitada: novos estudos sobre o Movimento do Contestado*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

FEE (FUNDAÇÃO ECONOMIA E ESTATÍSTICA). *25 anos de economia gaúcha*. Vol.3. A agricultura do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1978.

FERNANDES, Ananda Simões. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. *Antíteses*, vol. 2, n. 4, jul-dez. de 2009, pp. 831-856.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Sérvo de; PAULILO, Maria Ignez. Introdução. *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980 (Vol. I). São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

FERNANDES, Juliana Ventura de Souza. *A “Guerra dos 18 anos” – Repertórios para existir e resistir à ditadura e a outros fins de mundo*. Uma perspectiva do povo indígena Xakriabá e suas cosmopolíticas de memória. Belo Horizonte: Tese de Doutorado/UFMG, 2020.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org's). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. pp. 343-404.

\_\_\_\_\_. Os conceitos e seus lugares: trabalhismo, nacional-estatismo e populismo. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth, FONSECA, Pedro Cesar Dutra (Org). *A Era Vargas: Desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

\_\_\_\_\_. A Frente de Mobilização Popular, a esquerda Brizolista e a crise política de 1964. *Clio Série História do Nordeste*. Recife, nº 22, 2018.

FICO, Carlos. *Ditadura militar: prefácios, palestras e posts*. Ebook Amazon, 2020.

FIGUEIREDO, Argelina. *Democracia ou reformas?: alternativas democráticas à crise política: 1964-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho Franco. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1969.

FRISCH, Michael. *A Shared Authority: Essays on the Craft and Meaning of Oral and Public History*. 1990.

GASPAROTTO, Alessandra. ‘Companheiros Ruralistas!’: Mobilização patronal e atuação política da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (1959-1964). Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2016.

GASPAROTTO, Alessandra. *et al.*, “Ninguém foi preso pelo fato de ser agricultor sem-terra e sim por agitador”: a repressão ao Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Rio Grande do Sul nos marcos do Golpe de 1964. In: SAUER, Sérgio (Org.). *Lutas, Memória e violações no campo brasileiro: conflitos, repressão e resistências no passado e no presente*. São Paulo: Outras Expressões, 2020.

\_\_\_\_\_. “Acampamentos abalaram a estância”: conflitos sociais no campo e o MASTER. In: SAUER, Sérgio (Org.). *Lutas, Memória e violações no campo brasileiro: conflitos, repressão e resistências no passado e no presente*. São Paulo: Outras Expressões, 2020.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

GRYNSZPAN, Mario. A questão agrária no Brasil pós-1964 e o MST. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília A. (org.). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*, tradução: Laís Teles Benoir, São Paulo: Centauro, 2004.

HARRES, Marluza Marques. *Estratégias trabalhistas para o mundo rural: Governo de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo/RS. Oikos, Editora Unisinos, 2014.

\_\_\_\_\_. Rio Grande do Sul: governo Leonel Brizola e a Questão Agrária no início da década de 1960. *Na os 90*, Porto Alegre, v. 18, n. 33, p. 99-127, jul. 2011.

\_\_\_\_\_. Silêncio e ressentimentos: Trabalhando com memórias. Memória e história da reforma agrária do Banhado do Colégio: Camaquã, RS, Brasil – 1962-1972. *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXXII, n. 1, p. 127-141, junho 2006.

IANNI, Octavio. A utopia camponesa. In: STEDILE, João Pedro (org.) *A questão agrária no Brasil: Interpretações sobre o camponês e o campesinato*. São Paulo: Outras Expressões, 2016, p.66.

KONRAD, Diorge; LAMEIRA, Rafael F. O golpe civil-militar de 1964 e o Rio Grande do Sul: historiografia e história. In: BATISTELLA, Alessandro (org.). *O golpe civil-militar de 1964 no sul do Brasil*. Chapecó: Argos, 2014

KUSHNIR, Beatriz. Pelo buraco da fechadura: o acesso à informação e às fontes (os arquivos do DOPS – RJ e SP). In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.). *Minorias silenciadas: história da censura no Brasil*. São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial do Estado, 2002.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Coleção Repertórios. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

MAGALHAES, Marionilde Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. *Revista Brasileira de História* [online]. 1997, v. 17, n. 34 [Acessado 31 Agosto 2021] , pp. 203-220. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-01881997000200011>>. Epub 04 Dez 1998. ISSN 1806-9347. <https://doi.org/10.1590/S0102-01881997000200011>.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1983.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Domínio Público, s/p.

MAUCH, Cláudia. O processo crime para além dos crimes. In: *XI Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul*. Anais: produzindo História a partir de fontes primárias. Porto Alegre: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 2013.

MEDEIROS, Leonilde Sévolo. *Movimentos Sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ e UNRISD, 2002.

\_\_\_\_\_. Repressão e resistências no campo. In: SAUER, Sérgio (Org.). *Lutas, Memória e violações no campo brasileiro: conflitos, repressão e resistências no passado e no presente*. São Paulo: Outras Expressões, 2020.

\_\_\_\_\_. Dimensões políticas da violência no campo. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, 1996.

\_\_\_\_\_. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

MENDONÇA, Sonia. R. de . Ruralismo. In: Marcia Maria Menendes Motta. (Org.). *Dicionário da Terra*. 1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, 2005.

MICHAELIS, \_\_\_\_\_ *Dicionário*. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=repressao>. Acesso em: 09 de agosto de 2021.

MITRE, Antônio. História: memória e esquecimento. In: *O dilema do centauro: ensaios de teoria da história e pensamento latino-americano*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003. p. 11-28.

MORAES, Thiago Aguiar de. “*Entreguemos a empresa ao povo antes que o comunista a entregue ao Estado*”: os discursos da fração “vanguardista” da classe empresarial gaúcha na revista “Democracia e Empresa” do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul (1962-1971). Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

MORAES, Vinicius de. Poemas para a Liberdade. *Civilização Brasileira*: Rio de Janeiro, 1962.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: O anticomunismo no Brasil (1917 - 1964)*. Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

\_\_\_\_\_. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, jan./mar. 2018.

\_\_\_\_\_. A estratégia de acomodação na ditadura brasileira e a influência da cultura política. Páginas: *Revista digital de la Escuela de Historia*. Universidad Nacional de Rosario. Año 8 – nº 17, Mayo – Agosto, 2016.

\_\_\_\_\_. A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. In: AARÃO-REIS, Daniel, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 48-65.

\_\_\_\_\_. Do outro lado da cerca: os conservadores e a reforma agrária. In: GUIMARÃES, Juarez Rocha; PAULA, Delsy Gonçalves de; STARLING, Heloisa Maria Murgel (org.). *Sentimento de reforma agrária, sentimento de República*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

NARDY, Flavio Correia. *A Farsul e a luta por reforma agrária: violência de classe e marginalização dos movimentos sociais do campo no Rio Grande do Sul (1962)*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em História. UFSM. Santa Maria, 2014.

NORDER, Luiz Antonio Cabello. Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964). *Revista Nera* – ANO 17, Nº. 24 – Jan/Jun de 2014.

OLIVEIRA, Amanda Rocha. *Povos indígenas e ditaduras de segurança nacional no Cone Sul: o caso dos kaingang no Rio Grande do Sul (1963-1988)*. Programa de Pós-graduação em História. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de. (Re)aproximando os campos da Antropologia Social e da Arqueologia no Brasil: etnoarqueologia em laudos antropológicos judiciais sobre terras indígenas em Mato Grosso do Sul. In: OLIVEIRA, João Pacheco de; MURA, Fabio; SILVA, Alexandra Barbosa (orgs.). *Laudos Antropológicos em Perspectiva*. Brasília: ABA, 2015, p.234-261.

PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968- 1985): Do Pachecato à ditadura civil-militar*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

PADRÓS, Enrique Serra; LAMEIRA, Rafael Fantinel. 1964: O Rio Grande do Sul no olho do furacão. In: PADRÓS, Enrique Serra et al. (Orgs.). *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Da campanha da legalidade ao golpe de 1964. Porto Alegre: Corag. Vol. 1. 2009.

PADRÓS, Enrique Serra; FERNANDES, Ananda Simões. Faz escuro, mas eu canto: os mecanismos repressivos e as lutas de resistência durante os ‘Anos de Chumbo’ no Rio Grande do Sul. In: PADRÓS, Enrique Serra et al. (Orgs.). *Ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Repressão e resistência nos ‘Anos de Chumbo’. 2. ed., revista e ampliada. Porto Alegre: Corag, v. 2, 2010. p. 33-48.

PALMEIRA, Moacir. Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Sérvalo de; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980 (Vol. I). São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

\_\_\_\_\_. Modernização, Estado e questão agrária. In: *Estudos Avançados*, vol. 3, n.7, São Paulo, Set./Dec. 1989.

PESAVENTO, Sandra. O corpo e a alma do mundo: A micro-história e a construção do passado. *História Unisinos*, 2004, p.186.

PINSKY, Carla Bassanezi.(org.) *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

PINASSI, Maria Orlanda; PORTO, Mayla Yara. “A desintegração das ideias pelas ‘razões’ do crime”. *Reforma Agrária*, 22,1, jan./abril 1992